MPLA

TESE

MPLA – DA INDEPENDÊNCIA AOS NOSSOS DIAS: OS DESAFIOS DO FUTURO

DEZEMBRO – 2024

“ O MPLA precisa de reflectir sobre o seu passado de luta e de vitórias, mas sobretudo o rumo a seguir no futuro.”[1]- Camarada João Lourenço, Presidente do MPLA.

[1] Camarada João Lourenço - Presidente do MPLA na abertura da Reunião do Conselho de Honra do MPLA, realizada a 25 de Outubro de 2024.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 11

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA 13

2. DO PERCURSO INICIAL AOS NOSSOS DIAS 21

2.1. A Organização, o Crescimento e a Base Ideológica do Partido 22

2.2. Organização do Estado, Construção e Consolidação da Democracia ... 39

2.2.1. Período 1975 - 1992 39

2.2.2. Período 1992 - 2002 45

2.2.3. Período 2002 - 2010 46

2.2.4. Período 2010 - 2024 47

2.2.5. Organização, Preparação e Conquista das Vitórias Eleitorais 48

2.3. A Defesa da Independência, da Integridade Territorial, da Paz e da Unidade Nacional 55

2.3.1. As FAPLA e a Eliminação do Elemento Externo do Conflito 56

2.3.2. A Paz de Bicesse 58

2.3.3. O Recrudescer da Guerra (1992-2002) 59

2.3.4. O Renovar da Esperança – Paz Definitiva 60

2.3.5. A Manutenção da Paz e Estabilidade Nacional 61

2.3.6. Defesa Nacional e Redimensionamento das Forças Armadas 61

3. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL E A CRIAÇÃO DAS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO 62

3.1. Independência e o Caminho para o Desenvolvimento 62

3.1.1. Adopção da Economia Socialista Planificada 63

3.1.2. Impacto do Lema: A Agricultura é a Base e a Indústria o Factor Decisivo 65

3.1.3. MPLA-PT e o Novo Modelo de Organização Económica e Social 66

3.1.3.1. Reformas Económicas Aprovadas pela 1ª Conferência Nacional do Partido em 1985 66

3.1.3.2. Consagração do Modelo de Economia de Mercado na Lei Constitucional de 1992 69

3.1.3.3. Início da Estruturação da Economia de Mercado e a Emergência do Empresariado Nacional 70

3.2. Conquista da Paz Definitiva e o Início da Reconstrução Nacional 71

3.2.1. Reintegração dos Ex-militares 72

3.2.2. Construção e Reabilitação de Infra-estruturas 73

3.2.2.1. Infra-estruturas Rodoviárias 73
3.2.2.2. Infra-estruturas Ferroviárias 75
3.2.2.3. Infra-estruturas Comerciais e de Transporte 75
3.2.2.4. Indústria Petrolífera 76
3.2.2.5. Indústria Mineira 77
3.2.2.6. Energia e Águas 77
3.2.2.7. Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação 79
3.3. Esforços para Estabilização Macroeconómica do País e a Diversificação da Economia 80
3.3.1. Crise Económica e Financeira Mundial de 2008 80
3.3.2. A Estabilização Macroeconómica e a Diversificação da Economia 84
4. SECTOR SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA 91
4.1. Educação e Ensino Técnico-profissional 92
4.2. Ensino Superior, Ciência e Inovação 95
4.3. Saúde 99
4.4. Acção Social, Família e Promoção da Mulher 105
4.5. Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC 110
4.6. Cultura 112
4.7. Desporto 113
4.8. Promoção da Cidadania Participativa e do Desenvolvimento Local 114
5. A FORMACÃO DE QUADROS E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO .. 115
5.1. Da Independência aos Nossos Dias 115
6. DIPLOMACIA ANGOLANA SOB LIDERANÇA DO MPLA 116
6.1. Antecedentes da Política Externa de Angola 116
6.2. A Conquista da Independência Nacional e a Batalha Diplomática pelo Reconhecimento Internacional 118
6.3. A Construção dos Fundamentos Doutrinários da Política Externa de Angola 119
6.4. A Diplomacia Angolana no Contexto da Guerra Fria 121
6.5. A Diplomacia Angolana em Contexto de Guerra Civil 123
6.6. O Fim da Guerra Fria e a Reformulação da Doutrina Estratégica da Política Externa de Angola à Luz das Reformas Políticas Internas 125
6.7. O Contributo da Diplomacia no Quadro da Agenda da Reconciliação Nacional 127
6.8. Angola e a Diplomacia Multilateral 128
6.9. A Diplomacia de Paz de Angola 129

6.10. Inserção de Quadros Angolanos nos Organismos Multilaterais 130
6.11. Angola e os Desafios Diplomáticos do Presente e do Futuro 131
7. PERCURSO PARA O FUTURO 132
7.1. Um Partido Voltado Para a Sociedade 132
7.1.1. Carácter, Natureza e Identidade do MPLA 133
7.1.2. Democracia Interna no Partido 134
7.1.3. Estruturas do Partido a Todos os Níveis 134
7.1.3.1. Desafios dos Comités de Acção do Partido no Meio Rural 137
7.1.3.2. Desafios dos Comités de Acção do Partido para Mobilização nas Grandes Cidades e entre os Intelectuais 137
7.1.3.3. Desafios do Partido para a Mobilização das Comunidades Angolanas no Exterior do País 139
7.1.4. Política de Quadros do MPLA 141
7.1.5. Postura e Actuação dos Responsáveis e Dirigentes 143
7.1.6. O Sistema de Formação Política e Ideológica 144
7.1.7. Comunicação Política e Mobilização Estratégica 144
7.1.8. Modernização Tecnológica 146
7.1.9. Renovação da Estrutura Orgânica 146
7.1.10. Formas e Mecanismos de Relacionamento Entre o Partido e as Estruturas do Estado 147
7.1.11. As Organizações Sociais e Associadas ao MPLA 147
7.1.11.1. JMPLA 147
7.1.11.2. OMA 149
7.1.11.3. Organizações Associadas ao MPLA 149
7.2. O País que Aspiramos 150
7.3. A Visão do Partido para o Desenvolvimento Sustentável de Angola ... 153
7.3.1. Pressupostos Essenciais 153
7.3.1.1. Garantia da Paz, da Estabilidade e do Reforço da Democracia 153
7.3.1.2. Consolidação do Estado Democrático de Direito 154
7.3.1.3. Boa Governação, Transparência e Combate à Corrupção 155
7.3.1.4. Sociedade Civil Forte e Participativa 158
7.3.1.4.1. Igrejas 160
7.3.1.4.2. Organizações Sindicais 160
7.3.1.4.3. Movimento Cooperativo e Associativo 161
7.3.1.4.4. Associações Profissionais 162

7.3.1.4.5. Organizações de Desenvolvimento Económico e Social 163
7.3.2. Pilares Fundamentais 163
7.3.2.1. Fortalecimento Institucional e Promoção da Boa Governança 164
7.3.2.2. Investimento em Capital Humano: Educação e Saúde 165
7.3.2.3. Diversificação Económica e Redução da Dependência do Petróleo 167
7.3.2.4. Sustentabilidade Ambiental e Gestão dos Recursos Naturais 168
7.3.2.5. Incentivo ao Desenvolvimento Local e Redução das Desigualdades... 169
7.3.2.6. Fortalecimento das Parcerias Internacionais e Diplomacia Económica 171

Lista de Siglas e Acrónimos

ACVP - Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria

APN - Aliança Política Nacional

BDA - Banco de Desenvolvimento de Angola

BM - Banco Mundial

BNA - Banco Nacional de Angola

BP - Bureau Político

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAP - Comités de Acção do Partido

CAS - Comité de Acção de Sector

CASA - CE - Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral

CASI - Centros de Acção Social Integrados

CC - Comité Central

CDS - Conselho de Defesa e Segurança

CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEFOPESCAS - Centro de Formação de Pescas

CGG - Comissão do Golfo da Guiné

CHAVE - Conhecimento, Habilidade, Atitude, Valores e Entrega

CINFOTEC - Centro Integrado de Formação Tecnológica

CIRGL - Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos

CNE - Comissão Nacional Eleitoral

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CPO - Conselho Político da Oposição

CPPA - Corpo de Polícia Popular

CR - Conselho da Revolução

CRA - Constituição da República de Angola

CRES - Comissão de Reforma do Ensino Superior

CVAAR – Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados

DPA - Divisão Política e Administrativa

DTS - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECP - Estratégia para o Combate à Pobreza

ELA – Exército de Libertação de Angola

ELP - Estratégia de Longo Prazo

ENCT - Encontro Nacional de Ciência e Tecnologia

EPC - Entidades Públicas Contratantes

EPLA - Exército Popular de Libertação de Angola

ESP - Escola Superior Pedagógica

EU - União Europeia

EUA - Estados Unidos de América

FAA - Forças Armadas Angolanas

FACRA - Fundo Activo de Capital de Risco Angolano

FADA - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário

FALA - Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPA - DAA - Força Área Popular e a Defesa Anti - Aérea

FAPLA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FAZ - Forças Armadas do Zaire

FENACULT - Festival Nacionais de Cultura

FGC - Fundo de Garantia de Crédito

FMI - Fundo Monetário Internacional

FMU - Forças Militares da UNITA

FMUAN - Faculdade de Medicina da UAN

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FSDEA - Fundo Soberano de Angola

FUMA - Frente Unida para Mudança de Angola

FUNDECIT - Fundo para Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GLASNOST - Transparência

GURN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IA Feature - Operação de Recursos da Agência de Inteligência

IDE - Investimento Directo Estrangeiro

INAGBE - Instituto Nacional de Gestão das Bolsas de Estudo

INE - Instituto Nacional de Estatística

INEFOP - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

IRSEM - Instituto de Reintegração Socioprofissional dos Ex-Militares

ISCED - Instituto Superior de Ciências da Educação

ISPRA - Instituto Superior Privado de Angola

JMPLA - Juventude do MPLA

KWENDA - Programa de Transferências Monetárias

LBSFP - Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional

LC - Lei Constitucional

LGT - Lei Geral do Trabalho

LOP - Lei dos Órgãos do Poder

MAS - Municipalização da Acção Social

MASFAMU - Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

MES - Ministério do Ensino superior

MESCTI - Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

MFA - Movimento das Forças Armadas

MGPA - Marinha de Guerra Popular

MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola

MINARS - Ministério da Assistência e Reinserção Social

MINCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MINFIN - Ministério das Finanças

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA PT - MPLA Partido do Trabalho

NDUE - Nova Democracia União Eleitoral

NGRSES - Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior

OBP - Organizações de Base do Partido

ODP - Organização de Defesa Popular

OEACP - Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico

OGE - Orçamento Geral do Estado

OIF - Organização Internacional da Francofonia

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMA - Organização da Mulher Angolana

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSC - Organizações da Sociedade Civil

OUA - Organização de Unidade Africana

PAG - Programa de Acção do Governo

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAPE - Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade

PCESSA - Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola

PDLCP - Programa de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza

PDM - Planos Directores Municipais

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PDP ANA - Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional de Angola

PEM - Programa de Estabilização Macroeconómica

PERESTROIKA – Reformas Políticas e Económicas

PHA - Partido Humanista de Angola

PIB - Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia de Internacional e de Defesa do Estado

PIIM - Programa Integrado de Intervenção nos Municípios

PME - Programação Macroeconómica Executiva

PNCTI - Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

P-NJANGO - Partido Nacional para a Justiça em Angola

PNLRF - Programa Nacional de Localização e Reunificação Familiar

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPD - Partido Popular pelo Desenvolvimento

PRBC - Programa de Reabilitação Baseada na Comunidade

PRE - Plano de Recuperação Económica

PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

PROPRIV - Programa de Privatizações

PRS - Partido de Renovação Social

PU - Planos de Urbanização

RCA - República Centro Africana

ROT - Recursos Ordinários do Tesouro

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SADF - Forcas de Defesa da África do Sul

SBP - Secretariado do Bureau Político

SEAS - Secretaria de Estado para os Assuntos Sociais

SEES - Secretaria de Estado para o Ensino Superior

SEF - Saneamento Económico e Financeiro

SENAFOPE - Serviço Nacional de Apoio à Formação na Empresa

SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SNS - Serviço Nacional de Saúde

SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

UAN - Universidade Agostinho Neto

UCA - Universidade Católica de Angola

UMA - Universidade Metodista de Angola

UNACA - União Nacional dos Camponeses de Angola

UNCSTD - Comissão de Ciência e Tecnologia das Nações Unidas

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

UNTA - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

UPA – União dos Povos de Angola

UPRA - Universidade Privada de Angola

URRS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE - Zonas Económicas Especiais

INTRODUÇÃO

O presente documento intitulado: **Tese – MPLA – DA INDEPENDÊNCIA AOS NOSSOS DIAS: OS DESAFIOS DO FUTURO**, propõe-se analisar criticamente a trajectória de Angola desde a Independência aos dias de hoje, com especial enfoque nas políticas adoptadas pelo MPLA, nos desafios enfrentados e nas reformas implementadas ao longo dos anos.

Em cada fase histórica, são aqui abordados os sucessos e as limitações das políticas económicas e sociais, tendo como pano de fundo o impacto da guerra civil, a dependência do petróleo e as tentativas de diversificação da economia nacional. A Tese culmina com uma reflexão sobre os desafios e as perspectivas para o futuro de Angola, num contexto onde a estabilidade económica e a justiça social continuam a ser metas prioritárias para o desenvolvimento sustentável da nação.

O MPLA é produto da luta do Povo Angolano que reuniu diferentes correntes político - ideológicas, milhares de homens e mulheres de vários segmentos políticos, sociais e culturais, de Cabinda ao Cunene e do Mar ao Leste, num amplo Movimento Popular de Libertação de Angola, fundado a 10 de Dezembro de 1956.

A independência de Angola, proclamada a 11 de Novembro de 1975, marcou o início de uma nova era para o País, que emergiu de séculos de presença e de colonização portuguesa com o desejo de construir uma Nação independente, justa e equitativa, sob a liderança do MPLA.

A jovem República enfrentou, desde os primeiros momentos, desafios complexos para consolidar a sua soberania e definir um modelo de desenvolvimento que se adequasse à sua realidade política, económica e social. No entanto, a herança colonial deixada pela administração portuguesa, aliada a um êxodo massivo de colonos e quadros técnicos, criou um cenário difícil, com uma escassez crítica de recursos humanos qualificados e uma infra-estrutura debilitada.

Ao longo das últimas décadas, o MPLA adoptou diferentes abordagens para enfrentar os desafios económicos e sociais do País. No início, optou por um modelo de economia socialista planificada, inspirado nos ideais do marxismo-leninismo, que procurava garantir a igualdade e combater as desigualdades herdadas do período colonial. Contudo, a implementação desse modelo revelou-se difícil, devido à carência de quadros técnicos, ao contexto de guerra civil, à dependência crescente dos recursos petrolíferos e à guerra fria. O conflito prolongado, que se estendeu até 2002, condicionou, de forma severa, a aplicação de políticas económicas e sociais, tendo desviado recursos vitais e comprometido a construção de uma economia sustentável.

Com o fim da guerra fria e a transição para uma economia de mercado nos anos 90, Angola iniciou um processo de reconstrução nacional e de abertura ao investimento estrangeiro, sobretudo, no sector petrolífero que se tornou o principal motor do crescimento económico do País. Esta nova fase trouxe consigo não só uma expansão significativa na produção de petróleo, mas também colocou em evidência a necessidade de diversificação económica para

reduzir a vulnerabilidade da economia angolana às flutuações dos preços internacionais. Nos anos que se seguiram, Angola procurou promover reformas estruturais e parcerias estratégicas, especialmente, com a China, para modernizar as infra-estruturas e desenvolver sectores como a agricultura e a indústria.

Os desafios do presente estão voltados, entre outros, para a necessidade do fortalecimento da economia nacional, garantir aos angolanos, o bem-estar social através de uma maior oferta de bens e serviços, maior acesso aos cuidados de saúde, à educação e ensino de qualidade, maior disponibilidade de oferta de habitação e de emprego, à diplomacia económica, para além da atenção que está sendo dada à agro-pecuária, particularmente, à agricultura familiar e às indústrias transformadoras dos bens alimentares produzidos no campo, para que cheguem à mesa do consumidor nas melhores condições de apresentação e conservação[2].

Ademais, será preciso garantir por um lado, um maior acesso ao crédito bancário e, por outro, que a política fiscal promova o crescimento do tecido empresarial, ao contrário que vem sucedendo. Todas essas acções contribuirão para o fomento da economia e para a inclusão social através da promoção de emprego estável e do combate a pobreza.

Em 2025, a República de Angola comemorará 50 anos sob a liderança do MPLA, ao longo dos quais consolidou a independência nacional, assegurou a defesa do país e a soberania nacional, abriu o país a democracia multipartidária e a economia de mercado, num ambiente de paz e reconciliação nacional, trajectória que com a presente Tese se propõe avaliar, na óptica de “Melhorar o que está bem, corrigir o que está mal”, para prosseguir um novo rumo face aos desafios do presente e do futuro.

Assim, a Tese “Da Independência aos Nossos Dias – Desafios do Futuro”, faz uma profunda reflexão ao processo desencadeado pelo MPLA para a construção e fortalecimento do Partido e para a edificação do Estado e a sua projecção na perspectiva do desenvolvimento sustentável de Angola.

Em termos de estrutura, para além da presente Introdução, a Tese cujo conteúdo está desenvolvido em sete capítulos, os quais apresentam sugestões, propostas e recomendações, convertendo-se num instrumento catalisador para uma militância activa e regeneradora e para uma mobilização da sociedade em torno do projecto político do MPLA.

[2] Camarada João Lourenço - Presidente do MPLA na abertura da Reunião do Conselho de Honra do MPLA, realizada a 25 de Outubro de 2024.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A longa trajectória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), desde os primórdios do seu processo de formação, e toda a sua luta política, diplomática e militar desenvolvida nas diferentes etapas do nosso processo de libertação, culminou com a independência nacional, proclamada pelo Presidente do MPLA, Dr. António Agostinho Neto, Primeiro Presidente de Angola. Neste sentido, o MPLA tomou sempre a dianteira nas tarefas da consciencialização do Povo angolano, mobilizando homens e mulheres, e sobretudo os jovens, que foram engrossando as fileiras com os patriotas que ingressaram no Movimento em todas as etapas da luta.

A partir da década de 1940, as elites intelectuais e políticas reagiram, reunindo-se veladamente nas associações recreativas e culturais, (o Bota Fogo; o Espalha Brasa), O Grupo dos Enfermeiros, nos grupos desportivos, a Liga Nacional Africana, na Anangola, nas Igrejas cujas publicações cediam espaço para verter os textos literários, visando a afirmação da identidade angolana, refira-se, o jornal Estandarte, o Farolim, o Apostolado. Neste exercício em 1948 afirmava-se o Movimento cultural "Vamos Descobrir Angola". Abriram-se novas avenidas a percorrer pelos intelectuais mais engajados: Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Luandino Vieira, António Cardoso, Mário António, António Jacinto, entre outros, aprimoraram a sua vocação literária, propõem uma literatura voltada para a realidade cultural angolana, africana. Na poesia e na prosa tecem com mestria as palavras que veiculam ideias e que ficam encobertas nos seus textos, porém, elevam a voz dos angolanos, em claro protesto e denúncia aos crimes do regime colonial.

Nos finais da década de 1950 e com o desfecho da segunda guerra mundial, o contexto internacional torna-se mais favorável às independências africanas. Contudo, Portugal persistia na sua lógica imperial, e para garantir o seu domínio sobre o território angolano, recorreu à violência extrema, aos massacres. Estes visavam sobretudo ofuscar a resistência dos povos que reclamavam a sua liberdade e independência. Registe-se os factos desde os primórdios da conquista, como a Batalha de Ambuíla, em que os portugueses pretendiam apoderar-se das minas de cobre de Bembe, o massacre contra os camponeses na Baixa de Cassange, que se negavam ao trabalho, exigindo melhores condições laborais, e tiveram como resposta ataques massivos incluindo, bombardeamentos aéreos. O massacre perpetrado em Icolo e Bengo, por ocasião de uma manifestação pacífica dos moradores daquela localidade contra a prisão do Dr. Agostinho Neto em Junho de 1960. Assim, importa revisitar os momentos que marcaram a reacção da sociedade política dos angolanos mais estruturada no combate às agruras do sistema colonial, cada vez mais expresso na legislação que oprimia a maioria da população angolana.

A actividade política clandestina propriamente dita, assume o seu lugar com uma particularidade específica, ela ajusta-se ao contexto em que impera a vigilância cerrada policial, de tal sorte que a práxis política em curso está bem dissimulada, pois os seus protagonistas não se permitem arriscar a exposição dos seus membros.

Nos anos 1950, o Grupo ELA, que integrava: (Agostinho Mendes de Carvalho, Joaquim de Figueiredo, José Manuel Lisboa, André Mingas, José Diogo Ventura, Noé Saúde, Deolinda Rodrigues, Nobre Ferreira Pereira Dias, Belarmino Van Dúnem, Lucrécio da Silva Mangueira, António Pedro Benge (Ernest Guedes), Fernando Pascoal Veríssimo da Costa, Pascoal Gomes de Carvalho, deu o sinal da mais alta denúncia do sistema colonial com a sua "Mensagem do Povo Aborígene de Angola", dirigida às Nações Unidas. Esta organização iria aderir mais tarde à proposta inovadora anunciada no Manifesto do MPLA.

Depois de falhada a ideia do Partido Comunista de Angola em 1955, os líderes de então, a partir de Dezembro de 1956 adoptam uma táctica que foi empregue no seu processo de formação, e vem delineada no seu Manifesto, nomeadamente, Ilídio Machado (Coordenador do Sector Central), Viriato da Cruz, António Jacinto, Matias Miguéis, Higino Aires, Liceu Vieira Dias. Destacam-se entre outros: André Franco de Sousa, Miguel Fernandes, Gabriel Leitão, Carlos Alberto Van Dúnem, Amadeu Amorim e António Marques Monteiro. Todos eles desenvolveram a ideia da criação de um Amplo Movimento Popular de Libertação de Angola que se traduziu na criação de múltiplas células tornadas Movimentos, com três, até cinco integrantes, "(…*Porém o colonialismo não cairá sem luta: deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar; o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Este movimento, porém, não se fará através da filiação de todos os patriotas angolanos a uma única organização ou associação. O Movimento será a soma das actividades de milhares e milhares de organizações de (três, mais de três, dezenas ou centenas de membros cada uma) que se criem em toda Angola. Enquanto a organização do povo se faz dessa maneira, a unificação das organizações faz-se através do esforço que cada uma das organizações despender para realizar os princípios e os objectivos expressos neste Manifesto. A unificação das organizações faz-se portanto, através de um certo número de ideias, de princípios e de objectivos comuns a todas as organizações, comuns a todos os indivíduos angolanos organizados (…)"*[3].

O Grupo ELA desdobrou-se em mais dois: Grupo Espalha Brasa, Grupo dos Enfermeiros. De igual modo estes participaram na actividade mobilizadora de consciencialização, matéria firmada nos panfletos que voavam pelos quintais, e até nos serviços públicos pela cidade capital e nas demais províncias. Esta táctica foi magistralmente cumprida e apelava-se à unificação dos grupos activos para acções mais firmes e certeiras que foram sendo executadas e fizeram estremecer o regime colonial.

[3] In manuscrito do Manifesto do MPLA de Dezembro de 1956

Este contexto reforçou a acção repressiva da PIDE que culminou com a prisão de um grupo de militantes das células clandestinas em Março de 1959. Levados a julgamento e condenados a pesadas penas, este processo ficou conhecido como o Processo dos 50.

Importa destacar também que Agostinho Neto cuja actividade política em Portugal já lhe tinha valido duas prisões, decide regressar ao país em Dezembro de 1959, após terminar a sua formação em Medicina, tendo-se juntado às células que resistiam na cidade capital. A organização sobrevivente as detenções da PIDE, o MINA (Movimento para a Independência Nacional de Angola) que integrava: (Manuel Pedro Pacavira, Herbert Inglês, Adriano Sebastião, Joaquim Pinto de Andrade, Coelho da Cruz, entre outros, preparou-se para acções mais impactantes e conceberam uma nova estrutura organizativa que previa já uma secção militar tornando assim mais explicita e mais conhecida a sigla MPLA.

Entretanto, posteriormente assiste-se a uma vaga de prisões de patriotas pela PIDE, entre os quais, Agostinho Neto, Joaquim Pinto de Andrade e Adriano Sebastião, numa lista de 36 patriotas. Logo após estas detenções, o MPLA passou a actuar também a partir do exterior, em Conacry onde se constituiu uma nova estrutura em 9 de Julho de 1960 com o nome de Comité Director em exercício integrado por Lúcio Lara, Luís Azevedo, Matias Miguéis, Eduardo Macedo dos Santos, Hugo Azancot de Menezes, e onde Mário de Andrade assume a presidência do Movimento e Viriato da Cruz a pasta de Secretário Geral, tendo Agostinho Neto sido eleito Presidente de Honra e Ilídio Machado Vice-Presidente de Honra.

O trabalho político desenvolvido a partir de Conacry, decorre desta feita na arena internacional tendo como ponto culminante o anúncio, através de uma Declaração, pelo MPLA, numa das Salas da Câmara dos Comuns, em Londres, da sua decisão de passar à acção directa, isto é à via militar. A referida Declaração e outros documentos entregues em Roma ao Cónego Franklin da Costa chegaram ao Cónego Manuel das Neves, e depois às mãos de Neves Bendinha, o que deu início à preparação das condições para o desencadear da luta armada, o que veio a acontecer a 4 de Fevereiro de 1961.

Este novo passo proporcionou uma maior intervenção do MPLA na arena internacional. Por outro lado, os núcleos do MPLA existentes no Congo Leopoldville e no Congo Brazzaville dinamizaram um conjunto de tarefas como a mobilização das comunidades angolanas ali residentes para a luta contra o regime colonial: A divulgação de documentos de capital importância como os Estatutos, o Programa e o Manifesto, bem como o regulamento do funcionamento interno, instrumentos importantes para o reconhecimento dos objectivos da luta que o MPLA levava a cabo em prol da libertação de Angola.

O MPLA transfere a sua direcção de Conacry para o Congo Leopoldville em Setembro de 1961. Com o reconhecimento oficial do MPLA pelas autoridades congolesas como Movimento nacionalista angolano houve a necessidade de se remodelar alguns órgãos do Movimento para fazer face aos novos desafios.

Por esta razão em Maio de 1962 é constituído um novo Comité Director composto por 12 membros verificando-se a eliminação e introdução de novos órgãos. Verifica-se ainda a ausência de antigos membros destacados como Viriato da Cruz, Eduardo Macedo dos Santos, Lúcio Lara como consequência da política auto-exclusão defendida por Viriato da Cruz.[4] Composição do Comité Director: Mário Pinto de Andrade – Presidente; Matias Miguéis – Vice-Presidente; Graça Tavares - Primeiro Secretário; Vieira Lopes - Segundo Secretário; Desidério da Graça - Terceiro Secretário; Hugo de Menezes Relações Exteriores; Luís A. Júnior – Relações Exteriores; José Miguel – Juventude; José Pimentel – Contra-espionagem; Reverendo Domingos da Silva – CVAAR; Deolinda Rodrigues – CVAAR e Domingos Tando – Formação de Quadros.

Com a instalação da direcção do Movimento em Leopoldville, foram ultrapassadas as vicissitudes que se tornaram sérios obstáculos para o progresso da luta. Assim, foram preparadas as condições de penetração e criação de bases seguras no interior, bem como reduzir o problema da comunicação.

A proximidade da fronteira foi um procedimento fundamental para a penetração e a criação de bases seguras no interior, o que reduziu as dificuldades de comunicação.

Foram abertos os escritórios do MPLA na Avenida Tombeur de Tavora em Leopoldville, dando-se assim início de uma nova fase na trajectória para a independência de Angola.

A realização da 1ª Conferência Nacional de 1 a 3 de Dezembro de 1962, onde se elegeu um novo Comité Director: Mário de Andrade cede a presidência do Movimento ao Dr. António Agostinho Neto que, entretanto, chegara a Leopoldville após a sua saída de Lisboa de onde se escapara da residência vigiada imposta pelo regime colonial. Este Comité Director foi eleito com a seguinte composição: Agostinho Neto - Presidente, Matias Miguéis - 1ª Vice-Presidente, Reverendo Domingos da Silva - 2º Vice-Presidente, Manuel dos Santos Lima - Chefe do Departamento de Guerra, Mário Pinto de Andrade - Chefe do Departamento das Relações Exteriores, Lúcio Lara - Chefe do Departamento de Organização e Quadros, Aníbal de Melo - Chefe do Departamento de Informação, Deolinda Rodrigues de Almeida - Chefe do Departamento de Assuntos Sociais, Desidério Veríssimo da Costa - Chefe do Departamento das Finanças e Henrique Teles Carreira - Chefe do Departamento de Segurança.

O estado maior mudou-se em 1962 para o Congo Brazzaville face ao ambiente político desagradável que se vivia em Leopoldville - Kinshasa, onde se organizou a estrutura do Movimento, mobilização de massas e preparação das regiões

[4] Viriato da Cruz achava que a direcção do MPLA era constituída maioritariamente por mestiços e se considerar a proporção dos militantes de raça negra que o Movimento possuía, estes estavam mal representados na direcção por esta razão havia necessidade de excluir do Comité Director os mestiços, uma vez que este facto era explorado pela UPA para denegrir a posição do MPLA, que ela acusava de ser um Movimento que lutava para a neocolonização de Angola.

militares salientando-se a constituição de bases da guerrilha no Congo Brazzaville, Zâmbia e Tanzânia, expandindo a luta pelo vasto território nacional.

Perante este quadro, não restou outra alternativa aos angolanos. Durante toda a década de1960 e a primeira metade de 1970, o MPLA prosseguiu com acções cada vez mais impactantes nos Fora Internacionais.

Numa perspectiva de reorganização visando uma maior coesão no Movimento, na sequência da conflitualidade gerada pelo grupo Viriato da Cruz e Matias Miguéis que se juntaram à UPA, a direcção decide a realização de uma Conferência de Quadros em Janeiro de 1964, visando efectivamente a participação de todos os militantes no debate para um futuro promissor da organização.

A participação nesta Conferência contou com a representatividade dos órgãos do Movimento e das suas organizações de massas: Direcção, JMPLA, OMA, CVAAR, sindicatos, EPLA, representantes do exterior e representantes das fronteiras.

Nesta Conferência participaram pela direcção os seguintes camaradas: Agostinho Neto - Presidente; Daniel Chipenda, Aníbal de Melo, Deolinda Rodrigues de Almeida, Desidério da Graça Veríssimo da Costa, Reverendo Domingos da Silva, Eduardo Macedo dos Santos, Henrique Teles Carreira “IKO”, João Gonçalves Benedito, Lúcio Lara, Luís de Azevedo Júnior, Manuel dos Santos Lima, Mário Pinto de Andrade e João Vieira Lopes.

Dos objectivos desta Conferência destacamos: Reorganizar interna e externamente o Movimento; Discutir a questão da unidade fortemente abalada pelos acontecimentos de Leopoldville; Estudar as novas modalidades de desenvolvimento da luta armada de libertação nacional com o reforço do apoio material e logístico às Regiões Político-Militares.

No período de 1965 a 1969 a direcção do Movimento foi reforçando as suas estruturas tendo em vista uma melhor eficácia das Frentes militares, por um lado, e por outro na adopção de instrumentos políticos, económicos e sociais para atender as questões da educação e da saúde fundamentalmente.

Foi aprovado o projecto de Norma para Atribuição de bolsas de estudo aos militantes do MPLA. Nesta senda foram introduzidas emendas ao Estatuto do Movimento de modo a adequá-lo ao contexto vivido.

Assim, a reunião plenária do Comité Director que teve lugar em Brazzaville em Fevereiro de 1966 reformulou as Comissões militares da I e II Regiões Militares.

A vontade política tratada nos vários debates políticos do Movimento para a extensão a todo o país da luta de libertação inspirou os militantes que desafiaram o sistema colonial e os nossos opositores, o que efectivamente contribuiu para o crescendo da luta armada.

Neste sentido, o Presidente Agostinho Neto fez um apelo aos jovens estudantes no exterior para o seu regresso e integração na luta armada, ao qual responderam os camaradas: Gilberto Teixeira da Silva Gika, Simão Mabiala, Fernando Brica, Samuel Bernardo "Mig", Garcia Bires, Francisco Magalhães Paiva "Nvunda", Lourenço Casimiro, Gonçalves Ribeira "Xamavu" e António Rebelo Macedo Júnior "Certa".

A abertura da Frente Leste a 18 de Maio de 1966, ainda que com muitos sacrifícios dos seus militantes tornou-se um marco importante nesta trajectória de luta, pois a partir daí a luta estendeu-se efectivamente para zonas mais longínquas do território nacional, o que provocou a reacções extremas do exército português, como a introdução de produtos químicos nas zonas produtivas.

Em 1969 a composição do Comité Director sofreu algumas alterações após a morte dos camaradas Henda e Benedito. O Reverendo Domingos da Silva assume a Vice-Presidência, e integra os camaradas Lúcio Lara, Correia, Aristides Cade "Kimakienda", Nicolau Gomes Spencer, Roque Tchiendo, Jacob João Caetano, Miranda Marcelino, Ramos-Dimuka, Manuel Quarta Punza e Inácio Baptista todos destacados da II Região Militar (Cabinda).

Da III Região Militar (Leste) refira-se os camaradas Aníbal de Melo, Daniel Chipenda, Monimambo, Toka, Dilolwa, Kiavua, Pascoal Luvualo, Faúlha Vermelha, Miúla, Fura Vidas, Moto Moto e Kibululu.

Neste percurso os desafios foram de vária ordem destacando-se, o Movimento de Reajustamento na década de 1970, que visou conferir maior dinamismo às Frentes Político militares (Leste e Norte), e a todo o processo político. Promoveram-se debates abertos da massa militante o que permitiu identificar os pontos críticos e as respectivas soluções, eliminando as tentativas de divisão expendidas pelos inimigos internos e externos. Este movimento resultou na criação de novas estruturas políticas e militares que impulsionaram toda a actividade, com realce para a vertente militar com o relançamento da luta armada.

Chegados a 1974, e com o movimento das forças armadas em Portugal que franqueava as portas para a independência das colónias portuguesas, ao MPLA impunha-se a sua preparação para os novos desafios. A realização de uma Assembleia magna era um desígnio antigo, o que se procurou alcançar em Lusaka com o Congresso que falhou redondamente nos seus objectivos principais, ensombrado pela reivindicação (da revolta de Chipenda e da Revolta Activa), a apresentação de um Relatório completo das actividades do MPLA. Esta exigência foi negada pela direcção do Movimento que não reconhecia legitimidade na presença no magno evento de algumas figuras que não tinham contribuído para a luta de libertação. O desfecho negativo deste conflito levou a algumas deserções, porém, saiu sempre vencedora a linha política que não se desfocou da sua matriz, ultrapassando-se, portanto, todas as adversidades.

Falhado o Congresso de Lusaka o MPLA procurou dar resposta ao novo contexto político, com a Conferência Inter-Regional de Militantes realizada de 12 a 20 de

Setembro de 1974, sob o signo da unidade e anti-fracionismo visando maior coesão interna. Com poderes deliberativos a Conferência revisitou e actualizou o Programa e os estatutos do MPLA e elaborou um programa de acção imediato. Foi ratificada a Proclamação das FAPLA e foi aprovada uma nova estrutura de Direcção, com um Comité Central de 33 membros e um Bureau Político composto por 11 membros, tendo sido reafirmada a liderança do Presidente Agostinho Neto. Este Bureau Político constituído por Lopo do Nascimento, Lúcio Lara, Carlos Rocha "Dilolwa", José Eduardo dos Santos, Joaquim Capango, Rodrigues João Lopes "Ludy Kissassunda", Pedro Maria Tonha "Pedalé", Jacob Caetano João, "Monstro Imortal" e Henrique Teles Carreira "Iko", João Luís Neto "Xietu".

O MPLA cumpriu programaticamente, com distinção máxima o seu Programa Mínimo com o alcance da independência no dia 11 de Novembro de 1975. As lideranças do Movimento Popular de Libertação de Angola, manifestaram-se sempre solidárias com as causas da libertação do continente africano, e das lutas para a libertação dos povos no mundo ainda subjugados pelo colonialismo e pela segregação racial. Angola colocou-se sempre na trincheira da luta pela liberdade e pela democracia, valores por que se pautou, a custa de muitos sacrifícios para o nosso povo, no decorrer do processo que visou o derrube do sistema do *Apartheid* e para a libertação dos povos da região austral do nosso continente.

Este importante legado da luta serviu de inspiração para os desafios que se colocaram ao país após a proclamação da independência de Angola, no quadro da materialização do Programa Máximo, consubstanciado em: Unidade da Nação; Regime Democrático; Reconstrução Económica e Desenvolvimento da Produção; Reforma Agrária; Política Social de Justiça e de Progresso; Desenvolvimento da Instrução, da Cultura e da Educação; Defesa Nacional; Política Externa Independente e Pacífica; e Unidade Africana.

A criação das estruturas do Estado, ainda no calor da guerra imposta pelo regime do *Apartheid* e todos os seus apoiantes internos e externos, foi um enorme desafio para os dirigentes do País. A África do Sul não viu com agrado o surgimento de um país novo tão próximo da sua área de influência, fundado nas bases da independência e da liberdade, pois que as premissas políticas do MPLA, não se ajustavam à vocação dominadora, segregacionista, racista da África do Sul, ao tempo verdadeira inimiga das independências africanas. As tropas sul-africanas do Apartheid invadiram Angola, tendo sido derrotadas pelas gloriosas FAPLA, como auxílio das tropas internacionalistas cubanas. Nas cidades destaca-se a acção da Organização de Defesa Popular (ODP) e das Brigadas Populares de Vigilância (BPV), na defesa de objectivos estratégicos, das comunidades e dos bairros.

Passado um ano e meio da governação do país independente, a 27 de Maio de 1977, a direcção do MPLA e o governo, são confrontados com uma tentativa de golpe de estado promovido por alguns militantes alguns dos quais integravam o governo, e encabeçavam o golpe, nomeadamente Nito Alves e José Van Dúnem, porém não lograram os seus intentos de mudar o rumo do país. As

consequências deste acto deixaram marcas profundas no panorama sócio-político e económico e pelas elevadas perdas humanas.

Através das decisões dos seus Congressos Ordinários e Extraordinários, o MPLA lançou as bases para a realização do seu Programa Maior cuja essência reside na máxima de Agostinho Neto "**O mais importante é resolver os problemas do Povo**".

Num contexto conturbado da política internacional e regional, a estratégia de luta desenvolvida pelo MPLA levou ao estabelecimento de prioridades, para os grandes desígnios nacionais, a saber: garantir a inviolabilidade das fronteiras, a integridade territorial, sob constante ameaça da África do Sul racista, a formação de quadros visando o funcionamento da nova máquina da administração, dada a situação precária deixada com a fuga maciça de funcionários públicos; a implementação de programas de desenvolvimento e sócio-económico capazes de devolver aos Angolanos e dignidade perdida durante o colonialismo.

Um facto merecedor de referência são as lideranças que ocorreram ao longo dos 49 anos de independência. Logo após o 11 de Novembro de 1975, o MPLA e o Estado angolano viveram a tomada de posse do Dr. Agostinho Neto como Presidente da República e, em 1977 pelo I Congresso Ordinário, a sua reeleição para Presidente do MPLA, então transformado em Partido do Trabalho. Entretanto, em Setembro de 1979 a morte rouba traiçoeiramente a vida ao Presidente Agostinho Neto e o MPLA indica o Engenheiro José Eduardo dos Santos, primeiro como Presidente da República, a 20 de Setembro de 1979 e mais tarde, como Presidente do MPLA - Partido do Trabalho, ocorrida no I Congresso Extraordinário realizado de 17 a 23 de Dezembro de 1980.

O Camarada José Eduardo dos Santos referiu o seguinte, na tomada de posse para o cargo de Presidente da República, facto do qual se destaca a célebre citação deste **"Não é uma substituição fácil, nem tão pouco me parece uma substituição possível, é apenas uma substituição necessária".**

No quadro da sucessão na liderança do País, à luz dos Estatutos do MPLA, o Comité Central designou o Camarada João Manuel Gonçalves Lourenço, como cabeça de lista do MPLA e candidato ao cargo de Presidente da República, tendo sido eleito nas Eleições Gerais de 2017.

No VI Congresso Extraordinário, realizado a 08 de Setembro de 2018, o Camarada João Manuel Gonçalves Lourenço, foi eleito Presidente do MPLA.

Ao longo de décadas, o MPLA tem trabalhado para garantir a Paz, a estabilidade e a unidade nacional, elementos fundamentais para o progresso contínuo de Angola. Com a visão clara e estratégica bem definidas, o MPLA posiciona-se como um agente de mudança e desenvolvimento, comprometido com a construção de um futuro próspero e inclusivo para todos os Angolanos.

Neste sentido refira-se o pedido de nossas desculpas públicas e o perdão anunciado pelo Camarada João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente do MPLA e da República, no dia 26 de Maio de 2021, por todas as vítimas dos conflitos políticos desde a Independência até ao alcance da Paz a 4 de Abril de

2002, tendo dito *"Não é hora de nos apontarmos o dedo procurando os culpados; importa que cada um assuma as suas responsabilidades na parte que lhe cabe. É assim que, imbuídos deste espírito, viemos junto das vítimas dos conflitos e dos angolanos no geral, pedir humildemente, em nome do Estado angolano, as nossas desculpas públicas e o perdão, pelo grande mal que foram as execuções sumárias naquela altura e naquelas circunstâncias.*
Este pedido público de desculpas e de perdão não se resume a simples palavras, ele reflecte o nosso sincero arrependimento e vontade de pôr fim à angústia que ao longo destes anos as famílias carregam consigo, por falta de informação sobre o destino dado aos seus ente-queridos.
Ciente da importância e da necessidade de o fazer, ao dar este passo por iniciativa própria, o Estado angolano abre uma nova página da nossa história e encoraja a todos os outros actores e participantes dos conflitos políticos, a fazerem-no igualmente.
A história não se apaga, a verdade dos factos deve ser assumida para que as sociedades tomem as necessárias medidas preventivas, para evitar que tragédias idênticas se repitam."[5]

O MPLA presta e continuará sempre a prestar tributo aos Antigos Combatentes Veteranos da Pátria em Angola, enquanto figuras de relevante importância, cujo papel na luta pela independência e mesmo no pós-Independência estão registados nos anais da História de Angola, e por isso continua a merecer o reconhecimento da sociedade.

Os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria representam um legado importante para a sociedade angolana, pelo que o Governo angolano deve continuar a desenvolver e a consolidar esforços para a sua valorização, assistência social e integração enquanto cidadãos reflectindo assim o reconhecimento pelo seu contributo desse modo para a construção de uma Angola justa e inclusiva.

2. DO PERCURSO INICIAL AOS NOSSOS DIAS

O MPLA, enquanto movimento de libertação, teve de se organizar para melhor exercer o poder até aos nossos dias, evoluindo até ao ponto de hoje ser um partido com uma tripla dimensão: *i*) um partido de massas, de base territorial; ii) um partido de quadros, capaz de conceber e implementar estratégias para o exercício do poder; e *iii*) um partido eleitoral, capaz de congregar não apenas militantes, mas todos os cidadãos que se identifiquem com o seu programa eleitoral a sua linha político-ideológica e sejam patriotas.

[5] Mensagem à Nação do Camarada Presidente João Lourenço em memória das vítimas dos conflitos políticos em 26 de Maio de 2021.

2.1. A Organização, o Crescimento e a Base Ideológica do Partido

A organização, o crescimento e a base ideológica do MPLA estão intimamente ligados à Tese do Congresso de 1977, cujos os princípios e recomendações desde aquela altura foram sendo adoptados. Assim, de uma organização política de matriz e cariz ideológico mais marxista-leninista, selectivo e de base operária e camponesa, o MPLA passou para um partido de massas de base territorial, de quadros e eleitoral no actual momento, cujo crescimento registado ao longo destes anos foi notável.

Até à presente data o MPLA realizou os seguintes Congressos Ordinários, Extraordinários e Conferências Nacionais marcados por princípios organizacionais e ideologias, consoante o momento e cada etapa:

I Congresso Ordinário (10 de Dezembro de 1977)

O MPLA, a 10 de Dezembro de 1977, realizou o seu I Congresso Ordinário que teve por objectivo a transformação de Movimento Popular de Libertação de Angola em MPLA - Partido do Trabalho, Vanguarda do Povo angolano.

Antes da realização desse Congresso, em vésperas da 3.ª reunião Plenária do Comité Central de Outubro de 1976, e durante a cerimónia de encerramento da 2.ª Conferência Nacional da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), o Presidente António Agostinho Neto sinalizara que Angola era um país na sua grande maioria constituída por camponeses e que a classe operária apesar de minoritária deveria ser a classe dirigente, uma vez que ela teria a ideologia de vanguarda, o socialismo científico, que se chama Marxismo-leninismo. Apesar disso, a classe operária não poderia ter êxito se não fizesse alianças com os camponeses e intelectuais revolucionários e demais trabalhadores patriotas.

Foi por isso, que na abertura da 3.ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, o Presidente Agostinho Neto precisou que a República Popular de Angola constitui um Estado que caminhará decididamente para o Socialismo e que "*a nossa organização ideologicamente indefinida para alguns militantes, excepto para o nosso inimigo, é a organização de todos os que tornaram realidade o programa mínimo. É a sua transformação em Partido marxista-leninista que permitirá a definição subjectivamente exigida por alguns militantes"*. Aderindo a esta perspectiva no programa de acção saído da 3.ª Reunião Plenária do Comité Central, reafirma que o socialismo científico é o grande objectivo estratégico da revolução angolana. Foi assim, através do I Congresso Ordinário do MPLA, formalizada a constituição do MPLA em Partido de vanguarda, mas mantendo-se como uma frente de todas as forças patrióticas, conservando toda rica experiência acumulada.

Uma vez que o MPLA se transformara num partido marxista-leninista foi necessário adoptar um novo programa e estatutos. Partindo de uma análise marxista da situação concreta de então, o programa indicou a linha política a seguir, a estratégia e a táctica que permitiria passar da etapa da ditadura democrática e revolucionária para a instauração da democracia popular, a etapa da ditadura do proletariado que conduziria a construção da nova sociedade socialista.

Quanto aos estatutos que regulavam a vida interna, adoptaram as estruturas, os critérios de admissão, os direitos e deveres dos membros, os métodos de acção e os princípios da disciplina partidária.

Em resumo, no I Congresso Ordinário foram aprovados os seguintes documentos reitores: *i*) Resolução sobre a constituição do MPLA em Partido da classe operária; *ii*) Resolução sobre as Linhas Mestras do Desenvolvimento Económico e Social até 1980; *iii*) Resolução sobre os princípios de Base para Reformulação do Sistema de Educação e Ensino; *iv*) Resolução sobre as FAPLA como Exército Popular; *v*) Resolução sobre os meios de difusão massiva.

I Congresso Extraordinário (17 a 23 de Dezembro de 1980)

De 17 a 23 de Dezembro de 1980, o MPLA - Partido do Trabalho realizou o seu I Congresso Extraordinário, o qual teve como principal objectivo eleger o Engenheiro José Eduardo dos Santos para o Cargo de Presidente do MPLA, e completou o Comité Central elegendo membros oriundos das classes operária e camponesa. Na verdade, para além da eleição do Presidente do Partido, o I Congresso Extraordinário do MPLA foi um marco importante na história do Partido e de Angola. Algumas das principais decisões e orientações que emergiram deste congresso incluem: *i*) reafirmação da linha política: o Congresso reforçou a orientação socialista do MPLA, enfatizando a construção do socialismo em Angola e a luta contra o imperialismo; *ii*) estratégia de desenvolvimento: foi aprovada uma nova estratégia de desenvolvimento económico e social, com foco na industrialização, na reforma agrária e na melhoria das condições de vida da população; *iii*) unidade do Partido: o congresso buscou fortalecer a unidade interna do MPLA, promovendo a coesão entre os membros e a superação de divisões; *iv*) fortalecimento das Forças Armadas: a defesa nacional e o fortalecimento das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) foram temas centrais, em resposta às ameaças externas e à guerra civil em curso; *v*) internacionalismo: o MPLA reafirmou seu compromisso com a luta pela libertação dos povos africanos e a solidariedade internacional, especialmente com outros movimentos de libertação; vi) revisão de directrizes anteriores: o congresso também trouxe uma crítica a erros e falhas nas políticas anteriores, propondo uma revisão das práticas administrativas e de governança. Essas decisões reflectiram o contexto político e social de Angola na época, marcado por conflitos internos e pressões externas.

II Congresso Ordinário (16 a 21 de Dezembro de 1985)

Em 1985, o MPLA-Partido do Trabalho realizou, de 16 a 21 de Dezembro, o seu II Congresso Ordinário que fez uma avaliação da situação política, económica e social do país, referente aos últimos 10 anos de independência nacional e redefiniu novas estratégias para os anos subsequentes.

Este Congresso, a par das reflexões efectuadas na 1ª Conferência do MPLA realizada neste mesmo ano, discutiu novas ideias em termos de planeamento económico para Angola. Um dos principais focos foi a necessidade de diversificação da economia e redução da dependência de sectores específicos, como o petróleo. E as principais ideias que resultaram do Plano de Desenvolvimento Económico foram: i) diversificação económica nelas incluindo,

por um lado, a promoção de sectores alternativos como a agricultura, a indústria e os serviços, para diminuir a dependência do petróleo e, por outro, a implementação de programas que visavam aumentar a produção agrícola e garantir a segurança alimentar, com foco em culturas que poderiam ser exportadas; ii) descentralização da economia, incluindo o fortalecimento da economia com a promoção de iniciativas que apoiassem a produção local e um desenvolvimento mais equilibrado entre as diversas regiões do País; iii) reforma das empresas estatais com objectivo de, por um lado, obter-se maior eficiência e produtividade e, por outro, a restruturação da gestão das empresas estatais para aumentar a eficiência e reduzir perdas, incluindo possíveis parcerias com o sector privado; iv) Integração regional e a cooperação com países vizinhos como estímulo ao comércio regional e parcerias económicas para obtenção de sinergias com outros países africanos.

As orientações saídas do II Congresso tiveram uma relação directa com o início do Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), que foi implementado posteriormente, em 1987. O SEF foi uma resposta às crises económicas que o País enfrentava, visando estabilizar a economia, controlar a inflação e promover o crescimento económico sustentável, mas também lançou as bases para reformas mais abrangentes que seriam implementadas com o SEF nos anos seguintes.

Ainda no II Congresso Ordinário do MPLA, várias medidas significativas foram adoptadas em relação à vida interna e à organização do Partido das quais destacamos: i) reforço da unidade interna com a promoção da coesão uma vez que foi enfatizada a importância da unidade e coesão entre os membros do Partido; ii) a democracia interna e o aprofundamento da participação foram discutidos no Congresso, que abordou as formas de aumentar a participação dos militantes nas decisões do partido, promovendo um ambiente mais democrático; iii) a reestruturação organização com a avaliação e análise das estruturas existentes do partido para identificar falhas e implementar melhorias que aumentassem a eficiência administrativa; iv) formação e capacitação com o desenvolvimento de programas de formação para os militantes, visando aprimorar as competências políticas e técnicas, além de fortalecer a ideologia socialista; v) o fortalecimento da comunicação interna com a criação de mecanismos para melhorar a comunicação entre as diferentes instâncias do Partido, garantindo que as decisões e directivas fossem conhecidas e discutidas amplamente.

Foram ainda tomadas medidas que visavam fortalecer o MPLA como organização política capaz de enfrentar os desafios internos e externos da época, garantindo uma base sólida para a implementação de suas políticas e a promoção do socialismo em Angola.

III Congresso Ordinário (3 a 4 de Dezembro de 1990)

No período de 3 a 4 de Dezembro de 1990, o MPLA - Partido do Trabalho realizou o seu III Congresso Ordinário, que determinou a instauração em Angola de um Estado Democrático de Direito e a adopção do sistema multipartidário numa altura em que se verificavam transformações políticas, económicas e sociais em quase todo o Mundo, que tiveram como resultado o desanuviamento da tensão internacional, com o fim da “Guerra fria”.

Este Congresso foi um marco importante na história política do País, pois ocorreu num contexto de significativas transformações políticas e sociais, tanto em Angola quanto em todo o mundo. Os principais objectivos e decisões do Congresso foram os seguintes: i) Implementação do Sistema Multipartidário: O MPLA, que até então era o único partido legalizado, começou a aceitar a competição política entre diferentes partidos; ii) Reformas políticas e económicas: estas reformas eram vistas como essenciais para promover o desenvolvimento e a estabilidade no País; iii) Fortalecimento da Unidade Nacional: consolidação da paz e a reconciliação após anos de conflito civil. A promoção da paz foi um tema central nas deliberações do Congresso; iv) apoio à democracia: o congresso enfatizou a importância da democracia, com um foco na participação popular nas decisões políticas e sociais, reflectindo uma mudança na abordagem do Partido em relação à governação do País.

O III Congresso Ordinário do MPLA representou um passo importante rumo à democratização, ao pluralismo político e à construção de um Estado mais inclusivo e participativo. Iniciou-se um processo de revisão da ideologia marcado pelo distanciamento do marxismo-leninismo, adoptando uma abordagem mais pragmática e centrada no desenvolvimento económico e social, o que reflectiu uma adaptação às novas realidades políticas globais e locais.

No quadro da reestruturação interna, durante o Congresso, houve, em termos da liderança do MPLA, a introdução de novos membros e a promoção de figuras que representavam essa nova fase do Partido e incluiu a necessidade de um fortalecimento das bases do Partido para melhor responder às demandas da sociedade.

O Congresso também enfatizou a importância da democracia interna dentro do MPLA, promovendo a participação dos membros nas decisões e na escolha de lideranças, o que representou uma mudança em relação ao estilo até aí seguido.

Essas mudanças foram fundamentais para preparar o MPLA para as eleições multipartidárias subsequentes e para estabelecer um novo paradigma político em Angola, que tinha como objectivo consolidar a paz e promover o desenvolvimento após anos de guerra civil.

II Congresso Extraordinário (28 de Abril de 1991)

O MPLA-Partido do Trabalho realizou o seu II Congresso Extraordinário, que deu corpo às decisões do III Congresso Ordinário relativamente ao fim do sistema de Partido único e a implementação do multipartidarismo (Congresso da Grande Família), após os Acordos de Bicesse.

Os principais objectivos e decisões do Congresso foram: i) aprovação de novos Estatutos: O Congresso resultou na aprovação de novos Estatutos do MPLA, que reflectiram a mudança da ideologia do Partido, abandonando o marxismo-leninismo e adoptando uma abordagem mais social-democrata. Essa mudança era essencial para legitimar o Partido num ambiente político pluralista; ii) revisão da Constituição: O II Congresso Extraordinário foi parte do processo que culminou na revisão constitucional, permitindo a criação de um Estado Democrático e a legalização de outros partidos políticos. Essa revisão foi fundamental para estabelecer as bases legais para as eleições multipartidárias; iii) compromisso com a paz: o MPLA reafirmou o seu compromisso com os

Acordos de Bicesse, que visavam garantir a paz e a estabilidade no País após anos de guerra civil. O Congresso enfatizou a importância da reconciliação nacional e da construção de um ambiente político pacífico; iv) preparação para as eleições: o Congresso estabeleceu orientações para as eleições multipartidárias previstas para Setembro de 1992, preparando o MPLA para competir num novo cenário político onde outros partidos teriam a oportunidade de participar; v) fortalecimento da estrutura interna: o MPLA decidiu implementar uma reestruturação interna que procurava fortalecer a sua base, promovendo maior participação dos membros nas decisões do Partido e adaptando as suas estratégias às novas exigências políticas.

Essas decisões foram fundamentais para moldar o futuro político de Angola, estabelecendo um novo paradigma para a promoção da democracia e a estabilidade no País.

III Congresso Extraordinário (12 a 15 de Agosto de 1992)

Em 1992, o MPLA - Partido do Trabalho realizou o seu III Congresso Extraordinário, sob o lema "REUNIFICAÇÃO DA FAMÍLIA MPLA", que o transformou em Partido de massas adoptando a sigla de "MPLA", bem como se constituiu na antecâmara da sua preparação para as primeiras eleições multipartidárias, presidenciais e legislativas.

O III Congresso Extraordinário do MPLA foi realizado entre os dias 12 e 15 de Agosto de 1992 e foi crucial no contexto político de Angola, especialmente em relação às eleições gerais que ocorreriam em Setembro daquele ano.

As principais decisões que saíram desse Congresso foram: i) revisão do programa político e da ideologia do Partido: o MPLA decidiu actualizar seu programa político, afastando-se do marxismo-leninismo e adoptando uma abordagem mais voltada para a economia de mercado e a democracia pluralista. Essa mudança visava responder às exigências da nova realidade política e económica do País; ii) preparação para as eleições: o Congresso enfatizou a importância das eleições gerais programadas para Setembro de 1992, definindo estratégias para garantir a participação efectiva do Partido e a mobilização da base; iii) adaptação da liderança: o Congresso também abordou questões de liderança interna, com discussões sobre a necessidade de renovação e fortalecimento das estruturas do Partido para enfrentar os desafios políticos que se aproximavam; iv) consolidação da paz: o Congresso também abordou a importância da paz e da estabilidade política, especialmente após os Acordos de Bicesse, que visavam encerrar anos de conflito armado em Angola.

Essas decisões reflectiram um momento de transição significativa para o MPLA, que procurava adaptar-se a um ambiente político em mudança após anos de guerra civil e isolamento internacional, promovendo uma agenda que favorecesse a democratização e o desenvolvimento económico do País. O Congresso foi parte de um esforço maior para estabelecer um sistema democrático em Angola, culminando nas eleições que se seguiram.

IV Congresso Ordinário (5 a 10 de Dezembro de 1998)

Em 1998, o MPLA realizou o seu IV Congresso Ordinário, sob o lema "MPLA FIRME, RUMO AO SÉCULO XXI", que estabeleceu a estratégia para a saída da

crise político-militar, económica e social do País, bem como procurou clarificar a orientação ideológica do Partido, o “Socialismo Democrático”.

Durante o Congresso foi aprovada a estratégia global para a saída da crise, assente nos seguintes pilares: i) estabelecimento da Paz: o congresso enfatizou a necessidade de consolidar a paz em Angola, que havia sido devastada por anos de guerra civil. A paz foi vista como um pré-requisito essencial para qualquer desenvolvimento futuro; ii) reformas Económicas: foram propostas reformas que visavam revitalizar a economia angolana, promovendo o crescimento sustentável e a inclusão social. O objectivo foi o de criar condições que permitissem ao país superar os desafios económicos herdados do conflito; iii) desenvolvimento social: O MPLA também se comprometeu a abordar questões sociais, como educação, saúde e infra-estrutura, reconhecendo que o bem-estar da população era fundamental para a estabilidade do país.

A estratégia militar do MPLA, simbolizada pelo princípio “fazer a guerra para acabar com a guerra” e aprovada durante o IV Congresso Ordinário em 1998, consistia em várias abordagens para enfrentar a crise político-militar que Angola vivia, especialmente num contexto de guerra civil e instabilidade.

As principais características dessa estratégia incluíram: i) fortalecimento das Forças Armadas: o MPLA defendeu o reforço da capacidade das Forças Armadas Angolanas (FAA), com o objectivo de garantir a segurança interna e a defesa do país. Isso envolveu a sua modernização e o aumento da disciplina militar; ii) obter a Paz: a estratégia militar estava intimamente ligada ao objectivo de se conseguir a paz no país, como pré-requisito para o desenvolvimento; iii) combate às forças militares da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA): o MPLA orientou o Governo que criasse todas as condições humanas e materiais para enfrentar militarmente as forças da UNITA, que continuavam a ser uma ameaça significativa à estabilidade do país, incluindo operações militares específicas e estratégias de combate; iv) integração de Ex-combatentes: parte da estratégia incluiu a reintegração de ex-combatentes das forças militares da UNITA na sociedade angolana, promovendo programas de desarmamento, desmobilização e reintegração para reduzir tensões e promover a reconciliação nacional; v) apoio internacional: o MPLA e o Governo procuraram apoio internacional para fortalecer a sua posição militar e política, incluindo colaboração com aliados históricos que poderiam fornecer assistência técnica e militar; vi) luta contra a instabilidade: a estratégia também envolveu medidas para combater qualquer tentativa de desestabilização interna, utilizando um aparato de segurança robusto para monitorar e responder rapidamente a ameaças à ordem pública.

Essas orientações foram fundamentais para moldar não apenas a abordagem militar do MPLA para o Estado, mas também a sua estratégia política mais ampla, visando restaurar a ordem e promover o desenvolvimento num país marcado por décadas de conflito. Além disso, o Congresso clarificou a orientação ideológica do MPLA, reafirmando o seu compromisso com o “Socialismo Democrático”.

O socialismo democrático passa a ser a doutrina política e teórica do MPLA assente na democracia política, económica, social, cultural e nos valores da liberdade, justiça social, solidariedade e igualdade, defesa da dignidade do

Homem Angolano, pluralismo da organização política, economia social de mercado, desenvolvimento auto-sustentado e harmonioso, defesa do ambiente, Estado social de direito e elevação permanente do papel da sociedade civil.

Em termos de organização constatou-se que o Partido estava sobredimensionado, fundamentalmente em relação às estruturas de apoio (aparelho auxiliar).

Por isso, com uma base então estimada em 800 mil militantes e se a isso se multiplicasse um factor de mobilização de cada militante *per capita* de 4 eleitores, inferia-se que o MPLA poderia ter pelo menos 3 milhões de eleitores.

Para além de uma nova organização, o Congresso orientou que as estruturas de base deveriam assentar no princípio da territorialidade, admitindo-se entretanto uma dupla opção de militância (local de trabalho ou de residência).

V Congresso Ordinário (6 a 9 de Dezembro de 2003)

Em Dezembro de 2003, o MPLA realizou o seu V Congresso Ordinário entre os dias 6 e 9 de Dezembro sob o lema "PAZ, RECONCILIAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO", que se debruçou sobre matérias atinentes à paz, à reconstrução nacional e ao desenvolvimento do país.

Este Congresso foi um marco importante na política angolana, focando em questões cruciais para a Nação, especialmente após o fim da guerra civil em 2002.

Os principais objectivos do V Congresso incluíram: i) reflexão sobre a paz: avaliar os avanços e desafios na construção da paz em Angola; ii) reconstrução nacional: discutir estratégias para a reconstrução do país após anos de conflito; iii) desenvolvimento sustentável: promover políticas que garantissem o desenvolvimento económico, social e ambiental, visando melhorar as condições de vida da população.

Durante o Congresso, foram tomadas várias decisões significativas: i) aprovação de um novo programa político: O MPLA reafirmou o seu compromisso com a paz e a reconciliação nacional, além de definir directrizes para o desenvolvimento do País; ii) reestruturação interna do Partido: foram discutidas mudanças na estrutura organizacional do MPLA para torná-lo mais eficiente e representativo.

Durante o período que foi de 2003 a 2009 uma das novidades introduzidas no modo como o Partido desenvolvia as suas actividades foi a apresentação, no início de cada ano, uma agenda política para o respectivo período.

Outra tarefa de alcance político-eleitoral foi o programa aprovado pela Directiva nº 1/ BP/ 2004 de 20 de Fevereiro, sobre o processo de reorganização do MPLA, relativo à transferência das estruturas de base do partido dos locais de trabalho para as áreas de residência. Com esta medida, o MPLA conseguiu estar mais próximo do lugar onde residia o eleitor e de onde ele sairia no dia de votação para a sua assembleia de voto.

Não menos importante, foi o restabelecimento de relações de normalidade e de diálogo com as igrejas legalmente reconhecidas e o pragmatismo e realismo na formulação e transmissão da mensagem do Partido, uma vez que o diagnóstico politico eleitoral levava à conclusão que as camadas sociais mais

representativas para o trabalho político partidário eram a juventude, as mulheres, os cidadãos da terceira idade, os intelectuais e quadros, residentes maioritariamente nas zonas urbana, peri-urbana, sub urbana e rural.

VI Congresso Ordinário (7 a 10 de Dezembro de 2009)

Em 2009, o MPLA realizou o seu VI Congresso Ordinário, voltado no aprofundamento da democracia interna no seio do Partido.

O VI Congresso Ordinário do MPLA ocorreu de 7 a 10 de Dezembro de 2009 em Luanda. Este congresso teve como objectivo principal o aprofundamento da democracia interna no Partido e a avaliação do trabalho realizado desde o Congresso anterior, em 2003.

Os objectivos e decisões principais foram: i) aprofundamento da Democracia Interna: o congresso buscou fortalecer os mecanismos democráticos dentro do MPLA, promovendo uma maior participação dos membros nas decisões partidárias; ii) avaliação do trabalho do Partido: os delegados analisaram o balanço das actividades desenvolvidas pelo MPLA desde o último Congresso, identificando sucessos e áreas que necessitavam de melhorias; iii) fortalecimento da unidade: um dos focos foi a promoção da unidade dentro do Partido; iv) planeamento futuro: o Congresso aprovou orientações para o futuro do MPLA, incluindo estratégias para enfrentar os desafios políticos e sociais no País.

IV Congresso Extraordinário (29 a 30 de Abril de 2011)

Em 2011, o MPLA realizou o seu IV Congresso Extraordinário, nos dias 29 e 30 de Abril, que decorreu sob o lema “MPLA – MAIS DEMOCRACIA, MAIS DESENVOLVIMENTO” e foi fundamental para engajar todos os militantes na preparação e participação nas Eleições Gerais de 2012.

Os principais objectivos incluíram: i) avaliação das promessas: avaliar o cumprimento das promessas feitas nas eleições legislativas de 2008, onde o MPLA obteve 81,76% dos votos; ii) preparação eleitoral: ajustar a estratégia eleitoral do MPLA para as eleições de 2012, garantindo que todos os militantes estivessem engajados e preparados para participar activamente.

Esse congresso foi um marco importante na trajectória política do MPLA, preparando o Partido para os desafios eleitorais que se aproximavam.

V Congresso Extraordinário (4 a 6 de Dezembro de 2014)

De 4 a 6 de Dezembro de 2014, o MPLA realizou o seu V Congresso Extraordinário, sob o lema “MPLA – REVITALIZAR AS ESTRUTURAS PARA FORTALECER O PARTIDO”, que apreciou matérias relacionadas com o melhoramento da vida interna do Partido e maior inserção do MPLA na sociedade, bem como os desafios político-eleitorais.

Os principais objectivos do V Congresso Extraordinário incluíram: i) revitalização das estruturas: promover melhorias nas estruturas internas do partido para fortalecer a sua coesão e eficácia; ii) reflexão sobre os desafios futuros: discutir os desafios políticos e eleitorais que se aproximavam; iii) fortalecimento da unidade: reforçar a unidade e coesão dentro do Partido, especialmente num

contexto de competição política crescente; iv) preparação para eleições futuras: embora não tenham sido discutidos temas sensíveis como a sucessão presidencial ou as eleições autárquicas, o Congresso estabeleceu um compromisso com a preparação para os próximos desafios eleitorais; v) reforço da coesão interna: para garantir que o MPLA se mantenha unido diante das pressões externas e internas. Essas decisões reflectem a intenção do MPLA de consolidar a sua posição no poder e enfrentar os desafios políticos que se apresentavam no cenário angolano.

A tese discutida intitulava-se "MELHORAMENTO DA VIDA INTERNA DO PARTIDO E MAIOR INSERÇÃO DO MPLA NA SOCIEDADE" e foi elaborada depois do MPLA ter identificado, entre outros, factores negativos, erros e insuficiências, no seu trabalho em relação à instauração de uma sociedade mais inclusiva, ao reforço da democracia, ao reforço do Estado de direito, ao desenvolvimento de boas relações com os meios de comunicação social, com a sociedade civil, sobretudo com as elites, as igrejas e com as organizações sindicais, preconizando aperfeiçoa-lo com medidas concretas e específicas.

Constatou-se que a competição económica, constituiu um factor de extrema importância de inclusão social, porque dá as pessoas a possibilidade e a oportunidade de no decurso das suas vidas tirarem o maior proveito dos seus talentos e contribuírem, assim, para a sua felicidade pessoal e de toda a sociedade.

Sendo um sistema competitivo e não igualitarista, a economia de mercado também cria desigualdades sociais. Estas desigualdades devem ser minimizadas, através da existência de um Estado forte, competente e que exerça com efectividade o seu papel de órgão regulador e coordenador de toda a actividade económica.

O Congresso, também, concluiu que para além da existência de um Estado eficiente, o aumento dos níveis de inclusão do país passa pelo aprofundamento e consolidação da democracia, pela criação de condições de mercado iguais para todos, de modo que cada cidadão possa evidenciar o seu talento e as suas habilidades, incentivando e possibilitando o surgimento de novas empresas e de mecanismos que assegurem o cumprimento dos contratos estabelecidos entre agentes económicos.

VII Congresso Ordinário (17 a 20 de Agosto de 2016)

O VII Congresso Ordinário do MPLA foi realizado de 17 a 20 de Agosto de 2016, no Centro de Conferências de Belas, em Luanda, sob o lema "MPLA – COM O POVO RUMO À VITÓRIA". Este congresso teve um foco especial nos desafios económicos, sociais e políticos que o país enfrentava, especialmente em relação às Eleições Gerais de 2017.

Os principais objectivos do VII Congresso Ordinário foram: i) analisar os desafios nacionais: discutir os desafios que os angolanos enfrentavam, com ênfase nas questões económicas e sociais; ii) preparar as Eleições de 2017: iii) preparar o partido para as próximas eleições gerais, garantindo que o MPLA estivesse posicionado para uma vitória; iv) fortalecer a relação com a população: reforçar a conexão entre o partido e a população, assegurando que as políticas do MPLA estivessem alinhadas com as necessidades dos cidadãos.

As principais decisões e directrizes adoptadas durante o Congresso foram: i) composição do Comité Central: a composição do Comité Central foi ampliada de 311 para 363 membros, com foco na inclusão de jovens e mulheres, reflectindo uma estratégia para rejuvenescer a Direcção do Partido; ii) a aprovação de uma Moção de Estratégia: o Congresso aprovou uma Moção de Estratégia que serviria como guia na preparação do MPLA para os desafios futuros e as eleições de 2017; iii) promoção da diversificação económica: foi destacada a necessidade urgente de diversificar a economia angolana, reduzindo a dependência do petróleo e promovendo outras áreas de desenvolvimento económico; iv) compromisso com a inclusão social: o MPLA reafirmou o seu compromisso em atender às necessidades das comunidades mais vulneráveis, procurando garantir uma maior inclusão social através das políticas públicas.

Foi elaborada uma Moção de Estratégia, cuja aprovação, foi antes feito de um vasto trabalho de avaliação dos resultados obtidos com a implementação da Moção de Estratégia aprovada no VI Congresso Extraordinário um diagnóstico estratégico da situação do País nos domínios político, económico, social, cultural, militar, institucional e de segurança cujas principais conclusões serviram de base para determinar os grandes desígnios nacionais para 2016 - 2021.

A Moção de Estratégia aprovada teve como principal pressuposto a necessidade de consolidar a Paz, reforçar a democracia e preservar a unidade e coesão social, que constituem os alicerces fundamentais para a concretização dos desígnios nacionais então definidos, a saber:

I) Promover o desenvolvimento de uma sociedade civil participativa e responsável e assegurar a inclusão política de todos os cidadãos, sem discriminações;

II) Edificar um estado democrático e de direito, forte, moderno, coordenador e regulador da vida económica e social;

III) Promover o desenvolvimento sustentável, assegurando a inclusão económica e social, a estabilidade macroeconómica e a diversificação da economia nacional, reduzindo as desigualdades;

IV) Estimular a transformação da economia, o desenvolvimento do sector privado e a competitividade;

V) Promover o desenvolvimento humano e a qualidade de vida dos angolanos, e erradicação da fome e da pobreza extrema;

VI) Incentivar a criação de emprego remunerador e produtivo, elevando a qualificação e a produtividade;

VII) Garantir o desenvolvimento harmonioso do território, promovendo a descentralização e a municipalização;

VIII) Garantir o fortalecimento e modernização do sistema de defesa e segurança nacional;

IX) Promover o reforço do papel de Angola no contexto internacional e regional.

Neste Congresso foi iniciada a transição política e a passagem de testemunho do Presidente José Eduardo dos Santos para o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, que ficou concretizada nas eleições de 2017.

VI Congresso Extraordinário (8 de Setembro de 2018)

O VI Congresso Extraordinário do MPLA ocorreu no dia 8 de Setembro de 2018, sob o lema "COM A FORÇA DO PASSADO E DO PRESENTE, CONSTRUAMOS UM FUTURO MELHOR". Este congresso foi crucial para a reestruturação do Partido e a definição de sua liderança, tendo sido eleito o Camarada João Manuel Gonçalves Lourenço para o cargo de Presidente do MPLA.

Os principais objectivos do VI Congresso Extraordinário foram: i) eleição da nova liderança: eleger um novo Presidente para o MPLA, marcando uma nova fase na liderança do Partido; ii) reflexão sobre os desafios actuais: discutir os desafios económicos, sociais e políticos que Angola enfrentava, preparando o Partido para as futuras eleições e para a governança; iii) fortalecimento da base partidária: reforçar a coesão interna e a relação do MPLA com a sociedade angolana.

As principais decisões e orientações adoptadas durante o congresso foram: i) eleição do Camarada João Lourenço: o Camarada João Manuel Gonçalves Lourenço foi eleito como o novo Presidente do MPLA, sucedendo o Camarada José Eduardo dos Santos, que havia liderado o Partido por mais de três décadas; ii) reestruturação Interna: o congresso abordou a necessidade de revitalizar as estruturas internas do partido, promovendo uma maior inclusão e participação dos militantes nas decisões políticas; iii) compromisso com reformas: foi reafirmado o compromisso do MPLA em implementar reformas necessárias para enfrentar os desafios económicos e sociais do país, buscando uma maior eficiência na governança; iv) promoção da unidade: o Congresso enfatizou a importância da unidade dentro do Partido e entre os militantes, visando fortalecer a posição do MPLA na sociedade angolana.

VII Congresso Extraordinário (15 de Junho de 2019)

Em 15 de Junho de 2019, o MPLA realizou o VII Congresso Extraordinário, sob o lema "MPLA E OS NOVOS DESAFIOS", que serviu para reafirmar o apoio à nova liderança do Partido e para o alargamento dos seus Órgãos Colegiais.

Os principais objectivos do VII Congresso Extraordinário foram: i) reafirmação da liderança: fortalecer o apoio à liderança do Camarada João Lourenço, Presidente do MPLA, após sua eleição em 2018; ii) alargamento dos órgãos colegiais: discutir e aprovar a ampliação do Comité Central de 363 para 497 membros, visando uma maior inclusão e representatividade; iii) preparação para desafios futuros: abordar os novos desafios políticos, económicos e sociais que o MPLA e Angola enfrentavam, preparando o Partido para um futuro melhor.

As principais decisões adoptadas durante o Congresso foram: i) ampliação do Comité Central: o número de membros do Comité Central foi aumentado, com a inclusão de novos militantes, especialmente jovens e mulheres, para reflectir uma maior diversidade dentro da estrutura partidária; ii) apoio à nova liderança: foi reafirmado o compromisso com a liderança do Camarada João Lourenço, consolidando sua posição como Presidente do MPLA e promovendo a

continuidade das políticas iniciadas na sua gestão; iii) foco em políticas públicas inclusivas: o Congresso enfatizou a importância de implementar políticas que atendam às necessidades da população angolana, buscando uma maior inclusão social e desenvolvimento económico; iv) engajamento com a sociedade: decidiu-se por um maior engajamento do MPLA com a sociedade civil, promovendo diálogos e iniciativas que aproximem o Partido das comunidades; v) assuntos inerentes a preparação para eleições autárquicas: o Congresso também discutiu a preparação para as eleições autárquicas estabelecendo directrizes para garantir que o MPLA esteja bem posicionado.

VIII Congresso Ordinário (9 a 11 de Dezembro de 2021)

O MPLA realizou, de 9 a 11 de Dezembro de 2021, o VIII Congresso Ordinário, sob o lema "MPLA E OS NOVOS DESAFIOS". Foi o primeiro sob a liderança do Camarada João Lourenço, tendo permitido concluir o processo de transição política na liderança do MPLA.

Os principais objectivos do VIII Congresso Ordinário foram: i) reafirmação da Liderança: fortalecer o apoio à liderança do Camarada João Lourenço, Presidente do MPLA, e consolidar a sua posição dentro do Partido; ii) análise dos desafios actuais: discutir os desafios económicos, sociais e políticos que o País enfrenta, buscando soluções adequadas para os problemas da população; iii) fortalecimento da estrutura partidária: promover um alargamento e fortalecimento dos órgãos colegiais do MPLA, garantindo uma maior inclusão e representatividade.

As principais decisões e orientações adoptadas durante o Congresso foram: i) reeleição do Camarada João Lourenço: o Camarada João Lourenço foi reafirmado como Presidente do MPLA, recebendo amplo apoio dos delegados para continuar liderando o Partido; ii) ampliação dos Órgãos Colegiais: o Congresso decidiu pela ampliação dos Órgãos Colegiais do MPLA, com a inclusão de novos membros no Comité Central, de 497 para 693 membros, salvaguardando a paridade do género e 35% de jovens; iii) compromisso com as reformas: foi reafirmado o compromisso em implementar reformas necessárias para enfrentar os desafios económicos e sociais, visando modernizar a governança e melhorar a vida dos angolanos; iv) promoção da inclusão social: o MPLA enfatizou a importância de políticas que promovam a inclusão social e atendam às necessidades das comunidades mais vulneráveis.

A terminar, assinala-se que no período que medeia o I e o VIII Congresso Ordinário, o MPLA realizou nos anos 1985, 1997 e 2008 Conferências Nacionais nos termos dos Estatutos, como fora temáticos para identificar e debater assuntos de grande relevância para a vida do Partido e do País.

No decurso dos últimos 12 anos da história do MPLA, pode-se verificar a vigência de duas Moções de Estratégia, nomeadamente, (i) a Moção de Estratégia ao VI Congresso do MPLA de 2009, que foi parcialmente ajustada no IV Congresso Extraordinário em 2011, implementada no período 2009 a 2016; (ii) a Moção de Estratégia ao VII Congresso do MPLA em 2016, que compreendeu o período 2016 a 2021.

Crescimento do Partido

A actividade estatística do Partido remonta a 1977, com a materialização da resolução saída do histórico Primeiro Congresso do MPLA, sobre o lançamento do Movimento de Rectificação com o objectivo de criar as estruturas do MPLA-Partido do Trabalho, o acerto dos dados estatísticos dos efectivos do Partido e o controlo de fiscalização do trabalho dos Membros.

A estatística do Partido joga um papel fundamental na actividade partidária, constituindo a sua tarefa essencial, em controlar, centralizar e proceder ao tratamento adequado de toda a informação estatística, que condensa indicadores inerentes as áreas de trabalho.

Até à realização do I Congresso Ordinário, em 1977, o número de Membros do MPLA Movimento era de **110.000** distribuídos nas categorias de Militantes, Aderentes e Simpatizantes. A província de Luanda destacava-se com mais de **30.000** Membros.

Com a constituição em Partido do Trabalho criaram-se as premissas necessárias para a construção do Partido e a forma superior de organização com que passou a contar com a classe operária como força dirigente e o seu destacamento de vanguarda na defesa dos amplos interesses da classe trabalhadora.

Com a materialização da Resolução do I Congresso Ordinário iniciou em 1978 um vasto movimento de Rectificação a todos os níveis por forma a corrigirem-se os erros, melhorar os métodos de trabalho e unir todos os militantes em torno dos objectivos do Partido.

Durante o processo do Movimento de Rectificação foram realizadas **336.051** Assembleias de Sensibilização, **354.787** Assembleias de Rectificação em **1.721** Centros de Trabalho, onde participaram **680.838** Trabalhadores.

Nesta conformidade foram apurados os seguintes resultados:

Comités do Partido	Comités de Sector	Células	Apuramento							
			Simpatizantes		Juventude do Partido		Aspirantes		Militantes	
			Total	M	Total	M	Total	M	Total	M
4	58	2.328	6.176	892	3.999	575	14.106	1.101	12.094	1.074

Importa salientar que neste período o Partido estava organizado com base na Composição Social e Etária da seguinte forma:

Composição Social	%
Operários Industriais	9
Operários Agrícolas	15
Camponeses	4
Intelectuais e Técnicos	6
Empregados	18
Responsáveis	20
Desconhecidos	21
Outros	25,5

Composição Etária	N.º de Membros
18 aos 30 anos	6.253
31 aos 40 anos	7.870
41 aos 50 anos	5.197
>de 50 anos	2.996
Desconhecidos	2.884
Total	**25.200**

Em Dezembro de 1980, aquando da realização do I Congresso Extraordinário do MPLA- Partido do Trabalho, contava com **31.294** Militantes dos quais **974** mulheres e **15.804** Aspirantes dos quais **1.694** mulheres, enquadrados em **2.765** Células e **65** Comités do Partido de Local de Trabalho.

Composição Social	%
Operários	49,1
Camponeses	1,9
Empregados e Intelectuais	45,3
Outras	**3,5**
Total	**99,8**

Composição Etária	%
18 aos 30 anos	19,1
31 aos 40 anos	23,8
41 aos 50 anos	15,1
> de 50 anos	8,4
Desconhecidos	33,1
Total	**99,5**

Com a realização do II Congresso do MPLA-Partido do Trabalho em Dezembro de 1985, foram apurados os seguintes dados:

Composição Social	%
Operários Industriais	26,4
Operários Agrícolas	8,6
Camponeses	23
Intelectuais e Técnicos	6
Empregados	12,9
Responsáveis	21,9
Outros	1,2

Composição Etária	%
18 aos 30 anos	15
31 aos 40 anos	34
41 aos 50 anos	27
> de 50 anos	18
Desconhecidos	6

A partir do II Congresso adoptou-se um novo mecanismo de recolha e tratamento de dados estatísticos, permitindo obter outros indicadores da vida dos militantes, como é o caso do grau de instrução, conforme se apresenta abaixo:

Grau de Instrução	%
Analfabetos	14
Alfabetizados	9
I Nível	44
II Nível	15
III Nível	7
Ensino Médio	4
Ensino Superior	2
Desconhecidos	5

Em Dezembro de 1990 o MPLA-Partido do Trabalho realizou o seu III Congresso Ordinário num período historicamente importante de vida da Nação e do processo de distensão do clima do desarmamento da tensão internacional e regional. Dentre outras questões vitais o Congresso efectuou o balanço das actividades no decorrer do período 1985/90.

Nessa altura, o MPLA-Partido do Trabalho contava com **65.362** militantes, dos quais **7.540** mulheres, enquadrados em 4.437 Células e 88 Comités do Partido, de acordo com as tabelas abaixo que descrevem a Composição Social, Etária e Nível de Escolaridade:

Composição Social	N. de Membros	%
Operários	13.382	20,47
Camponeses	12.025	18,40
Empregados e Intelectuais	24.840	38,00
Outros	15.115	23,13
Total	**65.362**	**100,00**

Composição Etária	N. de Membros	%
18 aos 30 anos	6.628	10,14
31 aos 40 anos	19.293	29,52
41 aos 50 anos	10.960	16,77
>de 50 anos	8.480	12,97
Desconhecidos	20.001	30,60
Total	**65.362**	**100,00**

Nível de Escolaridade	N. de Membros	%
Analfabetos	5.203	7,96
Alfabetizados	4.343	6,64
I Nível	16.193	24,77
II Nível	8.578	13,13
III Nível	6.162	9,42
Ensino Médio	4.317	6,60
Ensino Superior	1.581	2,41
Outros	18.985	29,04
Total	**65.362**	**100**

Tempo de Militância	N. de Membros	%
1 a 5 anos	28.906	44,22
6 a 10 anos	20.501	31,37
11 a 15 anos	13.298	20,35
16 a 20 anos	2.657	4,07
Total	**65.362**	**100,00**

Crescimento do Partido	1980	1985	1991
Total de Membros	31.098	34.732	65.362
Militantes	15.294	18.901	47.116
Aspirantes	15.804	15.831	18.246

Importa realçar que o I Congresso Extraordinário ao analisar os resultados do Movimento de Rectificação, considerou que por razões várias, alguns militantes do Movimento, que se dedicaram com patriotismo a luta de libertação, não tinham sidos abrangidos pela rectificação, e por isto se delineou o crescimento do Partido, através de Campanhas. A seguir se apresenta no quadro demonstrativo das campanhas de crescimento de membros do Partido:

	Ingresso de novos Militantes	Passagem da JMPLA ao Partido	Total de Membros Recrutados
1ª Campanha (1982/83)	10,293	1,087	11,380
2ª Campanha (1984/85)	6,960		6,960
3ª Campanha (1987/88)	13.346	2,516	15,862

Em Abril de 1991, tem lugar o II Congresso Extraordinário do MPLA Partido do Trabalho. Neste histórico Congresso é tomada a decisão de preencher os lugares em aberto no Comité Central com militantes pertencentes a vários sectores e sensibilidades da Sociedade Angolana, que contou com **71.522** militantes dos quais **8.343** mulheres, enquadrados em **4.442** Células e **97** Comités do Partido. Neste período a Composição Social, Etária e o Nível de Escolaridade é a seguinte:

Composição Social	N. de Militantes	%
Operários	15.388	21,51
Camponeses	15.062	21,05
Empreg. E Intelectuais	27.069	37,84
Outros	14.003	19,57
Total	**71.522**	**100,00**

Composição Etária	N.º de Militantes	%
18 aos 30 anos	8.734	12,21
31 aos 40 anos	21.723	30,37
41 aos 50 anos	13.734	19,20
>de 50 anos	10.756	15,03
Desconhecidos	16.575	23,17
Total	**71.522**	**100,00**

Nível de Escolaridade	N.º de Militantes	%
Analfabetos	6.894	9,63
Alfabetizados	4.894	6,84
I Nível	18.031	25,21
II Nível	10.923	15,27
III Nível	8.013	11,20
Ensino Médio	5.293	7,40
Ensino Superior	1.589	2,22
Outros	15.885	22,20
Total	**71.522**	**100,00**

Já em Maio de 1992, realizou-se o III Congresso Extraordinário do Partido, sob o lema da Reunificação da Família MPLA. Neste Congresso muda também o carácter do Partido, voltando as suas origens, isto é, num Partido de massas, democrático, aberto a todos os Angolanos, na condição de aceitar o Programa e os Estatutos. Importa realçar que em 1991 a 1992 foi o período designado de preparação e realização da Campanha Eleitoral. Nas vésperas das eleições, devido a realização destes dois importantes Congressos, o Partido cresce substancialmente o número de militantes. Se no fim de 1990 o Partido contava com **71.522** militantes, em aproximadamente um ano o Partido cresceu para **544.639** militantes.

Após a guerra pós eleitoral, em 1993 o total de militantes confirmados foi de **198.297** e em 1994 cresceu para **301.074.**

Fruto dos esforços dos Dirigentes, Responsáveis, Quadros, Militantes e Activistas, foi possível desencadear iniciativas que culminaram no ingresso e enquadramento de novos militantes para o Partido, que passou a contar com **624.178**, no período de 1995 a 1997.

De 1998 a 2009 verificou-se o seguinte crescimento em termos de militantes:

Ano	N. de Militantes	Células		CAP	CAS	Grupos do Partido
		Local de Residência	Local de Trabalho			
1998	-					
1999	1.036.734					
2000	1.146.682	27.066	23.284			
2001	1.456.661	5.535	158		339	
2002	1.706.218	47.624	8.074		260	
2003	1.862.409			47.874		
2004	-					
2005	2.883.673	27.486			52	997
2006	-					
2007	4.273.916					
2008	-					
2009	4.842.216					

Em 2009, realizou-se o VI Congresso Ordinário, que se dedicou ao aprofundamento da democracia interna no seio do Partido.

Em 2011 realizou-se o IV Congresso Extraordinário, que decorreu sob o lema "MPLA – Mais Democracia, Mais Desenvolvimento", que visou engajar todos os militantes no processo de preparação e participação efectiva nas Eleições Gerais de 2012.

A tabela abaixo descreve a evolução do crescimento de militantes do Partido durante o período de 2012 a 2020.

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Militantes	4.842.216	4.949.322	5.071.325	5.367.600	4.833.759	5.694.753	-	5.499.582	4.341.338

Face aos resultados obtidos nas eleições gerais de 2022, orientou-se os Comités Provinciais a procederam à recontagem e confirmação de militantes do Partido, com a finalidade de actualizar a base estatística do MPLA, que resultou na realização das Assembleias de Balanço e Renovação de Mandatos dos Comités de Acção do Partido, de Maio a Agosto de 2024. Neste processo participaram **3.030.632** militantes do Partido, distribuídos nos 56.061 Comités de Acção.

2.2. Organização do Estado, Construção e Consolidação da Democracia

2.2.1. Período 1975 - 1992

Na História recente de Angola, destacam-se momentos marcantes e essenciais para compreender o modo como o MPLA, em cada etapa, exerceu o poder político e o poder do Estado em representação do Povo angolano.

Destacam-se os seguintes momentos:

a) Acordo de Alvor, de 15 de Janeiro de 1975;
b) Lei Fundamental, de 30 de Junho de 1975 (que nunca chegou a ser aplicada);
c) Lei Constitucional, de Novembro de 1975;
d) Lei Constitucional, de Março de 1991;
e) Revisão Constitucional, de Setembro de 1992;
f) Revisão Constitucional, de Novembro de 1996;
g) Criação da 1ª Comissão Constitucional (de um parlamento multipartidário), em Fevereiro 1998;
h) Extinção da Comissão Constitucional, em Dezembro de 2004;
i) Criação da Comissão Constitucional, em Janeiro de 2009;
j) Constituição, de 5 de Fevereiro de 2010.

Em Abril de 1974 triunfa, em Portugal, a Revolução dos Cravos e no plano jurídico e político, assume o poder uma Junta de Salvação Nacional que, nos termos da Lei n.º 1/74, de 25 de Abril, destitui das suas funções o Presidente da

República, o Presidente do Conselho e todo o Governo. De igual modo, nos termos do Decreto-lei n.º 169/74, de 25 de Abril, são exonerados das suas funções os Governadores-gerais dos Estados de Angola e Moçambique. Dava-se cumprimento às medidas imediatas do Movimento das Forças Armadas (MFA). Iniciou, assim, em Angola um processo de transição que terminou com a proclamação da independência de Angola, no dia 11 de Novembro de1975.

Com a aprovação da Lei n.º 3/74, reaparecem os governadores-gerais das colónias. Mas esta Lei não definia as competências dos governadores-gerais, nem do próprio Governo provisório, no que concerne às províncias ultramarinas. Apenas a Lei n.º 7/74, de 26 de Julho, reconheceu o direito à independência dos povos do Ultramar.

Definidas as balizas políticas de actuação do Governo, iniciou-se um processo político de negociações entre Portugal e os três movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA), que culminou com a adopção dos Acordos de Alvor, publicados no *Boletim Oficial* n.º 37, I Série, de 13 de Fevereiro de 1975. Nos termos deste acordo, deveria ser instituído um Governo de transição presidido por um colégio presidencial e que deveria consultar o Alto-Comissário (assim se passaria a designar o representante de Portugal) sobre assuntos da acção do Governo. Entre outras funções, o Governo de transição deveria preparar o processo de transição para a independência, elaborar e aprovar uma lei fundamental, que deveria vigorar até à entrada em vigor da Constituição de Angola, e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola.

No exercício de poderes constituintes, o Governo de transição aprovou e o colégio presidencial promulgou a 13 de Junho de 1975, a Lei Fundamental de Angola para vigorar até à aprovação e promulgação da Constituição política da República.

A Lei Fundamental não foi, entretanto, aplicada. Os órgãos nela previstos não foram preenchidos, as operações preparatórias das eleições não foram realizadas e Angola mergulhou numa guerra civil entre os três movimentos de libertação, internacionalizada por intervenções externas.
Os acordos de Alvor são suspensos pelo Governo português, em 22 de Agosto de 1975, através do Decreto-lei n.º 458-A/75.

No dia 11 de Novembro de 1975, o Presidente do MPLA, Camarada António Agostinho Neto, proclamou a Independência de Angola.
Antes da proclamação da independência, o Comité Central do MPLA aprovou, no dia 10 de Novembro, a Lei Constitucional (LC) de Angola, que entrou em vigor no dia 11 de Novembro de 1975.

Fundada em princípios ideológicos, políticos e jurídicos marxistas-leninistas, a LC de 11 de Novembro de 1975, apesar de não ter consagrado expressamente o socialismo, caracterizava-se, entre outros, pelos seguintes traços essenciais, no que concerne à autonomia local e à tutela do Estado:

- Construção do Estado Democrático e Popular;

- Afirmação do MPLA como centro do poder, directamente derivado do povo, no qual reside a soberania;
- Garantia da participação das massas populares no exercício do poder político, através da participação e desenvolvimento das formas organizativas do poder popular;
- Consagração de um Estado unitário e indivisível e combate a qualquer tentativa de regionalismo, separatismo ou desmembramento do território

A LC de 11 de Novembro de 1975 consagrou o MPLA como força dirigente da Nação, na construção do Estado Democrático Popular, tendo como núcleo do poder uma larga frente que integrava todas as forças patrióticas empenhadas na luta anti-imperialista. O Estado era organizado da seguinte forma:

i) Presidente da República, como Chefe de Estado que presidia o Conselho da Revolução, em substituição da Assembleia do Povo;
ii) O Conselho da Revolução era constituído pelos membros do Bureau Político, membros do Estado-Maior Geral das FAPLA, membros do Governo designados para o efeito pelo MPLA, Comissários Provinciais e pelos Chefes dos Estados-Maiores e Comissários Políticos das Frentes Militares. Ao Conselho da Revolução competia exercer a função legislativa e definir a política interna e externa de Angola, aprovar o orçamento, nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, os membros do Governo e os comissários provinciais;
iii) Assembleia do Povo, órgão Supremo do Estado, que só foi instituída em 1980;
iv) O Governo, constituído pelo Primeiro-Ministro que o presidia e os Ministros e Secretários de Estado. O Governo poderia exercer a função legislativa por delegação do Conselho da Revolução. A nível local, os princípios fundamentais da Administração Local do Estado e da Administração Local Autárquica eram os da unidade, descentralização e iniciativa local.

A divisão administrativa ficou estabelecida em províncias, concelhos, comunas, círculos, bairros e povoações. Cada uma dessas circunscrições administrativas, excepto o círculo, constituía uma autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira (artigo 51.º). As autarquias locais teriam como corpos administrativos, no concelho, a Câmara Municipal; na comuna, a Comissão Comunal; e nos bairros e povoações, as Comissões Populares de bairros ou povoação.

Os principais órgãos locais do Estado eram: i) na província, o Comissário Provincial, como representante do Conselho da Revolução e do Governo; ii) no concelho, o Comissário local; iii) na comuna, o Comissário de Comuna; e iv) no círculo, o Delegado.

Todos eles eram nomeados sob indicação do MPLA. Na província, para além do Comissário Provincial, existia uma Comissão Provincial com funções legislativas em matérias de exclusivo interesse da província.

Sem qualquer revisão constitucional, a Lei dos Órgãos do Poder (LOP) consagrou expressamente o princípio do centralismo democrático a ser aplicado rigorosamente em todos os órgãos do poder popular.
Sem pessoal administrativo preparado, sem ter havido uma transição administrativa (cerca de oitenta mil funcionários e agentes da Administração Pública haviam saído de Angola), o poder revolucionário teria que erguer um poder local novo. A opção político-legislativa foi institucionalizar órgãos do poder popular. Na teoria marxista-leninista (fundamento ideológico das opções de então), os órgãos do poder popular formam o sistema unitário e eleito do poder estatal, organizam-se e funcionam segundo os princípios do centralismo democrático; todos os outros órgãos do poder são directamente eleitos pelo povo.

Aprovado o quadro legal, realizaram-se a 27 de Junho de 1976, as primeiras eleições para os órgãos do poder popular. As eleições foram realizadas, a título experimental, na província de Luanda, em homenagem ao gradualismo, imposto por Lei, na institucionalização dos órgãos do poder popular.

A opção pela "via socialista do desenvolvimento" adoptada pela 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, em Outubro de 1976, conduziu mais tarde à criação de um Partido marxista-leninista, como força dirigente e impulsionadora de todo o processo tendente à criação das bases materiais e sociais da futura sociedade socialista".
Entre outras alterações, a Revisão Constitucional de 1978 consagrou, expressamente, o princípio do centralismo democrático, confirmando, deste modo, formalmente, o que já era uma realidade administrativa.

Assim sendo, neste mesmo ano aprovou-se o Decreto-lei n.º 84/78, de 4 de Julho, que consagrou a divisão da província da Lunda, em duas províncias, nomeadamente Lunda Norte e Lunda Sul.

Até à revisão constitucional de 1980, poucas foram as iniciativas políticas e legislativas no domínio local. Entre as poucas (iniciativas), destacou-se a divisão administrativa da província de Luanda em duas: Luanda e Bengo (Lei n.º 3/80, de 26 de Abril); e a Lei n.º 3-A/80, de 22 de Março, que aprovou o Estatuto do Aparelho de Estado a Nível Provincial. Neste diploma, de vida efémera, concentravam-se no Comissário as principais competências do domínio económico, social, administrativo, financeiro e sociocultural, ao mesmo tempo que lhe assistia o direito de ser ouvido sobre todos os projectos com incidência na sua área de jurisdição e de participação nas reuniões do Conselho de Ministros.

Em Setembro de 1980, uma decisão do Comité Central do MPLA-PT orienta a alteração da Lei Constitucional. Com base nesta resolução, foi aprovada a revisão constitucional de 23 de Setembro de 1980, que constituiu mais uma alteração significativa da LC. O objectivo principal das alterações foi a criação dos órgãos eleitos do poder popular, nomeadamente a Assembleia do Povo e as Assembleias Populares Provinciais.

A Lei dos Órgãos Locais do Estado procurou combinar o centralismo democrático com o projecto de " descentralização administrativa", ao estabelecer

que “os resultados a colher da sua aplicação permitiriam o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos órgãos locais do Estado e a maior descentralização administrativa das tarefas necessárias à melhoria constante das condições de vida do povo”.

Do ponto de vista económico, ocorreu um processo de nacionalizações, com centralização económica e uma forte presença do Estado na economia.

Dado o recrudescimento da guerra, o Estado, dirigido pelo MPLA, teve necessidade, no âmbito da sua organização e funcionamento, de adoptar medidas legislativas e organizativas, entre outras, dotar o executivo da operacionalidade e dinâmicas consentâneas com as tarefas que era necessário levar a cabo naquele difícil contexto político e militar.

Assinala-se a criação, em 1983, como resposta à difícil situação militar, dos Conselhos Militares regionais “como órgãos de direcção política, militar, económica e social” (artigo 1.º da Lei n.º 5/83, de 30 de Julho) que, em 1984, ficaram subordinados ao então criado Conselho de Defesa e Segurança (que assumia as funções do Conselho de Ministros no intervalo das suas sessões).
A segunda metade da década de 80 e o início da década de 90 foram marcados, no plano interno e internacional, por acontecimentos e factos que marcam até hoje a realidade angolana.

A partir da composição do Conselho de Defesa e Segurança e das suas atribuições e competências pode aferir-se que subjaz da sua criação a ideia de combinar a defesa e segurança do País com a economia de resistência e que esta foi a forma de resposta, em termos de organização administrativa, que o MPLA encontrou para fazer face à situação militar, económica e social.
Por isso, no início, com uma composição maioritariamente militar, em 1986, há uma inversão com a inclusão de Ministros de Estado, Ministro das Relações Exteriores, do Plano e da Justiça.

No plano político interno, sucedem-se os Congressos do MPLA, Partido governante: foram realizados três Congressos (dois ordinários e um extraordinário), que visaram a adaptação político-partidária aos novos tempos.

No plano da economia, iniciou-se a reformulação do sistema económico, visando a correcção dos desequilíbrios e distorções. Foram, neste período, aprovados os seguintes programas reformadores: Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) de 1987, o Programa de Recuperação Económica (PRE) de 1989, e o Programa de Acção do Governo (PAG) de 1990.No plano internacional, assistiu-se à derrocada e desmantelamento do bloco socialista.

Aos Governos provinciais competiria, por um lado, exercer uma espécie de “função política” provincial e executiva das orientações e deliberações dos órgãos colegiais e singulares hierarquicamente superiores e, por outro, o exercício de funções administrativas prestadoras de serviços às populações.

Nos últimos anos da década de 80 iniciou-se um processo de reformas económicas que, entre outros objectivos, visava a alteração do sistema

centralizado de direcção da economia. Para o biénio 1989/1990, foi aprovado o Plano de Recuperação Económica (PRE), que recomendava o seguinte: i) realização do diagnóstico da situação da Administração Pública; ii) definição dos princípios orientadores da reforma da Administração Pública; iii) estudo de um quadro da Administração Pública; iv) elaboração de um anteprojecto do Estatuto da Administração Pública; v) reestruturação do Tribunal Administrativo.

Nas orientações fundamentais do MPLA para o aperfeiçoamento do sistema dos órgãos do Estado no âmbito do sistema político, recomendava-se uma "descentralização gradual e realista das decisões e meios, a eficaz ligação e relacionamento entre os órgãos centrais e locais do Estado e a elaboração de uma lei sobre as finanças locais, no âmbito do aumento da capacidade executiva dos órgãos locais do Estado, bem como a autonomização do executivo local em relação à Assembleia Popular Provincial". Pretendia também abandonar a concepção dos Comissariados provinciais como órgãos executivos das Assembleias Populares, que continuariam a ser os órgãos superiores do Estado na província.

A partir de 1990 tiveram lugar factos e acontecimentos políticos que terminaram com a aprovação de uma Constituição democrática e, por conseguinte, de uma nova ideologia sobre a autonomia local e a tutela administrativa. Factores externos e internos determinaram a reforma profunda do sistema político e constitucional.

O objectivo imediato era assinar os Acordos de Bicesse e iniciar um processo de transição constitucional, o qual deveria, simultaneamente, compreender a pacificação do país (cessar-fogo; acantonamento das forças governamentais e da UNITA; formação de um exército único, desmobilização e reinserção na vida civil dos efectivos do Governo e da UNITA que não fossem enquadrados no exército único); e a transição política para o multipartidarismo (reconhecimento, pela UNITA, do Estado, do Governo e do Presidente da República de Angola; garantia da UNITA poder realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária; a realização de eleições multipartidárias; a obrigação do Governo conduzir "discussões com todas as forças políticas a fim de auscultar as suas opiniões acerca das alterações propostas à Constituição" e "trabalhar com todos os partidos políticos para elaborar as leis que regularão o processo eleitoral"; reconhecimento da governação pelos órgãos do poder instituído, até à realização das eleições multipartidárias).

Os Acordos de Bicesse foram assinados a 31 de Maio de 1991, com o respaldo constitucional da Lei n.º 12/91, de 6 de Maio.
Prevendo-se que a Lei n.º 12/91 fosse insuficiente para assegurar o início da transição política e democrática, os Acordos de Bicesse indiciaram a necessidade de um quadro institucional de diálogo entre o MPLA/Governo e os demais partidos políticos, que não beliscasse o exercício regular e normal do poder pelos órgãos instituídos.

Iniciando-se, deste modo, uma verdadeira transição constitucional e democrática consubstanciada em reuniões multipartidárias entre o Governo e os partidos políticos.

2.2.2. Período 1992 - 2002

De 14 a 25 de Janeiro de 1992, realizou-se a 1.ª Reunião Multipartidária, com a presença de 26 formações político-partidárias, que, entre outras questões, apreciou o projecto de revisão constitucional apresentado pelo Governo.
Tendo em conta que a UNITA não quis participar na Reunião Multipartidária, a agenda de trabalhos desta foi levada para uma Reunião Bipartidária, realizada de 31 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 1992.

Foi neste quadro que a Reunião Multipartidária e a Reunião Bipartidária apreciaram o novo projecto de alteração constitucional e um conjunto de legislação complementar, nomeadamente eleitoral, reguladora da observação internacional das eleições multipartidárias, do funcionamento de um conselho da comunicação social, reguladora do direito de antena e do direito de resposta e réplica política dos partidos políticos, reguladora da actividade de radiodifusão e do financiamento dos partidos políticos. No que concerne à alteração constitucional do projecto apresentado pelo Governo, reiterava os princípios fundamentais das Bases Gerais da Revisão Constitucional (BGRC) aprovados pelo II Congresso do MPLA. Os partidos políticos sabiam que o projecto de alteração constitucional seria aprovado por um Parlamento ainda monopartidário (a Assembleia do Povo), apesar da garantia dada pelo Presidente da República, no sentido de conferir carácter vinculativo (para o Parlamento monopartidário de que era, igualmente, Presidente) aos consensos que se estabelecessem.

Apesar da Constituição de 1992 consagrar um sistema multipartidário, na base do qual foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, legislativas e presidenciais, o País entrou numa guerra pós eleitoral que, apesar de um curto período de paz na sequência da assinatura dos Acordos de Paz em 1994, terminou em 2002.

No período entre Novembro de 1992 e 1994 e dada a violência da guerra, discutiam-se no interior duas posições com fundamentos diferentes: por um lado, quem defendia o decretar do Estado de necessidade constitucional na modalidade de Estado de Excepção, uma vez que até a lei nº17/91, de 11 de Maio regulava o Estado de Sítio e o Estado de Emergência; por outro, quem defendia que decretar o Estado de necessidade constitucional seria o limitar das liberdades constitucionais. Optou-se por não decretar o Estado de Excepção.
De 1993 a 1994, foram encetadas negociações de paz que culminaram com a assinatura dos Acordos de Paz de Lusaka, então aprovados pela Assembleia Nacional.

Iniciou-se a sua implementação e para demonstrar a boa fé do MPLA e do Governo, em 1995 foi adoptado, pela Resolução n.º 10/95, de 1 de Setembro, um conjunto de medidas de natureza política e constitucional que assegurassem a conclusão mais eficaz e realista do processo de paz e no sentido do

completamento do quadro de estabilização do País iniciado com o Protocolo de Lusaka, entretanto interrompido pela UNITA.

A necessidade de estabilidade no plano político-institucional, bem como a perspectiva de implementação da paz, da reconciliação nacional e da consolidação da democracia em Angola, impuseram que para a continuidade do regular e normal funcionamento dos órgãos principais do Estado e demais instituições, se levasse a cabo uma revisão da Lei Constitucional que conformasse constitucionalmente a continuidade da legitimidade e estabilidade da então legislatura, iniciada com a instituição dos órgãos de soberania da Nação, surgidos das eleições gerais de Setembro de 1992.

Foi aprovada a Lei n.º 18/96, de 14 de Novembro e ao abrigo dela, para além do prolongamento do mandato da então legislatura e da institucionalização de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), ficou estabelecido que as eleições legislativas seriam realizadas tão logo estivessem criadas as condições militares, políticas, de segurança e materiais. Ao abrigo dessa Lei e no supremo interesse da reconciliação nacional, foi empossado o GURN, que passou a integrar representantes de partidos políticos com assento parlamentar (incluindo a UNITA).

No plano constitucional e para elaboração da futura Constituição antes da realização das eleições, foi criada pela Lei n.º 1/98, de 20 de Fevereiro, uma Comissão Constitucional eventual e a metodologia de apresentação e discussão públicas das propostas constitucionais.
Apesar de todo este esforço político e negocial, a guerra não terminou. Antes pelo contrário, em 1998 atingiu níveis de violência igualmente inaceitáveis e, mais uma vez, renasceram as situações que justificaram a impossibilidade objectiva de realização de eleições quer legislativas quer o completamento das eleições presidenciais.

No domínio económico, ocorreu a partir de 1992 um processo de liberalização, com incentivo à iniciativa privada. Enquanto durou a guerra, manteve-se uma ainda forte presença do Estado na economia, bem como uma forte dependência do petróleo.

2.2.3. Período 2002 - 2010

A guerra terminou apenas em 2002 e a partir daí conheceu-se um período de paz, que se mantém até hoje.

Iniciou-se, assim, um processo de reconstrução económica e de infra-estruturas, nas mais diversas áreas.
No plano político, constitucional e institucional iniciou-se um processo de estabilização e de organização das eleições legislativas, primeiro, e presidenciais a seguir.

No plano da organização do trabalho governamental, o GURN existiu durante 12 anos e tendo cumprido o seu propósito, cessou funções no termo da legislatura

iniciada em 1992 e que, por razões objectivas, não foi renovada, no plano democrático.

Após as eleições de 2008, pela Lei n.º 10/08, de 21 de Novembro, foi extinto o GURN e foram institucionalizados os órgãos que saíram das eleições legislativas de 2008.

Após as eleições legislativas ganhas pelo MPLA, foi criada pela Lei n.º 2/09, de 6 de Janeiro, a Comissão Constitucional, como comissão eventual que permitiu a partir daquela data que a Assembleia Nacional se constituísse em poder constituinte.

A partir daí iniciou-se um processo de elaboração, discussão e aprovação da Constituição de 2010.

Ao apreciar o Memorando sobre as questões políticas a considerar na elaboração da nova Constituição, o MPLA recomendou a preparação de um modelo presidencialista e de eleição por voto directo e universal do Presidente da República e assente nos princípios de um Estado de Direito Democrático, República soberana e soberania popular; subordinação do Estado à Constituição e à legalidade democrática; reconhecimento e validade jurídica do costume; Estado laico, com separação entre o Estado e as igrejas; reconhecimento dos direitos do consumidor; separação de poderes; Forças Armadas apartidárias e com obediência ao poder político; não adesão a blocos militares; manter o Português como língua oficial e valorização das Línguas Nacionais.

2.2.4. Período 2010 - 2024

A Constituição foi, finalmente, aprovada, em votação final e definitiva, a 3 de Fevereiro de 2010, sem quaisquer votos contra, e com 186 votos a favor e 2 abstenções no conjunto de 220 Deputados à Assembleia Nacional, e promulgada a 5 de Fevereiro de 2010.

Mais recentemente, em 2021, ao abrigo da competência que lhe conferia o artigo 233.º da Constituição (CRA), o Presidente da República exerceu a iniciativa de promover uma revisão constitucional, suscitando o processo que ficou conhecido por “revisão pontual” da Constituição.

Tratou-se de uma revisão parcial da CRA com supressões, substituição ou aditamentos de normas. Esta revisão não deixou de ser “pontual”, apesar de ter procedido a um total de 40 alterações constitucionais.

Não obstante, tais alterações não atingiram o núcleo constitutivo da identidade original da Constituição. Tratou-se de um desenvolvimento constitucional, como ilustram, por exemplo, uma nova compreensão de algumas normas, como as relativas à fiscalização e controlo parlamentar; ou ao estatuto do Banco Nacional de Angola (BNA).

As principais alterações incidiram sobre o Orçamento Geral do Estado (artigo 104.º), a administração eleitoral e registo eleitoral (artigo 107.º), a data das

eleições (artigo 112.º), o regime de substituição do Vice-Presidente da República (artigo 132.º), o voto de angolanos que vivem no estrangeiro (artigo 144.º), o controlo e fiscalização da Assembleia Nacional (artigo 162.º), o Poder Local (artigo 199.º e seguintes) e sobre o Provedor de Justiça (artigo 212.º).

As mudanças económicas, registadas sobretudo a partir do final da guerra, incidiram sobre a liberalização do mercado de câmbio, a liberalização de preços e o início da aposta no sector agrícola – que, entretanto, precisa de ser intensificada, com maior apoio aos produtores e o incentivo à produção industrial, sobretudo na área da indústria alimentar.

A partir de 2017, o Presidente João Lourenço começou a implementar um programa de combate à corrupção e de recuperação económica, tendo em vista a necessidade de resolver os problemas do Povo.
O combate à pobreza e o reforço da actividade mercantil constam da agenda governativa do MPLA, de modo a garantir emprego e lazer para as populações, sobretudo para a juventude.

Do mesmo modo, o MPLA precisa de apostar no reforço das instituições do Estado, na boa governação e na transparência da gestão das contas públicas, da base ao topo da hierarquia administrativa.
A abertura democrática exige maior aposta na independência da comunicação social e num maior apoio aos sectores da educação e da saúde, bem como à investigação científica.
Para executar este programa, o MPLA precisa de se modernizar e de apostar na democratização interna, na descentralização do poder e na entrega de maior poder às bases partidárias.

2.2.5. Organização, Preparação e Conquista das Vitórias Eleitorais

A transição do sistema político Angolano, do monopartidário, para o sistema democrático pluripartidário, marcado, essencialmente pela assinatura dos Acordos de Bicesse de 1 Maio de 1991, em Estoril, Portugal, 16 anos depois da independência de Angola, provocou uma profunda alteração na organização do Estado Angolano.

Esta transição ocorreu com a aprovação da Lei 12/91 de Maio de 1991 - Lei Constitucional que institucionalizou o regime democrático e associado as condições pré-estabelecidas nos Acordos de Bicesse, que recomendavam a organização de eleições democráticas, permitiu, simultaneamente, o surgimento de um novo sistema de partidos, que se pautaria, essencialmente, pelo exercício de competição política e disputa eleitoral democrática, com periodicidade regular.

O MPLA, neste novo contexto, ainda de guerra civil, estava confrontado com inúmeros desafios pela sua condição de Partido governante.

A organização de eleições democráticas em Angola, num contexto de guerra civil, tal como contabilizou-se no seu balanço final mais de quinhentos mil mortos, mais de um milhão de deslocados de guerra, grande parte das infra-estruturas

do País destruídas, uma grande extensão do território minado, e sobretudo o País dividido, parte substancial sob controlo da UNITA e que não permitia nem o governo e nem a Missão das ONU aceder integralmente aos espaços e a população por si controlado, constitui-se num gigantesco desafio para o MPLA, convenientemente preparar e organizar-se para a disputa eleitoral.

Para o MPLA, há que destacar dois desafios. Primeiro o desafio decorrente da sua função e afeição governante, por que, cabia-lhe, enquanto Partido com responsabilidade governamental, prover condições materiais necessárias, ao nível do Estado, nomeadamente todas as condições para o Estado organizar eleições democráticas e sobretudo participativas. O segundo maior desafio era, organizar e preparar a sua própria disputa, para que fosse vitoriosa, uma vez que, só por via, da conquista do poder, o MPLA teria a possibilidade de continuar a sua luta, para conduzir as maiores transformações económicas, sociais e políticas que o País carecia.

As Eleições Legislativas e Presidenciais de 1992 e a Participação do MPLA

Em Angola, as primeiras eleições legislativas e presidenciais ocorreram nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992.

As eleições tinham como objectivo principal eleger o Presidente da República e os deputados a Assembleia Nacional. Para além disto, elas também constituíam-se numa alternativa para acabar com a guerra.

Tratam-se das eleições com a maior taxa de participação eleitoral da história de Angola, de 91,3%.

Cerca de cinco milhões de eleitores votaram nas primeiras eleições legislativas e presidenciais do País. Participaram 17 partidos políticos, e 12 candidatos.

O Camarada José Eduardo dos Santos, Candidato pelo MPLA obteve 1.953.335 votos (49,57 %), ficando em segundo lugar o líder da UNITA, com 1.579.298 votos (40.07%). Para a Assembleia Nacional, foram 11 partidos e uma coligação. O MPLA obteve 2.124.126 votos (53,7%), conquistando 129 assentos parlamentares, enquanto a UNITA obteve 1.347.636 (34,1%), com 70 assentos. A segunda volta das eleições presidenciais não foi realizada devido a não-aceitação dos resultados eleitorais por parte da UNITA, que optou pelo retorno a guerra.

O MPLA teve de organizar-se e preparar-se convenientemente para assegurar uma participação vitoriosa, que passava, igualmente, pela proposição de um projecto de nação que pudesse evidenciar o património histórico da sua luta, como um bem essencial que gerou confiança pública e, como elemento vital a necessidade da consolidação da paz efectiva - meio categórico primário para auto-realização do povo e do desenvolvimento do País.

O Partido apresentou-se ao eleitorado, com recurso a sua história de luta e de conquistas em prol da defesa do povo Angolano e porta-voz das mais nobres aspirações das populações traduzidas no quadro da luta e resistência colonial e da guerra civil, evidenciando-se como o mais capaz, tendo provado até a data,

que o MPLA sempre defendeu o povo de agressões internas e externas, e que nunca tinha traído o povo.

Para isso, a Direcção do Partido elaborou Directivas para o trabalho político de mobilização eleitoral, desenvolveu uma campanha de educação cívico-eleitoral para o voto no MPLA e no seu candidato, que nela participaram com afluência os seus militantes, amigos e simpatizantes.

O MPLA, junto da Comissão Nacional Eleitoral e perante a Missão de Observação das Nações Unidas, defendeu a participação universal de todos os cidadãos angolanos com capacidade eleitoral no País, contrariando as opções da Unita que limitavam o direito de participação de cidadãos que se encontravam nas zonas por si ocupadas e militarmente controladas.

A maior causa da luta do MPLA foi sempre o povo, procurou-se evidenciar este posicionamento político durante toda a campanha eleitoral do Partido.

A indicação e aprovação do Camarada José Eduardo dos Santos, como candidato do MPLA ao cargo de Presidente da República, constituiu-se também, em factor determinante para competição eleitoral do MPLA, em contexto de organização e participação. Passou a ser o cabo eleitoral número um do Partido, no quadro da mobilização política.

O Partido uniu-se em torno do seu candidato e estruturou uma estratégia de mobilização politica e eleitoral, aberta, levando a mensagem da paz e do progresso social e democrático que o País precisava, como factor determinante para o progresso social.

Contrariamente a atitude da Unita que decidiu retomar a guerra civil por não ter aceitado os resultados eleitorais, o MPLA optou pela busca de soluções que pudessem, definitivamente, manter a paz. Neste sentido, procurou, no quadro dos esforços de negociação, em nome da paz, institucionalizar um governo com a integração de quadros dirigentes da Unita, e permitir que todos e juntos pudessem participar do processo de reconstrução do Estado e institucionalização do sistema democrático. O que não se tornou possível independe das diferentes iniciativas por si tomadas.

É este posicionamento político do MPLA, de defesa da estabilidade política, sobretudo da paz, que, durante o seu percurso histórico, prevaleceu dando-lhe consistência no discurso e na acção político, para que se pudesse apresentar sempre como o melhor e o mais capaz na construção de soluções para o povo angolano.

As Eleições Legislativas de 2008 e a Participação do MPLA

Interpretando as aspirações profundas dos angolanos e assumindo as suas responsabilidades de Partido de vanguarda da sociedade, o MPLA assumiu a iniciativa e conduziu em 1991/1992 a reforma político-constitucional da abertura do país ao multipartidarismo, à democracia e ao Estado de Direito.

Conquistada a paz em 2002, criaram-se as condições favoráveis para, por um lado, consolidar a estabilidade política e a coesão nacional e, por outro lado, consolidar o projecto nacional de construção em Angola da democracia

participativa e inclusiva, como mecanismo de mobilização de todos os cidadãos à contribuírem para o desenvolvimento socioeconómico do País.

Com a conquista da paz, a 4 de Abril de 2002, por mérito da estratégia política conduzida pelo MPLA, sob liderança do Camarada José Eduardo dos Santos, Presidente emérito do MPLA, estavam criadas as condições iniciais para a retoma do sistema democrático que se tinha interrompido com o regresso da Unita à guerra civil. Entretanto com a paz, foi possível a reunificação do povo angolano, a reconciliação nacional e o relançamento da bases e premissas para a retoma do processo económico no País.

Em contrapartida, a paz trouxe oportunidades para a nação e simultaneamente novas demandas políticas para o Partido, na medida que, com a possibilidade dos cidadão circularem de livremente pelo País, deslocarem-se para as suas zonas de origem, alguns provenientes do estrangeiro e outros duma zona para outra no interior do País, a necessidade da circulação de bens e mercadorias, gerou nova pressão para o governo, sobretudo ao MPLA.

Com o balanço negativo da guerra, nomeadamente, uma crise humanitária desastrosa em Angola, deslocando internamente 4,28 milhões de pessoas - um terço da população total do país. As Nações Unidas estimaram em 2003 que 80% dos angolanos não tinham acesso a cuidados médicos básicos, 60% não tinham acesso à água e 30% das crianças angolanas morriam antes dos cinco anos de idade, com uma expectativa de vida nacional inferior a 40 anos de idade. Mais de 100 mil crianças foram separadas de suas famílias, e uma grande extensão do território nacional minado, o governo não tinha capacidade financeira para garantir os pressupostos macroeconómicos que pudessem assegurar o relançamento da economia e do processo democrático.

Com isso, o MPLA, orientou o governo, com recurso à diplomacia a proceder a realização de uma conferência de doadores internacionais que pudesse mobilizar financiamento internacional para a economia nacional. Não tendo o governo conseguido soluções favoráveis até 2004. Com a assinatura dos acordos de financiamento internacional com China, em 2004, o País, tinha as condições essenciais para retomar o processo económico. O Partido, priorizou, na altura, a implementação de uma estratégia de combate à pobreza e dar inicio à um amplo processo de reconstrução nacional, que ligaria novamente o País e criaria condições infra-estruturais para o relançamento da economia nacional.

Com estas condições permitiria a ligação do País e sobretudo levar os serviços públicos, a circulação dos cidadãos, bem como de bens e mercadorias pelo País, e simultaneamente a retomada do processo democrático, que ofereceria a possibilidade dos cidadãos, favoravelmente, exercerem os seus direitos políticos de modo efectivo, e aos partidos políticos desenvolverem a acção política em todo o território nacional. Com essas premissas, estavam criadas as condições materiais para a retoma do processo democrático em Angola.

Com isso, entre final de 2006 e Agosto de 2007, o governo de Angola realizou um registo eleitoral que permitiu o recenseamento de mais de sete milhões de eleitores param as eleições. Um mês antes das eleições de 2008, mais de oito milhões estavam recenseados em Agosto de 2008.

As eleições legislativas de Agosto de 2008 foram realizadas nos dias 5 e 6 de Setembro, tendo a sua data anunciada a 27 de Dezembro de 2007, 9 meses antes da sua realização.

Concorreram às eleições legislativas 10 partidos políticos e 4 coligações. Estavam registados 8.3 milhões de eleitores para eleger 220 deputados à Assembleia Nacional.

A 10 de Setembro de 2008, a Comissão Nacional Eleitoral divulgou os resultados eleitorais, os quais confirmaram a vitória do MPLA com 4.520.453 de votos (81,76%), a UNITA com 572.523 votos (10.36%), o PRS com 173.546 votos (3.14%), a NDUE com 77.141 votos (1.20%) e a FNLA com 71.416 votos (1.11%).

Com isso, o MPLA elegeu 191 deputados, garantindo-lhe uma maioria qualificada.

Quer a conquista da paz, como o segundo maior bem do povo angolano a seguir a independência, constituiu-se num dos maiores factores que justificou a preferência eleitoral pelo MPLA. A par deste factor, foi o relançamento do processo económico e do sistema democrático que consolidou, junto da povo, quer os bons intentos e compromisso do MPLA com o povo ao longo da história, e sobretudo a determinação política do Partido para continuar a servir o povo e resolver os seus problemas. São estas em grande medida os factores que determinaram a dimensão da vitória, o voto de confiança e a preferência eleitoral do povo pelo MPLA.

As Eleições Gerais de 2012 e a Participação do MPLA

Com a entrada em vigor da Constituição da República de Angola de 2010, terminada a transição constitucional, que representou a passagem do sistema monopartidário para o pluripartidário com a aprovação da Lei Constitucional de 1991, o MPLA elegeu novos desafios para Angola, tal como o fortalecimento da capacidade institucional dos organismos públicos e o asseguramento dos princípios e garantias fundamentais do Estado Democrático e de Direito.

O Partido tinha consciência de que o aprofundamento da democracia constitui um processo contínuo, complexo e relativamente longo, o mesmo devia incluir a consolidação das instituições democráticas, por via da regularidade de eleições para a escolha dos representantes da Nação, em particular dos Deputados, do Presidente da República, bem como a realização de eleições autárquicas. A par disso, o Estado deveria, no plano institucional estar provido de capacidade de prover serviços e bens-públicos, através da elaboração e implementação de políticas públicas.

Com isso, tendo o texto constitucional de 2010 aprovado a modalidade de eleições gerais, o que permitiu a 31 de Agosto de 2012 a realização das primeiras eleições gerais em Angola, que tinham como objectivo, simultaneamente, eleger os Deputados à Assembleia Nacional e o Presidente da República, o que não foi possível em 2008.

Estavam registados 9.757.671 eleitores. O total de votos foi 6.124.669 contra 5.756.004 total de votos válidos.

O MPLA obteve 4.135.503 votos (71,8%), a UNITA obteve 1.074.565 votos (18,7%), a CASA-CE 345.589 votos (6%), o PRS 98.233 votos (1.7%), a FNLA 65.163 votos (1.1%), Nova Democracia União Eleitoral 13.337 votos (0.2%), Partido Popular pelo Desenvolvimento 8.710 (0.2%), Frente Unida para a Mudança de Angola 8.260 votos (0.1%) e o Conselho Político da Oposição 6.644 (0.1%).

O MPLA ganhou com maioria qualificada, o que permitiu eleger 175 deputados, o Presidente da República, o Camarada José Eduardo dos Santos, candidato pelo MPLA, porém, tendo nesta altura se registado uma perda de 16 Deputados, quando comparado ao pleito eleitoral de 2008.

Para isso, o Partido desenvolveu amplas campanhas de sensibilização para o registo eleitoral dos cidadãos em geral, desenvolveu campanhas de educação cívico-eleitoral para os seus militantes, amigos e simpatizantes, bem como formou adequadamente os seus militantes para exercerem a função de delegados de lista, que desempenharam com brio a função. As estruturas de base do Partido, no dia da votação, mobilizaram os seus militantes a estarem na linha da frente para votar, apoiaram igualmente os camaradas que se encontravam nas mesas de voto a desempenharem a função de delegados de listas, com alimentação e outros apoios. Este exercício permitiu os militantes interpretarem a processo eleitoral como a maior festa da democracia.

As Eleições Gerais de 2017 e a Participação do MPLA

A 10 de Dezembro de 2016 o MPLA tinha completado 60 anos de existência, mantendo-se como o maior Partido de Angola e se afirmado, como um verdadeiro Partido nacional, progressista e moderno. Neste ano realizou o VII Congresso Ordinário e simultaneamente balanceou os resultados dos seus últimos Congressos e resultados da acção governativo, com realce para o processo de consolidação da paz, o reforço e aprofundamento do sistema democrático, o processo de unidade e reconciliação nacional, o processo de reconstrução nacional que tinha sido lançado em 2004, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, a Estratégia Nacional de Formação de Quadros; Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020, pela primeira vez no País avaliou as Contas Gerais do Estado referente aos exercícios económicos 2011, 2012, 2013 e 2014, por fim e elegeu a diversificação económica como desafio necessário para reduzir a dependência do País do sector petrolífero.

Este exercício político permitiu alcançar resultados que permitiram ao País e sobretudo o MPLA, não obstante a forte crise económica registada desde o segundo semestre de 2014, apresentar-se como o mais capaz dentre todos os restantes partidos políticos em Angola.

Assim, a 2 de Dezembro de 2016, o Comité Central aprovou a designação do Camarada João Lourenço como Candidato do MPLA ao cargo de Presidente da República de Angola, que se traduziria na transição política, ao nível do Estado.

O Camarada João Lourenço, na altura ocupava as funções de Vice-Presidente do MPLA e Ministro da Defesa.

Tratou-se de uma designação e opção político-estratégica forte e adequada para os propósitos do Partido, que viriam confirmar-se com a sua eleição à Presidente da República a 6 de Setembro de 2017.

Para as eleições gerais de 23 de Agosto de 2017 estavam registados 9.317.294 eleitores. A taxa de participação eleitoral fixou-se em 7.093.002 eleitores e 6.817.877 votos válidos.

Do total dos votos válidos, o MPLA obteve 4.164.157 votos (61.08%), a Unita 1.818.903 (26.68%), CASA-CE 643.961 (9.45%), PRS 92.222 votos (1.35%), FNLA 63.658 (0.93%), e a com APN 34.976 (0.51%).

Com isto, o MPLA elegeu o Presidente da República, o Camarada João Lourenço, e 150 Deputados à Assembleia Nacional, garantindo assim uma maioria qualificada ao MPLA.

As Eleições Gerais de 2022 e a Participação do MPLA

Em 2021 o MPLA completou 65 anos de existência e reelegeu o Camarada João Lourenço a Presidente do Partido e Candidato a Presidente da República, para as eleições gerais de 2022.

O VIII Congresso Ordinário do MPLA aprovou a sua primeira Moção de Estratégia que definiu 8 eixos prioritários dentre os quais: i. Fortalecer o Partido para Continuar a Liderar a Construção de uma Angola mais Desenvolvida, Democrática e Inclusiva; ii. Consolidar o Estado Democrático e de Direito e Prosseguir a Reforma Do Estado E Combater A Corrupção e a Impunidade; iii. Promover o Desenvolvimento Equilibrado e Harmonioso do Território, a Descentralização e Desconcentração da administração Pública, a Municipalização e a Implementação das Autarquias Locais; iv. Promover o Desenvolvimento do Capital Humano, Ampliando o Acesso aos Serviços de Saúde ao Conhecimento e habilidades Técnicas e Científicas, Promover a Cultura e o Desporto e Estimular o Empreendedorismo e a Inovação. V. Reduzir As Desigualdades Sociais, Erradicando a Fome e a Pobreza Extrema, Promovendo a Igualdade do género e solucionando os Desafios Multidimensionais e Transversais à Elevação da Qualidade de Vida das populações; vi. Modernizar e Tornar mais Eficientes as Infra-Estruturas do País e Preservar o Meio Ambiente; vii. Assegurar a Estabilidade Macroeconómica e Apoiar o Sector Empresarial A Acelerar A Diversificação da economia; viii. Assegurar a Defesa da Soberania, da Integridade e da Segurança Nacional e Promover a Imagem e o Papel de Angola no Contexto Regional e Internacional.

Com estes propósitos, o MPLA traduziu os referidos enunciados estratégicos em proposta pública eleitoral, levando ao escrutínio eleitoral dos cidadãos a 24 de Agosto de 2022.

Não obstante o período económico adverso que o País viveu desde o segundo semestre de 2014 até 2018, com o registo acentuado da queda do preço de petróleo que atingiu cerca dos 25 dólares por barril, provocando uma queda vertiginosa de mais de 50% do PIB do País, reduzindo as opções de realização de investimento e cumprimento com as obrigações no quadro do serviço da

dívida pública externa, o Presidente João Lourenço conduziu o Partido a disputa eleitoral, com o antecedido deste ambiente económico.

Adicionado ao acima referido, quando depois do primeiro semestre de 2018 o País evidenciava sinais visíveis de recuperação económica e retoma do investimento privado interior e exterior, o mundo conheceu uma das maiores pandemias já mais registadas, em Dezembro de 2019, a pandemia da COVID-19 que, sobremaneira, confinou as sociedades, fechou indústrias em todo mundo, ceifou milhares de vidas pelo mundo e gerou consequências gravíssimas para as economias dos Países em via de desenvolvimento, como foi o caso de Angola.

Independentemente disto, o MPLA, sob liderança do Camarada João Lourenço conduziu o Partido à competição eleitoral e venceu.

No dia 24 de Agosto de 2022 foram realizadas as terceiras eleições gerais de Angola, antecedidas de uma revisão pontual da Constituição de 2010 que deu possibilidade aos angolanos que se encontram no exterior do País, pela primeira vez, exercerem o seu direito de voto, considerado um ganho no plano do reforço do compromisso do MPLA com a democracia.

Foram registados 14.399.391 eleitores, dos quais participaram 6.454.109 cidadãos e foram validados 6.272.104 votos.

O MPLA venceu as eleições gerais com 3.209.429 votos (51,17%), a UNITA teve 2.756.786 votos (43,95%), PRS 71.351 votos (1.14%), FNLA 66.337 votos (1,06%), PHA 63.749 votos (1.02%), CASA-CE 47.446 votos (0.76%), APN 30.139 votos (0.48%), e P-NJANGO 26.867 votos (0.42%).

Com este resultado, o MPLA venceu as eleições gerais de Agosto de 2022, tendo o Camarada João Lourenço sido eleito Presidente da República e o MPLA elegeu 124 Deputados à Assembleia Nacional.

2.3. A Defesa da Independência, da Integridade Territorial, da Paz e da Unidade Nacional

O acto de proclamação da independência nacional pelo MPLA, no dia 11 de Novembro de 1975, criou condições para o surgimento do Estado soberano de Angola, na altura, República Popular de Angola, perante todas as dificuldades vividas à época, uma vez que as circunstâncias eram marcadas por violentos combates que opunham as gloriosas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA, criadas a 1 de Agosto de 1974) a um exército invasor de constelação internacional, composto por mercenários de diversas origens. O novo Estado nascia assim mergulhado numa invasão estrangeira, vendo-se na imperiosa e vital necessidade da defesa da sua soberania e da sua integridade territorial.

É nesse contexto que se compreendem as palavras do saudoso Presidente do MPLA, António Agostinho Neto, aquando do acto oficial de proclamação da independência, quando referiu que “o MPLA deve tornar-se numa força política gigantesca e cada vez mais dinâmica, assumindo-se como verdadeira vanguarda do Povo angolano. Terá assim que adaptar-se à nova realidade que

lhe impõe a gestão do Estado, de tal modo que se prevê a sua transformação gradual num verdadeiro partido de massas". Esta proposição evidencia, desde logo, a vocação reformista e de adaptação nas várias etapas da sua história, e a necessidade de mobilizar todas as forças vivas da sociedade angolana para os desafios da independência, desde os seus primórdios.

Face às agressões estrangeiras em que o país estava mergulhado, as FAPLA passaram a assumir um papel sine qua non para defesa da integridade territorial, enquanto forças libertadoras da República Popular de Angola, institucionalizadas em exército popular nacional, braço armado do Povo sob direcção do MPLA, cuja missão, além da defesa da integridade territorial, estendia-se a produção para a agigantada tarefa da reconstrução nacional. Nas palavras do Presidente António Agostinho Neto, o MPLA "como força dirigente da República Popular de Angola, jamais trairá os princípios sagrados da Independência Nacional" e face ao perigo da ingerência externa, "o MPLA reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do País" e "considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos zairenses, sul-africanos e dos fascistas portugueses", uma nova guerra que assumiu a "forma de Resistência Popular Generalizada", apelando ao Povo todo o apoio às FAPLA para que esta tome todas as medidas necessárias para assegurar a integridade do território nacional, "até à vitória final". É assim que o MPLA protagonizou uma grande mobilização popular, com particular destaque para a aderência da juventude à causa de luta das FAPLA, enquanto uma organização militar, com disciplina, espírito patriótico e com uma forte cultura do sentimento nacional e da necessidade de defesa da soberania e da integridade territorial.

2.3.1. As FAPLA e a Eliminação do Elemento Externo do Conflito

Angola sofria uma invasão de forças estrangeiras a Norte e a Sul do país, as FAPLA travaram violentas batalhas para garantir a integridade territorial, distintamente, na defesa da província de Cabinda, na célebre Batalha do Ntó, opondo-se aos mercenários do ex-Zaire (actual República Democrática do Congo), assim como, enfrentaram o Exército Sul Africano do regime do apartheid que progredia desde a fronteira Sul nas províncias do Cunene e do Cuando Cubango em direcção a Luanda e no Leste do país visando ocupar a cidade do Luena, na sua famosa Operação Savannah. Por essa razão o MPLA tinha de prestar uma atenção muito especial à defesa da soberania e integridade territorial, face às agressões militares externas a que o país estava submetido. A resistência das FAPLA em Catengue/Benguela, depois nas Batalhas de Cabinda, do Keve, do Nhia, do Ebo, do Luena e do Quifangondo foram fundamentais e determinantes para impedir as pretensões das forças invasoras, assumindo a responsabilidade de preservar o novo Estado, o reconhecimento internacional e a obtenção da legitimidade para governar o país, como o digno representante do Povo angolano.

Do ponto de vista da sua organização, as FAPLA passaram a adoptar uma educação militar rígida, com reforço do sentimento patriótico e uma carga ideológica fortemente influenciada pela actividade político-partidária da Direcção do MPLA, instituindo na sua estrutura militar a figura do Comissário Político,

oficiais que com a sua função galvanizavam o ímpeto dos militares, contribuindo para o êxito nas acções de comando e direcção das tropas. As actividades dos militares se confundiam com as do Partido e a ascensão aos níveis mais altos na hierarquia militar, estavam condicionadas à militância e do desempenho político-partidário. Eram os Comissários Políticos que conduziam e decidiam a actuação do Exército da República Popular de Angola. A formação político-ideológica dos governantes e dos militares facilitava a submissão destes ao poder político, porque muitos dos actuais quadros políticos também passaram pela vida militar e sabiam que acima de si estava o poder político.

As FAPLA lançaram-se pela consolidação da autoridade do Estado, em 1976, através das operações militares que se desenvolveram nas direcções norte contra a FNLA, mercenários e o Exército Zairense, enquanto no Leste, Centro e Sul contra a UNITA e para a expulsão do Exército agressor do regime do apartheid da África do Sul. Destas ofensivas militares, destaca-se as Operações Cristal e Dangereux, realizadas entre 1976 a 1979 que visaram a reposição da administração do Estado nas localidades que se encontravam sob controlo da UNITA, principalmente nas províncias do centro e sul do país. Alguns militares passaram a desempenhar o papel de governantes (Comissários provinciais e municipais), enquanto muitos dos políticos transformaram-se em Comandantes. Era a simbiose entre a política do MPLA e a componente militar. Com o apoio total e incondicional da direcção do MPLA, as FAPLA bateram-se com garbo e valentia na defesa da soberania nacional e na integridade territorial do país, consentindo enormes sacrifícios e perdas de vidas humanas de destemidos combatentes, em defesa do Povo angolano.

Um marco destacável, na eliminação do elemento externo do conflito em Angola no período antes de 1991, foi a ocupação de parte das províncias do Cunene e do Cuando Cubango, que se deu com a invasão Sul-africana na denominada “Operação Protea”, em Agosto de 1981, em que as FAPLA tiveram de consentir enormes sacrifícios de guerra, consubstanciados em várias operações e pressão militar, com destaque para a “Operação 7.º Aniversário das FAPLA”, em 1980 e 1981, a “Operação 2.º Congresso”, em 1985, e a “Operação Saudemos Outubro”, em 1986, forçando o exército invasor a retirar-se definitivamente do país, após a Batalha de Cuito Cuanavale, em 1988, da qual resultou os Acordos de Nova Yorque, assinados a 22 de Dezembro de 1988 – estes últimos representam a forte convicção e acção internacionalista do MPLA, que, aquando da proclamação da Independência Nacional, reiterou “a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do Mundo [...], em especial os do Zimbabwe e da Namíbia contra dominação”, e exprimiu igualmente “a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul” na luta contra o regime do Apartheid. Os Acordos de Nova Yorque regularam a saída as tropas cubanas e sul-africanas e a independência da Namíbia.

O MPLA liderou a complexa e árdua luta pela defesa integridade territorial com o apoio militar externo, principalmente, da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) e de Cuba, em armas, treinamento e assistência técnica, que permitiu o fortalecimento da capacidade militar das FAPLA, e com uma intensa, ágil e pragmática acção diplomática que passou pela Organização da Unidade Africana (OUA, actualmente, União Africana), pelo Movimento dos Não-Alinhados e pela Organização das Nações Unidas, onde Angola foi admitida a 1 de Dezembro de 1976.

2.3.2. A Paz de Bicesse

O contexto da Guerra Fria – que opunha os dois blocos político-ideológicos – influenciou de que maneira o desenrolar do conflito nas primeiras décadas da existência do Estado angolano. Entretanto, no final da década de 80, os ventos da Perestroika[6], Glasnost[7] e o consequente desmoronamento do bloco socialista ditaram o fim da guerra fria, com a queda do "muro de Berlim". Estes acontecimentos internacionais influenciaram também um conjunto de transformações políticas, militares e económicas em Angola.

No plano estritamente militar, o fim da confrontação armada foi assumido pelo MPLA e pelas forças da UNITA, tendo sido assinado o Protocolo de Paz de Bicesse, em Portugal, a 31 de Maio de 1991. O Acordo de Bicesse, previa a observância do cessar-fogo, o desengajamento das suas forças militares, o acantonamento, desarmamento, selecção e integração dos efectivos nas Forças Armadas Angolanas (FAA), assim como a desmobilização e consequente reintegração socio-produtiva dos excedentes.

O MPLA, enquanto factor político que orientava as FAPLA, assegurou a conversão de muitos quadros militares em governantes políticos, tendo a disputa política e o início do processo eleitoral multipartidário, a 9 de Maio de 1992, passado a dominar a agenda política sobre Angola. O contexto de Bicesse permitiu a criação das FAA, transformação dos Comissários Políticos em Educadores Patrióticos, com a tarefa de promover a mensagem da paz, da unidade e da reconciliação nacional, com o objectivo de alcançar um elevado coeficiente moral, disciplinar e combativo, com a finalidade de educar os militares para o cumprimento cabal das tarefas e missões incumbidas às FAA, no quadro da garantia da defesa da Pátria, da independência nacional e da integridade territorial.

Sob a condução do MPLA, foram introduzidos dois factores de importância estratégica para o aumento da competitividade global de Angola: a competitividade política (multipartidarismo) e a competitividade económica (economia social do mercado) – por via de um conjunto de alterações legais significativas. A competição política levou a que os partidos políticos existentes na sociedade disputassem entre si o controlo do poder político, visando a alternância do poder, por via de eleições regulares. E foi neste clima de paz, alívio e tolerância que se realizaram as primeiras eleições livres e democráticas, com uma Comissão Nacional Eleitoral com representação de todos os partidos políticos e com a fiscalização das Nações Unidas – cujo representante considerou "na sua globalidade livres e justas".

[6] É um termo russo que significa "reestruturação" ou "reconstrução". Foi uma série de reformas políticas e económicas introduzidas na União Soviética por Mikhail Gorbachev entre 1985 e 1990.

[7] Se associa a liberdade de expressão, a meta principal desta política na URSS foi tornar o governo transparente e aberto para discutir.

2.3.3. O Recrudescer da Guerra (1992-2002)

A insatisfação dos resultados eleitorais por parte da UNITA provocou uma onda de escaramuças entre 31 de Outubro e 2 de Novembro de 1992, nas principais capitais de província, que pretendia a tomada do poder pela força das armas, situação prontamente controlada pelas partes. Todavia, o clima de desconfianças entre as partes, se prolongou até finais de Dezembro de 1992, altura em que reascendeu e se generalizou o recrudescer do conflito armado em todo o território nacional. A situação agudizou-se quando grande parte dos Oficiais da UNITA abandonaram as Forças Armadas de Angola e rumaram para as matas para reassumirem os seus postos de comando nas FALA – braço armado da UNITA.

A pronta remobilização, adaptação e coesão rápida dos militares das FAPLA que ainda conservavam o espírito de luta patriótica, aos quais se juntou os poucos que restavam nas estruturas de defesa e segurança, assim como o envolvimento da população fiel ao MPLA, foi fundamental para a salvaguarda da soberania nacional, ameaçada pelo conflito, emergido em decorrência dos resultados do pleito eleitoral de 1992.

Abria-se assim mais um período negro da nossa história, com o reinício da guerra e após 56 dias de combate, entre Janeiro e Fevereiro de 1993, no rescaldo dos conflitos de finais de 1992 e princípio de 1993 a UNITA passou a controlar algumas das capitais de província, com destaque para as cidades do Huambo, Uíge, N'Dalatando, Mbanza-Congo, Soyo, as zonas de exploração diamantíferas, para além da forte pressão que era exercida sobre as cidades do Cuito (Bié) e Malanje. A UNITA detinha também a maior parte dos municípios do país e grande parte das zonas rurais sob seu controlo.

Para a reposição da capacidade militar, o Governo angolano, sob a direcção do MPLA, teve de decidir pela incorporação acelerada e massiva dos recém-desmobilizados e novos jovens, devido a generalização da guerra, por todo país. Assim, por via do Decreto Presidencial n.º 10-A/93, de 19 de Fevereiro, aprovou-se um novo modelo de organização das FAA, mais ajustado ao cenário da guerra, seguido da Lei Geral do Serviço Militar e a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Resultante do esforço da guerra realizado nos anos 1993 e 1994, as FAA elevaram a sua capacidade combativa, em forças e meios, com a reconstituição dos Estados-Maiores dos Ramos, Regiões Militares e as principais Unidades de Combate, desanuviando a pressão militar, tendo desalojado a UNITA das capitais de província que se encontravam sob seu controlo, com destaque para as cidades do Huambo, de Ndalatando e afastada a pressão militar contra as cidades de Malange e do Cuito-Bié.

A confrontação militar pós-eleitoral, resultou na assinatura do Protocolo de Paz, assinado em Lusaka, a 20 de Novembro de 1994. Entretanto, o ambiente de desconfianças se manteve e para se evitar os erros de 1992, as FAA procederam apenas algumas desmobilizações, priorizando a incorporação dos militares das Forças Militares da UNITA (FMU), mantendo-se o espectro da guerra entre 1995 a 1998.

Apesar da integração dos altos responsáveis militares das Forças Militares da UNITA nas FAA, em 1997, sob os auspícios do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) – da iniciativa do MPLA, empossado em Abril de 1997 –, a UNITA impossibilitou a extensão da administração do Estado, nas zonas sob seu controlo. Os focos de guerra mantiveram-se e a escalada do conflito militar agudizou-se em 1998 e prolongaram-se pelos anos de 1999 a 2001, quando as FAA recresceram as suas acções, no quadro da "Operação Restauro", que visaram o alargamento da autoridade do Estado, por todo país para contrapor o arsenal militar que as FMU tinham adquirido, clandestinamente, chegando a ponto de evoluir para uma estrutura de exército convencional, tendo ensaiado uma contra-ofensiva para tomar a cidade do Cuito-Bié e avançar para outras localidades.

Mais uma vez, a determinação das FAA, sob liderança política do MPLA, impediu os intentos da UNITA, tendo sido lançada a "Operação Kissonde", em finais de 2001, que concretizou a eliminação das bolsas de resistências do inimigo, culminando com a morte em combate do seu líder, Jonas Malheiro Savimbi, em 22 de Fevereiro de 2002 e a quase capitulação das FMU.

2.3.4. O Renovar da Esperança – Paz Definitiva

Com a morte do líder da UNITA, a 13 de Março de 2002, foi proferida uma declaração de cessação unilateral das hostilidades, pelo Governo angolano do MPLA liderado pelo Camarada Presidente José Eduardo dos Santos, dizendo "Nem mais um tiro. Temos de preservar os homens vivos para negociar a paz." [8] que despoletou um novo processo de paz, iniciado com as negociações militares a 15 de Março de 2002, na localidade de Cassamba, província do Moxico, e que resultou no "Memorando Complementar ao Acordo de Paz de Lusaka[9]", rubricado a 31 de Março de 2002 na cidade do Luena, e assinado no dia 4 de Abril de 2002, em Luanda, colocando um fim na guerra em Angola, passando assim o país a conhecer novos rumos na sua edificação e na paz definitiva, criando condições para o reforço a capacidade e do espírito de corpo dos membros das FAA.

Actualmente, as Forças Armadas Angolanas estão formalmente respaldadas no artigo 207.º da Constituição da República de Angola, como sendo "a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte. As FAA participam, hoje, de missões de apoio humanitário e a preparação de unidades vocacionadas para operações de apoio a paz, sob a égide da ONU e da União Africana, reflectindo um compromisso com a estabilidade regional e internacional.

[8] Camarada José Eduardo dos Santos - Presidente do MPLA e da República de Angola, Arquitecto da Paz.
[9] O tratado foi assinado na capital da Zâmbia, Lusaka, no dia 20 de Novembro de 1994.

2.3.5. A Manutenção da Paz e Estabilidade Nacional

O MPLA considera que a paz é o pressuposto indispensável para a estabilidade política, capaz de proporcionar o exercício regular dos poderes públicos resultantes de processos democráticos de legitimação desse exercício. O MPLA considera ainda que a estabilidade das instituições políticas e administrativas do país constitui um factor de extrema importância para a realização de investimentos seguros em Angola. Sem estabilidade política, o fluxo de investimentos no país diminui e os investidores deslocam-se para outros países onde existam melhores condições investimentos e de estabilidade política.

A paz e a estabilidade são, por isso, elementos fundamentais para a continuidade do crescimento e desenvolvimento de Angola. Para o MPLA a estabilidade política também é garantida pelo imperativo constitucional da separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judicial sem prejuízo da necessária relação de cooperação e de complementaridade entre os mesmos como mentores do desenvolvimento do país. Defende também que a estabilidade política em passa igualmente por um conceito de defesa e segurança que promova as Forças Armadas e Serviços de Segurança fortes, unidos, apartidários e com obediência ao poder político, legitimamente constituído.

Para o MPLA a estabilidade política, consubstancia-se no desenvolvimento da actividade regular dos órgãos de soberania, dos partidos políticos, dos actores económicos, e da sociedade civil propiciando, desse modo, que as instituições políticas e não só, consolidam, dia a dia, as suas respectivas capacidades, colocando-as em prol do desenvolvimento do país. Em suma, para o MPLA a paz, a democracia política, económica e social e a estabilidade política andam de mãos dadas, o que permite o desenvolvimento integrado dos angolanos e o respeito da dignidade da pessoa humana no nosso país.

2.3.6. Defesa Nacional e Redimensionamento das Forças Armadas Angolanas

Desde finais do Século XX e nas primeiras décadas do Século XXI o contexto geoestratégico, as instabilidades regionais, particularmente em África, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia na Europa e a situação reinante no Médio Oriente, conjugadas com a fragilidade de muitos Estados, vão continuar a originar conflitos violentos, comprometendo a segurança das populações e ameaçando os interesses dos países em qualquer parte do globo.

Os conflitos actuais têm constituído autênticos choques estratégicos, que vieram alterar, significativa e duradouramente, o panorama de segurança mundial e requerem o robustecimento das capacidades de dissuasão e de defesa nacional.

O período pós-guerra que o país vive, constituiu uma oportunidade sublime para sua inserção, no contexto internacional e regional, uma forma de garantir uma posição dominante na articulação da SADC, CEEAC e da Região do Golfe da Guiné, um dos objectivos nacionais permanentes constantes na Estratégia de Desenvolvimento a Longo prazo para Angola.

A sua persecução bem sucedida poderá contribuir de forma inequívoca, para que possam ser alcançados alguns dos principais objectivos e aspirações da agenda 2063 da União Africana, no âmbito dos quais se encontra, entre outros não menos negligenciável, a criação duma Africa estável, pacífica e segura.

Nesta perspectiva está também presente o facto das Forças Armadas Angolanas representarem um pilar inquestionável na preservação da estabilidade, na defesa da soberania, da integridade territorial e da coesão nacional.

O processo de Reedificação das FAA iniciado em final de 2007, visou adequar as Forças Armadas a nova conjuntura do país em tempo de paz, reorganizando e tornando as suas estruturas, o sistema de ensino militar, os serviços de saúde e de asseguramento mais flexíveis, operacionais e funcionais, permitindo deste modo a adequação do sistema de forças e dispositivo militar do país.

O diagnóstico e cadastramento dos efectivos, estruturas orgânicas, infra-estruturas, terrenos e equipamentos militares, bem como a reorganização dos sistemas de registo e controlo dos meios de transporte e articulação da disciplina militar a todos os níveis permitirá uma melhor restruturação e redimensionamento das Forças Armadas Angolanas e uma melhor adequação e formalização da doutrina militar nacional.

Um dos principais desafios para as Forças Armadas Angolanas será a profissionalização de determinados órgãos dos Estados maiores e terceirização de serviços administrativos e de logística, visando a redução de custos e eficácia dos órgãos administrativos e de logística.

Um estudo e diagnóstico semelhante deverá ser efectuado pelo Ministério do interior e o Comando geral da Polícia nacional para adequação das suas estruturas e órgãos, visando garantir o controlo e prevenção da criminalidade e da vigilância nacional e uma melhor articulação entre os órgãos e as forças de defesa e segurança nacional.

3. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL E A CRIAÇÃO DAS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO

3.1. Independência e o Caminho para o Desenvolvimento

No período que antecedeu a independência nacional, em 1975, assistiu-se a um êxodo maciço dos colonos portugueses e alguns dos poucos quadros angolanos existentes no país, naquela altura. Este facto veio a ter um impacto profundo e duradouro na economia e na governação, tendo resultado numa grave lacuna de profissionais formados em áreas fundamentais para o funcionamento do país, principalmente nos sectores da administração pública, da saúde, da educação, da indústria e da agricultura.

Com a saída repentina destas pessoas, o país enfrentou um vazio de competências que afectou severamente a sua capacidade de governação e de resposta às necessidades da população.

Este vazio foi ainda mais problemático devido à necessidade de concentrar esforços e recursos para as necessidades da defesa da Pátria, o que obrigava a desviar a atenção e os meios que poderiam ter sido aplicados na reconstrução económica e na formação de novos quadros para as áreas fundamentais da governação.

Assim, a independência nacional, marcou o início de um profundo processo de transformação de uma sociedade colonial, caracterizada pela segregação racial e pela exploração económica, para uma nova organização social e política, centrada no ideal de igualdade e justiça para o homem Angolano. Este processo foi conduzido pelo MPLA, que assumiu o poder no momento da independência e propôs uma ruptura com o modelo colonial. A nova liderança angolana, inspirada nos ideais marxistas-leninistas e nas experiências de outros países que haviam optado pelo socialismo, empenhou-se em construir uma sociedade socialista que promovesse a igualdade e eliminasse as injustiças herdadas do passado colonial.

3.1.1. Adopção da Economia Socialista Planificada

A ideologia marxista-leninista adoptada pelo MPLA oferecia um modelo de organização social e económica que parecia adequado para alcançar estes objectivos, com a promessa de igualdade e de solidariedade entre todos os cidadãos. A escolha pelo socialismo não foi apenas uma opção económica, mas também uma posição política que reflectia o desejo de construir uma nação independente, livre da exploração externa e das desigualdades do sistema colonial.

Com a adopção de um modelo de economia socialista planificada, que o Estado assumiu o controlo dos principais meios de produção, incluindo a agricultura, a indústria, o comércio e a banca. A nacionalização de empresas e a centralização da economia foram vistas como medidas necessárias para corrigir as desigualdades históricas e garantir que os recursos nacionais fossem utilizados para o benefício de todos os angolanos, em vez de serem explorados para o lucro de uma minoria ou de interesses estrangeiros. O Governo acreditava que, ao concentrar a economia nas mãos do Estado, seria possível planear o desenvolvimento de forma mais equitativa, assegurar a distribuição justa da riqueza e promover a independência económica face ao capitalismo internacional.

A transformação para este modelo implicou, por isso, uma reestruturação completa da economia, com a criação de empresas estatais e de cooperativas agrícolas, que substituíram as propriedades privadas e os negócios geridos por colonos portugueses. As terras, antes exploradas por companhias privadas, foram expropriadas e integradas em projectos colectivos, onde os recursos eram geridos em nome do Estado e da colectividade.

A agricultura colectiva e os programas de auto-suficiência alimentar eram considerados fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade nova, independente e justa.

Contudo, a implementação deste modelo não trouxe, no essencial, os resultados pretendidos, sobretudo devido:

- À saída massiva de portugueses, que constituíam grande parte da força de trabalho qualificada, o que resultou numa escassez de profissionais capazes de gerir a administração pública e as empresas estatais.
- À guerra civil, que impediu a plena operacionalização dos planos económicos, desviando recursos significativos para o esforço de guerra e limitando o alcance dos investimentos económicos e sociais sobretudo ao nível agrícola.
- Ao período caracterizado por uma instabilidade económica profunda.
- À dependência do petróleo como principal fonte de receitas que se tornou num factor crítico para a economia nacional, reduzindo drasticamente as receitas externas do Estado e limitando a capacidade de importação de bens essenciais.

Concomitantemente, o **processo de nacionalização** iniciado logo após a independência, teve um impacto profundo e multifacetado na economia do país. As nacionalizações foram implementadas como uma política fundamental do modelo de economia socialista planificada adoptado pelo governo, visando garantir o controlo dos sectores estratégicos da economia e promover a justiça social através da redistribuição de recursos.

Estas, resultaram assim num impacto negativo no **sector produtivo**, especialmente nos sectores industrial, agrícola e de serviços. Neste processo a agricultura foi particularmente afectada, com vastas áreas de terra a serem expropriadas e colocadas sob a administração do Estado, com o objectivo de reorganizar a produção de alimentos e fomentar a auto-suficiência alimentar.

No **sector industrial**, o cenário foi semelhante. Fábricas, minas e infra-estruturas anteriormente geridas pelo sector privado foram nacionalizadas, mas a falta de conhecimento técnico especializado, a ausência de investimentos adequados e de uma estrutura de gestão eficiente resultou em declínios na produção.

O processo de nacionalização também contribuiu para o **crescimento da economia informal** em Angola. O sector informal, que incluía o comércio de produtos alimentares, bens de consumo e até combustíveis, expandiu-se rapidamente, operando fora do controlo do Estado e, muitas vezes, em contramão com as políticas de controlo de preços e distribuição implementadas pelo Governo.

Do ponto de vista **fiscal**, o processo de nacionalização teve consequências mistas. Por um lado, o controlo estatal dos principais sectores da economia, incluindo o petróleo, permitiu ao Governo captar directamente as receitas provenientes da exploração de recursos naturais, especialmente durante o auge dos preços do petróleo mas, por outro lado, acentuou ainda mais a dependência da economia deste sector.

3.1.2. Impacto do Lema: A Agricultura é a Base e a Indústria o Factor Decisivo

A adopção do lema "a agricultura é a base e a indústria e o factor decisivo" reflectiu a visão estratégica de que o desenvolvimento da agricultura seria essencial para a construção de uma economia nacional sustentável em Angola. O lema surgiu no contexto da implementação da economia socialista planificada, onde se buscava uma interdependência entre os sectores agrícola e industrial, de modo a que a produção agrícola sustentasse a indústria e promovesse a auto-suficiência destes produtos. Contudo, os resultados alcançados nesse período (1975-1991) não reflectiram as ambições do Governo devido aos desafios estruturais e conjunturais que limitaram o seu sucesso.

Este facto levou o Governo a estabelecer fazendas estatais, visando a modernização do sector e o aumento da produção de alimentos básicos. As cooperativas agrícolas também foram incentivadas, na tentativa de reorganizar a produção e integrar os camponeses num modelo de agricultura planificada.

No entanto, vários factores contribuíram para o fraco desempenho: a falta de investimentos em tecnologias agrícolas, a ineficiente gestão das fazendas estatais, a ausência de mão-de-obra qualificada e a guerra civil, que teve um impacto devastador na produção agrícola, uma vez que grandes áreas de cultivo tornaram-se zonas de conflito.

Adicionalmente, os deslocamentos forçados de populações rurais e dificuldade de acesso a mercados e aos insumos, para além dos danos ambientais contribuíram para a queda considerável da produção de alimentos e, Angola, que antes da independência era um dos maiores exportadores de café e de outros produtos agrícolas, tornou-se um importador de alimentos para atender às necessidades básicas da sua população.

A indústria extractiva, por outro lado, particularmente a petrolífera e a de mineração de diamantes, tornou-se a principal fonte para a obtenção de receitas. Estas indústrias continuaram a operar num modelo mais centralizado e nacionalizado, com empresas como a Sonangol a assumirem o papel de locomotiva económica de Angola.

A dependência destes recursos naturais teve como consequência a marginalização da agricultura e da indústria transformadora, criando um desequilíbrio na estrutura económica do país. A predominância do sector petrolífero levou a uma economia dependente das exportações de petróleo e à concentração de investimentos na infra-estrutura associada a este sector, em detrimento da diversificação industrial que o lema do Governo buscava promover.

Como consequência a queda na produção agrícola, combinada com a desorganização das rotas de transporte e a insegurança provocada pela guerra civil, fez com que a capacidade de exportação agrícola do país fosse severamente reduzida.

O perfil de exportação aumentou a vulnerabilidade da economia angolana a choques externos, como as variações dos preços internacionais do petróleo, e reduziu a capacidade do país de gerar receitas em divisas através de outras

fontes. A falta de diversificação das exportações significava que qualquer tentativa de promover o desenvolvimento industrial baseado na agricultura estava comprometida pela falta de competitividade dos produtos agrícolas angolanos no mercado internacional.

3.1.3. MPLA-PT e o Novo Modelo de Organização Económica e Social

Apesar das intenções de justiça social e de igualdade, a economia planificada revelou-se ineficiente para lidar com a complexidade dos desafios nacionais, especialmente num contexto de conflito e de isolamento económico. Ficaram assim, evidenciadas as limitações do sistema de planificação central e a necessidade da adopção de um modelo de organização económica e social mais eficiente e mais consentâneo com a realidade do país.

Antes mesmo da queda do muro de Berlim em 1989 teve lugar no país um grande movimento de reflexão sobre o modelo económico e social que estava a ser seguido em Angola.

Este movimento de reflexão veio a dar lugar à 1ª Conferência Nacional do MPLA realizada em 1985 que marcou um ponto de inflexão na trajectória económica de Angola, ao reconhecer a necessidade de uma mudança no modelo económico socialista que vinha sendo seguido desde a independência.

3.1.3.1. Reformas Económicas Aprovadas pela 1ª Conferência Nacional do Partido em 1985

A 1ª Conferência Nacional do MPLA em 1985 e a subsequente adopção da economia social de mercado marcaram um momento de inflexão na história económica de Angola. Esse período representou um reconhecimento das limitações do modelo centralizado e uma tentativa de ajustar a trajectória do desenvolvimento nacional, num esforço de reconciliação entre os princípios socialistas e as exigências práticas de uma economia em crise e em guerra. Embora os resultados imediatos tenham sido limitados, a mudança de perspectiva iniciada em 1985 foi um passo crucial para a futura transformação da economia angolana, com implicações profundas para as reformas que viriam a ser implementadas na década de 1990.

Nesta Conferência, o MPLA tomou a decisão de introduzir reformas que incorporavam elementos de uma "economia social de mercado", um conceito que, embora ainda preservasse alguns princípios do socialismo, abria espaço para a introdução de mecanismos de mercado livre na gestão económica. O objectivo era criar um sistema híbrido que combinasse a intervenção estatal com a iniciativa privada, visando melhorar a eficiência económica, estimular a produção e atrair investimentos externos e simultaneamente salvaguardar os aspectos mais relevantes da base ideológica do Partido, a justiça social.

Entre as medidas aprovadas estava a flexibilização de algumas restrições ao sector privado, permitindo a participação de pequenos negócios e a reactivação

de mercados locais, que haviam sido reduzidos durante a fase mais rígida da planificação central. A nova abordagem procurava descentralizar a tomada de decisões económicas, incentivando formas de cooperativismo e permitindo uma maior autonomia para algumas empresas públicas, que poderiam operar com um grau maior de responsabilidade financeira. Ao mesmo tempo, o Estado manteve um papel central na definição de políticas económicas e na regulação de sectores estratégicos, como o petróleo e a mineração, que continuavam a ser vistos como pilares da soberania económica.

A adopção da economia social de mercado visava, entre outras coisas, a reactivação da produção agrícola, que era vista como essencial para garantir a segurança alimentar e reduzir a dependência de importações de alimentos. As reformas também procuravam revitalizar a indústria transformadora, criando um ambiente mais favorável à produção local e à redução dos défices comerciais. Além disso, havia um interesse crescente em criar condições para atrair investimento directo estrangeiro (IDE), especialmente nas áreas de infra-estrutura e de exploração de recursos naturais, que poderiam proporcionar uma injecção de capital necessária para a recuperação económica.

Porém a implementação das reformas económicas enfrentou muitos desafios. A guerra civil continuava a consumir recursos significativos e a criar instabilidade, dificultando a atracção de investidores e a reactivação das actividades produtivas em várias regiões do país. A introdução de mecanismos de mercado também encontrou obstáculos na ausência de um ambiente institucional adequado, como sistemas bancários eficientes, infra-estrutura de transporte e comunicação, e um quadro jurídico que assegurasse os direitos de propriedade e o cumprimento de contratos.

Consequentemente, este período foi caracterizado por um crescimento baixo e por crises periódicas, especialmente durante os anos 1980, quando a queda dos preços do petróleo foi combinada com uma crise agrícola prolongada. A persistência de défices orçamentais, a inflação elevada e a falta de produtos básicos foram sintomas de uma economia incapaz de equilibrar os sectores produtivos.

Logo, a tentativa de fazer da agricultura a base do desenvolvimento industrial não se concretizou, levando a uma crescente centralização do poder económico no sector petrolífero e à dependência das importações de bens de consumo. O lema, que reflectia uma visão de desenvolvimento equilibrado e sustentável, acabou por ser ultrapassado pelas urgências impostas pelo conflito interno.

Em suma, o desempenho global da economia angolana durante o período de 1975-1991 foi de estagnação, e uma dependência crescente de um modelo económico que contradizia os objectivos iniciais de auto-suficiência e integração agrícola-industrial.

No II Congresso do MPLA-PT, foram tomadas decisões importantes para enfrentar os desafios de Angola na época, como a guerra civil, as dificuldades económicas e enfrentar as necessidades do país naquele contexto crítico. Estas decisões focaram-se em:

1. **Reafirmação do socialismo**: O MPLA reforçou o seu compromisso com a construção do socialismo, priorizando justiça social e equidade.
2. **Desenvolvimento económico**: Propôs um plano para diversificar a economia e reduzir a dependência de sectores específicos.
3. **Reestruturação interna**: Discutiram-se mudanças na organização do Partido para torná-lo mais eficaz e adaptável.
4. **Democracia interna**: Promoveu-se uma maior participação dos membros nas decisões políticas e administrativas.
5. **Política externa**: Reiterou-se o apoio à luta de libertação noutros países africanos e sublinhou-se a importância da solidariedade internacional.

A partir de 1987, Angola implementou o **Plano de Saneamento Económico e Financeiro (SEF)** para enfrentar a grave crise económica, recuperar a economia e criar as bases para um crescimento sustentável durante uma fase económica particularmente desafiadora. As principais reformas incluíram:

1. **Ajuste Fiscal e Controlo do Défice**:
   - Redução de gastos públicos para equilibrar as contas do governo.
   - Melhoria da arrecadação de impostos e eliminação de isenções fiscais indevidas.
2. **Liberalização da Economia**:
   - Redução do controlo estatal sobre preços e produção, permitindo que o mercado determinasse os preços.
   - Estímulo à participação do sector privado para promover maior competitividade.
3. **Diversificação da Economia**:
   - Incentivo a sectores como agricultura, indústria e serviços para diminuir a dependência do petróleo.
   - Promoção da produção agrícola para melhorar a segurança alimentar e aumentar exportações.
4. **Reforma das Empresas Estatais**:
   - Privatização de empresas públicas ineficientes e fomento de parcerias público-privadas.
   - Implementação de práticas de gestão mais eficazes nas empresas estatais.
5. **Abertura ao Comércio Internacional**:
   - Redução de tarifas e barreiras comerciais para facilitar importações e estimular a concorrência.
   - Estabelecimento de acordos comerciais para fortalecer as relações económicas.
6. **Estabilização Monetária**:
   - Medidas para controlar a inflação e estabilizar a moeda.
   - Implementação de políticas monetárias rigorosas para regular a oferta de dinheiro e as taxas de juros.

3.1.3.2. Consagração do Modelo de Economia de Mercado na Lei Constitucional de 1992

A Lei Constitucional de 1992 representou uma transformação fundamental no modelo económico e político do país, marcando a transição para uma economia de mercado plena, mudança que foi impulsionada tanto por factores internos quanto por um contexto internacional em transformação, especialmente após o fim da Guerra Fria e o colapso do bloco socialista. A nova lei não só introduziu princípios democráticos e multipartidários, como também estabeleceu as bases para uma economia de mercado, criando um ambiente mais favorável à iniciativa privada e à integração de Angola na economia global.

Esta Lei passou a reconhecer a propriedade privada, a liberdade da iniciativa económica e a protecção dos investimentos. O texto legal consagrou o princípio da livre concorrência e a liberdade da iniciativa empresarial, permitindo a operação de empresas privadas em todos os sectores da economia, inclusive naqueles que antes eram monopólio do Estado. A abertura ao investimento estrangeiro foi um elemento central da nova estratégia, com a intenção de atrair capital internacional para impulsionar a reconstrução do país e estimular o crescimento económico.

A nova abordagem visava criar um ambiente mais dinâmico e flexível, no qual o mercado deveria desempenhar um papel central na alocação de recursos, ao mesmo tempo em que o Estado assumia um papel regulador, responsável por criar condições para o desenvolvimento económico sustentável e promover o bem-estar social.

A aprovação da Lei Constitucional de 1992 e a adopção do modelo de economia de mercado em Angola trouxeram a necessidade de implementar políticas económicas que sustentassem essa nova orientação cujos resultados se consubstanciam no seguinte:

- O crescimento acelerado do PIB petrolífero. A produção de petróleo aumentou de forma significativa durante a década de 1990, impulsionada pela abertura ao capital estrangeiro e pela modernização das infra-estruturas de produção, o que permitiu que o PIB de Angola apresentasse taxas de crescimento positivas, mesmo num contexto de guerra. O crescimento do PIB não petrolífero, no entanto, foi mais contido. A agricultura, por exemplo, não conseguiu recuperar-se plenamente devido à falta de investimento e ao impacto directo da guerra nas áreas rurais. A indústria transformadora enfrentou desafios para se adaptar à nova realidade de mercado, e a falta de infra-estruturas adequadas limitava a expansão de outros sectores da economia.

- A liberalização dos preços e a abertura ao comércio internacional facilitaram o acesso da população a bens de consumo que antes eram escassos, o que foi particularmente visível em áreas urbanas, como Luanda, onde a oferta de produtos alimentares, electrodomésticos e outros bens de primeira necessidade aumentou substancialmente.

- As reformas económicas contribuíram para a revitalização de algumas infra-estruturas urbanas, especialmente em Luanda, onde investimentos em energia, transportes, e telecomunicações começaram a ser realizados. Estas melhorias foram essenciais para atrair mais investidores e criar empregos na área urbana.

No entanto, não foi possível distribuir os benefícios das reformas económicas de forma equitativa. As regiões rurais e as áreas mais afectadas pelo conflito continuaram a enfrentar graves problemas de acesso a serviços básicos como saúde, educação e água potável, situação agravada pela guerra civil, o que tornou difícil para boa parte da população rural aceder aos benefícios da transição para uma economia de mercado.

3.1.3.3. Início da Estruturação da Economia de Mercado e a Emergência do Empresariado Nacional

Um facto importante a registar no período de 1992 a 2002 é a emergência do empresariado nacional, fenómeno intimamente ligado à transição para a economia de mercado e à reconfiguração do papel do Estado na actividade económica.

Com a liberalização da economia e a privatização de várias empresas estatais, o espaço para a actuação privada aumentou significativamente, criando condições para que novos agentes económicos, principalmente angolanos, pudesse estabelecer-se e expandir as suas actividades em diferentes sectores.

A abertura do mercado permitiu que muitos antigos gestores de empresas públicas, quadros técnicos e outras figuras bem posicionadas aproveitassem as oportunidades geradas pelas privatizações para se converterem em empresários.

Estes novos empresários actuaram em sectores como o comércio, construção civil, transportes e serviços, aproveitando as necessidades de reconstrução e reabilitação de infra-estruturas num contexto de pós-guerra.

Além das privatizações, a liberalização das importações e a eliminação de monopólios estatais no comércio externo permitiram que um número crescente de angolanos entrasse no mercado de importação e distribuição de bens. A abertura do comércio externo foi crucial para dinamizar o mercado interno, proporcionando oportunidades de lucro para aqueles que tinham a capacidade de importar e distribuir produtos que eram escassos no mercado nacional, especialmente nas áreas urbanas. Este movimento, por sua vez, ajudou a criar uma classe de comerciantes e distribuidores que se tornaram parte integrante da economia de mercado angolana, ainda que muitas vezes de forma informal e pouco estruturada.

No entanto, a emergência de um empresariado angolano foi marcada por grandes desafios. A falta de uma cultura empresarial consolidada e a ausência de formação específica para a gestão de negócios constituíram obstáculos significativos para muitos novos empreendedores. A transição de um sistema centralizado para um mercado aberto exigia habilidades de gestão,

conhecimento de finanças e de mercado e uma capacidade de adaptação às dinâmicas de concorrência que ainda não estavam plenamente desenvolvidas em Angola. O acesso ao crédito também foi uma barreira importante, já que o sistema bancário ainda se encontrava em processo de reorganização e os bancos recém-criados estavam, em muitos casos, focados em financiar grandes operações, deixando de lado as pequenas e médias empresas.

A guerra civil também impactou profundamente o surgimento e a consolidação de um empresariado local. A instabilidade política e a insegurança em várias regiões do país limitaram as possibilidades de expansão e investimentos, sobretudo fora dos centros urbanos. Muitos empresários tiveram que enfrentar os custos de operar num ambiente marcado pela destruição de infra-estruturas e pela insegurança jurídica, o que frequentemente resultava numa dependência do apoio estatal e de redes de influência para sobreviver e prosperar no mercado.

A emergência do empresariado angolano nesse período foi, portanto, um reflexo das mudanças estruturais na organização da economia, da abertura de oportunidades através das reformas e da capacidade de adaptação ao novo ambiente de mercado, apesar de determinadas especificidades terem marcado o início da formação de uma economia de mercado com características próprias, entrelaçadas com a história política e social do país.

3.2. Conquista da Paz Definitiva e o Início da Reconstrução Nacional

Findo o conflito armado em 2002, procurava-se reconstruir o país e superar as graves consequências da guerra civil que havia devastado a infra-estrutura, deslocado milhões de pessoas e destruído a economia nacional. A expectativa de que a comunidade internacional desempenharia um papel central na reconstrução era alta, especialmente por meio da realização de uma conferência de doadores, que teria como objectivo mobilizar recursos e atrair apoio financeiro para o processo de reconstrução e desenvolvimento. No entanto, a conferência de doadores planeada para ajudar Angola logo após o fim do conflito fracassou, deixando o país numa posição desafiadora em termos de financiamento para a recuperação.

Neste contexto, o Governo angolano adoptou uma postura de maior autonomia em relação à ajuda externa, preferindo explorar alternativas de financiamento que envolvessem directamente os recursos provenientes do petróleo. A crescente produção e exportação de petróleo permitiu que o país recorresse a outras fontes de financiamento, como empréstimos de instituições financeiras internacionais e acordos bilaterais, sobretudo com a China, cujo relacionamento foi particularmente importante neste contexto, já que oferecia um modelo de cooperação que não estava condicionado às exigências de reforma estrutural ou de governança, contrastando com as exigências normalmente associadas ao apoio de doadores ocidentais.

Apesar deste constrangimento, o país conseguiu dar passos importantes no processo de reconstrução nacional, através de uma estratégia que priorizou o uso de riquezas próprias, mas que também contribuiu para que se prolongasse a dependência significativa da renda petrolífera. Esta escolha teve impactos de

longo prazo, moldando a trajectória de crescimento do período subsequente e influenciou a forma como Angola se posicionou no cenário internacional, especialmente em relação aos seus parceiros estratégicos no âmbito das relações Sul-Sul.

A cooperação com a China emergiu como um dos pilares fundamentais para o financiamento de grandes projectos de infra-estrutura, impulsionando a recuperação económica e a modernização do país num cenário de grandes desafios. A aproximação entre os dois países foi motivada tanto pelas necessidades de Angola de obter financiamento para a reconstrução quanto pelos interesses da China em garantir o acesso a recursos energéticos, especialmente o petróleo angolano, essencial para sustentar o seu crescimento económico acelerado.

Um dos principais mecanismos desta parceria foi a concessão de linhas de crédito garantidas pela exportação de petróleo nacional. A estrutura desses acordos permitiu a utilização de recursos provenientes da venda de petróleo para pagar os empréstimos concedidos por bancos chineses.

Do ponto de vista económico, os projectos de infra-estrutura financiados e executados por empresas chinesas foram essenciais para melhorar as condições de transporte e comunicação no país, conectando áreas isoladas e facilitando o escoamento da produção agrícola e mineral. As novas estradas e ferrovias, por exemplo, ajudaram a revitalizar zonas rurais que haviam sido duramente afectadas pelo conflito, promovendo uma maior integração do território nacional e criando condições para o desenvolvimento de actividades produtivas em áreas antes inacessíveis.

3.2.1. Reintegração dos Ex-militares

Com o fim do conflito armado, e visando garantir a estabilidade social, o Governo entendeu dotar o aparelho do Estado de um Órgão que se ocupasse da reintegração dos efectivos militares excedentários licenciados à luz dos acordos de paz. Nesta perspectiva, foi criado o Instituto de Reintegração Socia-profissional dos ex-militares (IRSEM), através do despacho n.º 7/95 de 14 de Abril e, actualizado pelo Decreto Presidencial n.º 33/21 de 02 de Fevereiro.

Deste modo, foi possível inserir os ex-militares no mercado de trabalho e em actividades produtivas, evitando o retorno a conflitos e garantindo a coesão social. Parte dos ex-combatentes que integravam as FAPLA, braço armado da República de Angola no regime de mono partidarismo e as FALA, braço armado da UNITA antes dos acordos de Paz, foram integrados nas FAA-Forças Armadas Angolanas, o remanescente foi desmobilizado e reintegrado profissionalmente noutros sectores produtivos, tendo adicionalmente sido implementados vários programas e realizadas as seguintes acções:

- Formação profissional em artes e ofícios, dirigida a 4.005 ex-Militares.

- Programa de Desenvolvimento e Assentamento Rural, que proporcionou oportunidades de trabalho a 1.050 ex-Militares como Fiscais de caça e guardas florestais.

- Apetrechamento de dois Centros de Formação Profissional (Cuacra, na província do Cuanza Sul e Comandante Nzaji, no Lobito, província de Benguela) e a formação de formadores e gestores de centros de formação (na África do Sul, com 45 ex-Militares, dos quais 15 provenientes das ex-FALA).

- Projecto Elisal (saneamento da cidade de Luanda), com postos de trabalho para 350 ex-Militares e o apoio do Governo da Itália.

- Formação profissional para ex-Militares e equipamento para os centros do

  Serviço Nacional de Apoio à Formação na Empresa (SENAFOPE) e ao Centro de Formação de Pescas (CEFOPESCAS), com o apoio da ASDI/Suécia.

  Em 1994, com a assinatura do Protocolo de Lusaka, foram licenciados 57.111 Militares.

Ainda nesta perspectiva, criou-se em 1995 o Instituto de Reintegração Socioprofissional dos Ex-Militares (IRSEM), que executou as seguintes acções:

- Projectos de impacto rápido, que beneficiou 20.520 ex-Militares.
- Emprego formal, destinado a 9.872 ex-Militares.
- Emprego Informal, com incentivo ao auto-emprego para 363 ex-Militares.

Programa de Assentamento Rural, reabilitação de casas económicas e alojamento de população, que beneficiou 333 ex-Militares (em parceria com a Cooperação Técnica Alemã–GTZ).

3.2.2. Construção e Reabilitação de Infra-estruturas

Não obstante, esta parceria estratégica também trouxe desafios significativos, porquanto a contratação massiva de empresas chinesas para a execução de obras gerou críticas de que essa cooperação não estava a gerar suficientes oportunidades de emprego e desenvolvimento de competências para a mão-de-obra nacional. Muitos projectos foram realizados por trabalhadores chineses, limitando a transferência de conhecimentos técnicos e tecnológicos para a população local, o que enfraqueceu o potencial de sustentabilidade de longo prazo de alguns dos investimentos.

Apesar destes desafios, a parceria entre Angola e China durante o período de reconstrução nacional representou uma alavanca crucial para o renascimento do país após décadas de guerra, tendo-se destacado entre outras:

3.2.2.1. Infra-estruturas Rodoviárias

Em 1974, Angola contava com aproximadamente 72.000 km de estradas, das quais cerca de 7.075 km eram pavimentadas e concentravam-se nas principais rotas, especialmente no corredor Luanda-Benguela-Huambo-Lubango.

As estradas de terra batida, representavam a maior parte da rede e, embora funcionais, eram vulneráveis às condições climáticas adversas, tornando-se algumas delas intransitáveis em épocas de chuva.

Com a nova caracterização e de acordo com o Plano Rodoviário de Angola (PRA), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 20/21 de 22 de Janeiro, o país possui hoje uma rede nacional de estradas de 79 300 km, sendo, 27 600 km pertencente a Rede de Estradas Nacionais (EN-100, EN-120, EN-230 e EN-140) e 51 700 km pertencente a Rede de Estradas Municipais.

As estradas nacionais são constituídas pelos principais itinerários, incluindo os considerados inter-regionais inseridos na região da SADC e as estradas municipais são constituídas por itinerários que promovem a recolha do tráfego das localidades interiores e canalizam-no para a rede de estradas nacionais, bem como as estradas de interesse local.

A rede de estradas nacionais, com uma extensão de 27 600 km, tem um estado de transitabilidade e de conservação variável, estando actualmente asfaltados mais de 11 400 km, que representa cerca de 41,3% em relação à extensão total da rede de estradas nacionais.

A rede de estradas municipais, com uma extensão de 51 700 km, tem um estado de transitabilidade e de conservação variável, estando actualmente asfaltados mais de 15 100 km, que representa cerca de 29,0% em relação à extensão total da rede de estradas municipais.

A melhoria da malha rodoviária no período pós independência (cerca de 26500 km asfaltados) têm sido crucial no processo de desenvolvimento económico do país, pois tem permitido atender às necessidades de integração territorial e bem-estar social da população angolana.

As acções prioritárias em curso dão ênfase à contínua reabilitação das infra-estruturas rodoviárias para que actuem como factor catalisador do crescimento económico e social do país, do combate às assimetrias regionais e no fomento à competitividade, com foco no escoamento da produção nacional, agrícola e industrial.

Portanto, configuram-se prioridades neste capítulo nomeadamente o restabelecimento das ligações rodoviárias entre as capitais provinciais e a capital do país, as ligações entre sedes municipais e comunais, e a reabilitação das vias urbanas nas sedes provinciais e municipais e ainda considerar a necessidade da Construção de auto-estradas, com vista à modernização das infra-estruturas rodoviárias de país, bem como ter em conta o Memorando de Entendimento assinado para a elaboração de Estudos e Projectos, com vista a Construção da Auto - Estrada Corredor Norte/Sul, investimento de capital importância para a integração de Angola no mercado regional e continental.

Os projectos de construção e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias estão a ser concebidos para funcionarem de forma integrada com os outros sistemas de transporte, com particular realce para o ferroviário, com vista a criação de sistemas intermodais. Todavia, é importante salientar as dificuldades associadas à dependência de capital estrangeiro para a construção destas infra-estruturas, estando em estudo as condições de financiamento para o qual se pretende o

envolvimento do sector privado, na modalidade de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Um desafio adicional neste domínio, é a necessidade de se promover uma política nacional sobre a definição de critérios para a construção de estradas de acordo a sua funcionalidade, facilitando a implementação de estruturas municipais e provinciais descentralizadas para a conservação e manutenção das infra-estruturas rodoviárias, assegurando a sua durabilidade, segurança e redução da sinistralidade rodoviária.

3.2.2.2. Infra-estruturas Ferroviárias

O sector ferroviário foi reabilitado para revitalizar o transporte de carga e passageiros, conectando áreas rurais e urbanas e promovendo o comércio interno e externo.

Neste domínio, foram reabilitadas as principais linhas ferroviárias, designadamente (i) O Caminho de Ferro de Benguela (CFB) que liga o Porto do Lobito (Benguela) à fronteira com a RDC, passando por Huambo, Bié e Moxico, (ii) o Caminho de Ferro de Luanda (CFL) que liga Luanda a Malanje, passando por cidades importantes como N'Dalatando e o (iii) Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM) que liga o Porto de Namibe a Menongue (Cuando Cubango), passando por Lubango.

Estas infra-estruturas de extrema importância, reabilitadas após a guerra civil de 2002 conectam as regiões do país, promovendo o comércio e a mobilidade, sendo o CFB fundamental para o transporte de minérios da RDC e Zâmbia até o litoral angolano, além de conectar o interior ao porto de exportação, o CFL, utilizado tanto para transporte de passageiros como de mercadorias e o CFM que serve como corredor estratégico para o transporte de produtos agrícolas e minerais.

3.2.2.3. Infra-estruturas Comerciais e de Transporte

Neste período, no sector do comércio iniciou-se a implementação de um amplo programa de construção de infra-estruturas, componente essencial para revitalizar a economia.

Dentre a construção e reabilitação de infra-estruturas comerciais, com vista a organizar o comércio, reduzir o impacto do sector informal, facilitar o armazenamento de transporte e distribuição de mercadorias, impulsionar o comércio formal e melhorar o acesso da população a produtos e serviços registam-se, (i) os mercados formais do Kikolo (Luanda), do São Paulo (Luanda) e a criação de mercados rurais (ii) os centros de logística dos quais se destaca o Centro de Distribuição de Viana; (iii) grandes centros comerciais em Luanda e noutras cidades como Benguela e Huambo.

A par disso, a reabilitação e modernização dos Portos de Luanda, do Lobito e do Namibe, para aumentar a capacidade de importação e exportação bem como a

construção de terminais de carga modernos, essenciais para melhorar a eficiência no transporte de bens comerciais. A nível do comércio fronteiriço foram criadas infra-estruturas para dinamizar o comércio transfronteiriço com os países vizinhos como a Namíbia (Posto Fronteiriço de Santa Clara), a RDC e a Zâmbia (Posto Fronteiriço do Luau).

Contudo, a reconstrução de infra-estruturas e a modernização de alguns sectores comerciais foram limitadas por desafios estruturais e operacionais. Angola tem um grande potencial para continuar a crescer no sector do comércio, dependendo de reformas sustentadas e um foco na diversificação económica e manutenção de infra-estruturas.

3.2.2.4. Indústria Petrolífera

O sector petrolífero em Angola, pilar central da economia, contribui significativamente para o PIB, as receitas fiscais e as exportações. Desde a independência em 1975, várias políticas e acções foram desenvolvidas no sentido de explorar e gerir os recursos petrolíferos do país, dentre as quais as seguintes:

i. A nacionalização e consolidação do controle Estatal (1975-1990), destacando a criação da Sonangol (1976) e a manutenção das parcerias com as empresas estrangeiras multinacionais como Chevron, Total e ExxonMobil para garantir tecnologia, capital e expertise;
ii. A expansão da produção e exploração offshore (1990-2000) com a adopção de contratos de partilha de produção (PSA) que permitiu que empresas estrangeiras investissem em exploração e produção, partilhando a produção com a Sonangol; a descoberta de reservas nos blocos offshore especialmente nas zonas do Cabinda e Bacia do Kwanza; a construção de infra-estruturas nomeadamente plataformas de exploração, terminais de exportação e o aumento da capacidade produtiva de refinação;
iii. Reformas e diversificação (2002-2015) com foco no gás natural mediante a criação do projecto Angola LNG (Liquefied Natural Gas), dando início à exploração e comercialização do gás natural, diversificando as exportações energéticas; (iv) crises e reestruturação (2015-2020) permitindo a abertura ao investimento privado com realce para a criação de incentivos para atrair investidores estrangeiros e a redução de barreiras burocráticas e fiscais;

iv. Transição Energética e Sustentabilidade (2020 em diante) com foco para a exploração de novas fronteiras o que intensificou a exploração em águas ultraprofundas bem como a licitações de novos blocos na Bacia do Namibe e do Congo. Salienta-se ainda nesta transição a adopção da Políticas de conteúdo local visando a inclusão de angolanos no sector petrolífero, bem como na utilização de empresas nacionais na cadeia de fornecimento.

O sector petrolífero angolano evoluiu de um modelo nacionalizado para um sistema mais diversificado e aberto a investimentos. Actualmente, o foco

consiste em superar a dependência do petróleo, promover a diversificação económica e preparar o país para um futuro alinhado com a transição energética global.

3.2.2.5. Indústria Mineira

O sector mineiro em Angola desempenha um papel importante na economia. Desde a independência, várias políticas e acções foram implementadas para explorar e regular este importante sector, dentre as quais as seguinte:

- Pós-Independência e Nacionalização (1975-1990) que se consubstanciou na (i) nacionalização dos recursos minerais (ii) criação da ENDIAMA (1981) e a (iii) exploração limitada devido à guerra civil:
- Estabilização e Reorganização Pós-Guerra (2002-2010) com foco sobre a (i) Reforma do quadro legal com a implementação da lei de Geologia e Minas (2003), (ii) Reabilitação de infra-estruturas (iii) Promoção da legalização da exploração artesanal.
- Modernização e Diversificação (2010-2020) com realce sobre a (i) exploração de minerais além de diamantes, (ii) participação no Processo de Kimberley, (iii) abertura ao investimento privado, e a (iv) reestruturação da ENDIAMA e Ferrangol;
- Transição para Sustentabilidade e Diversificação (2020 em diante) com ênfase sobre (i) criação da nova Lei de Investimento Privado (2021), (ii) a atracção de investimentos em minerais estratégicos, (iii) a criação de Zonas de Desenvolvimento Mineiro, (iv) exploração de minerais industriais bem como a (v) a criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG).

3.2.2.6. Energia e Águas

Desde a independência, e devido à guerra, o sector da energia e águas foi alvo de diversas sabotagens, o que reduziu substancialmente a capacidade de fornecimento de energia já de si precária tendo em conta a exclusão a que esteve sujeita uma parte considerável da população nativa, pelo que depois da Paz o MPLA através do Executivo desenvolveu vários projectos que permitiu que a partir de 2017 a 2023 a expansão do acesso à energia eléctrica, que registou um aumento da taxa de electrificação nacional na ordem de 7%, o que correspondeu a um aumento de 627 717[10] novos clientes ligados ao Sistema Eléctrico, beneficiando cerca de 2 510 868[11] pessoas. Actualmente a taxa de acesso à energia eléctrica, em todo o País, é de 44%.

A capacidade instalada de energia eléctrica actual é de 6.319,43 MW, perspectivando-se que até ao final de 2027 essa capacidade atinja os 9.000 MW, decorrente essencialmente do investimento público a realizar com a conclusão

[10] Diferença do número de número de clientes ligados ao sistema eléctrico entre 2017 e 2023
[11] Valor estimado, considerando o modesto número de 4 pessoas por agregado familiar.

do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça com uma capacidade prevista de cerca 2.170 GW e de projectos proveniente de fontes limpa fotovoltaicas em curso, que já permite melhoria significativas para o sistema eléctrico nacional, resultando numa notável redução da dependência de combustíveis fosseis para geração de electricidade. A capacidade instalada do país efectiva-se através 73 centrais electroprodutoras, sendo 13 centrais hidroeléctricas, 46 centrais termoeléctricas, 5 centrais solares e 9 centrais híbridas e 1 central de ciclocombinado.

Importa, igualmente, referir que a Matriz Energética Nacional é composta da seguinte forma: Geração hidroeléctrica agrega 3.793,71 MW (60,05%); Geração térmica 2.154,30 MW (34,04%); Geração Solar 287,24 MW (4,6%); Geração híbrida 48,38 MW (0,6%).

Em termos de distribuição da capacidade instalada por região, o Sistema Electroprodutor Nacional apresenta a seguinte configuração: Região Norte: 4.850,48 MW (77,3%); Região Centro: 494,06 MW (7,9%); Região Sul: 461,47 MW (7,4%); Região Leste: 274,82 MW (4,4%); Região Cabinda: 190,80 MW (3,%).

Para expandir o acesso da energia eléctrica às regiões menos favorecidas do leste e sul do País, está a ser desenvolvido um amplo programa de electrificação rural, com o emprego de energia fotovoltaica com acumuladores, nas províncias do Moxico, Lunda Norte, Lunda Sul, Namibe, Cunene, Cuando Cubango, Malange e Huíla, num total de 126 localidades. Este programa prevê beneficiar mais de 3 milhões de pessoas.

No que diz respeito ao abastecimento de água, atingiu-se uma taxa de acesso nacional de 56% como resultado de alguns investimentos realizados nas principais capitais de províncias e municípios

A construção de novos sistemas de distribuição de água, em todo o país, com maior ênfase para as províncias de Luanda, Benguela e Cunene, vai permitir a redução significativa do défice que este sector regista.

A construção dos dois grandes sistemas de abastecimento de água do BITA e do Quilonga Grande, em execução com mais de 500 mil ligações domiciliárias assegurarão o acesso a mais de 7,5 milhões de novos consumidores residentes em zonas como: os Zangos, a Zona Verde, o Ramiros, o Benfica e os Mulenvos.

Complementarmente, estão por concluir os projectos da conduta de abastecimento de água do Benfica ao Morro Bento e ao Centro de Distribuição da UGP, que levarão água para atender as instituições hospitalares e outras bem como os bairros adjacentes nesta região.

De igual modo, a construção dos novos sistemas de abastecimento de água de Saurimo, de N´Dalatando e de Benguela vai permitir abastecer cerca de 9 milhões de pessoas.

Porém, tendo em conta a taxa de crescimento populacional em Angola estimada em cerca 3% ao ano, exigirá a realização de grandes investimentos quer para facilitar o acesso a água potável quer para o saneamento básico, bem como um aturado plano de ordenamento territorial e urbanístico, tendo em vista proporcionar uma maior eficácia dos recursos financeiros.

O Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA), teve início na província do Cunene, com a conclusão do Canal do CAFU, com captação de água no Rio Cunene e sua distribuição por 165 km de canais abertos, com um potencial benéfico para milhares de pessoas e animais, para além da irrigação dos solos ao longo do seu percurso.

3.2.2.7. Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação

As grandes cidades do país enfrentam sérios desafios de ordenamento do território e de urbanização devido ao crescimento populacional acelerado, provocado por um lado, pela migração forçada de milhares de pessoas para as cidades no período antes e pós guerra civil e as alterações climáticas.

Neste sentido, não obstante o investimento que o Executivo tem feito em programas de requalificação e reconversão das cidades baseadas na Lei de Terras e Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, a questão da habitação foi e continua a ser um ponto importante na agenda do Governo.

Com o fim da guerra o estado Angolano investiu na construção de centralidades, urbanizações e projectos de habitação social para o realojamento que permitiu disponibilizar cerca de 350 mil habitações por parte apenas do Estado, que serve para beneficiar cerca de dois milhões de pessoas, aliado ao estímulo do Sector privado que construiu também várias habitações de médio e alto padrão.

Para o efeito, foram construídas várias centralidades: Bengo (Centralidade Teresa Afonso Dias e Centralidade Capari), Benguela (Centralidade do Lobito, Centralidade da Baía Farta e Centralidade do Luhongo), Bié (Centralidade do Cuíto, Centralidade do Cuíto - Fase II e Centralidade de Andulo), Cabinda (Centralidade 4 de Abril e Centralidade Santana André Pitra “Petroff” em Chibodo II), Cuanza-Sul (Centralidade do Quibaúla), Cunene (Centralidade Dom Fernando Guimarães Kevanu), Huila (Centralidade da Quilemba), Huambo (Centralidade Faustino Muteka, Centralidade de Lossambo e Centralidade de Halavala), Luanda (Centralidade do KK 5000, Centralidade do Km 44, Centralidade do Zango V, Centralidade da Vida Pacífica, Centralidade do Zango 0, Centralidade do Kilamba, Centralidade do Sequele, Centralidade do Calawenda e Centralidade da Marconi), Lunda-Norte (Centralidade do Mussungue), Moxico (Centralidade Heróis de Cangamba Fase 1), Namibe (Centralidade 5 de Abril e Centralidade da Praia Amélia) e Uíge (Centralidade de Quilomosso -Fase 1).

Apesar do país ter conhecido melhorias neste domínio, o MPLA vai continuar a promover acções que contribuam para assegurar o direito a habitação das famílias angolanas, especialmente para as camadas de menor poder aquisitivo, dando continuidade ao programa nacional de urbanismo e habitação com particular realce para a disponibilização de terrenos[12] infra-estruturados e legalizados às famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto construção dirigida, bem como continuar a atrair parcerias com o sector privado

[12] (O projecto de auto-construção dirigida foi aprovado para o período 2023/2027 a prevê a distribuição de 910 600 lotes)

e organizações internacionais para ampliar a oferta habitacional e modernizar as politicas de urbanismo e habitação.

Porém, a situação exige adopção de um conjunto de medidas com vista ao fortalecimento institucional, nomeadamente a revisão da Lei de Terras, e seus regulamentos; actualização dos regulamentos, orientações, instrumentos e procedimentos para o ordenamento do território, planeamento urbano e gestão fundiária; a implementação do sistema de informação de gestão fundiária do País (SAGIT); Elaboração de Planos Directores Municipais e Planos de Urbanização, bem como a elaboração de Planos Directores Municipais (PDM) e Planos de Urbanização (PU). Este processo deve assentar as suas bases no desenvolvimento de capacidades humanas, técnicas, tecnológicas e materiais para a preparação e monitoria dos Planos Directores Municipais (PDM) e de Urbanização (PU).

3.3. Esforços para Estabilização Macroeconómica do País e a Diversificação da Economia

3.3.1. Crise Económica e Financeira Mundial de 2008

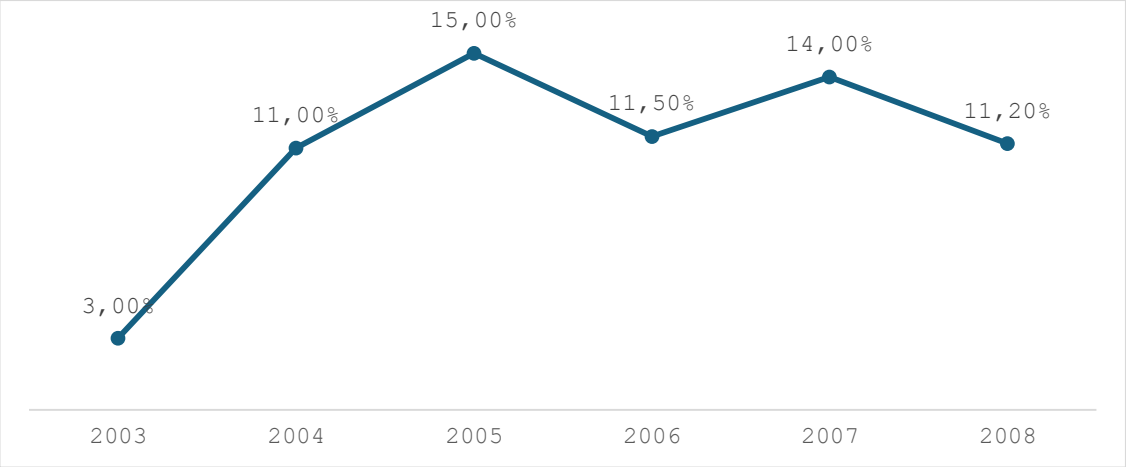
A partir de 2003, Angola viveu um período de expansão significativa na produção petrolífera, impulsionada pela descoberta de novas reservas offshore e pelo aumento das operações de extracção. As bacias petrolíferas em águas profundas e ultraprofundas, especialmente ao largo da costa de Cabinda e do litoral de Luanda, tornaram-se a principal fonte de crescimento do sector, permitindo ao país aumentar substancialmente a sua produção física de petróleo.

A produção de petróleo, que já era significativa antes de 2002, rapidamente escalou, atingindo em 2008 uma média de quase 2 milhões de barris por dia, colocando Angola como um dos maiores produtores de petróleo em África e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esta expansão foi facilitada por grandes investimentos de empresas petrolíferas internacionais, que viram em Angola um mercado atractivo devido à estabilidade política relativa alcançada após a paz e às enormes potencialidades das reservas de hidrocarbonetos. Empresas como a ExxonMobil, Chevron, Total, BP e a estatal Sonangol desempenharam papéis fundamentais no aumento da capacidade de extracção e na operação dos complexos sistemas de exploração em águas profundas.

Os altos preços do petróleo, que chegaram a ultrapassar os 100 dólares por barril em 2008, amplificaram o impacto positivo desta expansão produtiva, gerando receitas extraordinárias para o país. O petróleo tornou-se, assim, a base da estratégia económica do país, sendo a principal fonte de receita fiscal e de divisas, o que possibilitou uma melhoria significativa das contas externas e a acumulação de reservas internacionais. Este aumento nas reservas foi um factor crucial para a estabilização da moeda nacional e para a criação de uma almofada financeira que permitiu ao país enfrentar choques externos de forma mais resiliente, pelo menos durante este período de crescimento.

Ainda assim, entre 2003 e 2008, a elevada produção física de petróleo e os preços favoráveis no mercado internacional permitiram a Angola alcançar um crescimento económico robusto, que se traduziu em melhorias significativas nos indicadores de desenvolvimento humano, como a redução da pobreza extrema e a ampliação do acesso a serviços básicos (vide figuras 1 e 2).

Figura 1: Evolução do PIB 2003 - 2008

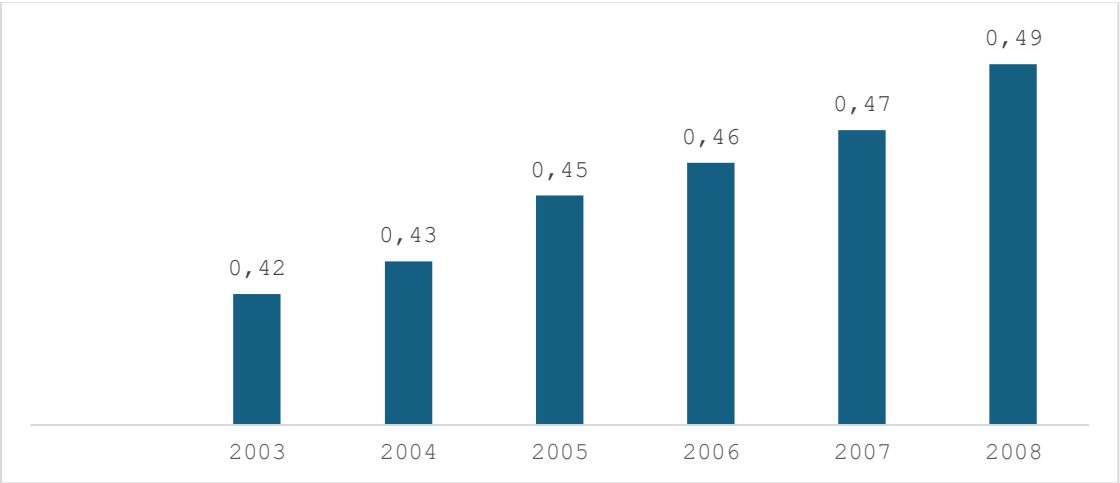


Fonte: Elaborado com base nos anuários estatísticos e Contas Nacionais do INE

No período de 2003 a 2008 a economia nacional cresceu em média 10,95% por ano com o pico de crescimento a registar-se em 2005, ano em que o PIB cresceu 15%. Neste período, o crescimento do PIB per capita atingiu o pico em 2005, ano em que este indicador cifou-se em 11,7% em relação ao ano anterior.

O cenário de crescimento económico consistente teve reflexos sobre a tendência de crescimento do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Porém, apesar desta tendência de crescimento, Angola manteve o estatuto de país de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ao registar uma pontuação média de 0,45.

Figura 2: Evolução do IDH 2003-2008



Fonte: Banco Mundial

Porém, o período de 2009 a 2024 foi profundamente influenciado pela crise económica e financeira mundial, originada pela crise do subprime nos Estados Unidos em 2008. Embora a origem da crise tenha sido nos mercados financeiros americanos, os seus efeitos propagaram-se globalmente, afectando todas as economias do mundo, incluindo Angola. Esta crise levou a uma contracção significativa da liquidez internacional, com repercussões severas nos preços das commodities, particularmente o petróleo, de que Angola era fortemente dependente.

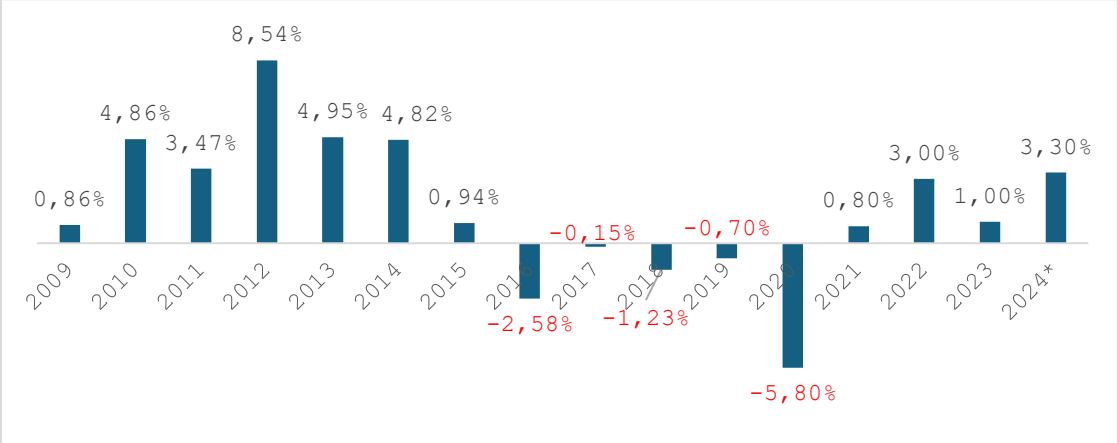
As consequências da crise fizeram-se sentir de forma abrangente em várias áreas da economia angolana. A redução das receitas petrolíferas levou a uma forte contracção orçamental, com o governo a enfrentar dificuldades em financiar a continuidade dos projectos de reconstrução e infra-estrutura que tinham sido impulsionados durante a boom petrolífero.

A contenção fiscal tornou-se uma prioridade, resultando em cortes significativos nas despesas públicas, o que, por sua vez, afectou sectores como a construção, que tinha sido um dos principais motores do crescimento não petrolífero nos anos anteriores. O impacto nos projectos de infra-estrutura foi notório, com muitos deles a serem adiados ou cancelados devido à falta de financiamento.

Além disso, a crise económica e financeira mundial reflectiu-se na desaceleração do crescimento do PIB, que passou de taxas de dois dígitos nos anos anteriores para taxas mais modestas.

Além disso, a crise económica e financeira mundial reflectiu-se na desaceleração do crescimento do PIB, que passou de taxas de dois dígitos nos anos anteriores para taxas mais modestas, tendo a economia crescido, no período de 2009 a 2024[13], em média 1,63% ao ano, um ritmo de crescimento abaixo do crescimento populacional correspondendo 9,32 pontos percentuais relativamente ao período de 2003 a 2008. Neste período, o nível de crescimento mais elevado verificou-se no ano 2012, altura em o PIB real cresceu 8,54% e o nível mais baixo verificou-se em 2020, por força da crise sanitária do COVID- 19, tendo o PIB decrescido 5,8% face ao período homólogo.

Figura 3: Evolução do PIB 2009 - 2024

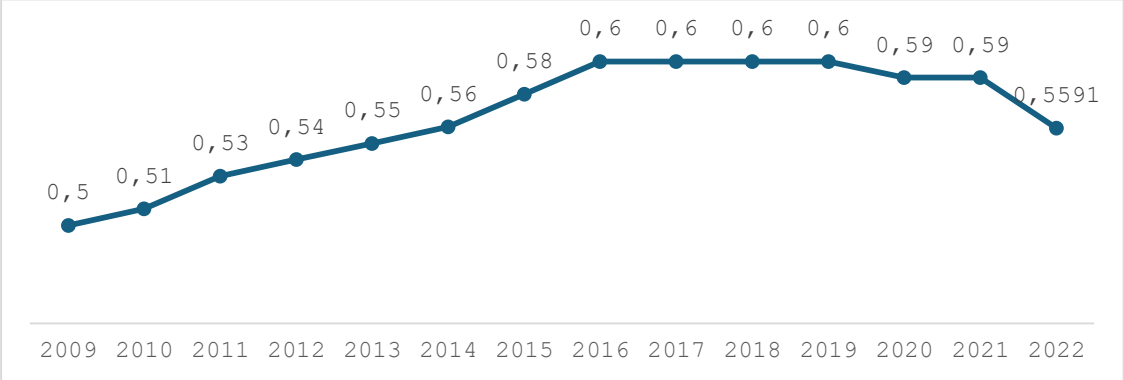


[13] Para o ano 2024 foi considerada a projecção de crescimento de 3,3%

Fonte: Elaborado com base nos anuários estatísticos e Contas Nacionais do INE

Apesar da desaceleração do crescimento económico, de 2009 a 2017 o país continuou a registar crescimento no IDH ao sair de 0,5 em 2009 para o pico de 0,6 em 2016 (vide figura 4):

Figura 4: Evolução do IDH 2009 a 2022



Fonte: Banco Mundial

Foi neste período que Angola passou a gozar do estatuto de país de médio IDH ao registar em 2013 0,55 pontos, estatuto este que ostenta até os dias de hoje. Refira-se que após estagnar de 2016 a 2019, este indicador tem registado quedas ao atingir 0,559 em 2022.

A inflação, que já era uma preocupação histórica, voltou a aumentar, pressionada pela desvalorização do kwanza e pela necessidade de recorrer a mecanismos de financiamento alternativos, incluindo a emissão de dívida pública e empréstimos junto de parceiros internacionais, como o FMI. A crise também levou a uma diminuição das reservas internacionais do país, o que limitou a capacidade do BNA de estabilizar a moeda e gerou tensões na balança de pagamentos.

O efeito da crise também se reflectiu no mercado de trabalho, com uma desaceleração da criação de emprego, particularmente nos sectores mais dependentes do investimento público. A redução das oportunidades de emprego e a perda de dinamismo económico contribuíram para o aumento das desigualdades sociais, num contexto onde as expectativas de melhoria das condições de vida tinham crescido significativamente após o fim da guerra civil e durante o período de expansão económica, situação que colocou novos desafios ao Governo, que se viu pressionado a procurar alternativas para revitalizar a economia e a diversificar a base produtiva do país, de modo a reduzir a sua dependência do sector petrolífero.

A crise económica global não apenas expôs as limitações do modelo económico nacional, mas também serviu como um catalisador para a reflexão sobre a necessidade de reformas estruturais mais profundas.

3.3.2. A Estabilização Macroeconómica e a Diversificação da Economia

Os esforços de estabilização macroeconómica foram materializados no quadro de um programa de reformas que visou a correcção de um conjunto de desequilíbrios macroeconómicos, por forma a assegurar a sustentabilidade das finanças públicas (equilíbrio interno) e das contas externas (equilíbrio externo), enquanto condições necessárias para o crescimento económico sustentável

Em 2009, com a diminuição das receitas petrolíferas e a pressão sobre as reservas internacionais, o Governo recorreu ao FMI para obter apoio financeiro através de um Acordo Stand-By (SBA), que foi aprovado em Novembro de 2009.

Este acordo, no valor de 1,4 mil milhões de dólares, tinha como objectivos imediatos estabilizar a taxa de câmbio e recuperar as reservas internacionais, que haviam caído drasticamente devido à necessidade de intervenção do BNA no mercado para sustentar a moeda nacional.

O Acordo Stand-By de 2009 ajudou a estabilizar temporariamente a economia nacional, mas as dificuldades na diversificação económica e a contínua dependência do petróleo continuaram a ser um problema estrutural para o país.

Entretanto, neste período, foi criado o Fundo Soberano de Angola, abreviadamente designado por Fundo ou FSDEA, uma instituição pública colectiva com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ao abrigo do Decreto Presidencial nº 48/11, de 09 de Março, na óptica do princípio da especialização. O FSDEA é uma instituição especializada em investimentos estratégicos, seja em mercados financeiros ou em fontes alternativas, à qual incumbe a constituição de um mecanismo sustentável que garanta a maximização dos retornos a longo prazo, a preservação do capital e o apoio ao crescimento socioeconómico sustentável de Angola, através da realização de investimentos em sectores estratégicos, em Angola ou no estrangeiro, com vista à maximização do capital, e à transferência geracional de riqueza.

A persistência de desequilíbrios macroeconómicos associados ao choque petrolífero registado em meados de 2014, levou o Executivo a iniciar, em 2018, a implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM), que contou com o apoio técnico e financeiro do FMI, com recurso a um Programa de Financiamento Ampliado avaliado inicialmente em USD 3,7 mil milhões e reforçado mais tarde com um montante equivalente a USD 765 milhões a pedido da parte angolana[14].

Implementado no período de 2019 a 2021, este Programa foi desenhado para enfrentar os desafios fiscais de longo prazo, reforçar a estabilidade macroeconómica e promover reformas estruturais que poderiam fomentar a diversificação económica nacional. Diferentemente do programa de 2009, que tinha um foco mais imediato em questões de liquidez e estabilidade cambial, o acordo de 2019 centrou-se em reformas mais amplas, incluindo a melhoria da eficiência do sector público, a redução dos subsídios aos combustíveis, a

[14] No âmbito da 3ª Revisão, ocorrida a 16 de Setembro, Angola solicitou um aumento do seu acesso aos recursos do Fundo para reforçar a sua capacidade de combate à covid-19

reestruturação de empresas públicas, e o fortalecimento do quadro regulatório do sistema bancário.

Um dos aspectos centrais do programa de 2019 foi a criação de um quadro fiscal mais sustentável, que procurava diminuir a dependência das receitas petrolíferas e aumentar a arrecadação de receitas não petrolíferas. Este esforço envolveu a reforma do sistema de impostos (incluindo a introdução do IVA) e a melhoria da gestão da dívida pública, num contexto onde o endividamento externo do país havia crescido de forma significativa nos anos anteriores. A par destas medidas, o programa do FMI visava apoiar a criação de um ambiente mais atractivo para o investimento privado, tanto nacional como estrangeiro, facilitando assim a diversificação da economia para sectores como a agricultura, indústria transformadora, e serviços.

Com a implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica, a partir de 2018, Angola saiu de uma situação de défices orçamentais sucessivos que vivenciou até então.

Se, por um lado, o programa de 2009 foi crucial para evitar um colapso imediato durante a crise global, por outro lado, o de 2019 procurou lançar as bases para uma recuperação económica mais duradoura, baseada em reformas estruturais que poderiam, idealmente, reduzir a vulnerabilidade aos choques externos e criar condições para um crescimento mais sustentável e inclusivo.

Porém, a crise económica decorrente da queda dos preços do petróleo em 2014, seguida por novas dificuldades na década de 2020, incluindo os efeitos da pandemia de COVID-19, voltou a destacar a vulnerabilidade ao ciclo das commodities e exige uma reflexão profunda e urgente sobre a necessidade de reduzir a dependência excessiva do sector petrolífero, que há décadas era o principal motor do crescimento económico do país.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador na economia global em 2020 e nos anos seguintes, porém, reforçou a necessidade de uma estratégia de diversificação e de substituição de importações. A crise global interrompeu as cadeias de abastecimento internacionais e dificultou a importação de muitos produtos essenciais, incluindo alimentos e medicamentos, sublinhando a importância de uma produção local robusta para garantir a resiliência em tempos de crise. Este contexto incentivou ainda mais os esforços para fortalecer a produção agrícola e para apoiar a fabricação de produtos que pudessem atender às necessidades básicas da população.

A diversificação económica passa a ser um imperativo estratégico nacional para assegurar um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. O Governo, reconhecendo a importância de fortalecer outros sectores produtivos, lançou uma série de programas e iniciativas para fomentar a agricultura, a indústria transformadora, os serviços, e a exploração de recursos naturais além do petróleo e dos diamantes.

A revitalização da agricultura é vista como uma forma não apenas de melhorar a segurança alimentar do país, mas também de criar empregos nas áreas rurais e reduzir a dependência das importações de alimentos, que constituem uma parte significativa das importações nacionais.

Programas de apoio ao crédito agrícola e a criação de cooperativas também visaram capacitar os produtores locais, incentivando o cultivo de produtos como milho, feijão, mandioca, e café, que antes do conflito eram exportados em grande escala.

Concomitantemente, o Governo identificou a necessidade de desenvolver a capacidade de transformação de matérias-primas locais e a promoção de indústrias de processamento de alimentos, bebidas, cimento, e outros materiais de construção, bem como de bens de consumo, foi considerada essencial para estimular o crescimento da produção interna. A criação de Zonas Económicas Especiais (ZEEs), como a Zona Económica Especial de Luanda-Bengo, foi uma tentativa de atrair investidores e criar polos industriais que pudessem dinamizar a produção local.

O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), lançado em 2018 e actualizado com a versão PRODESI 2.0 em 2023, é um pilar essencial na estratégia de diversificação económica nacional. Desenvolvido para reduzir a dependência do petróleo e fomentar o crescimento de outros sectores produtivos, o PRODESI foi desenhado para apoiar a produção nacional, dinamizar as exportações de bens não petrolíferos e substituir as importações, promovendo uma economia mais auto-suficiente e sustentável.

Com uma abordagem focada em sectores prioritários, o PRODESI impulsiona fileiras de produção com elevado potencial de geração de valor e de impacto na substituição de importações. Os sectores prioritários incluem alimentação e agro-indústria, recursos minerais, floresta, têxteis e calçado, construção, tecnologias de informação, saúde, educação, turismo e lazer. A meta é reduzir o dispêndio de divisas em produtos importados, como os da cesta básica, e aproveitar melhor as vantagens competitivas nacionais.

Um dos eixos centrais do PRODESI é o "Pentágono do PRODESI", um conjunto de serviços estratégicos para facilitar a adesão de empresas ao programa. Estes serviços abrangem o acesso ao crédito, com apoio na criação de planos de negócios e a desburocratização dos processos, e o aumento da produção, através da promoção de negócios entre promotores e fornecedores. O programa apoia também o acesso ao mercado interno, com a realização de feiras e sessões de compra e venda, e ao mercado externo, com a integração de empresas angolanas em fóruns comerciais e a redução da burocracia para exportações. Além disso, o PRODESI enfatiza a capacitação e qualificação do empresariado, com programas de formação e acesso a plataformas de apoio.

Contudo, não obstante a implementação de iniciativas como o PRODESI tenha contribuído para dar um impulso ao processo de diversificação, alguns desafios significativos continuam a ser enfrentados. A falta de infra-estruturas adequadas, como energia eléctrica e sistemas de transporte eficientes, continuam a limitar a competitividade das indústrias locais.

Adicionalmente, as dificuldades de acesso ao crédito e as altas taxas de juro dificultam o financiamento de novos negócios, especialmente para pequenos e médios empreendedores. A escassez de uma força de trabalho qualificada em algumas áreas e a dependência de importações de máquinas e equipamentos industriais também constituem entraves ao crescimento da indústria

transformadora, com o elevado custo das importações, especialmente de bens de consumo, máquinas e equipamentos a tornar a balança de pagamentos vulnerável às flutuações cambiais e às crises internacionais.

Durante o período de 2009 a 2024 foram implementados vários instrumentos de política económica, com vista a fornecerem uma visão estratégica e objectivos concretos e monitorizar os avanços alcançados pelas politicas públicas. Com o ajustamento da ELP 2025, em 2007, deu-se início a elaboração de Planos Bienais, até a concepção do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e posteriormente o PDN 2018-2022 precedida de um Plano Intercalar de medidas de política e acções para melhorar a situação económica e social do País de Outubro de 2017 a Março de 2018.

Em 2023 foi aprovada a ELP 2050 e o PDN 2023-2027, instrumentos que servem de base para a elaboração de vários planos sectoriais e territoriais, assim como programas e projectos em curso.

Para além desses instrumentos globais merecem destaque neste período a implementação de Programas que visam essencialmente a diversificação da economia, a promoção da empregabilidade, a reconversão da economia informal, o combate à pobreza e o desenvolvimento local, entre outros. Assim, em síntese abaixo seguem os principais instrumentos que visam a prossecução de objectivos nos domínios referidos:

- Programa de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza (PDLCP);
- Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM);
- Programa de Apoio a Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI);
- Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE);
- Programa de Privatizações (PROPRIV) e
- Programa de Transferências Monetárias (Kwenda).

Em 2023, de forma complementar aos principais instrumentos de planeamento do desenvolvimento, o Governo deu início à implementação efectiva das medidas de estímulo à economia, tomadas no âmbito da Agenda Económica, com o fim último de elevar os níveis de segurança alimentar e nutricional, nos seguintes domínios de intervenção:

- Aumento da produção nacional;
- Apoio no acesso ao financiamento para o sector empresarial;
- Simplificação e alívio tributário; e
- Melhoria do ambiente de negócios.

a) No domínio do **aumento da produção nacional**:

i) Aprovado o Decreto Presidencial n.º 213/23, de 30 de Outubro, que estabelece o Regime Jurídico de Incentivo à Produção Nacional. Este diploma é aplicável a: (a) produtores nacionais de bens de amplo consumo e de produtos com o selo “Feito em Angola”; (b) grossitas e retalhistas que exercem actividade de agregação da produção nacional; (c) outros agentes económicos em acções que promovem a produção nacional; e (d) Entidades Públicas Contratantes (EPC).

ii) Aprovada a actualização do Decreto Executivo Conjunto n.º 240/23, de 15 de Novembro, que estabelece o procedimento de aquisição de produtos de produção nacional pela REA e os seus preços de referência, passando a incluir o milho, para além da soja, arroz com casca, feijão e trigo não processado. O diploma prevê que, decorrido o período da campanha agrícola e de venda aos consumidores, a Entidade Gestora da REA procede à publicação da intenção de aquisição dos produtos identificados;

b) No domínio do **apoio no acesso ao financiamento para o sector empresarial** foram capitalizados: i) O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA); ii) Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA); iii) Fundo de Garantia de Crédito (FGC); iv) Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA).

c) No domínio da **simplificação e alívio tributário**:

(i) Aprovada a Lei nº 15/23, de 29 de Dezembro, do Orçamento Geral do Estado de 2024, que consagra:

- Implementação da taxa do IVA em 5% sobre os alimentos, reduzindo os preços de aquisição destes produtos e, por conseguinte, proporcionando maior poder de compra aos agentes económicos;
- Implementação do pagamento do IVA, até 12 prestações mensais, nos actos de importação de equipamentos industriais, ocasionando, até à data, a solicitação de 34 pedidos de pagamentos em prestações do IVA nas importações;
- Eliminação do Imposto de Selo sobre a promoção imobiliária, bem como sobre o registo de capital social de empresas, desagravando os custos de comercialização formal de imóveis, assim como de início de actividade ou de reforço de capitais próprios de sociedades comerciais;
- Actualização monetária e contabilística dos investimentos em activos fixos ao justo valor sem que haja implicações fiscais.

d) No domínio da **melhoria do ambiente de negócios**:

(i) Definido o modelo de governança para implementação do Balcão Único de Apoio ao Exportador, que visa concentrar, no mesmo espaço, os intervenientes no processo de exportação e unificar os serviços de licenciamento;

(ii) Implementada a Janela Única de Concessão de Direitos Fundiários em 12 municípios, das províncias de Luanda, Huíla e Uíge, tendo sido tramitados 6 723 processos e emitidos 486 direitos de superfície. Esta

plataforma visa facilitar o acesso à terra e o respectivo registo. Adicionalmente, no Sistema Nacional de Cadastro, foram cadastradas 29 079 parcelas e 26 Centralidades, em uma área total de 818 920 hectares;

(iii) Aprovado o Decreto Presidencial n.º 172/23, de 28 de Agosto, que estabelece as condições e procedimentos para o licenciamento do exercício da actividade comercial e prestação de serviços mercantis, que, dentre outras normas, visa substituir o requisito de autorização prévia de início de actividade pelo procedimento de mera comunicação à Administração Municipal, para actividades isentas da obrigatoriedade do alvará comercial;

(iv) Aprovado o Decreto Presidencial nº 189/23, de 29 de Setembro, que estabelece o novo regime jurídico para isenção e simplificação de procedimentos para a concessão de visto de turismo em Angola. Desde a sua entrada em vigor, foi registado um fluxo migratório (entrada e saída de estrangeiros) de 88 166 turistas de diversas nacionalidades.

Porém, dada a indisponibilidade de informações sobre o impacto destes instrumentos sugere-se a criação de mecanismos de acompanhamento permanente que permitam introduzir ou complementar eventuais correcções ou medidas, tendo em vista a avaliação da eficácia e da efectividade desses instrumentos em tempo oportuno.

Estes instrumentos permitiriam aumentar a previsibilidade do impacto das reformas sobre os indicadores macroeconómicos, evitando-se surpresas em tempo de ciclos económicos crescentes, tal como se verifica abaixo:

- De 2009 a 2012 a economia angolana registou um período de crescimento, fixando em 0,86% em 2009, atingindo a maior taxa de crescimento do período em 2012, fixando-se em 8,54%. Este excelente desempenho do período acima referido foi justificado pelo rápido crescimento do sector petrolífero sustentado por altos preços nos mercados globais, e pelos investimentos de grande escala em infra-estruturas de estradas, caminhos-de-ferro, energia eléctrica e em outros sectores, realizados para a recuperação do tecido económico e social após várias décadas de conflitos.
- Por outro lado, no período de 2012 a 2020, a economia nacional foi caracterizada por uma forte desaceleração da actividade económica. Estima-se que em média o PIB terá crescido a um ritmo anual de 1,01%, como corolário da forte vulnerabilidade da economia angolana às alterações dos preços de petróleo nos mercados internacionais. Os anos iniciais do período, foram predominantemente marcados por um crescimento consistente com a tendência de bom desempenho observado na década anterior.
- No entanto, durante os últimos anos do período, isto é, a partir do ano de 2016 até 2019, observou-se uma inversão de tendência, e o PIB passou a registar taxas de crescimento negativas transformando-se num cenário de desaceleração económica, que foi ainda mais exacerbado pelos

efeitos negativos do choque da pandemia da COVID-19 em 2020, que resultou naquele ano, numa queda na ordem de 5,64%.

- Após um longo período recessivo em 2022 e 2023, a economia angolana terá registado um crescimento real, em termos homólogos de 3,05% e 1,0%, depois de em 2021, ter crescido 0,9%.

As medidas adoptadas no sentido da diversificação da economia, têm impulsionado o aumento sustentado da produção nacional e, por conseguinte, espera-se que venham a ter um impacto favorável na estabilidade dos preços na economia, propiciando a recuperação do poder de compra das famílias.

De acordo com os dados das Contas Nacionais, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no II trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu cerca de 4,1%, em termos homólogos, depois de ter registado um crescimento de 4,6% no I trimestre do ano. Os sectores de actividade económica que mais contribuíram para o PIB foram: (i) extracção de diamantes, minerais metálicos e outros minerais não metálicos (1,4 p.p.); (ii) extracção e refino de petróleo (0,8 p.p.); (iii) pescas (0,4 p.p.); (iv) agro-pecuária e silvicultura (0,3 p.p.); e (v) administração pública, defesa e segurança social obrigatória (0,3 p.p.). Os restantes sectores de actividade económica contribuíram com valores abaixo de 0,3 p.p.

Com o desempenho do PIB até ao II trimestre de 2024, perspectiva-se para o ano uma taxa de crescimento real de cerca de 3,31%, acima das projecções inicialmente previstas em sede do OGE 2024 (2,85%) e da Programação Macroeconómica Executiva (PME 2024) (3,01%).

Relativamente ao nível geral de preços, de Janeiro a Setembro de 2024, a taxa de variação acumulada do índice de preços no consumidor nacional (IPCN) foi de 21,5% e, em termos homólogos, a taxa de variação foi de 29,93%, sendo que perspectiva-se, para o ano de 2024, uma taxa de inflação homóloga de 23,43%.

O rácio da dívida governamental reduziu para 71%, no II trimestre, comparativamente aos 84% observados no final de 2023, atingindo Kz 53 980,9 mil milhões. Quanto à composição da dívida governamental, cerca de 75% corresponde à dívida externa e o remanescente é à dívida interna (25%). A descida do rácio da dívida deveu-se à gestão activa e ao crescimento da economia para 2024.

De acordo com os dados preliminares, no II trimestre de 2024, a conta de bens registou um saldo superavitário de USD 5 972,9 milhões, contra os USD 4 625,5 milhões registados em mesmo período do ano de 2023, representando um aumento de 29,1%, influenciado pelo aumento do valor das exportações, em 10,5%, devido ao aumento das exportações petrolíferas em 10,7%, com registo de uma diminuição nas importações no período em análise na ordem dos 12,6%.

No final do II trimestre de 2024, o stock das Reservas Internacionais situou-se em USD 14,5 mil milhões, contra USD 13,7 mil milhões registados no mesmo período de 2023, representando um crescimento de 5,6%, equivalente a cerca de 8,3 meses de importações de bens e serviços.

A principal conclusão dos dados apresentados é que, entre 2009 e 2024, a experiência nacional demonstra como é desafiador, num contexto de crise global

e mudanças nas dinâmicas comerciais internacionais, transformar uma economia altamente dependente do petróleo.

Apesar das limitações, a diversificação económica e a substituição de importações destacam-se como estratégias essenciais para aumentar a resiliência económica e estabelecer as bases para um crescimento sustentável. Para tal, é imperativo que estas estratégias estejam intrinsecamente ligadas a políticas que reduzam as desigualdades sociais, promovam a inclusão económica e social e o acesso aos serviços essenciais.

Para alcançar um impacto verdadeiramente transformador, é crucial que os esforços de diversificação e de substituição de importações sejam acompanhados por políticas que assegurem a distribuição equitativa dos benefícios do crescimento económico. Isso inclui o investimento contínuo em educação de qualidade, a melhoria da saúde pública e das infra-estruturas sociais, a criação de emprego seguro, factores que contribuirão inequivocamente para o fortalecimento das capacidades produtivas das comunidades, em todo o território nacional.

Logo, a sustentabilidade e a competitividade de Angola só serão possíveis com uma integração entre economia e sociedade, com o crescimento económico a ser transversal a todos os sectores, contribuindo directamente para melhorar a qualidade de vida e a dignidade de todos os cidadãos angolanos, particularmente os mais vulneráveis.

4. SECTOR SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

No início da década de 1970, a maioria da população angolana não tinha acesso ao ensino primário e, cerca de 85% da população era analfabeta. Ao longo dos 49 anos de independência, o MPLA esteve sempre comprometido em promover políticas que garantissem o acesso universal ao ensino primário obrigatório gratuito.

O Governo procurou garantir o acesso universal a serviços básicos de educação e saúde, numa tentativa de construir uma sociedade mais justa e com melhores condições de vida para a população. Estes esforços, contudo, foram limitados pela falta de eficiência da economia no processo de criação de riqueza e pela necessidade de se priorizar a defesa nacional em face da guerra civil que se vivia.

Com o fim do conflito, o governo priorizou o aumento do acesso à educação e à saúde. Foram construídas novas escolas e universidades, e houve uma expansão dos serviços de saúde para atender a uma população anteriormente afectada pela guerra. Angola tinha uma das piores situações de escolaridade a nível de África.

4.1. Educação e Ensino Técnico-profissional

A nacionalização do ensino e a sua democratização conduziram a primeira explosão escolar verificada no país durante o ano lectivo 1980/81. Comparando com os últimos dados da época colonial (1972/1973), os efectivos escolares quase triplicaram no ensino primário (1º nível do Ensino de Base Regular) e foram multiplicados por mais de dez vezes no ensino infantil (Classe de Iniciação). A sociedade tinha compreendido que: "Estudar é um dever revolucionário"; "Quem sabe, ensina, quem não sabe aprende" e que «O professor é um combatente da linha da frente».

A população escolar da iniciação e do Ensino de Base Regular, de 1.032.854 alunos em 1976/77, cresceu para 1.313.800 alunos em 1990/91. O reduzido crescimento (em apenas 27%) dos efectivos escolares em 14 anos deve-se ao recrudescimento das acções militares e à instabilidade daí resultante.

De 1976/77 a 1981/82, verificou-se em todo o Ensino de Base uma evolução de 29.680 para 43.899 professores. Este aumento, de 14.219 professores (correspondente a 48%), resulta (entre outras) da mobilização de toda a sociedade para as tarefas do ensino, através da institucionalização do Estatuto do Colaborador-Docente e do Recurso aos Movimentos Internacionalistas Cubano, Vietnamita, Búlgaro, Alemão, etc. No entanto, no período de 1980-1990, com o recrudescimento da guerra ao nível do país, os dados estatísticos indicam que houve um decréscimo dos efectivos docentes para 37.157 professores.

Com o recrudescimento da guerra e o contexto de instabilidade político-militar verificou-se a destruição de um número expressivo de infra-estruturas e equipamentos escolares, e a dificuldade da sua correcta gestão. Registou-se um decréscimo, de 18.955 para 15.623 salas de aula, no período 1981-1990.

Podemos concluir que o período em análise encerrou em 1990 com um balanço de 1.313.800 alunos, atendidos por 37.157 professores e distribuídos em 3.085 escolas e 15.623 salas de aula, em todo o país.

Após um breve interregno nas acções militares (1991-1992), este período foi caracterizado pelo conflito pós-eleições legislativas e presidenciais de Setembro de 1992, que se estendeu até 2002, com o seu cortejo de destruição de infra-estruturas de ensino, redução do corpo docente e acentuado fluxo migratório para as cidades do litoral, o que resultou na superlotação das escolas dessas cidades, provocando igualmente a diminuição do efectivo discente em todos os níveis de ensino.

No período 1992-2002, o sector da educação controlava 4.752 escolas, registando uma evolução de 1.667 escolas em todos os níveis de ensino.

O corpo discente evoluiu de 1.320.015 para 1.825.898 alunos (crescimento em 72%). No final do período, tínhamos 237.208 alunos na Iniciação, 1.272.007 no I Nível, 214.382 no II Nível e 102.301 no III Nível.

O corpo docente do Sector de Educação correspondia a 112.785 professores, dos quais 76.319 do I e II nível, 30.039 no III Nível e 6.427 no Ensino Pré-Universitário e Médio. O crescimento em relação ao período anterior correspondeu a 204%.

Com o fim do conflito armado, no ano lectivo de 2002 verificou-se o início do segundo fenómeno de explosão escolar, com o aumento dos efectivos escolares em 214% – de 1.825.898 em 2001, para 5.736.520 alunos em 2008.

O sector contava inicialmente com 112.785 professores nos diferentes níveis de ensino, tendo em 2008 passado a contar com 185.220 professores, fruto de sucessivos concursos públicos de ingresso, verificando-se um aumento em 72.435 professores (em 64%).

Com o fim da guerra, em 2002, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos e com o apoio das comunidades e parceiros, bem como com o financiamento chinês, o número de escolas registou um aumento em 4.209 escolas, perfazendo um total de 8.961 escolas no final deste período.

Apesar da crise económica e financeira internacional, da pandemia da COVID-19, bem como dos conflitos na Europa e no Médio-Oriente, o país continuou a registar um crescimento em termos de investimento, organização e gestão dos indicadores da Educação, como resultado do aumento de salas de aula e de professores, tendo resultado também no aumento da inclusão escolar de crianças e adolescentes.

Como resultado da Avaliação Global da Educação e em decorrência do choque causado pela pandemia da Covid-19, as Nações Unidas recomendaram a todos os Estados Membros, a Transformação da Educação. Nesta perspectiva, o MPLA orientou uma alteração do currículo do ensino primário, assente numa abordagem de componentes curriculares agrupadas, baseadas na interdisciplinariedade, intradisciplinariedade, multidisciplinariedade e na transversalidade.

A aposta passará, também, pela promoção do ensino das Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemáticas (STEM).

De 2008 a 2024, o número de alunos matriculados evoluiu de 5.736.520 em 2008, para 9.253.713 no ano lectivo 2024/2025, o que corresponde a um crescimento em 61%.

Constatou-se um crescimento em 15% no número de professores (de 185.220 para 213.356 professores), fruto do investimento na contratação de novos docentes.

Neste período de 2008 a 2024, verificou-se uma evolução de 8.961 para 12.627 escolas (em 41%), resultante de um forte investimento do Governo, o que permitiu a redução do rácio professor/aluno e do número de crianças fora do sistema de ensino. Para expandir a rede escolar no Ensino Secundário, está em curso a construção de 68 escolas, com 896 salas de aula para atender 80640 alunos e a reabilitação de 31 escolas, com 618 salas de aulas para atender 55620 alunos.

Ensino Técnico-Profissional

Desde 1975 até ao ano 2008, o país evoluiu de 6 Institutos Politécnicos para 29, assim distribuídos: 6 Institutos Agrários, 17 Institutos Politécnicos e 6 Institutos de Administração e Serviços.

Desde 2008 a 2024, com a abertura para o sector privado, o país testemunhou um aumento considerável de Instituições de Ensino Técnico Médio, passando de 29 para 606 instituições, sendo 156 Públicas, 431 Privadas e 19 Público-privadas.

Ensino Privado

O Ensino Privado e o Ensino Comparticipado são aliados importantes no alargamento do acesso à escolaridade, tendo sido implantados em 1992 através do Decreto nº 21/91, de 22 de Junho, com 6 escolas em funcionamento.

Em 1997, houve uma evolução para um número de 46 estabelecimentos de ensino privado. De 2002 a 2008, o quadro evoluiu para 368 estabelecimentos, com um efectivo de 8.223 docentes para 153.940 alunos.

Para além das instituições de ensino privadas, as escolas comparticipadas e de convénio contribuem também para colmatar as lacunas na cobertura do ensino no país. Nesta base, parceiros como igrejas e organizações da sociedade civil também desenvolvem actividades educativas, tendo sido registado um total de 713 escolas comparticipadas, para 143.640 alunos, do ensino primário e secundário (I e II ciclo).

Educação Especial e Inclusão Escolar

No período 2002-2008 registou-se uma evolução no atendimento às crianças com necessidades educativas especiais. Assim, em 2002, a modalidade contava com 7.406 alunos em 2008, e passou para 18.548 (crescimento em 150%).

De 2008 - 2024, o país registou um avanço significativo no atendimento das crianças com necessidades especiais, de **18.548** para **44.916** alunos, representando um aumento de **249,5%**, atendidos em **1.666** escolas, sendo **22** escolas especiais e **1.644** escolas inclusivas, asseguradas por 6.636 professores. No mesmo período, foram criadas **292** Salas de Recursos Multifuncionais para o atendimento Educativo especializado.

No domínio do combate ao abandono escolar e a promoção da paridade no Sistema de Educação e Ensino, o Projecto de Empoderamento da Rapariga e Aprendizagem para Todos (PAT II), o MPLA através do Executivo está a atender **300.000** raparigas e rapazes, com acesso a informação e serviços de Saúde Sexual Reprodutiva, assim como a distribuição de **200.000** kits de higiene menstrual e a implementação do Mecanismo de Sugestões, Reclamações e Respostas para promover o empoderamento da rapariga.

Alfabetização e Educação de Adultos

Como resultado dos altos índices de analfabetismo herdados do período colonial, o MPLA assumiu a alfabetização como uma das prioridades na sua política educativa. Tal aposta resultou na redução da taxa de analfabetismo, de 85% em 1975, para 24% em 2024, correspondentes a 12.806.197 alfabetizados em todo o país, no decurso dos 49 anos de independência.

Por forma a garantir-se o cumprimento das metas do PDN 2023-2027, no âmbito do Projecto de Empoderamento da Rapariga e Aprendizagem para Todos (PAT II), o MPLA através do Executivo está a Alfabetizar 250.000 Jovens e Adultos do Ensino Primário e do I e II Ciclo do Ensino Secundário de Adultos.

4.2. Ensino Superior, Ciência e Inovação

Nos anos 1975-1976 ocorreu o êxodo de milhares de portugueses (e também de angolanos) fundamentalmente para Portugal, gerando uma fuga massiva de quadros e quase inoperância da única instituição de ensino superior, a Universidade de Luanda, transformada em Universidade de Angola e posteriormente em Universidade Agostinho Neto em homenagem ao seu primeiro Reitor, cabendo-lhe o papel estratégico de formar um Homem Novo, no contexto da criação de uma sociedade socialista.

Em 1982, a Universidade de Angola apresentou os seus primeiros 217 licenciados, sendo 3 em Ciências, 9 em Ciências Agrárias, 69 em Economia, 42 em Engenharia e 94 em Medicina. Nesse ano, iniciou-se o primeiro movimento de reforma curricular com o funcionamento da Comissão de Reforma do Ensino Superior (CRES).

A Universidade de Angola tinha unidades orgânicas nos Centros Universitários de Luanda, do Lubango e do Huambo. A Resolução nº 1/85, de 24 de Janeiro, do Conselho de Defesa e Segurança, aprovou a designação “Universidade Agostinho Neto” para a antiga Universidade de Angola.

Em 1986 foi criado o Colégio de Pós-Graduação em Ciências Médicas 1, inaugurando-se na universidade a “era da pós-graduação”. O Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação foi aprovado em Julho de 1989.

Nas décadas de 1980 e 1990, foram criados os núcleos universitários do Benguela, Bié, Cabinda, Huambo, Malanje, Namibe e Uíge. Destes, apenas os de Benguela, Cabinda, Huambo e Uíge se desenvolveram, dando origem a Centros Universitários autónomos. Devido à guerra, a Faculdade de Ciências Agrárias, no Huambo, deixou de funcionar devido à destruição das suas instalações.

No período 1980-1990, o número de estudantes aumentou de 2.333 para 6.500 (crescimento em 179%), tendo o corpo docente nacional crescido de 103 em 1980 para 495 em 1991 e o corpo docente estrangeiro aumentado de 126 para 208 no mesmo período.

Para colmatar a carência de quadros que se verificou em vários sectores da vida nacional o MPLA, recorreu à cooperação de países amigos com destaque para os do bloco socialista para a formação de quadros angolanos nos níveis médio e superior.

Em 1988 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Ciência e Tecnologia na Universidade Agostinho Neto.

Até ao ano de 1992, a Universidade Agostinho Neto tinha docentes cooperantes provenientes do Brasil, Bulgária, Cuba, França, Portugal, Roménia, Vietname, ex-República Democrática Alemã e ex-União Soviética.

Com contratos individuais havia docentes de países como África do Sul, Congo, Inglaterra, Itália, Mali, Suíça e Uruguai.

Havia oito docentes angolanos doutorados em 1985, passando para 21 em 1992.

O período 1992-2002, foi marcado pelo surgimento das primeiras universidades privadas. Surgiram a Universidade Nova de Angola, em 1998 (que nunca funcionou), a Universidade Católica de Angola, em 1999, e o Instituto Superior Privado de Angola, agora Universidade Privada de Angola, em 2000.

Em 1997 foi criado pela primeira vez em Angola o Ministério da Ciência e Tecnologia que teve como incumbência criar a Política de Ciência e Tecnologia, a Carreira do Investigador Científico, adesão de Angola na Agência Internacional de Energia Atómica , adesão de Angola à Comissão de Ciência e Tecnologia das Nações Unidas (UNCSTD) e a aprovação do Estatuto do Fundo para Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECIT nos anos 1997-2008.

Em 2002, o ensino superior dispunha de 12.566 estudantes e 988 docentes. De 1991 a 2002, o número de estudantes cresceu em 93%, enquanto o número de docentes cresceu em 41%. Trata-se de crescimentos muito abaixo do esperado, devido ao recrudescer da guerra civil resultante da não aceitação dos resultados eleitorais de 1992 por parte da UNITA.

Assinala-se que havia 86 docentes a frequentar cursos de pós-graduação no exterior do país, em 1995, a expensas do Instituto Nacional de Bolsas de Estudo. Já em 1999, havia 99 docentes nacionais doutorados (entre efectivos e colaboradores) e 120 docentes em pós-graduação no estrangeiro.

A investigação continuou a ser o “calcanhar de Aquiles” da Universidade, com pouca expressão, havendo em 1999 o registo de 59 projectos em curso e 40 projectos em carteira, ligados fundamentalmente à elaboração de trabalhos de licenciatura e à formação pós-graduada.

Algumas faculdades da UAN iniciaram a actividade editorial com o lançamento de revistas científicas periódicas e outras publicações ocasionais. Como exemplo, referem-se a revista Kulonga, editada pelo ISCED de Luanda, a Acta Médica Angolana, editada pela Faculdade de Medicina da UAN, e a Revista Angolana de Ciências.

As “Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior”, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 2/01, de 22 de Junho, vieram dar corpo à institucionalização do ensino superior privado.

Este período, que assinala o final da guerra civil (Abril de 2002), foi marcado pelo aumento exponencial do número de estudantes do ensino superior, pelo aumento de docentes e pelo aumento do número de instituições privadas de ensino superior.

Antes do seu redimensionamento, a UAN integrava 18 unidades orgânicas, sendo sete faculdades, um Instituto Superior de Enfermagem, seis ISCED e quatro Escolas Superiores Pedagógicas, dispersos por seis centros universitários. A UAN estava implantada em 12 das 18 províncias do país, ministrando 68 cursos de licenciatura, 18 cursos de bacharelato, 15 cursos de mestrado (a funcionarem desde 2002) e 3 cursos de especialização.

Em 2008, a UAN era frequentada por 46.554 estudantes, dos quais 2.229 concluíram os cursos nesse ano, registando-se um total de 7.110 graduados entre 2001 e 2008. O corpo docente nacional era constituído por 1.323 docentes, sendo 196 doutores, 393 mestres e 734 licenciados. Havia 56 Professores Titulares, 89 Professores Associados, 319 professores Auxiliares, 455 Assistentes e 404 Assistentes Estagiários.

O grande aumento do número de estudantes não se fez acompanhar do aumento da qualidade de ensino. Antes pelo contrário, a qualidade de ensino foi diminuindo, passando a haver grande diferenciação no que à qualidade dos graduados diz respeito.

A Universidade Agostinho Neto continuava a comandar, seja em número de docentes e discentes, seja no número de graduados. Havia dificuldade em superar a pressão do crescimento da população escolar, a centralização burocrática, as insuficiências organizativas e de gestão e a inexistência de infra-estruturas físicas condignas.

Neste período, foi autonomizado o sector do Ensino Superior, com a criação de uma Secretaria de Estado do Ensino Superior autónoma. O que possibilitou a adopção das “Linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema de ensino superior”, onde se preconiza a melhoria da qualidade de ensino, a expansão da rede de instituições de ensino e a elevação do ensino superior para novos patamares, objectivos estes que constituíram a base da criação de uma visão e da elaboração de uma estratégia para o desenvolvimento do ensino superior.

Em 2009 ocorre o desmembramento e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto, com a criação de sete novas universidades públicas regionais, dispersas pelas regiões académicas criadas no país. A UAN deixa de ter âmbito nacional, passando também a ter âmbito regional (províncias de Luanda e Bengo).

Em Dezembro do mesmo ano, são aprovadas as “Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior” (Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro), conferindo autonomia às universidades.

A Secretaria de Estado do Ensino Superior cedeu entretanto lugar ao Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia (MESCT), criado em 2010 e que funcionou até 2012, altura em que passaram a existir dois ministérios – o do Ensino Superior (MES) e o da Ciência e Tecnologia (MINCT).

Em Setembro de 2017, fundiram-se o MES e o MINCT, tendo dado origem ao Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), que existe até hoje.

A rede de instituições de ensino superior passou a estar constituída por 11 universidades, 16 institutos superiores politécnicos e 4 escolas superiores.

Do ponto de vista de acções estruturantes, registaram-se processos pontuais de avaliação interna e externa em algumas unidades orgânicas da Universidade Agostinho Neto, nos anos de 2009 e 2010.

No que respeita à investigação científica, foi estabelecida em 2011 a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI) através do Decreto Presidencial nº 224/11, para coordenação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Actualmente, existem 106 instituições de Ensino Superior, sendo 31 públicas e 75 privadas, que ministram cerca de 1.300 cursos de graduação e 255 cursos de pós-graduação.

Nos últimos 20 anos, registou-se um crescimento da população estudantil no ensino superior que aumentou de 7.845 em 1999, para 261.214 em 2018, dos quais 47% em instituições públicas. Em 2023/2024, estavam matriculados 343.235 estudantes, dos quais 340.661 em cursos de graduação e 2.574 em cursos de pós-graduação. Destes estudantes, 32% estão matriculados em instituições de ensino superior públicas e 68% em instituições privadas.

No ano académico 2022/2023 diplomaram-se 31.503 estudantes, sendo 15.170 homens (48%) e 16.333 mulheres (52%).

O Instituto Nacional de Gestão das Bolsas de Estudo (INAGBE) assinala, em 2024, a existência de 32.746 bolseiros internos e tem garantido a concessão de 10 mil novas bolsas nos últimos 4 anos. A aposta em bolsas de estudo internas visa garantir um melhor aproveitamento escolar e o aumento da probabilidade de conclusão de estudos superiores. O INAGBE controla actualmente 1.163 estudantes bolseiros no estrangeiro, com incidência em países como Portugal, Rússia, Brasil, China, Índia, Hungria, Roménia e Argélia.

Foi realizada a avaliação externa e acreditação de cursos de Ciências Médicas e da Saúde, tendo sido avaliados 164 cursos nestas áreas, dos quais 65 foram acreditados. Está em curso a avaliação externa e acreditação dos 155 cursos de Ciências da Educação ministrados em instituições públicas e privadas.

Podem ainda ser sinalizados a formação em gestão e políticas do ensino superior, o diagnóstico da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a harmonização curricular dos cursos de graduação, com base nas Normas Curriculares Gerais, abrangendo cerca de 1.300 cursos, prevendo-se a sua conclusão em 2026.

No que se refere à melhoria das condições infra-estruturais da rede pública do ensino superior, estão em curso acções para a construção e apetrechamento de vários campus universitários, em Cabinda, Caxito, Cuíto, Dundo, Huambo, Lubango, Luena, Malanje, Ndalatando, Ondjiva, Saurimo, Soyo e Sumbe.

No tocante à investigação científica, está em curso o processo de financiamento de 166 projectos de investigação dos 199 que se candidataram aos editais da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT).

Foi inaugurado o Centro de Ciência de Luanda, em 2023 e o Centro Universitário da Huíla, que está a desempenhar o seu papel de divulgação da ciência, para elevação da cultura científica da população angolana.

Quanto ao desempenho do Programa de Promoção da Inovação e Transferência de Tecnologia, regista-se o aumento do número de publicações por milhão de habitantes, de 4 em 2023, para 27 em 2024.

4.3. Saúde

A Lei que criou o Sistema Nacional de Saúde Angolano e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) reconhecia que a saúde é um direito fundamental de todo o ser humano. Reconhecia igualmente que os membros da comunidade tinham o mesmo direito ao tratamento gratuito, sem distinção de sexo, idade, raça, religião, credo político ou condição económica e social. Foram estabelecidos os princípios de universalidade e gratuitidade, cabendo ao estado a prestação dos cuidados primários de saúde.

Com a proclamação da independência e a descolonização, o País enfrentava grandes dificuldades para alcançar os objectivos preconizados para assistência sanitária às populações, fundamentalmente, devido à escassez de recursos humanos, provocada pela fuga de quadros. Dados estatísticos mostram que, em 1975 a população geral de Angola era de 6.842. 946 habitantes e a Esperança de vida era de 42 anos e taxa de mortalidade geral era 21,5 mortes/1.000 hab. Entre 1977 a 1981, o Serviço Nacional de Saúde contava com apenas 139 médicos Angolanos (102 do Ministério da Saúde, 19 dos SAMM e 18 do Ministério da Educação), o que fez com que fossem contratados 1.588 médicos estrangeiros dos então países socialistas, destacando-se 1.324 da República de Cuba, 161 da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, 38 da República da Bulgária, 25 da República Democrática Alemã e 22 da República da Jugoslávia, o país dispunha de apenas 3.371 enfermeiros, técnicos e parteiras.

Informação disponível sobre a morbilidade entre 1973 e 1980, mostra que doença com maior frequência foi a malária, seguida pelas Doenças Diarreica Agudas, Doença Respiratório Aguda, Tosse Convulsa, Shistossomíase, sarampo e tuberculose.

A escassez de infra-estrutura obrigou a transformação de lojas, habitações e outros estabelecimentos em postos e centros de saúde em todo território nacional. Em 1980 existiam cerca de 1.350 unidades sanitárias, das quais 90% distribuídas nas áreas urbanas. Admitia-se então que uma unidade sanitária,

cobria teoricamente a população localizada numa área de 10 Km de raio. Estas unidades teriam 12.129 camas, com uma média 1,7 por Mil habitantes. A população a nível do País com acesso ao Serviço Nacional de Saúde variava então entre 30% e 50% da população total.

No ano de 1993, dispúnhamos de 1.523 unidades sanitárias, sendo 8 Hospitais Nacionais, 24 Hospitais provinciais, 206 centros de Saúde/ Hospitais Municipais, 1.288 Postos de Saúde.

Para suprir o défice de quadros, o Ministério da Saúde formou em 1978, 1.610 quadros técnicos, e em 1979, foram formados 1.285. A formação de técnicos médios estava a cargo do Ministério da Educação, que em 1979 abriu o primeiro Instituto Médio de Saúde, no Cuito, com uma frequência de 80 alunos.

A grande conquista do novo Estado angolano foi o Direito universal à Saúde, constitucionalmente garantido com a proclamação da Independência Nacional a 11 de Novembro de 1975 e que se manteve na Lei Constitucional de 1992 e na Constituição de 2010.

Após as eleições de 1992, o retomar dos confrontos armados provocou uma rápida degradação do Sistema Nacional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, bem como dos indicadores de saúde.

Durante este período, a população passou de 12.632.506 habitantes em 1992 para 17.327.699 habitantes em 2002 e a esperança de vida passou de 45 anos para 47 anos em 2002.

Com o retorno à guerra, as condições de higiene e salubridade pioraram, tendo aumentado as taxas de morbilidade e mortalidade, provocadas pelas doenças transmissíveis infecto-contagiosas. A agravar a situação, registaram-se um baixo nível de importação de medicamentos, o deficiente estado nutricional da população, a escassez de recursos humanos, bem como sub-financiamento do Sector. Neste período, as ONG's nacionais e internacionais tiveram uma relevante importância na assistência às populações carenciadas e necessitadas de assistência sanitária e nutricional.

No final do conflito armado (2002), 80% da rede sanitária encontrava-se degradada ou destruída com o baixo nível de financiamento público, escassez de medicamentos e equipamentos e uma quebra acentuada dos principais indicadores de saúde, principalmente, o aumento da mortalidade materna e infantil. A retracção da rede sanitária entre 1998 e 2000 foi de 52%, tendo passado de 1.930 Unidades Sanitárias em 1998 para 1.011 unidades sanitária em 2000.

No ano de 2000, os hospitais nacionais e centrais passaram a gozar de autonomia financeira, administrativa e patrimonial, recebendo recursos financeiros directamente do Ministério das Finanças.

Os principais problemas epidemiológicos incluíam a malária como principal causa de morte, a tuberculose, VIH/SIDA e a desnutrição (especialmente entre crianças, devido à insegurança alimentar e à falta de acesso a serviços básicos de saúde). A guerra civil contribuiu para a deterioração das condições de vida, sanitárias e de sanidade da população resultando num aumento das doenças infecciosas e parasitárias, agravando problemas sociais e de saúde pública. A

falta de saneamento básico, água potável e serviços de saúde adequados exacerbou a situação.

O alcance da paz ocasionou o início do processo de Reconstrução Nacional e da normalização do funcionamento das instituições. Os quadros do Sector, muitas vezes, em condições difíceis, foram chamados a dar o seu contributo para a consolidação da paz.

Durante este período, a população passou de 17.327.699 habitantes em 2002 para 27.700.000 habitantes em 2008 e a esperança de vida passou de 47 anos para 52 anos em 2008.

O período em análise caracterizou-se pela construção, reabilitação e apetrechamento de unidades sanitárias, aumento da rede de prestação de serviços de saúde, aumento da oferta formativa no interior e exterior, aumento dos recursos humanos, aumento dos recursos financeiros e a produção de legislação e documentos reitores do sector.

Entre 2002 e 2008, Angola enfrentou vários desafios epidemiológicos enquanto se recuperava da guerra civil que terminou em 2002. A infra-estrutura de saúde estava em reconstrução, e o país lidava com várias doenças endémicas e emergentes. Durante este período, o surto de Febre Hemorrágica de MARBURG em 2005, na província do Uíge, com 374 casos e 329 óbitos. O surto teve um impacto devastador, incluindo a morte de 274 profissionais de saúde angolanos e estrangeiros, ou seja 14 vezes mais que na população geral.

A **malária** continuou a ser a principal causa de morbidade e mortalidade, seguindo-se o VIH/SIDA, a tuberculose e doenças não transmissíveis (sobretudo cardiovasculares e diabetes).

No que diz respeito à caracterização das despesas com o sector, os investimentos no sector da saúde aumentaram notoriamente desde 2003, passando de 10% até 17% do total de despesas em apenas três anos. As despesas com os hospitais provinciais, centrais e especializados foram maiores àquelas realizadas na rede primária. O peso da rede primária aumentou, devido ao esforço inversor dos Governos Provinciais neste nível e à introdução de novo pessoal.

A partir de 2008, Angola passou por uma série de mudanças significativas, tanto económicas quanto sociais. Iniciaram-se investimentos em infra-estruturas. A partir de 2008 e até 2017, houve um aumento de 8 para 10 Hospitais Nacionais, aumento de 18 para 29 Hospitais Provinciais, de 623 para 722 Centros de Saúde/ Hospitais Municipais e de 1.665 para 2.069 Postos de saúde.

Verificou-se também o aumento de médicos, cujo número passou de 1.520 para 3.541, enquanto os enfermeiros aumentaram de 26.486 para 34.300, técnicos de Diagnóstico e Terapêutica aumentaram de 4.510 para 6.414 e Técnicos de Apoio Hospitalar passaram de 4.721 em 2008 para 9.640 em 2017.

Entre 2008 e 2024, a situação epidemiológica em Angola foi marcada por várias emergências de Saúde Pública, em que destacamos os surtos, o surto de Cólera (53.537 casos com 2.187 óbitos).

Durante este período, a população passou de 27.700.000 habitantes em 2008 para 35.121.734 habitantes em 2024 e a esperança de vida passou de 52 anos em 2008 para 63 anos em 2024. Já a mortalidade de crianças menores de 5 anos baixado de 68 para 52 por mil nascidos vivos e a de menores de 1 ano de 44 para 32 por cada mil nascidos vivos; a mortalidade materna baixou de 239 para 170 por 100.000 nascidos vivos. Estes resultados encorajadores, foram sem dúvida alcançados pelo aumento do acesso aos cuidados primários de saúde.

Em 2011, deu-se início ao processo de Municipalização dos Serviços de Saúde como resultado da Conferencia Nacional Realizado em 2010 sobre Cuidados Primários de Saúde. A Municipalização dos serviços de Saúde consistia em conferir aos municípios o direito, o dever e os recursos suficientes para implementar a Politica Nacional de Saúde e a aproximação dos serviços para com as populações, de forma a promover a saúde, prevenir a doença e assistir a saúde das populações no espaço do seu território geográfico.

A implementação do PDN 2017-2022, decorreu durante um período exigente e complexo para o Sistema Nacional de Saúde, em que tivemos que dar resposta as epidemias da malária, febre-amarela, cólera e a Pandemia da COVID-19. Esta última provocou um cenário de emergência sem precedentes, colocando em risco de vida a população, reduzindo os meios de subsistência e afectando a prestação de serviços sociais, particularmente da saúde e da educação, e comprometendo simultaneamente a estrutura produtiva nacional.

A doença com maior incidência continua ser a malária, seguindo-se por ordem de frequência a síndrome gripal, a febre tifóide, as infecções respiratórias agudas graves na população de 5 e mais anos e a pneumonia grave em menores de 5 anos. Estas doenças causam 90% do total de casos notificados pelo Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. Por outro lado, a doença mais letal é a raiva, com uma taxa de letalidade de 100%, seguindo-se o tétano e a meningite. Por essa razão está neste momento a ser implementado um amplo programa de vacinação de animais, contra a raiva.

Quanto à COVID-19, para manter o País seguro e controlar a doença, mobilizámos 39.370 Milhões de doses de vacinas seguras para vacinar uma população elegível de cerca de 18. 9 milhões de habitantes a partir dos 12 anos. Foram completamente imunizadas 16. 638.956 pessoas, tendo Angola alcançado uma cobertura de 87%.

Registou-se um aumento significativo do número de profissionais de saúde de diferentes categorias recrutados ao longo do último quinquénio, tendo aumentado a força de trabalho em 46.705 (46,1%), dos quais 3.828 são médicos, 27.276 são enfermeiros, 10.283 são técnicos de diagnóstico e terapêutica, 3.792 são técnicos de apoio hospitalar, 1.443 técnicos de regime e 83 Assistentes Sociais. Foi feito o enquadramento de 100% dos médicos formados no país e no exterior e 80% dos novos funcionários encontram-se colocados nos municípios do País. No âmbito da política de valorização dos quadros e estímulo à produtividade, foram actualizadas de categorias de 9.388 profissionais de enfermagem, diagnósticos e terapêuticos e implementados os subsídios de

isolamento (30%), renda (30%) e de instalação (100%) aos profissionais colocados nos municípios dos grupos C e D.

Estão em especialização no País actualmente 4.237 internos, sendo 598 médicos de família, que se encontram nos municípios, e 1.826 pós-média, no âmbito de um projecto ambicioso de especialização de 38.000 profissionais de saúde.

Registou-se um aumento notável do número de camas, que passaram de 37.808 em 2022 para 42.907 camas em 2024 (aumento de 13%). Isto representa um aumento da cobertura do número de camas hospitalares, por habitantes, que passou em 2022 de 1,14 camas por mil habitantes, para 1,22 camas por mil habitantes em 2024.

O investimento efectuado em termos de infra-estruturas para o atendimento assistencial médico e medicamentoso de alta complexidade localmente, assim como na admissão, formação de recursos humanos, nas especialidades de cardiologia, ginecologia, neurocirurgia, oftalmologia e ortopedia, tem permitido gradualmente a redução das evacuação dos pacientes para o exterior por parte da Junta Nacional de Saúde, de 215 em 2022, 177 em 2023 e 141 doentes durante o primeiro trimestre de 2024, e o aumento das Juntas para assistência interna, de 106 doentes em 2021, 134 em 2022, 258 em 2023 e 179 durante o primeiro semestre de 2024.

Permitiu também a melhoria dos principais indicadores da saúde pública, nomeadamente no aumento da cobertura do planeamento familiar, que passou de 31% em 2022 para 65% no primeiro Semestre de 2024, a cobertura da quarta consulta de pré-natal, que passou de 69% em 2022 para 81% em 2024, do parto institucional passou de 50% em 2022 para 55% no primeiro semestre de 2024. Por seu turno, aa redução da transmissão do VIH de mãe para o filho, que passou de 28% para 15%.

A seca no sul do País provocou um aumento de desnutrição em crianças menores de cinco anos, tendo sido tomadas várias medidas para a sua redução, incluindo a aquisição de leites terapêuticos e a reposição de produtos suplementares, que teve um efeito oportuno, tendo reduzido os óbitos por Desnutrição, tendo passado a taxa de mortalidade de 38% em 2022 para 10% em 2024.

O investimento na transformação digital permitiu a expansão da telemedicina e tele-saúde, o reforço da gestão do sistema de informação sanitária, incluindo o sistema epidemiológica e o desenvolvimento de investigação em saúde, o que possibilitou a tomada de decisões oportunas e a melhoria da gestão de dados sanitários.

Perspectivas da saúde:

i. **Expansão da equidade do acesso aos cuidados de saúde:** Queremos um País dotado de um Sistema de Saúde que garanta o direito à saúde de todos os angolanos, particularmente nos cuidados de saúde primários, reduzindo discrepâncias da prestação de cuidados de saúde entre as

áreas rurais e urbanas, entre os níveis sócio - económicos e entre as pessoas com diferentes níveis de escolaridade.

ii. **Aumento da Esperança Média de Vida:** Queremos um País em que os Angolanos viverão mais anos e terão melhor qualidade de vida, com a implementação de planos multissectoriais e comunitários que terão impacto positivo na melhoria da saúde de todos os angolanos.

iii. **Redução da Mortalidade Materna e Infantil:** Queremos um País que brinde a todas as mulheres e crianças o acesso a serviços e programas fundamentais para reduzir a morte materna e infantil, fortalecendo o bem-estar das famílias e contribuindo para o desenvolvimento social.

iv. **Planeamento familiar para o desenvolvimento sustentável**: Queremos um País que garanta o acesso a serviços de planeamento familiar para assegurar que o crescimento populacional seja sustentável para melhorar a saúde e o bem-estar da nação.

v. **Prevenção das doenças transmissíveis e não transmissíveis:** Queremos um País em que os cuidados de saúde estejam centrados nas pessoas, com intervenções holísticas ao longo do ciclo de vida, prevenindo doenças e promovendo hábitos e estilos de vida saudáveis, reduzindo a carga destas doenças, contribuindo para a redução dos custos com a saúde e a melhoria da qualidade de vida da população.

vi. **Expansão da rede sanitária e recursos humanos capacitados:** Queremos uma Angola em que todos tenham acesso aos cuidados de saúde lá onde nascem, vivem e trabalham, prestados por profissionais de saúde com competências e qualificações que correspondam às necessidades sanitárias da população, tendo em conta a dinâmica demográfica.

vii. **Financiamento sustentável em Saúde:** Queremos uma Angola em que a implementação dos programas, projectos e estratégias de saúde atenda às necessidades de toda a população com benefícios a longo prazo.

viii. **Regulamentação sobre os preços controlados dos medicamentos e produtos de saúde**: Queremos que um País que adquira novos medicamentos em grande escala, garantindo maior acessibilidade da população a tratamentos essenciais modernos, fortalecendo o sistema de saúde e o bem-estar colectivo.

ix. **Sistema de informação**: Quermos uma Angola com um sistema de informção robusto, capaz de fazer a monitorização das situações e das tendências no domínio da Saúde, incluindo a vigilância epidemiológica que deve ser mais oportuna na detenção de surtos para respostas adequadas.

x. **Investir na investigação, na inovação e na transformação digital**: Queremos uma Angola em a investigação e as novas tecnologias contribuam para assegurar um sistema de saúde de qualidade, eficiente e seguro na prestação de cuidados.

4.4. Acção Social, Família e Promoção da Mulher

Após o alcance da independência, em 1975 foi criada a Secretaria de Estado para os Assuntos Sociais (SEAS), para assegurar a protecção mínima e salvaguardar os seus direitos, em função da necessidade de cada cidadão, maioritariamente os deslocados das zonas de conflito armado.

O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) foi estabelecido em 1992, com a missão abrangente de elaborar e coordenar a execução de políticas públicas dirigidas aos grupos mais vulneráveis da população e assim garantir os seus direitos e promover o desenvolvimento social. O Governo angolano carecia de um quadro legal e de regulamentação específica para pessoas com deficiência.

O fenómeno "crianças separadas dos familiares" descrevia o contexto emergencial da época, onde o conflito armado, por si só, provocava a mobilidade desordenada das populações em busca de locais seguros e protegidos contra a morte, fome, tortura, maus tratos, abusos, doenças e outros. As crianças viviam o drama da separação familiar forçada, o que agravava o seu estado de vulnerabilidade e risco social. As vítimas corriam sérios riscos de desaparecimento total, perda de identidade, desenvolvimento de traumas, má nutrição e morte. De igual modo, aumentou, neste período, o número de pessoas deslocadas no país, fundamentalmente na cidade de Luanda e nas zonas fronteiriças, o número de crianças órfãs e vulneráveis, o índice de má nutrição nas crianças e nas famílias era elevado. Muitas crianças perderam a identidade e, consequentemente, a sua história e aumentou o número de pessoas com deficiência devido ao conflito armado, que obrigou à criação de campos de deslocados de guerra e agravou, substancialmente, a ausência de dados estatísticos fiáveis sobre a situação das famílias desfavorecidas.

Foram criados, no âmbito do processo de reintegração social, campos de deslocados, de refugiados e de requerentes de asilo com garantia de abrigo, protecção e segurança.

Neste período, no domínio de inclusão social da Pessoa com Deficiência, o Estado Angolano aprovou o Decreto n.º 86/81, de 16 de Outubro - Tabela de índices médicos de incapacidade e o Decreto n.º 6-E/91, de 9 de Março - Criação do Instituto Nacional de Reabilitação.

No primeiro quinquénio pós-independência (1975-1980), com a criação do Programa de Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC), foram executadas acções de reinserção social, com foco em grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, ex-combatentes e populações afectadas pela guerra. Este programa foi desenhado para descentralizar o acesso aos serviços de saúde, educação e reabilitação, com um enfoque nas necessidades locais e no

desenvolvimento comunitário, facilitando o acesso e promovendo a inclusão social dos beneficiários.

O conflito contínuo impediu que muitas das iniciativas de programas alcançassem uma cobertura abrangente, e muitos dos objectivos de reinserção e inclusão foram frustrados. O cenário instável e a falta de recursos adequados tornaram difícil implementar acções de longo prazo, o que deixou várias necessidades sociais desatendidas. O período de 1992 a 2002 foi o mais difícil para as crianças em Angola e muito desafiante para o Governo, em que numerosas crianças ficaram separadas dos seus pais. A maioria foi acolhida por parentes ou por outras famílias, mas a minoria acabou por viver fora de um meio familiar normal, sendo certo o seu destino para os orfanatos, lares de infância, famílias de acolhimento temporárias, outras para as ruas das principais cidades, passando por um conjunto de privações, desde a falta de afecto e educação paternal, a escola e outros serviços e bens para o seu desenvolvimento integral.

Em 1996, dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS)2 indicaram que do total de 5 666 667 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e sete) crianças com idades compreendidas entre 0 e 17 anos, cerca de 1.000.000 (um milhão), que correspondia a 15% estavam fora de um ambiente familiar. Destas, 100.000 (cem mil) eram órfãs, das quais 907 (0,9%) de ambos pais, 66.300 (66,3%) órfãs de pai e 67.207 (32,8%) de mãe.2 MICS citado pelo relatório da análise da situação da criança realizada no período 1997/1998, publicado numa brochura do Governo de Angola sob o título “Um futuro de esperança para as crianças de Angola”.

Em 2002 deu-se por encerrado o processo de repatriamento organizado, mantendo apenas o repatriamento voluntário. Nesse período, várias acções foram realizadas, com destaque para: i) aprovação da Política Nacional da Pessoa Idosa; ii) a Conferência Nacional de Assistência e Protecção da Pessoa Idosa; iii) o estudo sobre as Condições Socioeconómicas da Pessoa Idosa em Angola; iv) aprovado o Regime de Licenciamento e Fiscalização dos Estabelecimentos de Acolhimento e Assistência Social com fins Lucrativos; v) aprovado o Regulamento das Condições de Instalação e Funcionamento dos Centros de Dia de Assistência da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.

Os 11 Compromissos assumidos em prol da criança foram formalizados através da Resolução n.º 5/08, de 18 de Janeiro, do Conselho de Ministros. Pela sua natureza e objectivos, abrangem as seguintes matérias concretas, cada uma com relevância especial na vida da criança que correspondem aos compromissos agrupados em quatro domínios, nomeadamente: de 0 aos cinco anos de idade; dos seis aos dezoito anos de idade; do zero aos dezoito anos de idade; garantir a sustentabilidade das conquistas a favor das crianças.

No quadro da protecção da pessoa com deficiência, no período de 2002- 2009, o Governo Angolano aprovou os seguintes instrumentos jurídicos: i) Lei n.º 13/02, de 15 de Outubro- Protecção do Antigo Combatente e da Pessoa com Deficiência de Guerra; ii) Lei n.º 7/04 de 15 de Outubro - Protecção social de Base; iii) Decreto-Lei n.º 2/08, de 28 de Fevereiro, Bolsa de estudos ao Aluno com Deficiência com bom aproveitamento.

Neste período destacam-se, dentre outras, as seguintes acções: repatriamento dos deslocados e refugiados e o papel do Alto Comissariado das Nações Unidas

para os Refugiados; continuação do processo de repatriamento voluntário; reintegração das populações nas zonas de origem; formação socioprofissional com envolvimento de parceiros sociais e distribuição de kits de reintegração, constituído por bens alimentares para um período de seis meses a um ano, vestuário, um espaço para agricultura e respectivos insumos, espaço para auto construção dirigida e atribuição de documentos de cidadania.

No que se refere à localização e reunificação familiar, o Governo implementou, a nível nacional, através do Ex. MINARS, no âmbito do art. 22º da Convenção sobre os Direitos da Criança, o programa denominado "Programa Nacional de Localização e Reunificação Familiar – PNLRF" que abrangeu crianças separadas menores de 18 anos de idade que voluntária ou involuntariamente se encontravam num ambiente não familiar, separadas de ambos os pais, e que não se encontravam ao cuidado de nenhum outro adulto que, por lei ou costume, tenha tomado a responsabilidade do seu cuidado e definido nos princípios de atendimento.

O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) foi criado em 2018 e resultou da fusão entre o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e o Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Neste período merece especial destaque o Programa de Combate à Pobreza, criado pelo Governo Angolano em 2004, sob a supervisão directa do Presidente da República, através da Resolução n.º 9/04, de 4 de Junho, que definia formalmente uma Estratégia para o Combate à Pobreza (ECP) e que integrava na sua génese a Segurança Alimentar e Nutricional, financiado totalmente por Fundos Públicos (Recursos Ordinários do Tesouro).

A experiência obtida com a implementação do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, recomenda que o País adopte uma abordagem de Desenvolvimento Local, que permita que as Instituições Locais estejam mais próximas dos cidadãos e assumam, assim, um papel de maior relevância na melhoria da qualidade de prestação de serviços básicos, na qualidade de vida e no aumento do rendimento familiar, de modo a que sejam elas próprias as promotoras de todo o desenvolvimento local, contribuindo, deste modo, para a redução da pobreza extrema.

A Municipalização da Acção Social (MAS) surge como modelo de intervenção descentralizado e desburocratizado da Acção Social, que pretende levar os serviços sociais mais próximos dos cidadãos (indivíduos, famílias e comunidades) e que integra a prevenção do risco social, a protecção das populações mais vulneráveis e a promoção da inclusão social.

Foi implementado o Sistema Integrado de Gestão da Acção Social cujo objectivo é permitir a identificação e caracterização das famílias de baixa renda residentes em todo o território angolano, através de indicadores de risco e de índice de vulnerabilidade.

Em termos de resultados, com a implementação deste programa, destacam-se: melhor direccionamento das políticas públicas viradas aos grupos vulneráveis; criação de mais 23 CASI; construídos 25 Centros de Acção Social Integrados; início da implantação do Cadastro Social Único; aprovação da Política Nacional da Acção Social e respectiva Estratégia de Implementação, através do Decreto

Presidencial nº 37/21 de 8 de Fevereiro; revisão da Lei de Bases de protecção social; capacitados sobre a MAS e o SIGAS cerca de 5.000 funcionários públicos e parceiros sociais; promoção do registo de nascimento de crianças e adultos em articulação com o Ministério da Justiça.

A promoção da igualdade de género em Angola sempre foi uma preocupação do Executivo plasmada no Programa de Governo do MPLA 2017-2022 concretamente nos Programas de Promoção de Género e Empoderamento da Mulher e de Valorização da Família e Reforço das Competências Familiares.

Actualmente, o programa de Igualdade de Género e Acção Social e Valorização da Família, constante do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, tem como objectivo de empoderar social, política e economicamente as mulheres e famílias, de modo a adquirirem ferramentas para se auto afirmarem e tomarem decisões, focando-se na melhoria da qualidade de vida das suas famílias.

No período de 2010 a 2024 foram aprovados vários instrumentos jurídicos com destaque para: A Constituição da República de Angola (CRA 2010), que incorpora no seu artigo 23º, o Princípio da Igualdade e não Discriminação; a Lei 25/11 de 14 de Julho Lei Contra Violência Doméstica; o Decreto Presidencial n.º 124/13, de 28 de Agosto, que aprova o Regulamento da Lei n.º 25/11; o Decreto Presidencial n.º 26/13, de 08 de Maio, que aprova o Plano Executivo de Combate a Violência Doméstica 2012/2017; o Decreto Presidencial n.º 222/13, de 24 de Dezembro, que aprova a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género; o Decreto Presidencial n.º 35/22 de 3 de Fevereiro, que aprova o Prémio Nacional da Mulher de Mérito; o Decreto Presidencial 143/17, que aprova o Plano Nacional de Acção para implementação da Resolução nº 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

A recente aprovação do Observatório Nacional de género de Angola a fim de dispor de mais e maior evidências quantitativas e qualitativas, sobre as conquistas e avanços bem como monitorar e dar seguimento as políticas públicas com foco nas mulheres.

Tem sido dada uma atenção especial à Mulher no Meio Rural evidenciando-se a auscultação com a participação de 44. 396 Mulheres nas 18 províncias do país, que permitiu a formulação de políticas, programas e projectos para advocacia dos direitos, divulgação dos serviços e mecanismos de acesso à terra e de inclusão financeira e económica da mulher.

Nas comunidades rurais e periurbanas o MASFAMU tem capacitado parteiras tradicionais, como agentes mobilizadoras do registo de nascimento e do parto institucional.

Para melhorar o registo de dados estatísticos sobre violência foi lançada a 2 de Outubro de 2023, a Plataforma de Informação e Dados de Violência Doméstica em Angola.

Iniciativas como o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza; pretendem reduzir as desigualdades regionais e elevar os padrões de vida. Este programa, aliado ao Kwenda tem contribuído para diminuir as dificuldades com que um número elevado de família se debate, em todo país.

As áreas de intervenção do PIDLCP são o apoio à agricultura, pecuária, pescas, hidráulica e engenharia; a promoção social, formação e capacitação feminina; os cuidados primários de saúde; água e saneamento; infra-estruturas rurais e equipamentos sociais (centros infantis comunitários, centros de educação comunitária, valas para irrigação e sistemas de energia solar; acções para a cidadania; merenda escolar: enquanto acção que visa a inclusão e o aproveitamento escolar.

No quadro das medidas de reforço da protecção social, prevenção e combate às situações de vulnerabilidade, está a ser executado o Programa de Fortalecimento da Protecção Social, comumente conhecido por Projecto KWENDA, com o objectivo de reforçar a capacidade do Executivo nos domínios da protecção social, com vista à redução da pobreza e contribuir para estabelecer um Sistema Nacional de Protecção Social cada vez mais eficaz. Um outro vector que visa a eliminação de assimetria e o reforço do projecto de inclusão social dos Angolanos tem a ver com a criação do Fundo de Emprego, com vista à capacitação de jovens para o primeiro emprego e o combate ao desemprego e ao emprego precário.

O Kwenda, cuja primeira fase termina em Abril de 2025, possui quatro vertentes de actuação, nomeadamente: (i) transferências sociais monetárias, (ii) inclusão produtiva, (iii) municipalização da acção social e (iv) cadastro social único, que visa a construção de uma base de dados nacional sobre as famílias mais vulneráveis, naquele que é um ponto-chave para o aprofundamento futuro da protecção social em Angola.

O programa visa apoiar 1. 608.000 Agregados Familiares em situação de pobreza ou vulnerabilidade no pais e está avaliado em 420 milhões de dólares, sendo financiado em 320 milhões de dólares por um empréstimo do Banco Mundial e 100 milhões de dólares provenientes do Tesouro Nacional.

Tendo como data de corte o mês de Outubro de 2024, o projecto alcançou as 18 províncias, 94 municípios, 328 comunas e 15 375 aldeias ou bairros. Estão cadastrados um total de 1 708 046 agregados familiares, distribuídos nas 18 províncias, sendo que deste total 1 070 037 agregados foram pagos.

Como reconhecimento dos efeitos positivos para as vidas das famílias e do rigor e transparência na sua gestão, o programa será estendido por um período adicional de cinco anos até 2029.

A pobreza vem desde o tempo colonial, tendo atingido as populações angolanas, com destaque as áreas rurais e as zonas periférica das cidades e vilas. Depois da independência e logo após as eleições de 1992, a guerra agravou de um modo geral o empobrecimento da população.

A situação actual não é tão dramática quanto no final da guerra, mas é ainda preocupante. O actual quadro económico precisa de ser revertido. Para isso, é preciso actuar de forma incisiva nas seguintes direcções:

- Aumento das verbas destinadas ao fomento do emprego e ao combate à pobreza.

- Medidas de natureza monetária e fiscal, que proporcionem a baixa de preços dos produtos da cesta básica (por um lado) e o refreamento da taxa de inflação (por outro lado).
- Medidas de natureza fiscal, que façam com que as empresas deixem de fechar as portas ou declarar falência, despedindo trabalhadores e deixando de contribuir para o crescimento económico.
- Obrigatoriedade dos bancos concederem créditos, fixando-se um mínimo em função do total de depósitos – o que pode exigir dos bancos a prestação de consultoria para correcção dos estudos de viabilidade que lhes sejam apresentados.
- Incentivos de natureza fiscal destinados aos produtores de bens alimentares (fazendeiros, agricultores e camponeses), que sejam comercializados no mercado local.
- Garantia de escoamento dos bens produzidos em Angola, de modo a evitar a sua deterioração e venda a estrangeiros, com pagamento em moeda nacional (Kwanzas).

4.5. Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC

Nos primórdios da nossa independência, em 1975, as telecomunicações, serviços de correios, informática e meteorologia não eram áreas interdependentes e convergentes como o são hoje. No entanto cada uma destas áreas com os poucos quadros herdados da era colonial, jogaram um papel crucial para o fomento da coesão social, apoio as forças armadas na defesa da soberania Nacional e suporte do tecido empresarial com destaque para os serviços mecanográficos e informáticos da Banca.

Destaca-se no período de 1975 a 1992 o surgimento e restruturação das empresas ENCTA – Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola, a ENATEL – Empresa Nacional de Telecomunicações, responsável pelas telecomunicações domésticas, e a EPTEL – Empresa Pública de Telecomunicações, encarregada das telecomunicações internacionais e em 1992 foi constituída a Angola-Telecom, empresa pública estatal surgida da fusão da EPTEL e da ENATEL.

Ainda na década de 70, Angola aderiu a uma série de organizações intergovernamentais com destaque para a UIT – União Internacional de Telecomunicações.

No domínio da informática, de 1980 a 1990 em Angola, houve um desenvolvimento significativo no sector de empresas privadas prestadoras de serviços, como a NCR, IBM e Protecnica. Essas empresas forneciam suporte de *hardware* para grandes sistemas mainframe utilizados por bancos e grandes corporações. Além disso, ofereciam serviços especializados em sistemas de facturação, folhas de pagamento e contabilidade informatizada, baseados na tecnologia Cobol.

Em 1983, a Universidade Agostinho Neto lançou o primeiro curso de Informática em cooperação com universidades portuguesas, sob o projecto EDI. Este curso

formou os primeiros engenheiros informáticos de Angola, que desempenharam um papel crucial na informatização da primeira Conferência dos Não Alinhados em 1986. Além disso, esse núcleo de profissionais foi fundamental para garantir o suporte e a informatização das primeiras eleições multipartidárias realizadas em Angola em 1992, que resultaram na vitória do MPLA.

A Universidade Agostinho Neto, por meio de seu Departamento de Informática e Electrotecnia, liderou o processo de registro do domínio de Internet de Angola,.AO. Em colaboração com a Fundação de Cálculo Científico de Portugal, a universidade realizou o lançamento oficial da Internet em Angola em 1996.

Com a crescente convergência a nível mundial das telecomunicações e informática, e da necessidade de regulação e criação do mercado de serviços digitais, da capacitação dos recursos humanos e das infra-estrutura e inclusão digital, o Governo liderado pelo MPLA, no período 1997-2008, criou uma serie de organismos e comissões interministeriais, com destaque para o surgimento do Ministério dos Transportes e Telecomunicações, do Ministério da Ciência e Tecnologia no sentido de trabalharem de forma complementar para a materialização da convergência digital, que se materializou nas tecnologias de informação e comunicação TIC.

No concernente a tomada de medidas de política e de acções estratégicas para o desenvolvimento sustentável das Telecomunicações/ TIC, foram criadas as seguintes comissões:

- **Comissão de Telemática de Angola**- 1996- encarregue de congregar as diversas sensibilidades do sector público, privado, académico, associações ligadas aos direitos do consumidor para a introdução da Internet em Angola e seu desenvolvimento seguro, responsável e sustentável;
- **Comissão Interministerial Y2K- 1999,** responsável por abordar o Bug do Milénio.
- **Comissão Interministerial do eclipse do Sol- 2001-2002.**
- **Comissão nacional para as Tecnologias de Informação CNTI- 2002 -** com a função de desenvolver políticas nos domínios da Sociedade da Informação e da Governação Electrónica.

De 2001 á 2024 foram criados vários instrumentos de política e legislação destacando- se os seguintes:

- Livros Branco das Telecomunicações.
- Plano Nacional de Governação Electrónica.
- Plano Nacional da Sociedade de informação.
- Plano Director da Rede de Mediatecas de Angola.
- Plano Estratégico para a Governação Electrónica.
- Lei da Protecção de Dados entre outros.

No Plano das Infra-estruturas e Inclusão Digital - foram desenvolvidas iniciativas que representam a espinha dorsal dos esforços do Executivo para democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, destacando-se no período 2208-2024: (i) a colocação em órbita do primeiro satélite angolano, AngoSat 2; (ii) investimento e participação em Cabos submarinos de fibra óptica da costa ocidental de África (SAT-3, WACS e 2Africa); visando a conectividade internacional e a melhoria da largura de banda e a conectividade com o resto do mundo, beneficiando não só o acesso à internet, mas também a infra-estrutura de comunicações internacionais.

4.6. Cultura

Durante a "longa noite" de dominação colonial, a resistência cultural foi uma das armas que o povo angolano utilizou para alcançar a sua liberdade e soberania. Apesar de toda a violência do sistema colonial, que procurou subalternizar a nossa cultura, os Angolanos resistiram, conseguindo preservar as línguas, os ritmos musicais, as danças, a culinária, os ritos e todo um conjunto de manifestações culturais, artísticas e literárias. Posteriormente, usaram essas manifestações culturais, com particular destaque para a literatura e a música, como instrumentos no processo da luta de libertação nacional, tal como se pode verificar nos escritos de Agostinho Neto e António Jacinto, e nos sons dos Ngola Ritmos, Kiezos e de outros artistas.

Proclamada a Independência Nacional sob a liderança do MPLA, o Sector da Cultura sempre mereceu a atenção do poder político. O Governo implementou planos e programas vocacionados para a valorização da cultura popular, por meio da criação de Casas de Cultura e Organismos Populares de Cultura e pela redinamização dos centros recreativos, para o lazer das populações, em todo o país.

Para além da dinamização das diferentes manifestações artísticas e da literatura, assinala-se a adopção dos alfabetos das línguas Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Oxikwanyama e das respectivas regras de transição, aguardando-se pela sua introdução no sistema de educação, para permitir o acesso à instrução na língua materna de cada Angolano.

Outra área de actuação é a do registo do património cultural, destacando-se neste caso a presença de três bens culturais da República de Angola junto do Centro do Património Mundial/UNESCO, nomeadamente: Arquivos do Ndembu (inscrito em 2011), Mbanza Kongo: Vestígios da Capital do Antigo Reino do Kongo (inscrito a 8 de Julho de 2017) e os Sona míticos desenhos e figuras geométricas na areia da região Leste do país (inscritos a 5 de Dezembro de 2023).

Finalmente, assinala-se a realização de três Festivais Nacionais de Cultura (FENACULT), em 1989, 2014 e 2022.

4.7. Desporto

No domínio do desporto, após a proclamação da independência, assinala-se a criação do Movimento Associativo na Área do Desporto em 1979 e o estabelecimento de programas como o do Desporto de Rua, do Desporto Escolar e do Desporto Federado, que não só incentivaram a prática desportiva, mas também identificaram talentos nas escolas e nas comunidades, principalmente após a criação das primeiras Federações desportivas nacionais, em Março de 1979.

Na década de 1980, Angola começou a investir no desenvolvimento do basquetebol, que rapidamente se tornou uma das modalidades desportivas mais populares do país. Angola é uma das principais potências em África, com a conquista do 10.º título continental no Afrobasket da Líbia (2009) e a conquista do Afrobasket da Costa do Marfim (2013).

Foram também objecto de investimento e de sucesso, o andebol feminino, com a conquista do Campeonato Africano em 2008, 2010, 2012, 2016, 2018, 2021 e 2022, tornando-se a selecção mais vitoriosa da história da competição, com 15 títulos africanos; no hóquei em patins, com a organização do Campeonato Mundial em 2013; no futebol, com a participação no CAN de 1996 e 2013, a Taça COSAFA, conquistada em 2011, e a qualificação para o Campeonato do Mundo de 2006 (Alemanha); no atletismo, com uma medalha de Ouro e uma medalha de Bronze nos Jogos Paralímpicos de Verão (2012).

O Desporto para deficientes em Angola data de 1994, quando se deu início ao projecto de fomento desta actividade no seio de cidadãos com deficiências, por intermédio do Núcleo de apoio aos Mutilados de Guerra para actividades desportivas e recreativas.

Angola já esteve presente em oito edições de Jogos Paralímpicos, maioritariamente com subidas ao pódio, em Atlanta (1996), Sidney (2000), Atenas (2004), Beijing (2008), Londres (2012), Rio de Janeiro (2016), Tóquio (2020) e Paris 2024.

Foi em Atenas onde o País notabilizou-se com a conquista de três medalhas de ouro e respectivos recordes nos 100, 200 e 400 metros, por intermédio do velocista, José Sayovo.

Ao nível da natação foram conquistadas, entre outras, duas medalhas de ouro, além de participações com mérito em basquetebol em cadeira de rodas em torneios internacionais e campeonatos africanos.

O futebol com muleta foi medalha de bronze no Campeonato Africano (CAN), disputado em 2008 na Libéria, e em 2011, no Ghana.

Conquistou a medalha de prata no CAN decorrido no Quénia, em 2013. Em 2019 medalha de ouro, prova disputada em Benguela (Angola) e em 2021 medalha de bronze, na Tanzânia Em termos de Campeonatos do Mundo, Angola foi vice-

campeã em 2014, no México, depois campeã em 2018, também no México, e vice-campeã recentemente na Turquia.

Fruto dos resultados, o desporto adaptado ter assumido protagonismo, merecendo, por isso, uma grande atenção por parte do Governo Angolano, liderado pelo Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, onde podemos destacar como grande vitória a construção de raiz do Centro polivalente desportivo "José Sayovo Armando" na província do Bengo o que contribuirá substancialmente para o aumento da melhoria do rendimento desportivo e de qualidade de vida dos praticantes.

4.8. Promoção da Cidadania Participativa e do Desenvolvimento Local

O Executivo, suportado pelo MPLA, tem pugnado por adoptar medidas que promovam a participação do cidadão na gestão da coisa pública. Neste domínio foi aprovada a Lei n.º 7/16, de 1 de Junho - Lei Orgânica sobre a Organização e o Funcionamento das Comissões de Moradores - a qual permitiu a constituição e registo de mais de 18 mil comissões de moradores e mais de 5 mil conselhos de moradores em todo o país.

De igual modo foi instituído o orçamento participativo por via do Decreto Presidencial n.º 235/19 de 22 de Julho - Regulamento do Orçamento Participativo - e do Decreto Presidencial n.º 234/19 de 22 de Julho - Fixa o valor anual de Kz. 25. 000.000,00 (vinte e cinco milhões de kwanzas) como orçamento do munícipe. Deste modo, o orçamento participativo apresenta-se em duas dimensões: 1. Orçamento participado da Administração Municipal (que resulta da realização dos fóruns municipais de recolha de contribuições para a elaboração das propostas de orçamentos das administrações municipais); e 2. Orçamento dos munícipes que se traduz na verba no valor de Kz. 25. 000.000,00 00 (vinte e cinco milhões de kwanzas) atribuído a cada município cuja gestão é assegurada por um Comité Técnico de Gestão constituído por membros das Comissões e Conselhos de Moradores e representantes da Administração Local.

No quadro das medidas de promoção do desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País, foi aprovado o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), o qual conta com um total de 2 559 projectos inscritos, sendo 2 102 PIP e 309 DAD. Estão concluídos mais de 1 235 projectos e existem mais de 550 projectos com níveis de execução física entre 70% e 90%. O PIIM teve um impacto positivo na vida dos cidadãos pelo aumento de mais de 1000 camas no sistema nacional de saúde, mais de 994 salas de aulas, além da melhoria das vias de comunicação e da construção de outros empreendimentos económicos e sociais.

5. A FORMACÃO DE QUADROS E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

A formação de quadros e valorização do capital humano em Angola evoluíram significativamente desde 1975, com avanços importantes em educação e capacitação profissional. Esse processo teve fases distintas, marcadas pelas necessidades de reconstrução, diversificação económica e integração global. A formação de quadros continua a ser uma prioridade para Angola, com esforços contínuos para capacitar a população, diversificar a economia e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A valorização do capital humano é central para o futuro de Angola, sendo um factor chave para enfrentar desafios e garantir o crescimento económico e social de longo prazo

A formação de quadros e a valorização do capital humano em Angola, desde 1975 até 2024, foram centrais para o desenvolvimento do país, especialmente considerando o impacto das guerras, a fuga de quadros e a necessidade de reconstrução pós-independência.

5.1. Da Independência aos Nossos Dias

No âmbito das Políticas do Executivo, foi aprovada pela Assembleia do Povo, a **Lei n.º 21-A/92, de 28 de Agosto, Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional**, a qual enquadra-se nas orientações emanadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objectivo principal era o de assegurar a formação profissional dos trabalhadores angolanos.

Durante este período foram inscritos **47 200 cidadãos,** dos quais **46 794 matriculados,** sendo **39 225 Aptos**, **4 126 não aptos** e **3443 desistentes**. Para responder a este desiderato a formação Profissional contou com a capacidade Institucional de **214 Centros de Formação Profissional** a nível nacional, dos quais **170 Privados**, **25 tutelados pelo INEFOP** e **19 sob tutela de outros organismos**.

No domínio da Cooperação e Reforço de Capacidades Técnicas e Institucionais, foram rubricados e implementados projectos e programas de formação, tais como:

a. **IFESH/EUA:** Projecto de Formação de Mão-de-Obra e Reabilitação do Centro de Formação Profissional do Cuanza Norte, financiado pelo Banco Mundial;

b. **ITALCONSULT/Itália:** Projecto de elaboração de Programas e Planos Curriculares para as especialidades do INEFOP, financiado pela Itália;

c. **Projecto IED/Portugal:** Visa a Formação Inicial de Formandos, bem como a Formação Pedagógica Inicial e Contínua de Formadores em Luanda e no Huambo, com início em 1995.

No período em referência, a formação profissional foi marcada pela crescente procura formativa, tendo sido **inscritos 193 639 cidadãos**, dos quais **167 512 matriculados**, **147 453 aptos**, **9 566 não aptos** e **10 493 desistentes**. Porém, suportada por uma capacidade formativa Institucional de **388 Centros de Formação Profissional** a nível nacional, sendo **281 Privados**, **86 tutelados pelo INEFOP** e **21 por outros organismos**.

Considerando a necessidade de clarificar as profissões em Angola, por via do **Decreto Conjunto n.º 31/03, de 24 de Junho**, do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e do Planeamento, é aprovado o **Classificador das Profissões de Angola**.

Ainda neste período, foram criados vários serviços inerentes ao INEFOP, nomeadamente:

a. **Decreto Executivo n.º 37/05, de 14 de Março**, que cria o Centro de Formação de Formadores, abreviadamente designado por CENFFOR;
b. **Decreto Executivo n.º 68/08, de 20 de Maio**, aprova o paradigma da orgânica dos serviços executivos indirectos do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional – INEFOP;
c. Criação do Centro Integrado de Formação Tecnológica, abreviadamente designado por CINFOTEC por via do **Decreto Executivo n.º 237/08, de 06 de Outubro;**
d. Criação dos Centros de Formação Profissional de âmbito Provincial e aprovação dos respectivos estatutos orgânicos, através do **Decreto Executivo n.º 306/08, de 28 de Outubro**;
e. Criação do Centro de Formação de Construção Civil, abreviadamente designado por CENFOC e aprovação do seu estatuto orgânico, por via do **Decreto Executivo n.º 307/08, de 28 Outubro;**
f. Criação dos Centros de Formação Profissional do âmbito municipal e aprovação dos seus estatutos orgânico, através do **Decreto n.º 308/08, de 29 de Outubro**; e
g. Criação dos Pavilhões de Artes e Ofícios e aprovação dos seus estatutos orgânicos, por via do **Decreto Executivo n.º 309/08, de 29 de Outubro.**

6. DIPLOMACIA ANGOLANA SOB LIDERANÇA DO MPLA

6.1. Antecedentes da Política Externa de Angola

Ao longo da gloriosa trajectória de lutas e conquistas do povo angolano, a diplomacia liderada pelo MPLA assumiu, em todas as etapas, uma posição de vanguarda, sendo fiel da balança, em relação à actuação dos seus competidores.

A diplomacia do MPLA-Movimento

Legitimado pela Resolução 1514/60, de 14 de Dezembro, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que consagrou o princípio da autodeterminação dos povos,

o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) concebeu uma estratégia de luta que combinou as acções armadas no interior do País e uma intensa actividade diplomática, que permitiu a divulgação do suplício e toda a repressão colonial que Portugal submetera o povo angolano, mobilizar meio para o acolhimento e assistência aos refugiados e estabelecer alianças políticas com outros povos amantes e defensores da causa anticolonial.

As alianças da era da luta de libertação nacional

À margem da 2ª Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunes, em 1960, o MPLA, ao lado do PAIGC, criaram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), a que acabaram por aderir os principais movimentos de libertação dos PALOP, como é o caso da FRELIMO.

A CONCP constituiu uma plataforma conjunta de luta, que colocou o MPLA num patamar superior, em relação a outros actores internos que nunca conseguiram construir uma agenda comum anticolonial com as demais colónias portuguesas em África, limitando o seu raio de intervenção diplomática, por isso.

Em termos de alianças, importa fazer nota de uma união interna que viria a revelar-se muito importante no quadro da orientação ideológica marxista-leninista, na formação de quadros e na actividade diplomática. Referimo-nos da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA).

Fundada a 16 de Abril de 1960, em Leopoldville (Kinshasa), por trabalhadores angolanos aí exilados, tais como Pascoal Luvualu, Emílio Mbidi, Dombele Mbala Bernardo, Pedro Fernando Mavunza, Adolfo Nsikalangu, Pedro Massala e outros, a UNTA, incorporada no seio das Organizações de Massa do MPLA, serviu de veículo para a formação de jovens angolanos na antiga República Democrática da Alemanha e boa parte dos seus quadros tornaram-se em notáveis diplomatas na Angola independente, a começar pelo então Líder, Pascoal Luvualu, que exerceu funções de Secretário para as Relações Exteriores do Partido e Embaixador Itinerante.

A rede diplomática do MPLA nos países de exílio

No quadro da sua estratégia de luta, o MPLA construiu uma extensa rede de representações no estrangeiro. Lá onde estiveram exilados, os dirigentes do MPLA nunca regatearam esforços para defender os ideais de luta do nosso povo. Frentes diplomáticas como Argélia, Guiné Conacry, Brazzaville, Tanzânia, Egipto, BENELUX, Países Escandinavos e tantos outros, serviram de santuários da diplomacia do Movimento, quer pela acção directa do Guia Imortal da Revolução Angolana, Camarada Presidente António Agostinho Neto, quer através dos quadros que o Movimento tinha, espalhados pelos diversos pontos.

A audiência Papal com o Papa Paulo VI e sua repercussão diplomática

Fruto da já aludida cooperação entre os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas em África, enquadradas na CONCP, desenvolveu um trabalho diplomático com segmentos de esquerda da Itália, do qual resultou na audiência Papal que o Papa Paulo VI concedeu, no dia 1 de Julho de 1970, aos nacionalistas António Agostinho Neto (MPLA), Amílcar Lopes Cabral (PAIGC) e Marcelino dos Santos (FRELIMO). Tratou-se de uma vitória diplomática que abanou os alicerces do império colonial e azedou as relações entre Portugal e o

Estado do Vaticano, que soube interpretar os anseios dos povos das então colónias portuguesas pela sua emancipação.

A Revolução dos Cravos, a Transição para a Independência e a segunda vaga de alianças

A luta armada levada a cabo ao longo de 14 anos, levou à exaustão o regime fascista de Salazar e Caetano, dando lugar ao golpe de estado protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal, a 25 de Abril de 1974.

O 25 de Abril criou premissas para a democratização de Portugal e o início do processo de descolonização dos territórios ainda sob jugo, em África, excepto a Guiné Bissau cuja independência antecedeu a Revolução de Abril.

Tendo em conta o contexto da época e o facto de a luta de libertação em Angola ter se desenrolado num quadro antagónico, a diplomacia foi chamada para a busca de alianças. Nesse sentido, o MPLA, fiel à sua orientação ideológica, buscou apoios da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de Cuba e de alguns Estados Africanos como a Guiné Conacry, Guiné Bissau, conservando, naturalmente as alianças já consolidadas. O desfecho do processo e o triunfo do MPLA demonstraram que a frente diplomática jogou um papel vital para o curso vitorioso.

6.2. A Conquista da Independência Nacional e a Batalha Diplomática pelo Reconhecimento Internacional

Proclamada a Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975, pelo saudoso Presidente António Agostinho Neto, seguir-se-ia um trabalho diplomático inexcedível para o reconhecimento da nova nação, dado que os adversários internos proferiram declarações de independência, como resultado do postulado do Acordo de Alvor de 15 de Janeiro do mesmo ano.

O reconhecimento pelos Estados

Face ao quadro de disputa, o primeiro reconhecimento da Independência Nacional de Angola por parte do Governo da República Federal do Brasil, então liderado pelo Presidente Ernesto Geisel, cuja decisão resultou do trabalho diplomático desenvolvido pelo MPLA junto do seu representante no terreno, no quadro do Governo de Transição, o diplomata brasileiro Ovídio de Andrade Melo.

Seguiram-se outros reconhecimentos de países amigos de todos os quadrantes, reforçando a legitimidade internacional da República Popular de Angola e, acto contínuo, a instalação de chancelarias estrangeiras no país.

Admissão na OUA

Obtido largo reconhecimento a nível bilateral, impunha-se a necessidade de o país ser admitido na maior organização continental, a Organização de Unidade Africana (OUA). Mas tal demandava um trabalho diplomático profundo, considerando o facto de a referida organização ter tido o precedente de reconhecer o maior competidor interno, há sensivelmente dez anos.

Naquela altura, todos os contactos eram preciosos. Um desses contactos foi o cidadão congolês Pierre Victor Mpoyo, que facilitou o contacto com o Governo da Nigéria, liderado pelo Presidente Mutala Mohammed, que viria a prestar um apoio diplomático extraordinário, tendo fornecido guarida a mercenários capturados pelas, FAPLA, o apoio financeiro, veículos protocolares, a primeira aeronave militar, bem como exerceu influência na renhida disputa pelo reconhecimento na OUA, cuja primeira votação saldou-se num empate a 22 votos.

A diplomacia angolana prosseguiu o trabalho até que, a 12 de Fevereiro de 1976, o país foi admitido na OUA, como 47º Estado, ocasião que serviu para o Eng.º José Eduardo dos Santos, à data, Ministro das Relações Exteriores, proferiu o discurso histórico de admissão, exaltando as virtudes da Revolução levada a cabo pelo MPLA, vanguarda da luta do povo angolano em prol do fim da opressão colonial.

Admissão na ONU

A admissão na ONU, como 146º Estado, em contexto da guerra fria, exigiu um aturado trabalho diplomático, tendo em conta os alinhamentos ideológicos do contexto, tendo havido mesmo veto, inicialmente. Mas, depois na votação no Conselho de Segurança os EUA abstiveram e a República da China não participou. Apesar disso, a história estava a ser escrita com letras de ouro e o mundo testemunharia, no dia 1 de Dezembro de 1976, o Eng.º. José Eduardo dos Santos, já na condição de Primeiro Vice-Primeiro Ministro, a discursar, *urbi et orbi*, em nome da República Popular de Angola, numa das mais relevantes vitórias diplomáticas da nossa história.

6.3. A Construção dos Fundamentos Doutrinários da Política Externa de Angola

Conquistada a Independência Nacional, impunha-se a necessidade de se ajustar o pensamento diplomático, do contexto da acção diplomática da luta de libertação nacional para uma diplomacia de estado.

As linhas da 3ª Reunião Metodológica do Comité Central do MPLA no domínio da Política Externa

Assim, para o efeito, e no âmbito da preparação do I Congresso, realizou-se a III Reunião Metodológica do Comité Central do MPLA, de 23 a 29 de Outubro de 1976, onde se definiram os seguintes princípios da Política Externa da nova nação e que foram ratificados no I Congresso do MPLA:

a) Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base do respeito mútuo pela soberania nacional e pela integridade territorial, não-agressão e não ingerência nas questões internas, igualdade e reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica entre os Estados;

b) Respeito pelos princípios das Cartas da ONU e da OUA;

c) Salvaguarda da independência política e da opção socialista;

d) Política de Não-alinhamento em relação aos blocos militares constituídos no mundo, baseando a acção no seio do Movimento dos países não alinhados, no reforço da sua orientação anticolonialista e anti-imperialista pela paz, liberdade e independência dos povos pelo progresso social;

e) Rejeição de todos os compromissos internacionais em nome de Angola pelo governo colonial português ou sua revogação à luz da legislação vigente na República Popular de Angola;

f) Interdição de bases militares estrangeira no solo nacional;

g) Protecção dos angolanos no estrangeiro e os seus respectivos interesses;

h) Reforço dos laços de amizade e colaboração com a comunidade socialista e com as comunidades anti-imperialistas de todos os continentes;

i) Diversificação da cooperação económica e técnico-científica;

j) Apoio à criação de uma nova ordem económica dos países subdesenvolvidos em relação aos países capitalistas desenvolvidos;

k) Manutenção do espírito tradicional de unidade e luta contra o imperialismo e o neocolonialismo entre as ex-colónias portuguesas e reforço dos laços de amizade, de solidariedade militante e de cooperação multiforme entre os respectivos Estados;

l) Solidariedade militante para com os povos oprimidos, para com os movimentos de libertação nacional e apoio à luta armada conduzida pelos mesmos para reconquista dos seus direitos;

m) Solidariedade contra a luta dos trabalhadores de todo o mundo na base do internacionalismo proletário;

n) Relação de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola. Por último e como forma de fazer vincar a soberania, não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, sem prejuízo da participação, no quadro das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção de paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança colectiva.

Da Teoria à Prática: A Primeira Reunião de Embaixadores

Terminado o Congresso, alguns meses depois, isso de 14 a 16 de Agosto de 1978, o Camarada Presidente Agostinho Neto convocou e presidiu a primeira reunião de embaixadores, na Fazenda da Companhia Agrícola do Amboim (CADA), Kwanza Sul, para operacionalizar as decisões tomadas no domínio da diplomacia.

De entre os diplomatas que participaram da referida reunião, citam-se os nomes de Paulo Teixeira Jorge (Ministro das Relações Exteriores), Venâncio de Moura, Pascoal Luvualu, Dombele Mbala Bernardo, Elísio de Figueiredo, João Filipe Martins, Adriano Sebastião, Alberto Neto, Maria de Jesus Haller, Miguel Neto, André Miranda, Mawete João Baptista, Carlos Fernandes, Joaquim Augusto de Lemos, Luís de Almeida e outros que constituíram o primeiro núcleo de diplomatas da República.

Seguiu-se a acreditação dos primeiros diplomatas no estrangeiro, sendo: Elísio de Figueiredo (ONU), Luís de Almeida (OUA), Venâncio de Moura (Itália), João Filipe Martins (Jugoslávia), Joaquim Augusto de Lemos (Egipto), Miguel Neto (Nigéria), Dombele Mbala Bernardo (Congo-Brazzaville), Mawete João Baptista (Cuba), Adriano Sebastião (Portugal), rede diplomática e consular que foi sendo alargada com o tempo.

6.4. A Diplomacia Angolana no Contexto da Guerra Fria

A guerra fria influenciou a arquitectura do sistema internacional do pós-segunda guerra mundial, paradigma que caracterizou a fase da proclamação da Independência Nacional. Angola assumiu o não-alinhamento, mas não deixou de ser vítima do contexto, com as superpotências fortemente empenhadas em expandir a sua influência política global, o que impactou na diplomacia angolana.

A questão ideológica na construção do pensamento diplomático angolano

Face ao panorama político internacional, a orientação política procurou diversificar a cooperação, dando, contudo, primazia, aos países de orientação socialista, por razões de convergência ideológica.

Pelas mesmas razões, com excepção do Congo Brazzaville, Angola encontrava-se de alguma forma asfixiada pelos alinhamentos dos países limítrofes, como a Zâmbia e o Zaíre engajados com o ocidente e em apoio à rebelião interna e a fronteira sul, para além da invasão, tinha a África do Sul, por conta da ocupação ilegal do seu território pelo Governo do Apartheid.

Com bastante sabedoria, o Camarada Presidente Agostinho Neto trabalhou para a normalização das relações com os países vizinhos, o que veio a efectivar-se, com o encontro exploratório com o Presidente Mobutu, a 26 de Fevereiro de 1976, seguido da troca de visitas em 1978, ocasião que permitiu a normalização das relações. Com a Zâmbia também desenvolveu-se o mesmo trabalho, o que assegurou a mudança de posicionamento do Presidente Kenneth David Kaunda.

O trabalho diplomático para a formação massiva de quadros nacionais no estrangeiro e no país

Quando se faz alusão ao trabalho da diplomacia, raramente se olha para a sua intervenção na formação de quadros nacionais. É importante notar que todo o envio de bolseiros foi antecedido de uma negociação e assinatura de um acordo de cooperação.

A saída dos cidadãos portugueses gerou uma completa sangria de quadros, o que fez com que a formação massiva de quadros fosse colocada no topo das prioridades da acção governativa. Ante o desafio do momento, a diplomacia colocou-se em campo e foram obtidos acordos que permitiram o envio de milhares de jovens de todos os estratos sociais e origens para bolsas de estudo no estrangeiro, sobretudo nos países socialistas. Paralelamente a isso, os mesmos acordos permitiram a vinda à Angola de professores e especialistas dos referidos Estados que passaram a leccionar nas instituições de ensino nacionais. Muitos dos referidos quadros cooperantes acabaram por adoptar Angola como sua segunda pátria, cumprindo aqui toda a sua carreira profissional.

De referir que, no âmbito da referida estratégia, tivemos também Estados africanos que ofereceram bolsas de estudo, como são os casos da Nigéria, Ghana e Argélia.

A Emenda Clark e a sua Revogação

Em 1975, por altura da entrada do Governo de Transição que resultou dos Acordos de Alvor, a Agência Central de Inteligência (CIA) resolveu levar acabo uma operação secreta de apoio aos adversários internos do MPLA, operação que tomou a designação de IA Feature, numa altura em que as SADF do apartheid deram início à Operação Savana.

Contudo, o IA Feature vai desenrolar-se num momento em que a política interna dos EUA é abalada por dois grandes acontecimentos: a derrota no Vietname e o escândalo Watergate. Perante um contexto de profundo choque para o orgulho americano, Dick Clark, Senador Democrata, resolveu propor a aprovação de uma emenda para proibir o apoio dos EUA aos contendores da guerra civil em Angola. A referida emenda entrou em vigor em Janeiro de 1976.

Apesar de alguma relutância de Henry Kissinger, Secretário de Estado Americano, na época, a Emenda vigorou até ser revogada por Ronald Reagan, o republicano que chegou à Presidência dos EUA, em Janeiro de 1981. O levantamento da emenda deu-se logo no início do seu segundo mandato, passando a apoio o grupo rebelde que combatia contra o Governo da República Popular de Angola, liderado pelo MPLA.

Para além do apoio político-diplomático, Reagan recebeu Savimbi na Casa Branca, em Janeiro de 1986, a quem ofereceu os Mísseis Stinger, para intensificar a guerra civil, o que de facto aconteceu. Mesmo assim, os Stinger dos EUA e os Olifant e Panhard da África do Sul não resistiram ao heroísmo dos bravos combatentes das Forças Popular de Libertação de Angola (FAPLA), tendo sofrido uma derrota histórica na Batalha do Cuito Cuanavale, cujo desfecho deu-se a 23 de Março de 1988.

Para cimentar a memória dos povos da África Austral e honrar o sangue dos bravos combatentes angolanos que pagaram com a própria a vida, a defesa do solo pátrio, a diplomacia angolana trabalhou para o reconhecimento deste feito histórico até que, na 38ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada a 17 de Agosto de 2018, tomou-se a decisão de, doravante, o 23 de Março, ser o Dia de Libertação da África Austral, o que efectivamente vem acontecendo de lá para cá, sendo mais uma assinalável vitória da diplomacia angolana.

As invasões estrangeiras e a diplomacia activa para o isolamento do regime do Apartheid

Angola foi vítima das agendas hegemónicas das grandes potências. O Governo liderado pelo MPLA teve que fazer frente a Sul das invasões das forças de apartheid, que realizaram várias operações, efectuaram vários bombardeamentos que massacraram civis indefesos e ocupou largas parcelas do território nacional.

A Norte, o país foi invadido pelas Forças Armadas do Zaíre (FAZ), apoiadas por mercenários de várias nacionalidades. Estes, capturados, foram exibidos

perante a Comunidade Internacional, desmascarando todas as forças que, violando os mais elementares princípios do direito internacional, agrediam o nosso país.

Angola e a Fundação da Linha da Frente

Face ao factor perturbador da paz regional na África Austral que constituía a aliança entre os Regimes do Apartheid, na África do Sul e o de Iam Smith, na Rodésia do Sul (Zimbabwe), em Abril de 1977, cinco líderes da região, nomeadamente: António Agostinho Neto (Angola), Julius Kambarage Nyerere (Tanzânia), Kenneth David Kaunda (Zâmbia), Samora Moisés Machel (Moçambique) e Seretse Khama (Botswana), reuniram em Lusaka e constituíram a linha da frente, uma plataforma política comum para a luta contra os aludidos regimes racistas e colonialistas, esperando, com isso, conseguir a libertação de Nelson Mandela e outros prisioneiros, as independências do Zimbabwe e da Namíbia, o fim do Apartheid e a pacificação completa da África Austral.

Com a Linha da Frente, Angola participava no processo de integração regional na parte sul de África, pois, é a mesma iniciativa que na Conferência de Lusaka, de 1 de Abril de 1981, transformou-se em Comunidade de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e, com o cumprimento dos objectivos mínimos da referida organização, em Agosto de 1992, em Windhoek, a Organização tomou a decisão de se transformar em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ganhando a morfologia actual, com a inclusão da Namíbia e da África do Sul.

A solidariedade para com os povos oprimidos

Por ocasião do Discurso de Proclamação da Independência, o Camarada Presidente Neto dissera que “no Zimbabwe, na Namíbia e na África do Sul está a continuação da nossa luta”. Fiel à tradição africana e ao princípio da OUA, segundo o qual, nenhum Estado poderia sentir-se completamente livre, enquanto houvessem povos africanos sob jugo colonial, Angola encarnou a solidariedade como um princípio sacrossanto e intemporal da sua política externa, tal como está outorgado na letra do ANGOLA AVANTE, o Hino Nacional.

A solidariedade aos povos dos três Estados na região fez com que o povo angolano consentisse imenso sacrifício. Mas nunca resignamos, fossem quais os sacrifícios. Aliás, esse valor não se esgota na sub-região. Angola continua ao lado dos povos da República Árabe Sarauí Democrática, Cuba e da Palestina. Prestou apoio total à causa do povo timorense, enquanto esteve sob ocupação da Indonésia.

6.5. A Diplomacia Angolana em Contexto de Guerra Civil

A diplomacia angolana nasceu, cresceu e consolidou-se num contexto de guerras constantes, o que a tornou resiliente, tenaz e robusta. Tendo superado todos os obstáculos que se puseram a sua frente.

A luta diplomática pela defesa da independência, da soberania e da integridade territorial

Em contexto de guerra fria e da guerra civil, a diplomacia de estado teve que actuar, desafiada e contrariada por agentes da subversão armada, que encontravam acolhimento em algumas capitais africanas, europeias e americanas. Era preciso fazer prevalecer a vontade de Estado, nos marcos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, impedindo todas as tentativas de uma diplomacia paralela.

O apoio militar de que Angola beneficiou, legitimado pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, enquanto Estado Soberano de pleno direito, foi sempre objecto de chantagem. A concretização da Resolução 435/78, de 29 de Setembro, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU sobre a Independência da Namíbia, foi sucessivamente adiada, por causa da política de linkage das várias administrações americanas.

Os Acordos de Nova Iorque

Derrotada no Cuito Cuanavale e com os EUA focados no dossier soviético, não restou outra alternativa ao regime do Apartheid que não fosse a negociação de um acordo que viria abrir caminho à libertação de Nelson Mandela, o fim do Apartheid e a Independência da Namíbia. Uma vez que as SADF retiravam-se de Angola, libertaram Mandela, poriam fim ao Apartheid e aceitavam a Independência da Namíbia, criaram-se as premissas para o Governo de Angola dispensar as forças militares de Cuba.

Tal quadro demandou aturadas negociações que deram lugar à assinatura dos Acordos Tripartidos de Nova Iorque, a 22 de Dezembro de 1988, entre a Angola (representada pelo Ministro das Relações Exteriores, Afonso Van-Dúnem Mbinda), África do Sul (representada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Pick Botha) e Cuba (representada pelo Ministro das Relações Exteriores, Idoro Malmierca).

Como se pode constatar, os Acordos de Nova Iorque resultaram de negociações entre Estados, não tendo havido presença das forças subversivas que combatiam o Governo angolano, coligadas ao regime racista do Apartheid.

A implementação dos referidos Acordos deu início, em Janeiro do ano seguinte (1989), o roteiro para Independência da Namíbia, cujo comité designado pela ONU sob liderança do diplomata finlandês, Martti Ahtissaari (Prémio Nobel da Paz), que culminou com a sua efectivação, a 21 de Março de 1990, em que a SWAPO e o Presidente Sam Nujoma assumiram, finalmente, os destinos da governação daquele país do sul de Angola, constituindo mais uma vitória das causas defendidas pela nossa política externa.

Não é demais dizer que, nas mesmas circunstâncias do roteiro dos Acordos de Nova Iorque, o Apartheid desapareceu, Mandela saiu da prisão e a África do Sul voltou ao convívio da Comunidade Internacional e tendo sido admitida na OUA.

Gbadolite. Uma oportunidade imprecisa

Apesar dos avanços obtidos para normalização do quadro político da sub-região, era importante trabalhar para acabar com a guerra civil. Por isso, o Camarada

Presidente José Eduardo dos Santos, engajou, mais uma vez, a diplomacia para a busca da paz. Esse exercício levou ao chamado Acordo de Gbadolite, 22 Junho de 1989.

Este Acordo, tratou-se de um ensaio de uma solução africana, sob bons ofícios do Presidente Mobutu Sese Seko, testemunhado por 18 Chefes de Estado e de Governo Africanos, mas que, para além do aperto de mão, pela primeira vez, entre o Camarada Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, pouco ou nada valeu, acabando por fracassar.

A acção diplomática para a negociação dos Acordos de Bicesse

Apesar do fracasso, a tentativa de Gbadolite deixou o precedente de que era possível buscar a paz através de negociações. Contudo, num quadro de guerra civil, era preciso empregar a diplomacia para encontrar pontes que pudessem facilitar os canais de diálogo.

Voltou-se à busca do maior objectivo da política externa angolana, que visava o termo da guerra e a consequente conquista da paz definitiva. Com contactos em várias capitais, finalmente, o Acordo de Bicesse foi assinado, sob mediação de Portugal, a 31 de Maio de 1991.

6.6. O Fim da Guerra Fria e a Reformulação da Doutrina Estratégica da Política Externa de Angola à Luz das Reformas Políticas Internas

O fim da guerra fria e a transformação operada na ordem interna, obrigaram à actualização da estratégia diplomática, pois a URSS tinha-se desmembrado acabado e o Governo da República de Angola, liderado pelo MPLA teve que adoptar o princípio da auto-ajuda para enfrentar os desafios da transformação da ordem mundial e da reconfiguração da matriz governativa.

Um dos exemplos da importância da reformulação da doutrina estratégica, com a abertura do país para a democracia multipartidária, tem a ver com o impulso que ganharam as relações com o Estado do Vaticano. Apesar de a Igreja Católica ter sido reconhecida formalmente pelo Governo da República Popular de Angola em 1987, ao lado de outras 11 denominações religiosas, tais como a Metodista, Kimbanguista, IEBA, IECA e outras, foi preciso esperar mais algum tempo para a abertura de Embaixada de Angola no Vaticano e a abertura da Nunciatura Apostólica em Angola. Na mesma perspectiva, tal abertura estimulou a vinda ao país dos Papas João Paulo II (1992) e Bento VI (2009), evento de grande impacto mediático e de prestígio, tempo em conta o simbolismo do poder papal a nível internacional

O retorno à guerra e a campanha diplomática para o isolamento diplomático do prevaricador

A recusa dos resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro de 1992 por parte da UNITA, voltaram a mergulhar o país em guerra, desta vez, mais cruel. Era uma luta desigual e completamente injusta, pois as FAPLA tinham sido extintas, as FAA estavam em fase embrionária e com forças oriundas dos rebeldes no seu seio. Restou o apoio do povo e a legitimidade internacional, pois as eleições

tinham sido reconhecidas por toda a Comunidade Internacional como democráticas, livres, justas e transparentes.

Savimbi guardara um exército altamente equipado, sob o olhar dos Capacetes Azuis da ONU, mas não soube ler a reconfiguração geopolítica mundial. O Apartheid tinha terminado, a guerra fria, também. Não teria argumentos para mobilizar apoio internacional relevante.

Mas não bastaria a constatação, era preciso trabalho diplomático para que a voz do Governo Angolano fosse ouvida. Venâncio de Moura, que assumira a liderança do Ministério das Relações Exteriores do Governo saído das eleições, e demais diplomatas, sob orientação do Camarada Presidente José Eduardo dos Santos, trabalharam, logrando a aprovação de uma considerável lista de sanções contra a UNITA e seus dirigentes, o que causou o seu isolamento progressivo.

Para a efectiva monitorização das sanções, a ONU designou o diplomata canadiano, Robert Fowler, que reportava regularmente ao Secretário Geral das Nações Unidas, cabendo à diplomacia angolana, o relato de todas as situações anómalas que fossem registadas no quadro do cumprimento das mesmas.

A intensa actividade diplomática que conduziu ao reconhecimento de Angola por parte dos EUA

Com o fim da guerra fria e a implementação de reformas políticas em Angola, que levaram à realização de eleições democráticas, livres, justas e transparentes, supervisionadas pelas Nações Unidas, a diplomacia angolana concebeu uma estratégia para normalizar as relações com os EUA, pois não restavam argumentos para manter o status quo vigente.

A estratégia de aproximação consistiu na acreditação do diplomata angolano José Patrício, junto da Organização dos Estados Americanos (OEA) que desenvolveu com brio a missão que a si foi confiada e, acto contínuo, a 19 de Maio de 1993, o Governo dos EUA, liderado pelo democrata Bill Clinton, reconhecia Angola, pondo fim a 18 anos de um certo paradoxo, pois, por pressão da Nigéria, as petrolíferas americanas retomaram a produção em Angola, em 1976, mas as relações políticas tiveram de aguardar por quase duas décadas.

A reconquista da paz e os desafios diplomáticos de apoio à reconstrução nacional

Conquistada a paz definitiva, o país estava completamente reduzido a escombros em grande parte das cidades e vilas, estradas e pontes completamente partidas, com a população refugiada ou deslocada e os campos, completamente minados. A primeira visão focou-se no apelo aos países ocidentais para concretizarem os apoios previstos na Conferência Internacional de Doadores, realizada em Bruxelas, mas cujos valores mantiveram-se cativos, por conta do reacender da guerra.

Perante o descaso dos Estados do Ocidente, o Governo tomou a decisão de buscar parcerias a nível bilateral. É nesse quadro que se conseguiu o Acordo com a República Popular da China, que contribuiu largamente para a rápida reconstrução nacional, apagando as amargas marcas da guerra.

As Parcerias diplomáticas da República de Angola

Na perspectiva de reforçar a cooperação com determinados Estados. A diplomacia angolana vem trabalhando para o estabelecimento de parcerias estratégicas. Entretanto, algumas delas decorrem da legitimidade histórica, não se resumindo ao volume de negócios com a República de Angola.

Neste sentido, importa destacar as parcerias estratégicas com a China, EUA, Brasil, Rússia, França, Portugal e Cuba. A este leque de Estados, o país vem agregando actores relevantes da economia mundial, tais como Itália, Alemanha, Índia, Espanha, este último que, em alguns indicadores comerciais, já supera Portugal, cujo sinal mais evidente, para além da troca de visitas de alto nível, foi a singular deslocação à Angola dos Reis de Espanha, em Fevereiro de 2023.

Mas o alargamento das parcerias estratégias tende a incluir todos os Estados do G20. No conjunto das parcerias cujo estreitamento dos laços de cooperação se verifica com maior intensidade, podemos citar a Turquia e Estados da Península Arábica (Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Qatar).

6.7. O Contributo da Diplomacia no Quadro da Agenda da Reconciliação Nacional

No quadro das várias etapas do processo político interno, há uma dimensão da diplomacia angolana que passa ao lado dos estudiosos, analistas e dos decisores políticos. A inserção de antigos opositores políticos na diplomacia, no quadro da política de reconciliação nacional.

No quadro da política de clemência

Por altura da Política de Clemência, quadros oriundos da FNLA que aderiram à agenda de reconciliação nacional foram acolhidos no quadro diplomático, como são os casos de Johnny Pinnock Eduardo, Hendrick Vaal Neto e outros.

Enquadramento de políticos que aderiram à agenda para a paz

Em 1992, os militantes da UNITA que se opuseram à agenda belicista de Savimbi, alguns deles foram inseridos na actividade diplomática, como são os casos de Miguel Maria Nzau Puna, Tony da Costa Fernandes, Georges Rebelo Pinto Chikoti, Manuel Adão Domingos e outros.

Os diplomatas do GURN

O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) que resultou da implementação do Protocolo de Lusaka, também deu lugar à integração de diplomatas, como é o caso da actual Embaixadora de Angola no Gabão Lizeth Satumbo Pena e muitos outros.

Importa dizer que, no quadro do Acordo de Paz assinado em Agosto de 2006 entre o Governo Angolano e o Fórum Cabindês para o Diálogo, foram inseridos também quadros na actividade diplomática oriundos das várias alas da FLEC.

6.8. Angola e a Diplomacia Multilateral

A admissão na OUA e na ONU gerou direitos e obrigações que o Estado cumpriu ao longo do tempo de forma exemplar.

Inserção de Angola nas Organizações Sub-Regionais

Angola é Membro de Pleno Direito da SADC, CEEAC, CIRGL, Comissão do Golfo da Guiné (CGG), CPLP, Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico (OEACP) [15] e recentemente conquistou o estatuto de Membro Observador junto da Organização Internacional da Francofonia (OIF).

Angola na OUA/União Africana

A República de Angola é um dos seis principais contribuintes da União Africana. Actualmente cumpre o mandato de 1º Vice-Presidente do Bureau da Presidência, devendo assumir a Presidência Anual, pela primeira vez, a partir de Fevereiro de 2025, ano que coincide com a celebração dos 50 anos da Independência Nacional.

Por outro lado, desde o ano em curso, foi eleita e assumiu mandato de 2 anos no Conselho de Paz e Segurança da Organização, sendo a quarta vez que é eleita para o referido órgão.

Angola no Sistema das Nações Unidas

Enquanto Membro da ONU, Angola acolheu missões de paz da referida organização, no quadro do conflito militar vivido, as agências especializadas continuam a exercer trabalho relevante no país.

Importa igualmente sublinhar que a República de Angola foi eleita por duas ocasiões e cumpriu dois mandatos como Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2002-2004 e 2014-2016.

Inserção de Angola nos Organismos Multilaterais de Carácter Económico e Financeiro

Angola é Membro das Instituições de *Bretton Woods* (FMI e Banco Mundial), desde Setembro de 1989, como consequência das reformas económicas, desenvolvidas no quadro do Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), tendo, por isso, beneficiados de financiamentos e assistência técnica, quando precisou.

Em 2007, o país tomou a decisão de aderir à Organização dos Países Exportadores de Petróleo OPEP, por formas a participar dos processos de tomada de decisão sobre o sector. Fruto da referida qualidade, em 2009 assumiu a presidência rotativa da referida organização, factor que propiciou a participação do Camarada Presidente José Eduardo dos Santos na 35ª Cimeira do G8, realizada em Julho de 2009, em Àquila, Itália.

Contudo, considerando as limitações de quotas de produção impostas pela organização, o sector conheceu um certo desinvestimento, com reflexos na queda nacional de produção de petróleo, que por altura da entrada na OPEP

[15] Cuja a Presidência é exercida actualmente por Angola.

situava-se em cerca de 2 milhões de barris/dia e actualmente os números baixaram para metade, o que fez com que o país tomasse a decisão pragmática de sair da Organização.

6.9. A Diplomacia de Paz de Angola

A longa guerra civil e as várias tentativas para a conquista paz, legaram ao país lições preciosas que vem partilhando com os outros povos em situação de conflito.

Kimberley e o banimento dos diamantes de sangue

Ao longo de muitos anos, a abundância de recursos naturais constituiu factor catalisador para alimentar grupos rebeldes. Em Angola, Serra Leoa, Libéria, RDC e muitos outros países, os diamantes constituíram no meio mais fácil para alimentar guerras.

Para acabar com os diamantes de sangue, o governo angolano colocou a questão na agenda da ONU, tendo culminado com a aprovação do Mecanismo de Certificação de Diamantes, designado por Processo Kimberly.

A diplomacia angolana na região dos grandes lagos

A região dos grandes lagos é dos mais instáveis de África. Por isso, Angola vem dedicando especial atenção à geopolítica da referida zona, tendo participado da criação da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), cuja Presidência é actualmente exercida pelo Camarada Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço.

A RCA e o apoio diplomático de Angola

A República Centro Africana (RCA) conheceu um golpe de estado que depôs o então Presidente François Bozize, em 2013. Graças ao empenho diplomático de Angola que presidia a CIRGL, os rebeldes Anti-Balaka e Seleka deram lugar ao Governo de Transição, liderado por Catharine Samba Panza até a eleição do Presidente Faustin Archange Touadera. Contudo, terminada a Presidência de Angola na CIRGL, o país voltou a mergulhar numa nova guerra civil com a proliferação de vários grupos rebeldes, incluindo o retorno do presidente deposto em 2013, François Bozize.

Quando Angola reassumiu a Presidência da Organização, o Camarada Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço promoveu várias Mini-Cimeiras em Luanda e, em reconhecimento do notável trabalho, o Camarada Presidente foi convidado especial do Conselho de Segurança da ONU, na Sessão que debateu a situação política da RCA, no dia 23 de Junho de 2021.

Por outro lado, graças ao trabalho diplomático de Angola, foi levantado o embargo de armas que pesava sobre o governo do referido país e autorizado a comercializar diamantes, havendo um quadro político e de segurança muito melhor.

RDC uma questão permanente

A RDC vem contando com o apoio de Angola, nos vários ciclos de crise que vem enfrentado.

O desanuviamento da tensão entre Ruanda e Uganda

O Camarada Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço empenhou-se pessoalmente à normalização das relações entre o Ruanda e o Uganda, dando lugar à assinatura do Memorando de Luanda que criou premissa para a reabertura da fronteira de Katuna/Gatuna entre os dois vizinhos.

Participação da República de Angola na agenda para a paz da SADC

RDC, Zimbabwe, Lesotho e Moçambique

Angola integrou as Missão de Paz da SADC na RDC (ao lado do Zimbabwe e da Namíbia), do Lesotho e de Moçambique, no quadro das Forças em Estado de Alerta.

O Campeão para Paz e Reconciliação em África

Fruto dos vários engajamentos de Angola no sentido da pacificação do continente, da eliminação do terrorismo e dos golpes de estado, a União Africana elegeu o Camarada Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, na Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Malabo, Guiné-Equatorial, a 28 de Maio de 2022, Campeão para a Paz e Reconciliação em África.

A Bienal de Luanda para a Cultura de Paz e Não-Violência

A Bienal de Luanda é mais um instrumento de paz que as Nações Unidas e a União Africana confiaram à República de Angola, tendo sido realizadas 3 edições, estando, a quarta, prevista para o mês de Outubro de 2025.

6.10. Inserção de Quadros Angolanos nos Organismos Multilaterais

Ao longo dos 50 anos de governação, apesar dos números serem ainda insuficientes às ambições do país, tivemos quadros a ocupar funções relevantes a nível internacional, continental e regional.

A título de alguns exemplos, logo nos primeiros anos de Independência Nacional, o saudoso Dr. Fernando José Dias de França Van-Dúnem trabalhou na OUA. O Camarada Téte António, actual Ministro das Relações Exteriores, exerceu funções importantes no Gabinete do Presidente da Comissão da União Africana, no mandato de Jean Ping e depois exerceu funções de Embaixador da União Africana junto das Nações Unidas.

Temos ainda a referir o Camarada Luís Gomes Sambo que liderou o Bureau Regional Africano da Organização Mundial da Saúde (OMS);

Ao nível da União Africana temos ainda quadros com estatuto de Comissário: Eng.ª Josefa Sacko, a Dra. Maria Manuel que está na Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, o Dr. Wilson de Almeida Adão, o Dr. Pascoal Joaquim, entre outros. Na ONU, referências aos diplomatas Makisse Kinkela e Aguinaldo Baptista. Temos angolanos a liderarem a OEACP, a CIRGL e a

CEEAC, João Samuel Caholo, Georges Rebelo Pinto Chikoti e Gilberto Veríssimo, respectivamente.

6.11. Angola e os Desafios Diplomáticos do Presente e do Futuro

A diplomacia angolana prossegue o reforço do prestígio internacional e a busca de parcerias para o desenvolvimento económico sustentável do país nas suas múltiplas vertentes.

Diplomacia económica e a construção da prosperidade

A diplomacia económica que persegue três pilares, tal como sublinhado no Discurso sobre o Estado da Nação no dia 15 de Outubro de 2024, na Assembleia Nacional, proferido pelo Camarada Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, que consistem na captação do investimento directo estrangeiro, a identificação e exploração de mercados de exportação de produtos *Made in* Angola e a paulatina internacionalização das empresas nacionais, constitui a prioridade imediata da diplomacia angolana.

Internacionalização da cultura angolana, como instrumento de softpoweer

Temos ainda que sistematizar e estimular a exportação de produtos culturais nacionais para a construção do poder de influenciar outros povos para desenvolvam afectos pelos valores culturais angolanos. A dimensão da difusão dos valores nacionais no estrangeiro inclui o reforço do acompanhamento das comunidades angolanas no exterior.

Reforço da inserção de quadros nacionais nas organizações internacionais

A elevação da qualidade de ensino para que os quadros nacionais sejam mais competitivos é um objectivo que, uma vez alcançado vai contribuir de forma decisiva para o aumento de quadros nacionais nos organismos multilaterais.

Não sobram margem para dúvidas do grande sucesso do percurso diplomático da República de Angola, um país respeitado e honrado, sob liderança do MPLA, a vanguarda dos ideias do povo angolano.

Efectivamente, ao longo da trajectória diplomática é referência, Angola recebeu vários líderes mundiais que levaria tempo a citá-los, desde os 2 Papas referidos anteriormente e o Rei Filipe VI da Espanha, os Secretários Gerais da ONU (Boutros Boutros Ghali, Kofi Annan e Ban Ki-Moon), Fidel Castro, Nelson Mandela, Dmitri Medvedev, Luiz Inácio Lula da Silva, Nicolas Sarkozy, Emanuel Macron, Recep Tayyp Erdogan, Christine Lagarde e, por que não, a inclusão da única visita do Presidente Joe Biden (EUA) a um país africano ao longo do seu mandato, apenas a citar estes poucos entre centenas de altas figuras mundiais que pisaram o nosso solo pátrio e experimentaram o afecto e o calor humano do povo angolano.
Para além da honra de acolher as ilustres visitas citadas, de entre muitas, importa dizer que o país acolhe setenta e oito (78) Missões Diplomáticas e Consulares estrangeiras, com uma tendência crescente, consequência natural da contínua elevação do prestígio e da importância geopolítica da República de Angola na arquitectura do Sistema Internacional.

Por seu lado, a República de Angola, gerindo o equilíbrio entre a racionalidade económica e a adequação permanente do país aos desafios do tempo, tem oitenta e seis (86) Missões Diplomáticas e Consulares no Estrangeiro, sendo: cinquenta e sete (57) Embaixadas, três (3) Representações Permanentes (Junto da ONU em Nova Iorque, Genebra e UNESCO) e vinte e seis (26) Missões Consulares, que se situam, sobretudo, nos países fronteiriços e naqueles que acolhem um número considerável de membros da comunidade angolana.

7. PERCURSO PARA O FUTURO

7.1. Um Partido Voltado Para a Sociedade

O MPLA nasceu no seio do Povo e tem dedicado a sua existência às suas causas e por isso a sua história se confunde com as tradições e os valores históricos da luta do povo angolano.

O MPLA é um Partido em constante transformação, procurando adaptar-se dos ao ritmo acelerado do século XXI, onde a globalização, as tecnologias em constante evolução, dominam os processos e onde proliferam a instabilidade política, económica, social, ambiental, as endemias e são cada vez mais relevantes e devastadores os efeitos dos fenómenos naturais.

Assim, no cenário político actual, o MPLA deve posicionar-se de modo a corresponder às exigências que o caminho para o desenvolvimento do país exige. Isso pressupõe uma mudança de abordagem, de métodos de direcção e de actuação. Torna-se por isso, necessário reorientar a trajectória da sua acção política e reposicionar o seu funcionamento de modo a reconquistar a sua mística de permanente ligação com o povo, isto é, um Partido mais voltado para a sociedade, permeável às influências e aberto aos diferentes tipos de diálogo, investindo mais em relações horizontais de cooperação e de solidariedade.

Um bom nível de inserção do Partido na sociedade constitui o primeiro requisito para o alargamento da sua base militante e para uma maior aproximação aos cidadãos, o que exige uma boa organização das suas estruturas, a melhoria dos métodos de trabalho com quadros e dirigentes bem preparados técnica, política e ideologicamente.

O MPLA deve estar aberto a novas formas de participação na sua estrutura orgânica, no marco do diálogo aberto e franco que caracteriza o nosso Partido, pelo que torna-se necessário estudar a formalização de novas modalidades de participação.

A comunicação e a propaganda são ferramentas políticas para transformar a realidade e proporcionar uma relação mais directa com os vários extractos populacionais para divulgação da agenda política do Partido em cada período. Neste quesito, o uso dos meios disponíveis não deve ser desperdiçado com destaque para as plataformas digitais, a televisão, a rádio, a imprensa escrita e a propaganda na rua.

A comunicação sempre actualizada, deve privilegiar a acção política para promover e defender a imagem e prestígio do MPLA e do seu Líder e contrapor as acções e agendas dos nossos adversários políticos.

O MPLA é um Partido com enorme potencial para vencer eleições pelo que deve ajustar permanentemente a sua organização e a sua prática política aos diferentes contextos de cada período que apelem à necessidade de transformações sejam elas de que natureza for no marco dos seus Estatutos e Programa.

Para o MPLA, é de capital importância a geração de novos espaços de diálogos intergeracionais que promovam a transmissão de conhecimentos e a passagem do testemunho, sempre na óptica de uma cultura de valores. É mister reconhecer o trabalho que a juventude realiza nos vários domínios da vida nacional, daí a necessidade de promover a sua participação real e permanente, envolvendo-a nos debates estimulando a liberdade de iniciativa para propor ideias para os novos caminhos do futuro do Partido e do País.

Ali onde há cidadãos, deve haver sempre uma forma de desenvolver a acção política através de uma militância activa. Por isso, é importante o desenvolvimento de um conjunto de acções que conformem um plano para o fortalecimento das Organizações de Base do Partido e das demais estruturas a todos os níveis, numa perspectiva que permita accionar um conjunto de medidas políticas, organizativas e financeiras para a preparação do Partido para os novos desafios políticos e eleitorais.

7.1.1. Carácter, Natureza e Identidade do MPLA

O MPLA é um Partido nacional, independente, progressista, moderno, ideologicamente assente no socialismo democrático e deve continuar a manter o seu carácter de Partido de massas, de quadros e de eleitores, devendo consolidar o seu espectro político de centro – esquerda.

O MPLA é um partido que defende e luta pela Paz, a Unidade Nacional, a Liberdade, o Estado Democrático de Direito, a Justiça, a Solidariedade e o Progresso e Inclusão Social, aplicando de forma pragmática os valores universais de uma democracia moderna e dinâmica, compatibilizada com valores socioculturais e com os legítimos anseios dos angolanos, visando sempre o desenvolvimento humano nas suas múltiplas dimensões, a transparência, a boa governação, a inclusão, a ética e a integridade.

O MPLA congrega nas suas fileiras cidadãos angolanos sem distinção de grupo social, de sexo, cor da pele, origem étnica, crença religiosa ou de lugar de nascimento e assenta a sua acção dentro das tradições históricas da luta do povo angolano, nos mais elevados sentimentos patrióticos, na defesa das camadas mais desfavorecidas e na defesa dos legítimos interesses nacionais

O MPLA é um Partido histórico forte, com um compromisso inquebrável com Angola, galvanizado pelas suas próprias conquistas e motivado pelos desafios emergentes e estruturais da sociedade angolana. A sua intervenção sobre a sociedade tem vindo a ajustar-se às exigências dos tempos, facto que lhe confere a confiança de sucessivas gerações de angolanos às longas décadas.

7.1.2. Democracia Interna no Partido

O MPLA considera a democracia como um elemento fundamental da acção política, cujos princípios constituem a base sobre a qual se estrutura e funciona. Na base destes princípios o MPLA, enquanto defensor do Estado democrático de direito, reitera o seu compromisso de reforçar os mecanismos de liberdade de expressão no seio da sociedade angolana e de intensificar a liberdade da crítica e da auto-crítica no seio das suas estruturas à luz dos preceitos da Constituição, dos Estatutos e do Programa do MPLA.

Nesta conformidade o reforço do diálogo entre os dirigentes, quadros e as bases com o povo em geral será reforçado, o que viabilizará a actualização permanente da mensagem sobre as intenções do MPLA em continuar a trabalhar com o intuito de resolver os problemas do Povo.

Reconhecendo o princípio do pluralismo de opinião, o MPLA, respeita a expressão de posições diferentes sobre objectivos comuns do MPLA, na perspectiva de que o debate livre, conduza à harmonização de posições entre os militantes, sobressaindo o consenso em torno das matérias fundamentais.

Igualmente, reconhece a necessidade de reforço da disciplina partidária, da ética, da preservação da unidade e da coesão entre os militantes para o fortalecimento do Partido. Assim, considera importante reafirmar a observância do sigilo no tratamento das matérias do Partido em locais próprios (reuniões/eventos do Partido e em Estruturas do Partido à todos os níveis), de modo a evitar a fuga de informações e o seu aproveitamento pelos adversários políticos.

O reforço da democracia interna no Partido deve manifestar-se também na liberdade de candidaturas a qualquer órgão individual ou colegial representativo a todos os níveis, como previsto nos Estatutos.

O MPLA deve exercer o princípio da avaliação de desempenho permanente dos seus militantes e quadros em geral e, em particular, daqueles que ocupam cargos de direcção nas suas estruturas e no Estado, para premiar o mérito e incentivar a capacidade de iniciativa e a competição saudável, construtiva e enriquecedora entre os seus membros.

A consulta às estruturas de base sobre o comportamento de militantes que exerçam cargos ou funções de direcção nos vários níveis do Partido ou no aparelho do Estado, deverá ser incentivada bem como a permanente vinculação destes à respectiva organização de base.

O MPLA deve ser marcado pela inclusão e participação efectiva de todos os militantes. Para o efeito, é fundamental que as vozes das bases sejam constantemente ouvidas, garantindo que as decisões políticas reflictam as reais necessidades do povo.

7.1.3. Estruturas do Partido a Todos os Níveis

O MPLA estrutura-se na base do princípio da territorialidade e organiza-se nos escalões de base, comunal, municipal, provincial. O nível distrital, ainda

existente, cessará com a implementação da nova Divisão Político-Administrativa do País.

A estrutura orgânica é um distintivo do MPLA. Um sinal de identidade. É um património que o MPLA tem que preservar e cuidar. Por isso mesmo, deve evitar que se burocratize, que perca o contacto com a realidade, com o cidadão.

As estruturas territoriais do Partido são órgãos e organismos que coordenam nos diferentes escalões, a actividade do MPLA na respectiva circunscrição territorial, sendo importante que para assegurar a verticalidade da orientação política, o Partido mantenha a actual forma de organização territorial.

As estruturas do MPLA, nas comunidades onde estão inseridas, no território da República de Angola ou no estrangeiro, constituem o principal veículo de transmissão das orientações do Partido e de mobilização de cidadãos para as suas fileiras.

O Comité Central é o principal órgão deliberativo do MPLA entre congressos, responsável por definir a linha política do partido. As suas decisões influenciam directamente a eficácia das estruturas do partido, as suas organizações sociais e o Executivo. Para melhorar seu desempenho, é necessário fortalecer o papel do Comité Central e das estruturas subordinadas, como o Bureau Político, a Comissão de Disciplina, Auditoria e Ética, e o Secretariado do Bureau Político, ajustando-as continuamente aos novos métodos de trabalho definidos pela liderança.

A participação dos membros do Comité Central e de órgãos intermédios nas organizações de base locais deve ser reforçada, promovendo uma comunicação eficiente com a militância e a população. Esses membros devem actuar como activistas e comunicadores das acções do MPLA.

É essencial que os membros do Comité Central sejam integrados em comissões especializadas e designados para as suas áreas de actuação territorial.

As estruturas auxiliares do Partido (Departamentos, Gabinetes, Divisões, Secções e áreas), aos vários níveis, constitui o suporte principal para o funcionamento de toda a máquina do Partido. Neste sentido, devem ser dotados de recursos humanos seleccionados com base em critérios rigorosos de competência e experiência assentes no conceito CHAVE (Conhecimento, Habilidade, Atitude, Valores e Entrega).

A Direcção do Partido deve garantir condições técnicas ou financeiras e meios móveis para o bom funcionamento das Estruturas Auxiliares, para o efeito deve criar varias formas de arrecadação de receitas.

As Organizações de Base do Partido são os alicerces do MPLA e estruturam-se nos locais de residência (aldeias, povoações, bairros, vilas e cidades). São por este facto, os canais principais de ligação do Partido com as Comunidades, sendo, por isso importante a sua permanente vinculação com o Povo e através delas de ligação do Partido à Sociedade.

A dinâmica da realidade social, política e económica requer uma adequação da estrutura e modo de actuação, sendo necessário, por isso alguma flexibilidade. Por exemplo, no funcionamento das Organizações de Base, permitir a integração de militantes que não residam no território onde está instalada a sua

Organização de Base, mas que tenham uma influência e prestígio na circunscrição de origem.

Os dirigentes dos Comités de Acção do Partido devem estar inseridos nas comunidades e interagirem diariamente com os cidadãos, dando a conhecer o projecto político do MPLA, o seu passado de lutas e de vitórias, o presente de trabalho árduo para resolver os problemas económicos e sociais que afectam os cidadãos, para garantir um futuro risonho de paz, prosperidade, liberdade e desenvolvimento.

Por outro lado, os Comités de Acção do Partido têm de ter uma actuação mais moderna, dinâmica e actuante, visando a melhor inserção do Partido na sociedade e renovar-se de modo a eleger lideranças fortes por forma a reforçar o trabalho do MPLA na base. Os Comités de Acção precisam de se transformar no veículo de transmissão das dificuldades e dos desejos dos cidadãos, para que estes sejam inseridos nas políticas públicas do Executivo.

O MPLA deve reforçar a atenção às formas de organização dos Comités de Acção do Partido, pois, como atrás já se disse os mesmos constituem os pilares no seu funcionamento. É importante que na presente era digital, com o surgimento das novas tecnologias cada vez mais interactivas, se criem mecanismos inovadores e estruturas que permitam flexibilidade e mobilidade do Partido, ajustando-se sempre que necessário, os regulamentos que regem a estruturação das Organizações de Base.

“Em todas as fases da luta, o MPLA soube sempre analisar com realismo, pragmatismo e olhar crítico a situação vigente, os perigos e ameaças, a correlação de forças, a conjuntura nacional e internacional, definindo com assertividade os caminhos a seguir para cumprir com a missão de melhor servir Angola e os angolanos” [(16)].

O melhoramento da vida interna do Partido é um aspecto fundamental para garantir a sua relevância e eficácia na condução dos interesses da população. Num ambiente político em constante mudança, é imprescindível que o Partido promova espaços dinâmicos e inclusivos, onde militantes e simpatizantes possam participar activamente na formulação de políticas e na discussão de temas relevantes. Este processo não só fortalece a unidade interna, mas também assegura que as decisões reflictam as necessidades e reivindicações das comunidades que servimos.

Ao priorizar a transparência, a formação contínua e a participação colectiva, o Partido posiciona-se como um verdadeiro agente de transformação social, alinhando-se com seus valores e compromissos históricos. É através desse aprimoramento que podemos reafirmar o nosso papel como defensores dos direitos do povo e catalisadores de mudanças positivas na sociedade.

16() Extracto do discurso de abertura do Camarada JOÃO LOURENÇO, Presidente do MPLA, na III Sessão Plenária Extraordinária do Comité Central do MPLA, realizada em Luanda, a 09 de Outubro de 2024, no Centro de Conferências de Belas (CCB).

7.1.3.1. Desafios dos Comités de Acção do Partido no Meio Rural

Os Comités de Acção enfrentam no seu funcionamento múltiplos desafios sobretudo com a sustentabilidades financeira, tendo em conta o défice de cumprimento do pagamento da quotização pelos seus membros, atendendo que uma boa maioria é do meio rural e com as estratégias de mobilização que ainda não são eficientes.

Por isso, não só a liderança das bases deve ser dotada de um bom capital político, mas também, os modelos de mobilização devem estar alinhados a psicologia de massas e as características de cada localidade e sector específico.

O MPLA, consciente da sua missão de promover o desenvolvimento socioeconómico do nosso país, deverá definir um plano de actuação estratégico para fortalecer os Comités de Acção do Partido, especialmente nas zonas rurais, onde se concentra a maior parte dos nossos militantes. Este desenvolvimento pode ser alcançado através de quatro aspectos fundamentais:

- . **Valorização da Estrutura Familiar**: A estrutura familiar dos militantes de base é uma plataforma essencial para reavaliar e ajustar os programas existentes. Ao integrar as famílias no processo de decisão, conseguimos alinhar as iniciativas do Partido com as realidades e necessidades locais, promovendo um engajamento mais efectivo.
- **Acesso a Dispositivos Económicos**: É imprescindível garantir o acesso a dispositivos económicos que ajudem a solucionar problemas sociais, através de formas simples e criativas mas também com envolvimento das formas de organizações colectivas (cooperativas, associações etc.) através de parcerias, podemos facilitar o acesso a recursos e capacitação, promovendo a auto-suficiência das comunidades rurais.
- **Promoção do Capital Político**: Criar oportunidades que fortaleçam o capital político dos nossos militantes é crucial por forma a garantir a dinâmica de desenvolvimento dos Comités de Acção do Partido. Ao incentivar a participação activa e a liderança local, podemos construir uma rede sólida de apoio que impulsione as iniciativas do MPLA.
- **Identificação das Necessidades Sociais**: Para transformar as aspirações das populações em programas realistas, é necessário um correcto diagnóstico das suas necessidades, utilizando indicadores claros e objectivos, para que se elaborem políticas que correspondam às expectativas da sociedade, garantindo que as acções do MPLA sejam eficazes e bem direccionadas.

7.1.3.2. Desafios dos Comités de Acção do Partido para Mobilização nas Grandes Cidades e entre os Intelectuais

A capacidade de mobilização e inserção dos Comités de Acção do Partido (CAP) nas grandes cidades e entre os intelectuais é um pilar fundamental para a estratégia do MPLA. Neste sentido, reconhecido como um partido de quadros e de massas, opera a partir de uma perspectiva de centro-esquerda dinâmica, o

que lhe confere uma flexibilidade e adaptabilidade essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos.

Nas grandes cidades, os CAP têm o potencial de se tornarem catalisadores de mudança, promovendo a participação cívica e a inclusão social. A urbanização acelerada e a crescente diversidade demográfica nas áreas urbanas, exigem uma abordagem inovadora que conecte as aspirações da população às políticas públicas. O MPLA, ao posicionar-se como um partido que prioriza o desenvolvimento social e económico, deve utilizar os CAP para fomentar diálogos produtivos entre as comunidades urbanas e as esferas de decisão política.

Além disso, a inserção dos intelectuais nos CAP contribui para o fortalecimento da base ideológica do MPLA, pois a interacção com académicos, escritores e críticos, enriquece o debate político e amplia a visão do partido sobre matérias da actualidade política, económica e social do que pode pode resultar em propostas mais sólidas e fundamentadas.

A natureza dinâmica do MPLA, que abrange tanto a mobilização popular quanto a mobilização de quadros qualificados, permite que o Partido se adapte às necessidades e aspirações da sociedade angolana. Essa dualidade é essencial para enfrentar os desafios actuais, onde a participação activa dos cidadãos e a inclusão de diferentes vozes são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Em suma, a capacidade de mobilização e inserção dos CAPs nas grandes cidades e entre os intelectuais não apenas reforça a posição do MPLA, como um partido relevante, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais coesa, participativa e informada.

Em cada etapa histórica, o MPLA orienta o trabalho das suas Organizações de Base, dotando-as de conteúdo necessário para o trabalho eficaz na comunidade e a participação dos militantes nas diferentes tarefas.

Por outro lado, devem promover no seu dia-a-dia os princípios e valores do MPLA, assim como levar contribuições às autoridades do Estado sobre os problemas da comunidade, acompanhar e monitorar as acções da Administração Local do Estado, e pronunciar-se sobre a promoção de militantes do CAP aos vários níveis do Partido e do Estado.

As Organizações de Base devem primar pela disciplina, organização, capacidade de influência e de diálogo construtivo.

Os órgãos de direcção do Partido devem assegurar a participação das bases no processo decisório e sua a ligação com os movimentos sociais, disputando as lideranças nestas organizações da sociedade civil. E, igualmente, devem aumentar a valorização das Organizações de Base seleccionando e elegendo candidatos aos Órgãos Intermédios e Nacional do Partido, através de critérios superiormente aprovados.

No mundo moderno, as lideranças jogam um papel importante para o sucesso de qualquer que seja a natureza do objecto que está a ser administrado ou gerido. Neste sentido, a direcção de qualquer estrutura do nosso Partido, como é o caso das organizações de base, não foge à regra, sendo determinante para o seu funcionamento.

Para tal, impõem-se em cada momento a avaliação periódica dos responsáveis das organizações de base e no processo de candidaturas, seleccionar aqueles que estejam melhor preparados, primando pela observância dos valores éticos e morais, competência, capacidade, sentido de organização, dinamismo e atitude exemplar.

Para melhorar o desempenho das lideranças dos Comités de Acção do Partido será necessário que a Direcção do Partido aos vários níveis realize a formação contínua em matérias de interesse para o Partido.

O MPLA deve continuar a estimular a competição salutar, aproveitando o entusiamo, a vontade e as capacidades dos seus militantes, contribuindo assim para garantir o bom desempenho e fortalecimento das Organizações de Base.

7.1.3.3. Desafios do Partido para a Mobilização das Comunidades Angolanas no Exterior do País

O MPLA entende que deve promover a inclusão das comunidades angolanas no exterior na vida política, económica, social e cultural do País.

Considerando o elevado número de cidadãos angolanos residentes no estrangeiro, sem esquecer os que, por várias razões, lá se encontram temporariamente (de entre os quais estudantes e cidadãos em tratamento médico), a atenção a prestar a esses cidadãos revela-se crucial. Se a isto se acrescentar às reformas política e constitucional que consagraram o voto no exterior do país, constituem estas, razões bastantes para o MPLA privilegiar a comunicação com os Angolanos, mormente os que se encontram no exterior.

Nesta perspectiva, nada mais natural que, através das suas estruturas, o MPLA trabalhe para se manter o fiel e digno portador de mensagens sobre a realidade do País, dos problemas e feitos do Estado Angolano, e tudo faça para buscar soluções para a resolução dos problemas dos cidadãos angolanos, onde quer que se encontrem.

Para reforçar esta recomendação, o Camarada Presidente João Lourenço no seu discurso por ocasião do lançamento da Agenda Politica do MPLA para o ano de 2024 referiu que *"…o Partido deve ainda, este ano prestar uma atenção particular às nossas comunidades no exterior. Nas últimas eleições- essas de 2022-, pela primeira vez realizamos eleições junto das comunidades no exterior, fizemos eleições em alguns países. E de eleição em eleição, a tendência será alargarmos o número de países onde temos uma comunidade residente razoável, que vai exercer o seu direito de votar. Então, precisamos de estar mais próximo das comunidades, trabalhar mais com as comunidades, independentemente do trabalho que o Estado também deve fazer junto delas*" fim de citação [(17)].

Assim, O MPLA deverá continuar a dinamizar e revitalizar as suas estruturas no exterior, trabalhando com as associações comunitárias no sentido de

17() Discurso do Camarada João Lourenço, Presidente do MPLA, por ocasião do lançamento da Agenda Política do MPLA para o ano de 2024, em Luanda no dia 3 de Fevereiro de 2024.

contribuírem para o desenvolvimento de políticas e programas com impacto para as comunidades e na concretização dos desígnios da política externa do País, pelo que, devemos priorizar as seguintes acções:

- Avaliar o estado organizativo e funcional das estruturas do MPLA no exterior e proceder o levantamento estatístico nominal e numérico dos militantes existentes em cada uma destas circunscrições, aumentando a actuação, visibilidade e a influência do MPLA nas comunidades;
- Intensificar a actuação do activismo social e o posicionamento de liderança junto da comunidade, associações desportivas e culturais, fundações, igrejas, associações académicas e associações filantrópicas;
- Aproximar, potencializar e apoiar os empresários angolanos, junto das comunidades angolanas no Exterior;
- Identificar e destacar personalidades angolanas residentes no exterior, que contribuam para a imagem e prestígio do País, através de acções concretas (arte, cultura, acção social, inovação, etc.).
- No âmbito dos acordos bilaterais, explorar os mecanismos de oportunidades para o acolhimento dos estudantes bolseiros e não bolseiros, no intuito de facilitar o acesso ao apoio dos serviços sociais de onde residem, redução das propinas e o acesso às Universidades e Institutos;
- Apoiar os estudantes angolanos com oportunidades de formação técnico-profissional;
- Criação de mecanismos efectivos de controlo do aproveitamento académico dos bolseiros e a realização de um trabalho de sensibilização que promova o retorno dos estudantes ao País, para a aplicação dos seus conhecimentos nas respectivas áreas de formação.
- Estimular os serviços consulares, para melhorar o atendimento ao cidadão, dando resposta com maior celeridade às preocupações da comunidade, apoiar as famílias mais carenciadas, facilitar a obtenção de documentos nacionais, imprescindível para a legalização no país de acolhimento e para os benefícios de segurança social.
- Estimular a criação nos consulados de uma base de dados do potencial dos angolanos residentes no exterior.
- Criação de um mecanismo que possibilite as comunidades angolanas no exterior o envio de divisas para o País, contribuindo para desenvolvimento da economia nacional.
- Encorajar as Missões Diplomáticas e Consulares para promover uma relação mais próxima com a comunidade angolana através da realização de acções regulares com as mesmas e da divulgação e informação periódica sobre o País.
- Promoção de valores nacionais, incluindo gastronomia, literatura, pintura e outras manifestações que possam agregar valor às oficinas de dança, visando o reforço do sentimento de pertença e do orgulho nacional, com criação de instituições de congregação da comunidade (Casas de Angola e Centros Culturais).

7.1.4. Política de Quadros do MPLA

Da qualidade da Política de Quadros que o Partido adoptar, dependerá em muito o sucesso do melhoramento da vida interna.

Assim, o MPLA deve adoptar uma Política de Quadros, onde a selecção e promoção de Quadros assente na meritocracia, baseado no conceito do CHAVE (Conhecimento, habilidade, Atitude, Valores e Entrega).

Constituindo o homem o elemento fundamental de todo o processo de transformação político, económico, social e cultural, desde os primórdios da luta de libertação nacional, o MPLA adopta uma política que valoriza e dignifica os quadros angolanos.

O MPLA advoga uma Política de Quadros em prol da valorização dos quadros nacionais, promovendo a igualdade e equidade de oportunidades, independentemente da sua condição política, crença religiosa, opção ideológica, combatendo todas as formas de discriminação que assenta nos seguintes objectivos:

- A defesa e valorização dos quadros nacionais, garantindo que a colocação, remuneração e promoção, se processe de acordo com as capacidades técnicas e profissionais e por mérito, isto é, pela meritocracia, baseada no conceito CHAVE (Conhecimento, habilidade, Atitude, Valores e Entrega);
- A formação de quadros com competência técnica e profissional, altamente qualificados para o desenvolvimento económico e social do País;
- A avaliação para a melhoria de desempenho e para a tomada de eventuais decisões relativamente à sua mobilidade;
- O acompanhamento dos quadros, proporcionando-lhes condições de trabalho, de acesso às tecnologias de informação e comunicação, formação e superação e equidade;
- A primazia absoluta na formação, na selecção, colocação de quadros angolanos em igualdade de condições, relativamente aos estrangeiros;
- A angolanização dos quadros nos sectores da economia nacional, ainda com prevalência de estrangeiros;
- Detecção e acompanhamento dos jovens e quadros de mérito ou talentos para melhor aproveitamento das suas qualidades e capacidades ao serviço da Nação e do Partido;
- A não discriminação salarial entre angolanos e expatriados, com o mesmo nível de qualificação e/ou de responsabilidade.

a) Gestão de Quadros

Uma boa gestão é em qualquer processo a chave do sucesso.

Assim, o MPLA assenta a sua gestão de quadros no perfeito conhecimento, controlo, selecção e colocação dos quadros, baseado na meritocracia, formação

político-ideológico e técnico-profissional, bem como, no desenvolvimento de capacidades de executar tarefas complexas.

Para o efeito, adopta uma estratégia sobre a política de quadros que contempla um conjunto de normativos que viabilizam a gestão de quadros a saber:

- Nomenclatura de Cargos;
- Reserva de Quadros;
- Formação de Quadros;
- Avaliação de Desempenho.

b) Nomenclatura de cargos

Como instrumento de gestão de quadros dos Órgãos e Organismos Nacionais e Intermédios, que se refere à definição e classificação de cargos, para os quais a mobilidade de quadros requer a aprovação ou pronunciamento prévio de um órgão ou organismo do Partido, colocando nos principais cargos de direcção quer de natureza política - partidária, quer de natureza político-administrativa, os quadros que satisfaçam o cumprimento dos seus objectivos.

A nível das Estruturas do Partido nos diferentes escalões, devem ser criados mecanismos de acompanhamento a efectiva implementação do regime regulamentar de nomenclatura, reserva e avaliação de quadros.

c) Reserva de Quadros

O MPLA constitui a sua reserva de quadros, com os militantes dotados de qualidades político-ideológicas e técnico-profissionais que se distinguem dos demais, aferidos por um sistema de avaliação objectiva e justa, susceptíveis de virem a ocupar cargos de direcção e chefia, nos Organismos do Partido, do Estado e das Organizações Sociais, evitando-se a improvisação.

d) Avaliação de Quadros

O MPLA defende a avaliação de quadros como um instrumento de gestão indispensável à apreciação do desempenho do quadro na função que ocupa, tendo por base critérios objectivos que visam:

- Medir o desempenho e responsabilidade do quadro na função;
- Determinar em que medida o quadro está ou não no cargo para o qual reúne as melhores aptidões;
- Conhecer o potencial de cada quadro em relação aos novos desafios;
- Identificar necessidades de formação;
- Suportar decisões sobre a mobilidade dos quadros;
- Estimular e incentivar o crescimento profissional e o desenvolvimento de novas competências.

e) Formação de Quadros

O MPLA concebe a formação e superação regular dos quadros como um investimento fundamental e um imperativo indispensável, à aquisição de competências político-ideológicas, cientificas, técnico-profissionais e comportamentais com vista à adaptação dos quadros às exigências organizativas e funcionais. Por essa razão, o MPLA atribui suma importância à

formação multidimensional dos quadros com base em planos estratégicos de formação alinhados com os programas nacionais de desenvolvimento. O MPLA assume como prioridade a promoção da melhoria da qualidade dos sistemas de formação de quadros nacionais, o desenvolvimento de capacidades a todos os níveis de formação e a criação de condições ao melhor desempenho.

7.1.5. Postura e Actuação dos Responsáveis e Dirigentes

A postura e a actuação dos dirigentes e responsáveis quer do Partido como do Estado (militantes do MPLA), deve reflectir o carácter e a natureza do Partido. A imagem e a conduta destes, tanto perante o trabalho como no meio social ou no seio de militantes, deve estar sempre de acordo com os princípios defendidos pelo Partido.

Assim, o MPLA deve continuar a analisar e avaliar a postura e actuação dos seus dirigentes e responsáveis na vertente da sua participação nas reuniões e actividades da organização de base do Partido, particularmente no que tange ao pagamento da quota e contribuições obrigatórias; na relação com os demais militantes e colegas de trabalho; na forma como conduzem a sua actividade no exercício de cargos de responsabilidade política e na participação em actividades promovidas pelo Partido e pelo Executivo.

O Partido reconhece haver, em todas essas vertentes, posturas e actuações positivas e negativas.

O MPLA deve reforçar os mecanismos de combate ao nepotismo, tráfico de influências, ao compadrio e outros males que mancham o Partido e o Executivo e reafirmar a necessidade da observância permanente dos princípios do Partido, associados a um elevado sentido patriótico e de cidadania, sem perder nunca de vista que vivemos num Estado de Direito em que todos os cidadãos são iguais perante a Lei.

Com efeito, para a escolha dos responsáveis e dirigentes do Partido e do Estado, tem de se ter em conta o perfil político e técnico dos candidatos.

Com vista a prevenir que as actuações e posturas negativas de dirigentes e responsáveis influenciem o comportamento de outros militantes e contribuam para prejudicar a imagem do Partido, o MPLA deve reafirmar e reforçar os mecanismos de repreensão e persuasão, tornando mais actuante os órgãos de disciplina e controlo a todos os níveis

Deve pautar-se por uma postura moralizadora, dialogante e conciliadora, retratada em princípios éticos, cívicos e morais, considerando o contexto de moralização da sociedade, em que se requer mais empatia com os correligionários e com os cidadãos em geral, menos arrogância, probidade, capazes de construir “alianças para em conjunto podermos ultrapassar eventuais contradições e engrandecer o nosso País” [18].

[18()] Extracto do discurso de Tomada de Posse do Camarada JOÃO LOURENÇO, Presidente do MPLA, nas vestes de Presidente Eleito da República de Angola, proferido na Praça da República, aos, 26 de Setembro de 2017.

7.1.6. O Sistema de Formação Política e Ideológica

Definindo-se como um Partido de massas e de Quadros, congregando no seu seio centenas de milhares de militantes, o MPLA encara a formação política como um imperativo indispensável para o seu sucesso nas diferentes frentes da actividade politica e partidária. Deste modo, o MPLA deve continuar a implementação dos vários componentes do sistema de formação Política Ideológica aprovado por Resolução do Comité Central de 14 de Janeiro de 2011, a saber:

- Subsistema de Educação Política;
- Subsistema de Informação Interna;
- Subsistema de Informação Política;
- Subsistema de Propaganda;
- Subsistema de Investigação Social.

Constitui para o MPLA um forte investimento como garantia que os militantes, a todos os níveis, compreendam a importância da democracia participativa, dos direitos humanos, bem como a interpretação dos fenómenos políticos, económicos, sociais e culturais que ocorrem no País, na região e em geral, no mundo.

O MPLA reafirma a necessidade de continuar a orientar a implementação de preparação política do militante desde o Comité de Acção do Partido.

O Sistema de formação política e ideológica é essencial para todos os militantes do Partido. Enquanto parte central da actividade do militante, a formação ideológica deve obedecer a um processo contínuo, devendo incidir sobre a história do Partido - e a evolução das suas práticas ao longo do tempo – a sua base ideológica específica e o contexto sociopolítico nacional e internacional em que operam, conforme espelhado no Manual de Formação Básica do Militante. Por isso, se deve incentivar a participação activa dos membros, capitalizando aspectos como a solidariedade e a cooperação entre os membros do partido e a sociedade, não deixando de focar em questões de natureza económica, cultural, patriotismo e justiça social.

Também é crucial o desenvolvimento sustentável e planificado da formação política que permita o conhecimento da nossa história, valores, organização e funcionamento, sobretudo dirigido às novas gerações.

7.1.7. Comunicação Política e Mobilização Estratégica

A comunicação eficaz e o engajamento activo são pilares fundamentais para o sucesso contínuo do MPLA. Num mundo cada vez mais interconectado, onde a informação circula rapidamente e as expectativas dos cidadãos evoluem, o Partido deve adoptar estratégias de comunicação que não apenas informem, mas também inspirem e mobilizem a população, tais como:

1. Estratégias de Comunicação

a) Modernização das Plataformas de Comunicação: O MPLA deve investir na modernização das suas plataformas de comunicação, utilizando tecnologias digitais para alcançar um público mais amplo e diversificado. Isso inclui o uso estratégico das redes sociais, aplicativos móveis e outras ferramentas digitais para disseminar informações de maneira rápida e eficaz;
b) Transparência e Abertura: A transparência é essencial para construir confiança. O Partido deve adoptar uma abordagem aberta na sua comunicação, compartilhando informações sobre as suas actividades, decisões e políticas de forma clara e acessível. Isso pode incluir a publicação regular de relatórios de progresso e a realização de conferências de imprensa para abordar questões de interesse público;
c) Narrativas Positivas e Inspiradoras: Criar narrativas que destaquem as conquistas do MPLA e seu impacto positivo na vida dos cidadãos é crucial para fortalecer a imagem do Partido. Histórias de sucesso, testemunhos de beneficiários de políticas públicas e exemplos de inovação podem ser utilizados para inspirar e engajar a população;
d) Feedback e Interacção: A comunicação deve ser uma via de mão dupla. O MPLA deve criar canais para receber feedback dos cidadãos, permitindo que as suas preocupações e sugestões sejam ouvidas e consideradas. Isso pode incluir a realização de consultas públicas, pesquisas de opinião e fóruns de discussão *online*.

2. Estratégias de Engajamento

a) Participação Activa da Juventude: Engajar a juventude é vital para o futuro do Partido. O MPLA deve criar oportunidades para que os jovens participem activamente na política, oferecendo programas de liderança juvenil, estágios e eventos que incentivem a participação cívica;
b) Parcerias com Organizações da Sociedade Civil: Colaborar com as organizações da sociedade civil pode ampliar o alcance e a eficácia das iniciativas do MPLA projectos comunitários e promover a inclusão social;
c) Eventos Comunitários e Diálogos Abertos: Organizar eventos comunitários e diálogos abertos pode fortalecer o vínculo entre o Partido e a população. Esses eventos oferecem uma plataforma para discutir questões locais, compartilhar informações sobre políticas públicas e construir um senso de comunidade e pertencimento;
d) Educação Cívica e Política: Promover a educação cívica e política é essencial para capacitar os cidadãos a participar de forma informada e activa na vida política. O MPLA pode desenvolver programas educacionais que ensinem sobre direitos e deveres cívicos, o funcionamento do governo e a importância do engajamento político.

Ao implementar essas estratégias de comunicação e engajamento, o MPLA pode fortalecer a sua conexão com a população, construir confiança e mobilizar apoio para as suas iniciativas. Essas acções não apenas melhoram a percepção pública do Partido, mas também contribuem para um ambiente político mais participativo e democrático em Angola.

7.1.8. Modernização Tecnológica

A modernização do MPLA é essencial para garantir que o Partido continue a ser uma força relevante e eficaz na condução dos destinos de Angola. Num mundo cada vez mais interconectado e dinâmico, é crucial que o MPLA se adapte às novas realidades sociais, económicas e tecnológicas.

A modernização envolve não apenas a actualização das estruturas internas do Partido, mas também a promoção de uma cultura de inovação e abertura ao diálogo com todos os segmentos da sociedade. Ao integrar novas vozes e ideias, especialmente da juventude, o MPLA pode revitalizar a sua base de apoio e fortalecer o seu compromisso com os princípios de justiça, igualdade e progresso.

Essa transformação permitirá ao partido responder mais prontamente às necessidades dos cidadãos, garantir uma governança mais transparente e inclusiva, e consolidar a sua posição como líder visionário no cenário político angolano.

Melhorias nos Processos Administrativos e Adopção de Boas Práticas de Gestão.

Para alcançar uma modernização eficaz, o MPLA deve focar na melhoria dos seus processos administrativos e na adopção de boas práticas de gestão, com ênfase no uso de ferramentas de tecnologia da informação e inteligência artificial. A implementação dessas tecnologias pode optimizar a eficiência operacional, reduzir burocracias e melhorar a tomada de decisões estratégicas.

Ferramentas de análise de dados e inteligência artificial podem fornecer insights valiosos sobre as necessidades e expectativas da população, permitindo a formulação de políticas mais eficazes e direccionadas. Além disso, a digitalização dos processos administrativos pode aumentar a transparência e a responsabilidade, facilitando o acesso à informação e a participação cidadã.

Ao adoptar essas práticas inovadoras, o MPLA não apenas aprimora a sua capacidade de governança, mas também demonstra o seu compromisso com a construção de um futuro mais moderno e próspero para Angola.

7.1.9. Renovação da Estrutura Orgânica

A existência de uma estrutura orgânica moderna em todo Partido é um sinal que se identifica com o seu legado, se fortalece e se adapta às mudanças que se operam na sociedade; o que reflecte o seu carácter identitário.

A estrutura orgânica é um distintivo do MPLA, um património que deve ser preservado e cuidado. Por isso mesmo, deve evitar que se burocratize, que perca o contacto com a realidade, com o militante e o cidadão. Uma estrutura mais forte e moderna significa que seja mais flexível, mais aberta à sociedade,

mais democrática (representativa) na tomada de decisões, com mais e melhor sintonia com o País e com as aspirações e anseios dos cidadãos.

Para o efeito, é importante o fortalecimento e debate profundo sobre a estrutura do Partido o que requer tranquilidade e fraternidade, incentivando e aprofundando a unidade e coesão, incorporando sistematicamente o balanço e monitoria do seu funcionamento.

7.1.10. Formas e Mecanismos de Relacionamento Entre o Partido e as Estruturas do Estado

O Executivo é o instrumento legal do Partido que tem por missão executar o programa de governação do MPLA. Neste contexto, a Directiva Nº 4/BP/2012 de 15 de Dezembro de 2012, define os princípios e modalidades de relacionamento entre o Partido e as Instituições do Estado, embora na generalidade se mantenha actual, carece no entanto de ajustamentos, tendo em conta os desafios que se colocam de modo a garantir, através de mecanismos de controlo e supervisão, que as políticas do Partido sejam implementadas de acordo com os seus princípios.

Os instrumentos de relacionamento entre o Partido e o Estado são as orientações gerais contidas nas políticas e estratégias aprovadas superiormente e desenvolvidas nos diferentes planos de actividades do Estado e do Partido e as decisões e deliberações dos Órgãos e Organismos de Direcção Central do Partido;

Deve-se reforçar a articulação e o diálogo permanente e transparente entre as Estruturas do Partido e do Executivo, para que prevaleça um relacionamento salutar entre os quadros do Partido nas estruturas do Partido e do Governo.

As reuniões periódicas de balanço de programas e perspectivas são fundamentais deste processo de aproximação da relação entre o Partido e o Estado a todos os níveis.

7.1.11. As Organizações Sociais e Associadas ao MPLA

As organizações sociais e associadas ao MPLA são veículos de estudo e de divulgação dos programas e das acções de governação do Partido, capitalizando no seio dos cidadãos as realizações políticas, económicas e sociais, objectivando a manutenção permanente da boa imagem do Partido no seio do Povo.

7.1.11.1. JMPLA

O MPLA continuará a apostar na promoção de quadros jovens para que os mesmos prestem o seu saber em prol da materialização dos programas de governação e de acção política.

O MPLA deve investir em programas que melhorem o acesso à educação de qualidade e ao desenvolvimento de habilidades, preparando os jovens para os desafios do mercado de trabalho e para o exercício da cidadania activa, incluindo a promoção de iniciativas que incentivem o empreendedorismo e a inovação, capacitando os jovens a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

O engajamento com a juventude deve ser visto como uma oportunidade para o MPLA se renovar e se revitalizar. Ao abraçar a energia, a criatividade e a visão dos jovens, o Partido pode se posicionar como um líder inovador e progressista, capaz de guiar Angola rumo a um futuro mais inclusivo e próspero. O envolvimento activo dos jovens não apenas fortalece o Partido, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

A JMPLA desempenha o seu papel de influenciador de boas práticas, revitalizando a mística de ser o viveiro do MPLA. Para tal deve desenvolver acções de aproximação aos jovens por intermédio das suas actuações nas comunidades e nos grupos sociais que integram jovens organizados e com sentido patriótico reconhecido, devendo reforçar o seu trabalho no seguinte:

- Aprimorar o processo de transição dos militantes cessantes na JMPLA e garantir o seu enquadramento efectivo no MPLA.
- Realizar acções de mobilização social concretas direccionadas aos Jovens do Ensino Superior e Ensino Médio (tendo em atenção as lideranças).
- Realizar acções de mobilização social direccionadas aos Jovens dos mais variados estratos sociais.
- Realizar acções específicas de mobilização social direccionada aos Jovens ligados à Arte, Cultura e Desporto.
- Criar Brigadas de Mobilização Permanentes a nível dos bairros, escolas e Universidades.
- Criar uma maior aproximação e mobilizar os grupos de pressão de jovens (Empresários, religiosos, zungueiras, Taxistas, Staffs, comerciantes, sindicalistas, jornalistas, etc.).
- Identificar, mapear e criar um Plano de Mobilização para todos os líderes Juvenis de Confissões Religiosas, Organizações Sindicais, Ordens e Associações Profissionais, Associações Juvenis, Associações Estudantis (Médio e Superior), Culturais e Desportivas, académicas e profissionais dos mais variados sectores da sociedade.
- Mobilizar a juventude angolana para o desenvolvimento social, político e económico do País, promovendo os ideais do MPLA entre os jovens, incentivando a participação política e a cidadania activa.
- Estudar e divulgar ao máximo os discursos do Presidente da República, Camarada João Manuel Gonçalves Lourenço.
- Estudar e divulgar a História do MPLA.

7.1.11.2. OMA

A Mulher angolana tem prestado o seu legítimo contributo nas diferentes realizações do País, participando no processo de luta pela independência, na conquista da paz e actualmente no processo de consolidação da paz e da democracia, do desenvolvimento económico e social e na formação do homem novo. A OMA deve desempenhar um papel de formadora de consciências juntos das mulheres, pois estas representam o pilar de uma família, sabe-se que as mães (cuidam de todos os filhos) geralmente têm a capacidade de moldar um ou mais indivíduos sob o seu lar.

É importante que a OMA multiplique a sua actuação junto das Mulheres, nas comunidades religiosas, nos mercados e em organizações que congregam mulheres que podem contribuir no processo de construção de ideias e objectivos concretos que ajudem a formar uma comunidade cada vez mais comprometida com o País, para o efeito deve reforçar o seu trabalho no seguinte:

- Melhorar o acompanhamento e a monitorização do processo de recrutamento e ingresso de novos membros da OMA.
- Apoiar a capacitação e disseminação da informação em matéria de saúde sexual e reprodutiva (planeamento familiar), prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DTS), VIH/SIDA, prevenção dos cancros da mama, colo do útero, Lei Geral do Trabalho, Lei Contra a Violência Doméstica, nutrição e alimentação saudável, consumo de bebidas alcoólicas e drogas, tráfico de Seres Humanos.
- Realizar acções de mobilização concretas e pontuais com as mulheres dos vários estratos sociais e níveis académicos.
- Realização de campanhas educativas sobre questões como violência de género, direitos das mulheres, saúde materna, e planeamento familiar, visando aumentar a conscientização na sociedade.
- Mobilizar a comunidade para participar de campanhas de moralização da sociedade e intensificar as acções de empoderamento feminino nos mais variados domínios.

7.1.11.3. Organizações Associadas ao MPLA

As organizações associadas ao MPLA desempenham papéis importantes no desenvolvimento social, político e económico do País.

O MPLA vai continuar a contar com o apoio das Organizações Associadas ao Partido, promovendo acções de aproximação e de interacção constante, visando alcançar o nobre objectivo que é o de fazer Angola crescer.

O MPLA considera que é necessário que se melhore o estado organizativo e de funcionamento destas organizações de modo a que possam contribuir melhor para a solução dos principais problemas das comunidades que estão inseridas ou dos associados que representam.

7.2. O País que Aspiramos

O MPLA é o Partido com mais história em Angola, o Partido das grandes transformações e o protagonista dos momentos decisivos da vida nacional. É também o Partido do futuro.

Ao longo dos 49 anos de liderança, o MPLA tem enfrentado múltiplos desafios que persistem e que continuam a exigir atenção e reflexão cuidadosa. Embora o Partido tenha alcançado progressos notáveis em várias áreas, questões como a corrupção, transparência e participação democrática limitada permanecem como obstáculos significativos para o desenvolvimento pleno de Angola. Abordar esses desafios de maneira sincera, mas construtiva, é essencial para promover um ambiente político saudável e inclusivo.

A Estratégia de Longo Prazo 2050 (ELP 2050) revelou alguns desafios que carecem de uma profunda actuação no plano futurístico no domínio da boa governação, na medida em que se prevê demograficamente, até 2050, uma populacão estimada em 70.000.000 (setenta milhões) de habitantes. Para o efeito, o capital humano deverá contribuir, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento sustentável do País nas multiplas vertentes tais como nos sectores da agro-pecuária, indústria, recursos minerais, ambiente e turismo, que requerem fortes investimentos sobretudo em infraestruturas de energia e águas, transporte e telecomunicações.

A materialização da ELP 2050, enquanto instrumento norteador das políticas públicas consolida a necessidade de operacionalizar-se uma agenda social emergente que assegure a inclusão social, o combate à fome e à pobreza extrema, o fomento da empregabilidade e uma maior abertura à atracção de investimento directo privado estrangeiro, criando condições para um ambiente de negócios sustentável e competitivo em igualdade de oportunidades, capaz de extrair os proveitos da integração económica em que Angola está inserida quer na região, quer no mundo promovendo assim a justiça social.

Para enfrentar as diversas vicissitudes observadas, é crucial que o MPLA continue a fortalecer a sua capacidade de organização e funcionamento, os mecanismos de controlo, promovendo uma cultura de integridade e responsabilidade a todos os níveis da acção política e governativa o que pode ajudar a restaurar a confiança pública e garantir que os recursos do Estado sejam utilizados de maneira eficiente e equitativa.

O MPLA deve por isso, considerar a implementação de reformas que promovam a descentralização do poder e a autonomia local, fortalecendo as instituições democráticas e garantindo que todos os cidadãos tenham voz nos processos de governança.

O cenário político em Angola está em constante evolução e o crescimento de vozes e posições contestatárias é uma realidade que o MPLA deve enfrentar com elevada estratégia e visão. O fortalecimento de Partidos opositores é um sinal de uma democracia em amadurecimento, onde a diversidade de ideias e a competição política são essenciais para o desenvolvimento de um sistema mais robusto e representativo. Para o MPLA, este é um momento crucial que exige adaptação e inovação para manter a sua relevância e liderança.

Outra matéria crucial que deve ser reflectida para uma melhor abordagem subjacente aos desafios actuais e futuros consiste numa análise entre acumulação de funções no Partido e no Executivo, o que pode concorrer para uma acção política mais proficiente. Ao garantir um exercício desconcentrado das funções partidárias e governamentais, o MPLA pode fortalecer a sua capacidade de gestão interna dos quadros, permitindo assinalar maior e melhor foco funcional no exercício das acções políticas e permitirá a construção de uma base mais sólida assente em critérios de responsabilização e, consequentemente, ombreará maior confiança pública e demonstrará o seu compromisso com a democracia e a boa governação.

É por esta razão que o MPLA enfrenta os desafios do País dialogando, propiciando a participação aberta, franca e honesta de homens e mulheres que expressem as suas ideias, preocupações e buscam soluções. Sabemos que o exercício político só é efectivo quando é participativo, quando está próximo aos cidadãos e com eles aborda os problemas, por complexos que sejam e constrói soluções viáveis numa sociedade transformação.

O MPLA assume a sua responsabilidade como Partido governante, sentindo-se honrados de ser depositário da confiança cidadã expressa democraticamente. Estamos orgulhoso de ser o Partido que respalda firmemente a liderança transformadora do Presidente João Lourenço, que resgatou o valor fundamental do exercício político e redimensionou a liderança política assumindo-a como sinónimo de responsabilidade.

Para a construção do País que todos queremos, é necessário desenhar soluções factíveis que incluam uma agenda temática que considere desafios para convertê-los em oportunidades e em benefícios sociais.
Prosperidade para todos é o grande objectivo do MPLA plasmado na presente Tese, que identifica as maiores aspirações dos angolanos, e se resumem no seguinte:

1. **Governabilidade e democracia:** queremos um País que consolide uma democracia de resultados e que democratize as oportunidades de desenvolvimento, onde a força das instituições públicas gere confiança nos cidadãos, lhes permita o acesso igualitário às oportunidades de desenvolvimento e garanta a participação social organizada na construção das soluções aos inúmeros problemas comuns.
2. **Sociedade segura e de leis.** Queremos viver num País em Paz, com vigência plena do Estado de Direito, em que a segurança pública seja o garante da convivência social e de desenvolvimento das potencialidades individuais e colectivas, em que as leis propiciem o desenvolvimento e se apliquem com justiça, firmeza e sem desígnios. Uma Angola que combate com eficácia a corrupção, a impunidade e a insegurança.
3. **Competitividade e produtividade para a prosperidade:** queremos uma Angola com uma economia sólida, com um crescimento sustentável e um alto nível de produtividade que propicie o desenvolvimento, a igualdade de oportunidades e a redução da pobreza.
4. **Todos os direitos reservados para todos os angolanos:** queremos uma Angola próspera que reduza a brecha de desigualdade, em que as diferenças

económicas, sociais, culturais, éticas, físicas, de género, ou de qualquer tipo não sejam impedimentos para exercer os direitos ou aceder as igualdades que são consubstanciais a todos os cidadãos.

5. **Educação de qualidade para competir e prosperar:** queremos uma Angola de cidadãos preparados e capacitados para a inserção na sociedade global em que vivemos, o que implica um Sistema Educativo que potencie as capacidades, competências e habilidades das pessoas e cumpra com as exigências da sociedade de conhecimento como meio para prosperar.
6. **Angola; Protagonista internacional responsável:** queremos uma Angola que se consolide potência emergente do século XXI e como actor global.
7. **Desenvolvimento sustentável e combate às alterações climáticas:** queremos um País garante do meio ambiente, mantendo um estrito controlo e regulamentação do impacto ambiental que têm as actividades produtivas do País e com um desenvolvimento urbano que permita o crescimento ordenado e sustentável das cidades.
8. **Igualdade de oportunidades para o género;** queremos um País onde as mulheres e homens tenham acesso às mesmas oportunidades, e que partilhem as mesmas responsabilidades públicas e privadas e sejam por igual construtores da grandeza do seu País.
9. **Jovens: protagonistas da transformação de Angola:** queremos um País que brinde aos jovens oportunidades educativas, laborais e políticas que lhes permita um desenvolvimento pleno para que sejam os principais artífices da transformação do País perante os novos desafios globais.
10. **Soluções regionais aos desafios nacionais:** queremos um País que reconheça a diversidade e pluralidade da sua sociedade, que responde aos desafios com que se defronta o País de forma diferenciada de acordo com as condições de cada região, mas de maneira harmonizada e coordenada para orientar e responder aos desafios nacionais resultantes do nosso tecido social.
11. **Desafios e oportunidades da sociedade digital:** queremos uma Angola em que exista uma sociedade conectada, participativa e inovadora como o motor para consolidar a digitalização que contribua para o desenvolvimento do País e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
12. **Compromisso do MPLA com uma nova ética política:** queremos um País onde os cidadãos, autoridades e representantes populares partilhem os mesmos valores, actuem sob os mesmos princípios éticos unidos pela confiança e o trabalho solidário para conseguir melhores condições de desenvolvimento para todos.

De uma maneira geral, cada um dos vectores enunciados pressupõe um reconhecimento socialmente partilhado das grandes necessidades do País, respondendo assim, aos anseios e expectativas dos angolanos.

7.3. A Visão do Partido para o Desenvolvimento Sustentável de Angola

7.3.1. Pressupostos Essenciais

7.3.1.1. Garantia da Paz, da Estabilidade e do Reforço da Democracia

O MPLA, no seu compromisso contínuo com a paz, a democracia e o desenvolvimento de Angola, delineia uma série de iniciativas e reformas estratégicas para fortalecer as bases do Estado e promover o bem-estar da nação. Estas propostas abrangem desde o reforço das instituições democráticas, a promoção do diálogo e da reconciliação nacional, até a descentralização administrativa e o fortalecimento do poder local. Ao priorizar a transparência, a luta contra a corrupção e a educação cívica, o Partido busca consolidar a democracia e intensificar a participação dos cidadãos.

O reconhecimento de que a garantia da Paz, da estabilidade política e o reforço da democracia são objectivo fundamentais, especialmente em contexto em que a história recente foi marcada por conflitos, leva o MPLA a considerar a necessidade de se:

- Assegurar de modo permanente o respeito pela Constituição e a Lei.
- Promover reformas que reforcem a independência e eficiência das instituições democráticas em Angola, garantindo uma separação clara entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, sem prejuízo da interdependência de funções.
- Apostar no contínuo diálogo com diferentes grupos étnicos, políticos, sociais e culturais, reforçando o espírito de reconciliação nacional, essencial para a preservação da paz e da coesão social.
- Implementar políticas que promovam o reforço da desconcentração administrativa e financeira e a descentralização administrativa e o fortalecimento do poder local, aumentando a participação dos cidadãos na tomada de decisões e fomentando a governança participativa.

E ainda de se apostar no(a):

- Fortalecimento das forças de defesa e segurança de modo a garantir a estabilidade interna e externa, sempre respeitando os princípios democráticos e os direitos dos cidadãos.
- Garantia de condições e dos meios necessários para que as Forças Armadas assegurem a concretização dos fins Constitucionais e Legais.
- Continuação da defesa da Paz em Angola e na região, apoiando políticas que promovam o respeito pelos direitos humanos, a igualdade de género e a protecção das minorias.

7.3.1.2. Consolidação do Estado Democrático de Direito

O reforço do Estado de Direito é fundamental para garantir a justiça, a liberdade e a protecção dos direitos humanos. Ele se baseia em princípios que asseguram a limitação do poder do Estado, a protecção dos direitos individuais e a igualdade perante a lei. Neste tema o MPLA continuará a promover acções essenciais para consolidar um ambiente em que o Estado de Direito prevaleça, contribuindo para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável da sociedade, promovendo o seguinte:

- O MPLA defende o fortalecimento da separação de poderes entre os ramos executivo, legislativo e judiciário, sem prejuízo da interdependência de funções, promovendo uma governança equilibrada e assegurando que cada poder funcione de forma independente, nos limites constitucionais.
- O MPLA reafirma o seu compromisso com a liberdade de imprensa e expressão como pilares essenciais do Estado Democrático e de Direito, incentivando um ambiente mediático plural e independente.
- O acesso dos cidadãos ao sistema judicial, garantindo que todos tenham a oportunidade de reivindicar e defender os seus direitos;
- A contínua implementação de mecanismos que promovam a transparência nas acções governamentais e responsabilizem autoridades por abusos de poder.
- A conscientização pública sobre os direitos humanos, capacitando os cidadãos a exigir seus direitos.
- Garantir que todos tenham o direito de se expressar livremente e participar activamente do debate público.
- Implementar políticas rigorosas para prevenir e punir a corrupção, que mina a confiança nas instituições do Estado.
- Promover a igualdade de oportunidades e a protecção de grupos vulneráveis, assegurando que todos tenham voz no processo democrático.
- Priorizar as reformas no sistema judiciário para garantir maior autonomia, celeridade nos processos e acesso igualitário à justiça, promovendo um ambiente de maior confiança nas instituições judiciais.
- Incentivar a participação activa dos cidadãos nos processos eleitorais e na vida política do País, garantindo que todos os segmentos da sociedade tenham voz e representatividade.
- Proteger os direitos humanos, assegurando o cumprimento das convenções internacionais e a defesa das liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.
- Criar programas nacionais de educação cívica e legal, para informar os cidadãos sobre seus direitos, deveres e o funcionamento do Estado Democrático de Direito, estimulando uma sociedade mais engajada e consciente.
- Promover a descentralização do poder e a autonomia dos governos locais, garantindo uma gestão pública mais próxima das necessidades dos cidadãos e reforçando o princípio da subsidiariedade como parte do processo democrático.

- Garantir uma acção isenta dos meios de comunicação social estatais e privados, bem como o respeito pela deontologia e pela ética jornalísticas.

7.3.1.3. Boa Governação, Transparência e Combate à Corrupção

O MPLA, através da legitimidade democrática que lhe foi conferida e sucessivamente renovada pelo Soberano Povo Angolano, soube sempre interpretar os seus mais legítimos anseios e aplicar as medidas governativas necessárias para, de modo cabal e contínuo, os satisfazer.

No entanto, na árdua e nobre tarefa de satisfazer as referidas necessidades colectivas, o MPLA se tem deparado com inúmeros desafios, dos quais a Corrupção e a falta de Transparência na Administração Pública são, sem sombras de dúvidas, fenómenos que ainda muito impactam negativamente a governação.

"Temos todos consciência de que só construiremos um futuro melhor se tivermos a coragem de realmente "corrigir o que está mal e melhorar o que está bem" Nesta cruzada de luta, o MPLA deve tomar a dianteira, ocupar a primeira trincheira, assumir o papel de vanguarda, de líder, mesmo que os primeiros a tombar sejam militantes ou mesmo altos dirigentes do Partido, que tenham cometido crimes, ou que, pelo seu comportamento social, estejam a sujar o bom nome do Partido", como disse o Camarada João Lourenço, no seu primeiro discurso depois de ser eleito Presidente do MPLA, no VI Congresso Extraordinário do Partido, no dia 8 de Setembro de 2018.

O MPLA considera, por isso, que a corrupção implica sempre a falta de **transparência** na gestão da coisa pública, coloca em causa a tão pretendida boa governação e é um fenómeno que corrói a sociedade angolana, acentuando as desigualdades sociais e contribuindo para o aumento da pobreza.

O MPLA considera, ainda, que a corrupção serve de meio privilegiado para que um grupo de pessoas, aproveitando-se dos cargos públicos que exercem, desvie recursos públicos, destinados à resolução de problemas socioeconómicos, para fins pessoais.

Este comportamento desviante da linha política do MPLA e da visão do seu Líder tem estado a prejudicar, não só, a prestação de serviços sociais básicos no sector da saúde, da educação, a justiça salarial, o acesso igualitário ao emprego para a juventude, mas também a colocar em causa a nacional segurança e a estabilidade económica, condicionando o melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, em geral.

Por esta razão, o MPLA iniciou, em 2017, um conjunto de acções que visam reverter o quadro actual com a introdução de medidas legislativas, administrativas e judiciais, que estão a ajudar a prevenir e reprimir o fenómeno da corrupção.

A este propósito, o Camarada João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente do MPLA, tem estado a liderar, de forma exemplar, a luta contra corrupção e tal

como afirmou, no dia 15 de Outubro de 2024, durante a mensagem do Estado da Nação, "***É hora de exigir que os vários Estados, que foram os destinos dos recursos ilicitamente adquiridos, se juntem ao esforço que o nosso País tem feito e disponibilizem esses recursos que pertencem ao povo angolano para que sejam colocados ao serviço da economia nacional***" fim de citação.

Neste âmbito, os militantes do MPLA, em particular, e todo povo angolano, em geral, devem empenhar-se, cada vez mais, para que os esforços do Camarada Presidente do MPLA sejam coroados de êxito, fazendo com que os recursos apropriados ilicitamente, através da corrupção, venham a beneficiar o nosso País, ajudando a promover o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Por seu lado, o MPLA considera que o combate a corrupção deve ser acompanhado de acções concretas que visem a promoção da Boa-Governação e da Transparência na gestão da coisa pública, enquanto conjunto de práticas e princípios que visam garantir a eficácia, a legitimidade e a responsabilidade dos servidores públicos.

Nesta perspectiva, o MPLA deve inculcar, aos seus militantes, simpatizantes e amigos, a cultura da ética e da integridade, bem como do bem-fazer, impondo que as decisões e acções do Executivo sejam claras, acessíveis e sindicáveis pelas instituições competentes do Estado, em particular, e pelos cidadãos em geral, numa perspectiva de observância dos princípios d**a equidade, da justiça** e da e**ficiência e eficácia** dos serviços públicos.

Assim, o MPLA deve responsabilizar os gestores e servidores públicos, por si indicados, que pelas suas acções e omissões ilícitas, praticadas de forma dolosa ou negligente, prejudiquem a sua imagem e a do Líder e violem os seus Estatutos, o Programa e o Código de Ética.

Para o MPLA, a Transparência e a Boa-Governação são assim um imperativo, para que o nosso País melhore o Índice de Percepção da Corrupção e com esta melhoria seja possível a captação de investimentos nacionais e estrangeiros, com vista a alavancar o sector produtivo e não só, o que impactará, positivamente, na vida das nossas populações.

Tal como enfatiza a Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção, aprovada através do Decreto Presidencial n.º 169/24, de 19 de Julho, o MPLA reconhece que o caminho que o País tem estado a percorrer desde 2017 no domínio da luta contra a corrupção tem permitido melhorar a sua posição nos vários instrumentos internacionais que monitoram a actuação dos Estados nesta matéria, passando da posição 167, em 2017, para a posição 116.º num total de 180 países, em 2022.

Apesar destes ganhos no combate contra a corrupção, marcado ainda por algumas debilidades na prestação de contas, o MPLA entende e entenderá fazer deste combate a bandeira do seu Programa de Governo e do seu Manifesto Eleitoral, quer o sufragado nas eleições gerais de 2017 e de 2022, quer o que será sufragado no próximo pleito eleitoral.

Por esta razão, o MPLA saúda e orienta o seu Executivo a manter e a melhorar as medidas legislativas e institucionais, relevantes e oportunas para combater o fenómeno da corrupção.

O MPLA considera que promover o aprofundamento do quadro jurídico de responsabilização, tanto de natureza penal como de natureza civil e reintegrativa, deverá ser o mote de acção estadual, de modo a desencorajar, perseguir e punir os actos de corrupção.

Nesta perspectiva, o MPLA almeja que sejam alcançados os objectivos constantes da Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção, com especial relevo para o seguinte:

a) A promoção da integridade, da transparência e da melhoria da prestação de serviços em todos os sectores;
b) O envolvimento dos cidadãos na prevenção, detecção e repressão do fenómeno;
c) A transparência na gestão da coisa pública;
d) A responsabilidade e a responsabilização.

Outrossim, o MPLA considera que há ainda um longo caminho por percorrer na luta contra a corrupção, na garantia da transparência na gestão da coisa pública e no da boa governação.

Por isso, o MPLA exorta os seus militantes, simpatizantes e amigos a empreenderem uma luta sem quartel aos que persistem em más práticas, traduzidas, no essencial, no seguinte:

a) Existência do tráfico de influência na tramitação de vários procedimentos administrativos;

b) Resistência em os gestores públicos prestar contas e informação das actividades realizadas/Deficiente atendimento a pedidos de informação sobre o valor das despesas públicas realizadas;

c) Existência de empresas constituídas na hora de qualquer evento sem existência física e sobrefacturação no pagamento de despesas públicas.

Em suma, para além de um conjunto de acções que visam a detecção e a repressão de actos de corrupção, o MPLA reconhece que é fundamental direccionar o foco na prevenção, através do(a):

- Educação para prevenir;
- Aperfeiçoamento, harmonização e extensão dos planos de acção de luta contra corrupção a todas as instituições do Estado;
- Promoção da cultura do compliance nas instituições do Estado;
- Promover uma maior distribuição da riqueza através de uma justiça salarial compatível as demandas actuais;
- Fortalecimento do envolvimento e da parceria entre os sectores público e privado;
- Melhoria do ambiente de negócios;
- Implementação dos Planos de Integridade.

7.3.1.4. Sociedade Civil Forte e Participativa

O MPLA continuará a manter com as Organizações da Sociedade Civil uma relação privilegiada de valorização do seu papel e desempenho na intensificação da sua acção cívica, que contribuem sobremaneira para o processo de democratização do nosso País e na concepção e execução de políticas públicas consensuais, influenciando sempre que necessário para a realização do indispensável diálogo de proximidade entre os cidadãos e às instituições do Estado.

O MPLA vê a sociedade civil e as suas organizações como parceiros fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento democrático em Angola. A visão do partido, nas linhas gerais, permite o papel crucial da sociedade civil na promoção da participação cidadã, na defesa dos direitos humanos e na implementação de políticas públicas que respondem aos interesses das comunidades.

No âmbito do desenvolvimento, o MPLA considera que as organizações da sociedade civil desempenham um papel essencial na mobilização social, na educação para a cidadania, e na criação de uma consciência colectiva em torno de questões como saúde, educação, emprego, e meio ambiente. Ao mesmo tempo, o MPLA tem enfatizado a importância de uma sociedade civil que opera em alinhamento com os objectivos nacionais, respeitando a integridade e a soberania do País.

Nesta perspectiva, o MPLA valoriza o papel das organizações da sociedade civil no desenvolvimento do pais e defende que estas trabalhem de forma construtiva para a promoção da estabilidade social e contribuindo para o desenvolvimento, mas sempre dentro do quadro legal e institucionalmente aceite.

Outrossim, MPLA vê a sociedade a civil e as suas organizações como parceiros fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento democrático em Angola. A visão do partido, em linhas gerais, permite o papel crucial da sociedade civil na promoção da participação cidadã, na defesa dos direitos humanos e na implementação de políticas públicas que respondem aos interesses das comunidades.

Importa realçar, que a relação entre o MPLA e a sociedade civil em Angola reflecte uma dinâmica que pretende reforçar a promoção do desenvolvimento nacional, mantendo ao mesmo tempo uma interacção positiva com as organizações da sociedade civil, tendo em conta a sua importância na construção de um futuro sustentável, especialmente na promoção da educação, saúde, emprego, meio ambiente e outras áreas de desenvolvimento do pais.

Consciente desse papel, o MPLA apoia a sociedade civil na mobilização e no envolvimento das populações, em programas de desenvolvimento, viabilizando a concretização do programa de Governo, onde o envolvimento das organizações da sociedade civil, Autoridades Tradicionais, ONG, movimentos juvenis, associações comunitárias e religiosas, entre outras são vistas como actores cruciais para o desenvolvimento do País, dentro de um quadro que preserva a ordem e o respeito às instituições democraticamente eleitas.

O relacionamento do MPLA com a sociedade civil é crucial sobretudo no processo de inserção do Partido no cotidiano dos cidadãos. Este vínculo se

caracteriza pela interacção entre as estruturas do MPLA (Centrais, Intermédias e de Base) e organizações da sociedade civil, incluindo ONG, movimentos sociais, associações e grupos comunitários.

Assim, o MPLA considera fundamental o seguinte:

- Reconhecer as organizações da sociedade civil como parceiros estratégicos na implementação de políticas públicas e no monitoramento da governança, fortalecendo as sinergias para o desenvolvimento do País.
- Criar espaços de diálogo entre as diferentes gerações, envolvendo jovens e veteranos da luta política e social, com o objectivo de promover uma compreensão mútua e um engajamento cívico mais amplo;
- Estimular a criação de organizações da sociedade civil que através da prática do voluntariado atendam às necessidades da população, especialmente em áreas como educação, educação para saúde e direitos humanos;
- Criar mecanismos que garantam o acesso da participação das mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados na sociedade, em debates e processos decisórios;
- Desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil em programas de inclusão social, saúde, educação e combate à pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social.
- Alargar a interacção (auscultação) com a sociedade civil nos vários domínios, com principal realce para os seguintes:

  - Habitação e Saneamento Básico;

  - Segurança Pública e Rodoviária;

  - Emprego;

  - Orçamento Participativo;

  - Melhoria da qualidade dos serviços públicos e privados;

  - Venda de bens e serviços na via pública, transportes colectivos (táxis, autocarros e comboios) e outros locais indevidos.
- Incentivar a criação de plataformas digitais acessíveis para facilitar a comunicação permitindo uma troca directa de informações e a participação cidadã em tempo real;
- Trabalhar em colaboração com a sociedade civil em iniciativas que promovam a paz, a reconciliação nacional e a estabilidade política, reconhecendo o papel fundamental das OSC na coesão social e na construção de uma cultura da paz.
- Continuar a prestar atenção as Autoridades Tradicionais, respeitando os seus hábitos, costumes, diversidade cultural e reforçar a parceria com o Estado, enquanto parceiro na resolução dos problemas das comunidades com base no direito consuetudinários sem confundir com as responsabilidades e atribuições do Estado.

7.3.1.4.1. Igrejas

O MPLA, em consonância com o estabelecido pela Constituição da Republica de Angola, respeita o princípio de Estado laico, a liberdade religiosa, de culto e de consciência, pugna pela tolerância e respeito entre as várias confissões religiosas, condenando toda a espécie de descriminação religiosa.

O MPLA reconhece que a igreja desempenha um papel importante no desenvolvimento do País, especialmente no que se refere à formação ética e moral da sociedade, assistência social, devendo privilegiar a manutenção de relações com as Autoridades Eclesiásticas, assentes na identificação, na abordagem e na resolução de várias questões, com enfase para as das áreas da educação, saúde, assistência social e serviços comunitários.

Realçar que muitas instituições religiosas operam em escolas e hospitais, principalmente em áreas onde o Estado possui uma presença limitada e além disso, a igreja age como um agente de paz e de reconciliação, incentivando o diálogo e o respeito entre os diversos grupos da sociedade.

Com base na visão do MPLA, a parceria com a igreja pode reforçar os esforços de desenvolvimento humano e social, promovendo valores de paz, ética e solidariedade.

Para além de ser um forte elemento de coesão social, a Igreja, pelo seu alcance e respeito dentro da sociedade também exerce um papel de mediação em momentos de crise e influência nas políticas que garantam o bem-estar social, o combate à pobreza e a inclusão social dos Angolanos.

As igrejas, como instituições sociais e religiosas, desempenham um papel significativo na sociedade, influenciando diversos aspectos da vida comunitária, por isso, o MPLA considera fundamental a interacção constante com as mesmas, devendo no entanto continuar a promover a espiritualidade, a Coesão social, a Educação e Promoção de diálogo inter-religioso.

Durante os próximos anos o MPLA vai intensificar o diálogo periódico com os Líderes religiosos Incentivando as igrejas ilegais a trabalharem no sentido de se legalizarem e assim exercerem o seu papel na vida dos seus fiéis ou crentes.

7.3.1.4.2. Organizações Sindicais

Desde os primórdios da sua fundação o MPLA privilegiou a existência de uma organização sindical forte com o propósito de mobilizar e unir os trabalhadores para o alcance da independência nacional e assegurar os direitos dos trabalhadores.

Na sua trajectória histórica o MPLA é o único partido que sempre teve na sua estratégia de actuação uma visão muito clara de que a garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores representa a paz e estabilidade social, dando espaço aos sindicatos para facilitar o diálogo.

O MPLA reconhece o papel histórico e actual do sindicalismo angolano, ao qual se mantém alinhado na defesa categórica dos interesses da massa trabalhadora,

através do amplo movimento corporizado pelas centrais sindicais, com destaque para a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) e pelos sindicatos organizados, que se afirmam no contexto e espaço do Estado democrático e de direito como legítimos defensores dos direitos dos trabalhadores.

O MPLA em nome da massa trabalhadora, nos marcos da lei vigente, advoga junto das entidades empregadoras pela melhoria das condições de trabalho, de higiene e segurança no trabalho, dos serviços de segurança social, da melhoria gradual do salário mínimo e da valorização do trabalhador pela formação contínua e elevação de categorias profissionais.

O MPLA mantendo-se fiel a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, manterá contactos com os Sindicatos para avaliar os seus problemas e coordenar acções visando a manutenção da actividade produtiva e a elevação dos níveis de produção.

O MPLA vai continuar a promover o diálogo com as Organizações sindicais, incentivando as mesmas, a interagirem com o Governo e as entidades empregadoras privadas para que se encontrem sempre denominadores comuns nos mais variados assuntos do interesse da Classe.

O MPLA, defende que os sindicatos devem manter uma Postura responsável e patriótica nas negociações colectivas, que resultam em acordos trabalhistas que regulam as condições de trabalho, salários e benefícios dos trabalhadores.

O MPLA continuará a Incentivar as Organizações sindicais a promoverem não só questões laborais, mas também as causas mais amplas relacionadas à justiça social, promovendo a igualdade, a inclusão e a protecção dos direitos humanos.

7.3.1.4.3. Movimento Cooperativo e Associativo

A Constituição da República de Angola consagra, no seu artigo 38.º n.º 2, o direito à livre iniciativa cooperativa, bem como no seu artigo 92.º, a garantia da coexistência dos sectores público, privado e cooperativo. Estes preceitos constitucionais são um mandato para que o Estado crie um quadro legal e implemente políticas de fomento ao cooperativismo assente na iniciativa privada.

O MPLA estimula a existência de uma classe empresarial nacional forte e organizada, seja no âmbito de cooperativas agrícolas, com referência e exemplo à UNACA, cooperativas agro-pecuárias, florestais, de pescas, associações empresariais e/ou de empresas privadas e empreendedores e, reconhece a preponderância do seu papel no quadro dos desafios da diversificação da economia.

De igual modo, o MPLA reconhece o empenho e o papel abnegado do movimento cooperativo e associativo na geração de empregos, um dos factores que concorre para a paz social, na corrente para o desenvolvimento económico do País.

A experiência internacional, em particular de países da África Subsariana, revela que o cooperativismo pode ser uma forma de organização empresarial com vasta relevância económica e social, capaz de gerar emprego, aumentar a produção

de bens e serviços, contribuir para a segurança alimentar, promover a inclusão social e a integração regional e reduzir a *pobreza em larga escala.*

Nesta conformidade, o fomento do cooperativismo surge no topo das prioridades do MPLA, pois, estes grupos contribuem significativamente para a materialização dos programas sociais e económicos.

As cooperativas e associações podem contribuir para a promoção do bem-estar social e para o desenvolvimento sustentável de Angola, por isso, o Partido vai nos próximos anos intensificar a sua acção junto das mesmas, promovendo o cumprimento dos princípios definidos na Lei nº 23/15 de 31 de Agosto, nomeadamente:

- Princípio da adesão voluntária e livre permanência dos seus membros.
- Princípio da gestão e administração democrática controlada exclusivamente pelos seus membros.
- Princípio da participação económica dos membros.
- Princípio da autonomia e independência.
- Princípio da educação, formação e informação.
- Princípio da solidariedade e da intercooperação.
- Princípio da preocupação e interesse pela comunidade.

O MPLA irá, igualmente, interagir com as associações, pois, elas têm um papel fundamental na promoção do bem-estar social. Elas podem actuar em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, cultura, desporto, entre outras, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por meio de projectos sociais, campanhas de consciencialização, eventos culturais e desportivos, as associações podem mobilizar pessoas e recursos para realizar acções que visam transformar a sociedade de forma positiva.

7.3.1.4.4. Associações Profissionais

O MPLA considera as Associações profissionais as organizações que promovem, desenvolvem e protegem uma profissão ou ocupação específica, pois elas representam igualmente milhares de profissionais nos mais variados sectores da vida económica e social, por isso, o Partido continuará a criar mecanismos de contacto permanente no sentido de estreitar cada vez mais as relações e os interesses comuns, actualizando a base de dados das associações profissionais públicas e privadas existentes no país.

Por outro lado o MPLA, devera continuar a realizar um diálogo com as associações profissionais para abordar os desafios profissionais do presente e do futuro e a cultivarem no seio dos associados o espírito de cidadania e de amor à profissão e a pátria.

7.3.1.4.5. Organizações de Desenvolvimento Económico e Social

O MPLA entende que as organizações de desenvolvimento económico e social, tanto nacionais como internacionais, são aliadas estratégicas na promoção do crescimento sustentável e da inclusão do país.

Essas organizações, que incluem agências de cooperação internacional, instituições financeiras, Organizações Não-Governamentais (ONG), e entidades do sector privado, são vistas como parceiras que podem fornecer apoio técnico, financeiro e humano, além de investimentos em áreas prioritárias para o desenvolvimento do País.

No âmbito económico, o MPLA acredita que essas organizações podem desempenhar um papel importante na atracção de investimentos, no desenvolvimento de infra-estruturas, e na capacitação da força de trabalho e na diversificação da economia nacional.

Na área social, o MPLA vê com bons olhos o trabalho de organizações que actuam na saúde, educação, saneamento e combate à pobreza. Essas parcerias são fundamentais para melhorar os indicadores de desenvolvimento humano, especialmente em regiões mais vulneráveis. Programas que abordam a saúde materna e infantil, o acesso à educação básica, e à segurança alimentar, por exemplo, são áreas onde a cooperação com essas organizações ´´e pertinente. No entanto, o MPLA salienta que as actividades dessas organizações devem estar alinhadas com os interesses nacionais e respeito à soberania do País.

Em suma, o MPLA valoriza a colaboração com organizações de desenvolvimento económico e social e vê nelas uma oportunidade para complementar os esforços do governo. Essa visão é fundamentada na ideia de que, trabalhando em harmonia, o governo pode promover um crescimento mais inclusivo, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e avançar para a construção de um pais em que todos se orgulham em viver.

7.3.2. Pilares Fundamentais

A construção de um futuro sustentável para Angola exige um conjunto de acções estratégicas que abordem tanto os desafios estruturais como os factores conjunturais que afectam o desenvolvimento do país. Este capítulo apresenta propostas detalhadas para avançar em direcção a um desenvolvimento inclusivo, focando-se, no fortalecimento institucional, no investimento em capital humano, na diversificação económica e promoção de uma governança mais transparente e democrática. A implementação dessas acções exige uma visão de longo prazo, além de um compromisso firme por parte das lideranças políticas e da sociedade em geral.

7.3.2.1. Fortalecimento Institucional e Promoção da Boa Governança

Para garantir uma governança eficaz e transparente, é essencial que as instituições políticas e administrativas sejam fortalecidas, reduzindo a corrupção e melhorando a prestação de serviços públicos.

- **Combate à Corrupção e transparência**

A corrupção é uma das principais barreiras ao desenvolvimento, comprometendo a confiança da população nas instituições e inibindo o investimento externo. Por isso urge:

- Implementar sistemas de transparência nas finanças públicas, publicando dados sobre receitas e despesas governamentais em plataformas de fácil acesso para a população.
- Reforçar as instituições anticorrupção e capacitar os órgãos de fiscalização para que possam investigar e punir práticas corruptas de forma independente.
- Incentivar a participação da sociedade civil na fiscalização dos gastos públicos, criando canais de denúncia e promovendo uma cultura de responsabilidade e ética.
- Implementar um mecanismo plurianual nas finanças públicas que aumente a previsibilidade na sua programação e execução.

- **Reforma da administração Pública**

Uma administração pública eficiente é essencial para a implementação de políticas de desenvolvimento. Para o efeito torna-se imperioso:

- Melhorar os processos de recrutamento e treinamento de funcionários públicos, garantindo que sejam seleccionados com base em mérito e competência.
- Implementar práticas de gestão moderna, que possam optimizar o funcionamento dos serviços públicos e reduzir a burocracia.
- Descentralizar a administração pública, transferindo responsabilidades para os órgãos das administrações local e autárquicos Governo para que possam atender melhor às necessidades das suas comunidades.

- **Descentralização Administrativa**

A Reforma de Estado que se está a implementar consiste num processo global que incorporará todas as instituições, poderes e funções a todos os níveis da função pública. O desenvolvimento nacional passa pela construção de um Estado funcional e moderno, cabendo ao Estado o papel de agente regulador e coordenador de todo o processo que se quer eficaz e eficiente.

Entre as formas organizativas do poder local, por força da descentralização administrativa, destaca-se o poder autárquico que permitirá a aproximação dos serviços públicos aos cidadãos, por intermédio do bom desempenho das suas competências e atribuições. Com a implementação das autarquias locais, as

mesmas exercerão o seu direito e a capacidade efectiva de gerirem e regulamentarem os assuntos públicos sob sua responsabilidade e no interesse específico das respectivas populações.

A institucionalização das autarquias locais assegurará a prossecução de interesses específicos dos munícipes, que percorrerão os seus objectivos por via do exercício democrático representativo e participativo em prol do alcance do desenvolvimento económico e social.

Neste sentido, o Executivo aposta na construção de infra-estruturas básicas, como acessos, estradas nacionais, secundárias e terciárias, energia eléctrica, água, escolas, centros de formação em matérias especializadas, entre outros, que venham a impactar positivamente na gestão dos órgãos autárquicos e como consequência na satisfação dos interesses colectivos dos cidadãos.

- **Reforço do Sistema Judiciário e do Estado de Direito**

O fortalecimento do sistema judiciário é essencial para garantir a justiça e a equidade em Angola. Deste modo é necessário:

- Promover reformas no sistema judiciário que melhorem a sua eficiência e independência, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a um julgamento justo e imparcial.
- Investir na formação de juízes, advogados e profissionais do direito, aumentando o número de tribunais nas zonas rurais e capacitando-os para lidar com questões de direitos humanos e de defesa da propriedade.
- Implementar campanhas de educação jurídica para a população, promovendo o conhecimento dos direitos básicos e incentivando a resolução pacífica de conflitos.

7.3.2.2. Investimento em Capital Humano: Educação e Saúde

O desenvolvimento de capital humano é essencial para promover a inovação e o crescimento económico sustentável. Angola deve investir em uma força de trabalho capacitada e saudável, o que exige melhorias significativas nos sectores de educação e saúde.

- **Expansão e Melhoria do Sistema Educativo**

A educação é a base para a capacitação de profissionais qualificados e a formação de uma sociedade consciente e participativa. Assim, deve-se:

- Expandir o acesso à educação de qualidade em todas as regiões do país, especialmente nas áreas rurais, com a construção de novas escolas e a melhoria das infra-estruturas existentes.
- Rever o currículo escolar para garantir que esteja alinhado às necessidades do mercado de trabalho, promovendo a formação técnica e profissional desde o ensino secundário.
- Implementar programas de formação continuada para professores, capacitando-os a adoptar métodos de ensino inovadores e inclusivos.

- Adaptar os currículos escolares à necessidade de os alunos serem preparados para a vida futura, aprendendo a pensar, a saber estar e a saber fazer, de modo a poder transformar o mundo envolvente em ambiente propício à satisfação das necessidades pessoais e da comunidade.

- Tendo em conta a necessidade de melhor nos enquadrarmos no mundo, é preciso incluir desde já nos currículos escolares, a aprendizagem das noções básicas de língua inglesa, logo a partir das primeiras classes. Mais tarde, para além do reforço da aprendizagem do inglês, deve ser introduzida a aprendizagem de uma das seguintes línguas estrangeiras: francês ou mandarim.

- Para garantia de um melhor aprendizado por parte das crianças que têm numa língua africana de Angola a sua língua materna, é preciso trabalhar com o objectivo de, regionalmente, haver uma língua angolana (além do português) que seja utilizada como língua de acesso à instrução.

- O ensino das línguas locais que sejam adoptadas como línguas oficiais regionais deve passar a estar inserido nos currículos escolares.

- Implementar um programa que torne fácil e apetecível a aprendizagem da aritmética e matemáticas, a partir da 1ª classe.

➢ **Melhoria do Sistema de Saúde e Acesso Universal**

Um sistema de saúde eficiente é essencial para a qualidade de vida da população e para a produtividade da força de trabalho. Assim, deve-se:

- Investir na construção e modernização de unidades de saúde em todas as províncias, com ênfase para as áreas rurais onde o acesso a serviços de saúde é limitado.
- Priorizar a construção de postos e centros de saúde que facultem directamente à população os cuidados primários de saúde que são o garante da diminuição das ainda elevadas taxas de morbilidade e mortalidade.
- Implementar programas de prevenção e promoção da saúde, focando em doenças endémicas, saúde materno-infantil e vacinação.
- Capacitar e formar profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros e técnicos, promovendo condições de trabalho adequadas e assegurando o fornecimento de equipamentos e medicamentos.

➢ **Fomento à Inovação e ao Desenvolvimento de Competências**

A capacitação da juventude angolana é uma prioridade para o desenvolvimento sustentável. É importante:

- Criar programas de incentivo ao empreendedorismo juvenil e à inovação tecnológica, com acesso a financiamento e apoio técnico.

- Desenvolver centros de formação e inovação em colaboração com o sector privado, incentivando a criação de novas tecnologias e de soluções para os desafios do país.
- Promover a inclusão digital, ampliando o acesso à internet e oferecendo cursos de informática e programação para jovens e adultos.
- Criação de um programa para identificação de crianças talentosas e sobredotadas que possam ser encaminhadas para um projecto de ensino especial que lhes seja direccionado.
- Implementação de uma escola de referência no âmbito da liderança.

7.3.2.3. Diversificação Económica e Redução da Dependência do Petróleo

A economia angolana é altamente dependente do sector petrolífero, o que a torna vulnerável às flutuações dos preços internacionais de commodities. A diversificação económica é, portanto, um objectivo essencial para reduzir essa dependência e promover um crescimento mais estável e sustentável.

- **Promoção do Sector Agrícola**

A revitalização da agricultura deve ser uma prioridade, dado o potencial do sector para garantir segurança alimentar, gerar empregos e reduzir a dependência de importações de alimentos. Deste modo deve-se:

- Implementar políticas de incentivo fiscal para pequenos e médios agricultores, com subsídios para sementes, fertilizantes e equipamentos agrícolas.
- Apoiar as cooperativas existentes, de modo a potenciar a produção.
- Promover a produção de sementes e fertilizantes bem como a análise de solos para potenciar a produção agrícola.
- Melhorar a infra-estrutura rural, incluindo estradas secundárias e terciárias e sistemas de irrigação, para facilitar o escoamento da produção e aumentar a produtividade.
- Apoiar a formação técnica e a assistência agrícola, promovendo a adopção de práticas sustentáveis e tecnologias modernas que melhorem a eficiência produtiva.
- Garantir o acesso à instrução e a assistência sanitária aos trabalhadores rurais e suas famílias.

- **Desenvolvimento da Indústria Transformadora**

A criação de uma indústria transformadora robusta é fundamental para a geração de valor agregado dentro do país e a criação de empregos de qualidade. È importante:

- Criar zonas económicas especiais (ZEEs) para atrair investidores e promover o desenvolvimento de indústrias como alimentos, construção civil, têxtil, química e de apoio ao sector agrícola (fertilizantes, pesticidas e equipamentos).

- Facilitar o acesso a financiamento e reduzir as barreiras regulatórias para a criação de pequenas e médias indústrias.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino para o desenvolvimento de cursos técnicos que formem profissionais para o sector industrial, promovendo o crescimento da indústria local.

➢ **Expansão do Sector de Serviços e Turismo**

O sector de serviços, incluindo o turismo, apresenta grande potencial de crescimento e pode contribuir para a diversificação da economia. Assim, deve-se:

- Investir na promoção de Angola como um destino turístico, destacando as paisagens naturais e o património cultural do país.
- Desenvolver a infra-estrutura turística, incluindo estradas, aeroportos e hotéis, além de incentivar o treinamento de profissionais no sector de turismo.
- Promover iniciativas de turismo ecológico e cultural, que possam atrair visitantes internacionais e beneficiar comunidades locais.

➢ **Uma Abordagem Multissectorial para o Conteúdo Local**

A Política do Conteúdo Local deverá ser utilizada como um instrumento para se alcançar a diversificação económica e a industrialização do país através da promoção da participação activa, contínua e melhorada dos cidadãos e empresariado nacional na actividade económica. Por isso, é essencial:

- Definição de metas realísticas e adaptadas ao contexto local e não devem ser consideradas como o único motor para o desenvolvimento e industrialização do país, a fim de se evitar ineficiências.
- A criação de uma estrutura regulatória de base sobre o Conteúdo Local.
- Criar plataformas que facilitem a identificação de oportunidades, a classe empresarial nacional, participar directamente nos investimento e projectos estratégico que ocorrem no país.

7.3.2.4. Sustentabilidade Ambiental e Gestão dos Recursos Naturais

Angola possui uma riqueza de recursos naturais, como petróleo, minerais e biodiversidade. No entanto, a exploração desses recursos deve ser feita de forma sustentável para garantir que as gerações futuras também possam se beneficiar.

➢ **Políticas de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais**

A exploração sustentável é fundamental para evitar a degradação ambiental e proteger os ecossistemas. Neste sentido deve-se:

- Estabelecer políticas claras de gestão ambiental, com regulamentos que protejam as florestas, rios e ecossistemas.
- Incentivar a exploração responsável de recursos minerais, incluindo o petróleo, com práticas que minimizem o impacto ambiental e promover a inclusão de tecnologias de extracção menos poluentes e mais eficientes.

➢ **Promoção de Energias Renováveis**

A diversificação da matriz energética é importante para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os impactos das mudanças climáticas. Neste sentido deve-se:

- Investir em energias renováveis, como solar, eólica e hidroeléctrica, promovendo incentivos para que o sector privado participe em projectos de energia limpa.
- Desenvolver uma infra-estrutura que permita a distribuição e armazenamento eficiente de energia renovável em áreas urbanas e rurais, beneficiando directamente as comunidades e reduzindo custos energéticos.
- Criar programas educativos e de capacitação para promover o conhecimento e a aceitação das energias renováveis entre a população.

➢ **Educação Ambiental e sustentabilidade Comunitária**

A sustentabilidade começa com a conscientização da população. Para o efeito é necessário:

- Implementar campanhas de educação ambiental em escolas e comunidades, focando na importância da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.
- Apoiar iniciativas de gestão comunitária de recursos naturais, onde as populações locais possam participar da preservação e uso sustentável das florestas, solos e corpos d'água.
- Criar programas de reciclagem e de gestão de resíduos sólidos, com envolvimento das comunidades, reduzindo o impacto ambiental das actividades diárias.

7.3.2.5. Incentivo ao Desenvolvimento Local e Redução das Desigualdades

Angola apresenta desigualdades territoriais significativas, com disparidades de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais e entre o litoral e leste do país. É fundamental promover o desenvolvimento local para garantir que o progresso seja inclusivo e atinja todas as partes do país eliminando gradualmente as assimetrias regionais.

- **Desenvolvimento Harmonioso e Equilibrado do Território**

Promover a expansão da administração do Estado em todo o país, sobretudo nas zonas de fronteira com os países vizinhos é fundamental para garantir a soberania permanente do Estado sobre os recursos naturais, a defesa da integridade territorial e o acesso das populações aos serviços públicos essenciais.

Nesse sentido, tornar-se necessário implementar eficazmente a nova divisão político-administrativa do País, aprovada pela Lei n.º 14/24 de 5 de Setembro, por via da qual o país passa a contar com 21 províncias, 326 municípios e 378 comunas. Sendo por isso necessário:

- Assegurar a construção dos centros políticos e administrativos para as províncias do Cuando, Moxico-Leste e Icolo e Bengo.
- Instalar os novos municípios e comunas, com especial atenção para os municípios de fronteira.
- Promover a construção de estradas e outras infra-estruturas, e adquirir os meios necessários ao desenvolvimento das novas circunscrições territoriais.
- Seleccionar e capacitar os quadros indispensáveis ao normal funcionamento dos órgãos e serviços locais.
- Definir uma estratégia robusta de valorização do interior e fixação de quadros nas zonas rurais.

Reforçar a desconcentração administrativa e financeira, por via da afectação de mais recursos financeiros para executar os projectos de âmbito local e satisfazer as necessidades mais prementes das populações.

- **Investimentos em Infra-estrutura Rural**

Melhorar a infra-estrutura nas áreas rurais é crucial para integrar o país e reduzir as desigualdades. Sendo, por isso necessário:

- Investir em estradas, transportes e comunicações em zonas rurais, facilitando o acesso ao mercado para produtos agrícolas e promovendo o desenvolvimento local.
- Melhorar o acesso a serviços básicos, como água, saneamento e energia eléctrica, para melhorar as condições de vida e atrair investimentos para o interior.
- Promover políticas de incentivo para que os cidadãos, empresas e organizações se estabeleçam em áreas fora dos grandes centros urbanos.

- **Programas de Capacitação Local e Empreendedorismo**

O empreendedorismo local pode impulsionar o crescimento económico e criar oportunidades de emprego nas localidades mais carentes. Para tal é importante:

- Tornar o Classificador de Profissões dinâmico e adaptado a uma realidade de inclusão global e de promoção do desenvolvimento local.
- Estabelecer centros de apoio ao empreendedorismo e à inovação nas províncias, com programas de formação e acesso a crédito para pequenos empresários locais.
- Incentivar a criação de cooperativas e associações comunitárias, onde pequenos produtores e trabalhadores possam se organizar para fortalecer suas actividades económicas.
- Desenvolver iniciativas de microcrédito para apoiar pequenas e médias empresas locais, reduzindo as barreiras financeiras para empreendedores em áreas rurais.

7.3.2.6. Fortalecimento das Parcerias Internacionais e Diplomacia Económica

As relações internacionais desempenham um papel fundamental para Angola, especialmente no que diz respeito ao financiamento de projectos de desenvolvimento e à atracção de investimentos estrangeiros.

- **Diversificação das Parcerias Internacionais**

A dependência de poucos parceiros internacionais, torna Angola vulnerável a pressões externas. Para o efeito, torna-se importante:

- Continuar a ampliar as parcerias estratégicas com as grandes economias do mundo, tais como os EUA, China, Rússia, Japão, Índia, Grã-Bretanha, Canadá, Turquia e outros países membros do G20 e dos BRICS.
- Ampliar as relações económicas com outras nações, especialmente com parceiros da União Europeia, América Latina, África e países estratégicos do Médio Oriente, promovendo uma diplomacia económica diversificada.
- Participar activamente de organizações multilaterais e regionais, como a União Africana, para fortalecer o papel de Angola na promoção de políticas regionais de desenvolvimento e integração.
- Buscar apoio técnico e financeiro de instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para financiar projectos de infra-estrutura e desenvolvimento social.
- Estudar e, na medida do possível, adaptar os modelos de desenvolvimento adoptados pêlos países asiáticos e latino-americanos com elevados índices de desenvolvimento económico e social, tendo em conta as semelhanças históricas e humanas.

- **Promoção do Investimento Directo Estrangeiro (IDE)**

O investimento directo estrangeiro é essencial para a criação de empregos e o desenvolvimento de novas indústrias. Neste sentido é importante:

- Criar um ambiente favorável ao IDE, reduzindo a burocracia e facilitando o acesso a licenças e permissões.

- Promover incentivos fiscais e regulatórios para atrair investidores em sectores prioritários, como a agricultura, a indústria e o turismo.
- Fortalecer o sistema de protecção de investimentos e garantir segurança jurídica para investidores estrangeiros, promovendo um ambiente confiável e atraente para os negócios.

Por último, vale salientar que a implementação dessas acções exige um esforço coordenado entre o Governo, o sector privado e a sociedade civil. É crucial que Angola adopte uma abordagem integrada, com foco no desenvolvimento sustentável, inclusão social e transparência, para enfrentar os desafios actuais e aproveitar as oportunidades de crescimento. O compromisso com a diversificação económica, o fortalecimento das instituições e o investimento em capital humano são fundamentais para garantir que o desenvolvimento de Angola seja sustentável e equitativo, beneficiando todas as regiões e promovendo o bem-estar das gerações futuras com justiça.

“A Justiça desempenha um papel central no resgate do sentimento de confiança nas instituições do Estado, porque os cidadãos precisam de acreditar que ninguém é rico ou poderoso demais para se furtar a ser punido, nem ninguém é pobre demais ao ponto de não poder ser protegido.[19]”

[19] Discurso do Presidente João Lourenço na Cerimónia de Investidura como Presidente da República, 29.09.2017.